

Portugal no Contexto Europeu, vol. II
Sociedade e Conhecimento

Portugal no Contexto Europeu

- vol. I: *Instituições e Política*
(organizado por José Manuel Leite Viegas, Helena Carreiras e Andrés Malamud).
- vol. II: *Sociedade e Conhecimento*
(organizado por António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila).
- vol. III: *Quotidiano e Qualidade de Vida*
(organizado por Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Luís Capucha).

Outros títulos de investigadores do CIES-ISCTE publicados por Celta Editora

- Almeida, João Ferreira de, *Classes Sociais nos Campos*.
- Almeida, João Ferreira de, e outros, *Diversidade na Universidade*.
- Almeida, João Ferreira de, e outros, *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*.
- Almeida, Paulo Pereira de, *Banca e Bancários em Portugal*.
- Cardoso, Gustavo, *Para Uma Sociologia do Ciberespaço*.
- Costa, António Firmino da, *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*.
- Dores, António Pedro (org.), *Prisões na Europa / European Prisons*.
- Freire, André, *Modelos do Comportamento Eleitoral. Uma Breve Introdução Crítica*.
- Freire, André, *Mudança Eleitoral em Portugal*.
- Freire, João, *Homens em Fundo Azul Marinho. Ensaio de Observação Sociológica sobre Uma Corporação nos Meados do Século XX: a Armada Portuguesa*.
- Freire, João (org.), *Associações Profissionais em Portugal*.
- Guerreiro, Maria das Dores, *Famílias na Actividade Empresarial. PME em Portugal*.
- Lopes, Fernando Farelo, e André Freire, *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais*.
- Machado, Fernando Luís, *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*.
- Mozzicafreddo, Juan, *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*.
- Mozzicafreddo, Juan, e João Salis Gomes (orgs.), *Administração e Política. Perspectivas de Reforma da Administração Pública na Europa e nos Estados Unidos*.
- Mozzicafreddo, Juan, João Salis Gomes e João S. Batista (orgs.), *Ética e Administração. Como Modernizar os Serviços Públicos?*
- Pedroso, Paulo, *Formação e Desenvolvimento Rural*.
- Pires, Rui Pena, *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, *Os Engenheiros em Portugal*.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, *Sociologia das Profissões*.
- Torres, Anália Cardoso, *Casamento em Portugal. Uma Análise Sociológica*.
- Torres, Anália Cardoso, *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos. Uma Análise Sociológica*.
- Torres, Anália Cardoso, *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*.
- Viegas, José Manuel Leite, *Nacionalizações e Privatizações*.
- Viegas, José Manuel Leite, e António Firmino da Costa (orgs.), *Crossroads to Modernity. Contemporary Portuguese Society*.
- Viegas, José Manuel Leite, e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*
- Viegas, José Manuel Leite, e Eduardo Costa Dias (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*.
- Viegas, José Manuel Leite, e Sérgio Faria, *As Mulheres na Política*.

António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado
e Patrícia Ávila (organizadores)

Portugal no Contexto Europeu, vol. II

Sociedade e Conhecimento

António Firmino da Costa
Cristina Palma Conceição
Fernando Luís Machado
Gustavo Cardoso
Helena Carvalho
João Ferreira de Almeida
João Freire
José Luís Casanova
Luísa Oliveira
Maria de Lurdes Rodrigues
Maria do Carmo Gomes
Patrícia Ávila
Paulo Pereira de Almeida
Rosário Mauritti
Susana da Cruz Martins

© CIES-ISCTE, 2007

António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila (orgs.)
Portugal no Contexto Europeu. Vol. II: Sociedade e Conhecimento

Primeira edição: Dezembro de 2007

Tiragem: 800 exemplares

ISBN: 978-972-774-252-3

Depósito legal:

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10): Celta Editora

Capa: Mário Vaz | Arranjo: Celta Editora

Imagem da capa: Amadeo de Souza-Cardoso (1887-1918), *Sem título*, 1913, óleo sobre tela,
27x46 cm, gentilmente cedida pelo Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão,
Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Impressão e acabamentos: Publidisa, Espanha

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Celta Editora, Lda.

Celta Editora, Av. de Berna, 11, 3.º, 1050-036 Lisboa, Portugal

Endereço postal: Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal

Tel.: (+351) 214 417 433

Fax: (+351) 214 467 304

E-mail: mail@celtaeditora.pt

Página: www.celtaeditora.pt

Índice

Índice de figuras e quadros	vii
Sobre os autores	ix
Nota prévia	xi
Introdução	1
<i>António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila</i>	
1 Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional	5
<i>António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida</i>	
2 Literacia e desigualdades sociais na sociedade do conhecimento	21
<i>Patrícia Ávila</i>	
3 Práticas comunicacionais na sociedade em rede	45
<i>Gustavo Cardoso, Maria do Carmo Gomes e Cristina Palma Conceição</i>	
4 Cultura científica e modos de relação com a ciência	61
<i>António Firmino da Costa, Cristina Palma Conceição e Patrícia Ávila</i>	
5 Estudantes do ensino superior: contextos e origens sociais	85
<i>Rosário Mauritti e Susana da Cruz Martins</i>	
6 Profissionais qualificados e sociedade do conhecimento	103
<i>Maria de Lurdes Rodrigues, Luísa Oliveira e Helena Carvalho</i>	
7 Transformações e resistências: técnica, economia e sociedade	123
<i>João Freire</i>	

8	Emprego terciário, servicialização do trabalho e sistemas tecnológicos	145
	<i>Paulo Pereira de Almeida</i>	
9	Estrutura, orientações sociais e projectos societais	165
	<i>José Luís Casanova</i>	

Índice de figuras e quadros

Figuras

2.1	Perfis de literacia dos portugueses (16-65 anos), 1998	28
2.2	Literacia em prosa, documental e quantitativa nos países participantes no IALS, 1998	29
2.3	Perfil médio de literacia e amplitude da dispersão nos países participantes no IALS (literacia em prosa), 1998	30
2.4	Escolaridade e literacia documental (países participantes no IALS)	33
2.5	Competências de literacia (pontuações médias da literacia em prosa) segundo a escolaridade, por país, 1998	34
2.6	Espaço social da literacia (análise de correspondências múltiplas) ..	36
5.1	Estudantes e diplomados do ensino superior por sexo, 1991 a 2002	88
6.1	Segmentação da população empregada em Portugal	110
6.2	Espaço profissional dos licenciados e dos pós-graduados	115
8.1	Transformações induzidas pelas TIC nos sistemas de produção nos serviços	156
8.2	As empresas de serviço nas categorias de Mintzberg: uma burocracia mecanicista	158
8.3	As empresas de serviço nas categorias de Mintzberg: a passagem para uma adhocracia	158

Quadros

1.1	Estruturas transnacionais de classes, 2004	12
1.2	Perfis educativos das classes na Europa, 2004	14
2.1	Níveis de literacia IALS (síntese explicativa)	26
2.2	Factores explicativos da literacia em prosa, documental e quantitativa (regressão múltipla)	38

3.1	Utilização da internet segundo nível de escolaridade e idade, 2003	51
3.2	Incidência dos domínios de uso da internet, segundo escalões etários e níveis de escolaridade, 2003	51
3.3	Práticas comunicativas e vida quotidiana, segundo utilização da internet, 2003	55
3.4	Actividade que considera mais interessante por geração, 1.ª escolha, 2003	56
4.1	Modos de relação com a ciência (MRC), 2002	74
5.1	Origens de classe dos estudantes do ensino superior, comparação com a população portuguesa e índice de recrutamento de classe	92
5.2	Origens socioeducacionais dos estudantes do ensino superior, comparação com a população portuguesa e índice de recrutamento escolar	93
5.3	Jovens no sistema de ensino e diplomados do ensino superior, por grupo etário e sexo, 1998-2002	96
6.1	Ideais-tipo de padrões de competitividade (características de base)	107
6.2	Níveis de instrução da população por grupos de idade, em Portugal e nos países da OCDE, 2003	108
6.3	Evolução dos níveis de escolarização da população em Portugal	108
6.4	Níveis de escolaridade atingidos pela população empregada (1991-2001)	108
6.5	Distribuição dos diplomados do ensino superior na população residente em Portugal, por grau, 1991-2001	115
6.6	Síntese de caracterização do espaço profissional dos licenciados e pós-graduados	118
7.1	Avaliação da situação económica familiar actual, 1997-2000	138
7.2	Previsão da situação profissional (dentro de 2 a 3 anos), 1997-2000 .	138
7.3	Previsão da remuneração (dentro de 2 a 3 anos), 1997-2000	138
7.4	Previsão da situação económica familiar (dentro de 2/3 anos), 1997-2000	140
7.5	Projectos de consumo/investimento a curto/médio prazo (2 a 3 anos), 1997-2000	140
7.6	Expectativas relativamente à vida futura dos filhos, 1997-2000 ...	142
8.1	População activa nos serviços em relação ao total, 1977 a 2003 ...	146
8.2	População activa nos serviços em relação ao total por NUTS I, 1995 e 2002	148
8.3	Perfil de habilitações e de competências requeridas em contextos empresariais de inovação e conhecimento	159
9.1	Características sociais e orientação social	170
9.2	Características sociais e orientação social	172
9.3	Orientação social e reclamação de mais influência para as instituições	182
9.4	Orientação social e sectores em que se deve investir	186

Sobre os autores

António Firmino da Costa, professor do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigador do CIES-ISCTE.

Cristina Palma Conceição, investigadora do CIES-ISCTE.

Fernando Luís Machado, professor do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigador do CIES-ISCTE.

Gustavo Cardoso, professor do Departamento de Ciências e Tecnologias da Informação do ISCTE e investigador do CIES-ISCTE.

Helena Carvalho, professora do Departamento de Métodos Quantitativos do ISCTE e investigadora do CIES-ISCTE.

João Ferreira de Almeida, professor do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigador do CIES-ISCTE.

João Freire, professor aposentado do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigador do CIES-ISCTE.

José Luís Casanova, professor do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigador do CIES-ISCTE.

Luísa Oliveira, professora do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigadora do CIES-ISCTE.

Maria de Lurdes Rodrigues, professora do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigadora do CIES-ISCTE.

Maria do Carmo Gomes, investigadora do CIES-ISCTE.

Patrícia Ávila, professora do Departamento de Métodos Quantitativos do ISCTE e investigadora do CIES-ISCTE.

Paulo Pereira de Almeida, professor do Departamento de Sociologia do ISCTE e investigador do CIES-ISCTE.

Rosário Mauritti, investigadora do CIES-ISCTE.

Susana da Cruz Martins, investigadora do CIES-ISCTE.

Nota prévia

Este volume faz parte de uma trilogia organizada pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do ISCTE (CIES-ISCTE). Nela foi possível congregiar um conjunto alargado de análises recentes sobre a sociedade contemporânea, situando *Portugal no Contexto Europeu*.

A trilogia integra os seguintes volumes:

- vol. I *Instituições e Política*
(organizado por José Manuel Leite Viegas, Helena Carreiras e Andrés Malamud);
- vol. II *Sociedade e Conhecimento*
(organizado por António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila);
- vol. III *Quotidiano e Qualidade de Vida*
(organizado por Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Luís Capucha).

Visa-se, assim, colocar à disposição do público resultados de pesquisas de âmbito nacional e internacional realizadas pelos investigadores do CIES-ISCTE nos últimos anos. Ao juntá-los nesta trilogia, voltou-se a examinar dados e análises, promovendo uma nova compreensão integradora da sociedade actual.

Três ângulos analíticos e temáticos organizam estes novos avanços de conhecimento sobre os quadros de vida social contemporâneos. Cada volume dá corpo a um deles.

Introdução

António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila

Que relação tem a sociedade actual com o conhecimento? O lugar do conhecimento na sociedade contemporânea tornou-se, de maneira crescente, tema de reflexão pessoal e debate social, alvo de estratégias de grupos e organizações, domínio de incidência de políticas públicas. As ciências sociais tomaram-no também como objecto de estudo, tendo algumas delas vindo a dedicar-lhe cada vez mais atenção.

A sociologia, em particular, foi precursora na identificação e problematização da emergência de novas configurações de sociedade nas quais o conhecimento se tornou central. O conhecimento foi sempre integrante das sociedades humanas, mas hoje parece ter ganhado uma presença particularmente decisiva na organização da sociedade e nas dinâmicas sociais. Em especial o conhecimento altamente formalizado e codificado, com elevado coeficiente de elaboração e reflexividade, nas diversas formas em que se foi produzindo e inserindo socialmente, constituiu-se em dimensão estruturante fundamental das instituições e da cultura, da vida quotidiana e dos processos de mudança. A investigação sociológica a este respeito concentra-se actualmente na análise das modalidades em que esse conhecimento se desdobra e dos domínios sociais em que ele ocorre, assim como no estudo das condições sociais da sua geração, transmissão, difusão e incidência, dos protagonistas e mecanismos sociais envolvidos, dos impactos sociais que dele decorrem ou das dinâmicas sociais que com ele se entrelaçam, mormente nos processos de mudança.

Uma parte significativa da investigação realizada ou em curso no CIES-ISCTE tem tido como foco, precisamente, esta problemática das relações da sociedade contemporânea com o conhecimento, analisada a partir de variados ângulos e a propósito de diversos temas concretos. Os capítulos que se seguem apresentam resultados de pesquisa recente e análises integradoras decorrentes de projectos de investigação sociológica sobre as estruturas sociais e educacionais, os padrões de literacia, o uso das novas tecnologias de informação e comunicação (nomeadamente a internet), a cultura científica das

populações, os estudantes do ensino superior, os profissionais de alta qualificação, as tendências na esfera económica e do trabalho, os novos serviços, as orientações sociais dos diversos segmentos da população. No conjunto, procura-se situar a sociedade portuguesa no contexto europeu e no quadro global da actualidade, seja através de exemplos ilustrativos, seja recorrendo a comparações internacionais ou procedendo a análises de âmbito directamente transnacional.

No capítulo 1, “Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional”, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida mostram, com base em dados do European Social Survey, como é que, hoje, as estruturas de classes sociais formam diversos agregados transnacionais a nível europeu, e como é que, nesse contexto alargado, os recursos educativos dos agentes sociais podem apresentar desigualdades relacionadas não só com os diferentes lugares de classe que ocupam, mas também com os diversos agregados transnacionais de classes em que se situam. As consequências são de grande alcance, tanto em termos de oportunidades pessoais como em termos de potencialidades nacionais de desenvolvimento.

No capítulo 2, “Literacia e desigualdades sociais na sociedade do conhecimento”, Patrícia Ávila analisa a importância social da leitura e da escrita nos quadros sociais contemporâneos. Partindo dos dados do International Adult Literacy Survey (IALS), são apresentados diferentes tipos de resultados, os quais permitem não só situar a sociedade portuguesa face a outros contextos nacionais no que diz respeito à distribuição da literacia, como também clarificar a importância desta enquanto recurso que, nas sociedades do conhecimento, condiciona as práticas dos sujeitos e o acesso a determinadas posições na estrutura social. A análise desenvolvida revela ainda a forte dependência das competências de literacia relativamente aos contextos de vida dos sujeitos e às suas práticas quotidianas.

No capítulo 3, “Práticas comunicacionais na sociedade em rede”, Gustavo Cardoso, Maria do Carmo Gomes e Cristina Palma Conceição tomam como objecto as práticas comunicacionais dos portugueses na transição para uma sociedade em rede. Num primeiro momento, caracterizam genericamente os factores e processos que justificam essa adjectivação particular das sociedades contemporâneas e a respectiva expressão na sociedade portuguesa. Analisam, depois, o perfil social dos utilizadores da internet e os efeitos do seu uso na comunicação interpessoal e nas sociabilidades, nas práticas quotidianas e na relação com os média tradicionais. Concluem que em Portugal, como na generalidade dos países mais desenvolvidos, a internet não substituiu as formas e meios de comunicação anteriores mas articula-se com eles.

No capítulo 4, “Cultura científica e modos de relação com a ciência”, António Firmino da Costa, Cristina Palma Conceição e Patrícia Ávila debruçam-se sobre a sociedade portuguesa e, em âmbito mais alargado, sobre a União Europeia no seu conjunto, para examinarem as relações actuais da

população em geral com a ciência, um domínio de conhecimento fundamental nas sociedades contemporâneas. Para além de um balanço de diversas gerações de estudos sobre literacia científica, compreensão pública da ciência e cultura científica das populações, dá-se conta dos diversos modos de relação com a ciência que hoje em dia se podem encontrar na sociedade e analisam-se os envolvimento de diversos tipos de actores sociais em processos de difusão da cultura científica.

No capítulo 5, “Estudantes do ensino superior: contextos e origens sociais”, Rosário Mauritti e Susana da Cruz Martins inventariam as numerosas pesquisas que em Portugal têm sido desde há muito dedicadas ao tema em título, identificam as tendências de acesso ao ensino superior, com destaque para os padrões de recrutamento de classe, e procedem a uma comparação à escala europeia alargada. Os dados apresentados revelam que, apesar da expansão do ensino superior nas duas últimas décadas, no que respeita a alunos e a diplomados, Portugal não conseguiu senão uma tímida recuperação do seu atraso estrutural face ao padrão europeu. Mostram, por outro lado, que o protagonismo feminino no ensino superior é um traço comum à Europa comunitária.

No capítulo 6, “Profissionais qualificados e sociedade do conhecimento”, Maria de Lurdes Rodrigues, Luísa Oliveira e Helena Carvalho centram-se também nos portugueses detentores de formação superior, graduada ou pós-graduada, mas agora tomando como objecto o conjunto da população empregada. Tendo como pano de fundo a sociedade do conhecimento, enquanto modelo emergente de desenvolvimento económico e social, as autoras fazem o mapa da inserção sectorial dos profissionais altamente qualificados, justamente considerados um dos pilares desse modelo de desenvolvimento. Mostram que os profissionais graduados e pós-graduados se distribuem por todos os sectores de actividade, mas de forma muito desequilibrada, com uma larga maioria concentrada no sector público e uma minoria reduzida na indústria e nos serviços.

No capítulo 7, “Transformações e resistências: técnica, economia e sociedade”, João Freire traça um panorama geral da evolução da economia e da sociedade portuguesa desde a adesão à União Europeia, focando particularmente a modernização das empresas e organizações, o papel das tecnologias de informação e comunicação e do automóvel privado, em termos de emprego, trabalho, lazer e relacionamento social, e as percepções económicas e laborais da população. Sublinha a amplitude e intensidade das transformações ocorridas em todos esses planos, apesar das “resistências sistémicas”.

No capítulo 8, “Emprego terciário, servicialização do trabalho e sistemas tecnológicos”, Paulo Pereira de Almeida começa por apreciar a evolução do processo de terciarização das sociedades contemporâneas, comparando a situação portuguesa com a do conjunto da União Europeia; defende, depois, a utilidade do conceito de “servicialização” para dar conta da transversalidade da lógica de

serviço à generalidade das formas de trabalho actuais; e termina com a análise da relação entre trabalho, servicialização e tecnologia, nomeadamente ao nível das transformações introduzidas pelas tecnologias de informação e comunicação nos sistemas de produção e nas formas de organização das empresas de serviços.

Finalmente, no capítulo 9, “Estrutura, orientações sociais e projectos societais”, José Luís Casanova explica como definiu, operacionalizou e aplicou empiricamente à realidade portuguesa o conceito de orientações sociais, na esteira de uma reconstrução reflexiva do conceito bourdieusiano de *habitus*. Distingue quatro tipos de orientações sociais, através da combinação de um eixo relativo à acção social com outro relativo ao posicionamento face às desigualdades sociais, e procede à análise detalhada da variação dessas orientações, por um lado, em função de indicadores de condições sociais de existência, os quais tornam clara a importância das qualificações e, por outro lado, de indicadores de projectos societais.

Pretende-se com este livro fornecer um conjunto de contributos integrados para uma melhor compreensão da transição de Portugal para a sociedade do conhecimento, para um entendimento mais informado e reflectido das condições, vertentes, protagonistas e processos sociais dessa transição. Espera-se também, a um nível de maior generalidade, que ele possa juntar-se ao esforço das ciências sociais para elucidar as relações actuais da sociedade com o conhecimento, no espaço europeu e à escala global.

Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional

*António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado
e João Ferreira de Almeida*

Introdução

Como é que as estruturas sociais europeias se estão a reconfigurar, no actual contexto de globalização e sociedade do conhecimento?

Um dos domínios fundamentais da investigação sociológica tem sido, precisamente, o das transformações nas estruturas sociais. Pretende-se com o presente estudo dar alguns contributos para a actualização do conhecimento nesse domínio, concretamente em relação ao espaço europeu. A hipótese geral que orienta esta abordagem é a de que as análises de classes, longe de se terem tornado inúteis ou ultrapassadas no referido contexto de globalização e sociedade do conhecimento, podem contribuir para revelar, caracterizar e explicar aspectos decisivos dos processos contemporâneos de mudança estrutural.

Porém, antes de entrar na análise concreta, é necessário apresentar alguns breves esclarecimentos preliminares de carácter teórico, conceptual e operativo. É o que se faz nos primeiros pontos deste capítulo. Nos pontos seguintes, que condensam os resultados principais desta investigação, apresenta-se uma análise dos *agregados transnacionais de classes* (*transnational class clusters*) e dos *recursos educativos das classes* (*class educational assets*) na Europa actual. A conclusão retoma de maneira integrada estas análises substantivas e a pertinência da hipótese de partida sobre a actualidade das análises estruturais de classes.

Processos de globalização e sociedade do conhecimento

Os conceitos de *globalização* e *sociedade do conhecimento* têm hoje uma presença paradoxal na análise sociológica. Por um lado, são conceitos utilizados de maneira recorrente, a propósito dos mais variados assuntos. Isso passa-se, aliás, não só na sociologia mas também nas outras ciências sociais e, em geral, no discurso erudito, técnico, político e mediático. Por outro lado, na análise

sociológica estes conceitos são objecto sistemático de distanciamento crítico e controvérsia teórica. Tudo se passa como se não houvesse maneira de lhes fugir mas, ao mesmo tempo, o recurso a eles fosse sentido como intelectualmente desconfortável. Em todo o caso, necessitam certamente de clarificação.

A utilização do conceito de globalização generalizou-se nas ciências sociais a partir do início dos anos 90 do século passado. Alguns autores vêem a globalização como consistindo, sobretudo, numa estratégia económica de grandes empresas capitalistas multinacionais, em busca da expansão dos mercados e da internacionalização da produção, estratégia essa apoiada por estados poderosos, nomeadamente os EUA, e por organizações internacionais como o a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Essa é a concepção que se encontra também, por exemplo, em Manuel Castells (1996), autor que para outros aspectos dos processos sociais contemporâneos de larga escala propõe outros conceitos, o mais conhecido dos quais é o de *sociedade em rede* (*the network society*).

Os economistas também tendem a encarar o conceito de globalização desta maneira, mesmo quando abordam o processo num registo crítico, como o de Stiglitz (2002 e 2006) ao apelar à constituição ou ao reforço de instâncias de governação internacional da globalização económica, de modo a tornar os seus mecanismos e efeitos mais equilibrados e justos. Em diversas instâncias, aliás, se tem ido no mesmo sentido, como é nomeadamente o caso da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização (2005).

Autores como Giddens (1990), Robertson (1992), Waters (1995), Appadurai (1996), Beck (2000) e outros, cujas obras contribuíram de maneira decisiva para a difusão desse conceito no vocabulário e nas perspectivas analíticas das ciências sociais, preferem falar de *processos de globalização* e integrar neles vertentes não só económicas mas também ambientais, culturais, comunicacionais, políticas e militares. No cerne do significado do conceito de globalização colocam o alargamento e intensificação das relações sociais à escala mundial, verificados de maneira drástica nas últimas décadas, em múltiplas dimensões e segundo regimes de interdependência largamente acrescida.

De acordo com estas concepções, e apesar das diferenças nas teorizações dos diversos autores, reconfigurações da esfera económica como as atrás assinaladas fazem parte dos processos de globalização, mas estes não se resumem àquelas. As outras dimensões dos processos de globalização têm dinâmicas próprias e importância específica. Podem apresentar, mesmo, tendências desfasadas ou aspectos contraditórios entre si. Na análise da sociedade actual, é decisivo debruçarmo-nos sobre as combinatórias que vão ocorrendo entre essas diversas dimensões e dinâmicas.

As novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC), com o seu desenvolvimento acelerado e incorporação vertiginosa na actividade económica e na vida quotidiana, assim como, em geral, a intensificação da inovação tecnológica e organizacional a partir de conhecimentos de base científica, são

consideradas também fontes cruciais da mudança social contemporânea. Em simultâneo, o processo de alargamento e prolongamento da escolarização, de acréscimo rápido das qualificações formais das populações e de incorporação desse trabalho qualificado na actividade económica e social, processo esse verificado de forma muito intensificada nas décadas mais recentes, tem sido igualmente considerado uma das molas decisivas da mudança social actual. É no essencial para dar conta destes dois conjuntos de processos que têm sido usadas as expressões *sociedade da informação* e *sociedade do conhecimento*.

Também acerca destes conceitos a controvérsia é grande nas ciências sociais. Um balanço já clássico sobre os principais entendimentos de *sociedade da informação* encontra-se em Lyon (1988). Pelo seu lado, Castells (1996) prefere falar de *era da informação* e *modo de desenvolvimento informacional*. Obras sociológicas como as de Touraine (1969) ou Bell (1973) tinham abordado, de maneiras muito diversas, o advento do que designaram por *sociedade pós-industrial*. Nelas estava já inscrita a problemática do que se viria a chamar *sociedade do conhecimento*, tematizada explicitamente segundo versões igualmente bastante variadas, como as de Drucker (1993) ou Stehr (1994).

Algumas obras de referência, recorrendo a diferentes terminologias, focam em especial determinados protagonistas centrais dos processos que caracterizam a sociedade do conhecimento. É o caso dos *peritos* em Giddens (1990), dos *analistas simbólicos* em Reich (1991) ou da *classe criativa* em Florida (2002). Aproximamo-nos, assim, das análises de classes sociais.

Tomando em conta os significados nucleares inscritos nestas diversas abordagens, é possível fazer um balanço: no essencial, o conceito de sociedade do conhecimento remete para a presença profundamente estruturante e largamente abrangente, na sociedade contemporânea, de conhecimentos formalizados e codificados, desenvolvidos por peritos em instituições especializadas, através de procedimentos de elevado grau de elaboração. Estes conhecimentos constituem, hoje, um elemento central da organização da sociedade e dos processos de mudança social.

Níveis de análise nacional e transnacional

Os processos sociais contemporâneos acima referidos ocorrem em grande medida a escalas transnacionais. Os processos de globalização são um exemplo evidente. Os processos de integração europeia são outro. Aliás, globalização e integração europeia são processos específicos, que não se determinam rigidamente entre si, mas que se têm vindo a influenciar reciprocamente de diversas maneiras. Ambos têm repercussão decisiva, hoje, na configuração e transformação da sociedade portuguesa.

Isto não quer dizer, de modo algum, que as sociedades nacionais e os estados-nação, com as suas particularidades estruturais, institucionais e culturais, não continuem a ter uma enorme importância. Mas essa persistência, a

diversos níveis e em variadíssimos aspectos, não permite ignorar até que ponto o centro de gravidade das estruturas sociais e dos processos de mudança se situa actualmente, numa larga medida, em âmbitos transnacionais.

Em todo o caso, a proclamação de que as sociedades e os estados nacionais se teriam esfumado no ar, parece bastante prematura. As insistências de certos autores numa suposta “desagregação das sociedades” (Touraine, 2005), mais postulada do que verificada, ou na necessidade de superação de um “nacionalismo metodológico” (Beck, 2000) que, na verdade, praticamente ninguém hoje subscreve na sociologia, parecem decorrer mais de um pendor retórico algo exagerado do que de elaborações teóricas consistentes e corroborações empíricas sustentadas.

De forma mais precisa, a compreensão de muitos fenómenos sociais contemporâneos requer uma análise sociológica que articule os dois níveis de análise, nacional e transnacional. É o que se pretende fazer neste capítulo, a respeito de estruturas sociais e perfis educacionais no quadro europeu actual.

Importa ainda salientar, nestas anotações preliminares, que desenvolver uma análise sociológica transnacional não significa apenas proceder a comparações internacionais. Essas comparações são esclarecedoras, sem dúvida, permitindo relativizar o significado das características de cada país e colocar hipóteses explicativas baseadas no confronto sistemático de semelhanças e diferenças entre eles. Mas há algo mais.

Hoje em dia, a constituição da sociedade dá-se também, em larga medida, directamente a escalas transnacionais. Quer isto dizer que, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista metodológico, algumas das unidades de análise sociológica pertinentes precisam de ser redefinidas como de âmbito especificamente transnacional. Coloca-se então à investigação sociológica uma nova interrogação: como delimitar essas unidades de análise transnacionais?

Para o estudo de um conjunto diversificado de fenómenos, a delimitação pertinente sobrepõe-se às contiguidades geográficas e/ou às fronteiras institucionais, como, por exemplo, as dos países ou as da União Europeia. Mas essas delimitações são, à partida, mais pertinentes para fenómenos de índole institucional ou cultural (e nem sempre é o caso) do que de carácter socioestrutural.

Quer isto dizer que, na análise das estruturas sociais que se estão actualmente a formar no contexto europeu, mais do que assumir unidades transnacionais definidas de maneira apriorística importa tomar a própria delimitação dessas unidades transnacionais como objecto de investigação.

Análise de classes

Constituirá a análise de classes uma ferramenta útil para a investigação sociológica da sociedade contemporânea, num contexto de globalização e de sociedade do conhecimento?

Como é sabido, a sociologia tem sido permanentemente palco de debates e controvérsias sobre classes sociais. Encontram-se nela, desde as obras precursoras e fundadoras, diferentes perspectivas teóricas e diversas modalidades de investigação empírica.

Os problemas das relações entre estrutura, consciência e acção (os *structure-consciousness-action [SCA] problems*) (Pahl, 1989; Crompton, 1998) são endémicos neste domínio. Os focos analíticos têm sido variáveis, consoante os investigadores, centrando-se uns mais nos lugares de classe, outros nos conflitos de classe, outros nas práticas quotidianas e nos estilos de vida e suas relações com as classes sociais, outros nas origens e nas trajectórias de classe, outros nas disposições, identidades e ideologias de classe, etc. Pelo seu lado, as tipologias de classes ou lugares de classe utilizadas na análise teórica e empírica têm sido também variadas e alternativas, sendo com frequência apenas parcialmente comparáveis entre si.

As teses do “fim das classes” vão reaparecendo de tempos a tempos: como desejo e previsão, em Marx; como suposta concretização, tanto nas teses apoloéticas do “socialismo real” ou do “capitalismo de classe média” como nas teses apocalípticas da teoria crítica frankfurtiana, em meados do século XX; como pretenso acontecimento recente, nos teóricos do pós-modernismo dos finais do século XX. É claro que cada novo surto da tese infirma por si só as versões anteriores: se já antes tivessem desaparecido, não estariam de novo a iniciar o seu desaparecimento.

Hoje, a agenda da sociologia das classes sociais é marcada por alguns tópicos principais: a) *o crescimento das desigualdades sociais*, nos factos e nas percepções, o que, aliás, tornou mais difícil a aceitação da ideia do “fim das classes” (Chauvel, 2004 e 2006); b) *a intersecção das desigualdades*, de classe, género, etnicidade, educativas, territoriais, identitárias, etc. (Devine e outros, 2005); c) *as relações entre classes e cidadania*, envolvendo questões relativas ao estado de direito e ao estado social, à democracia e ao conflito (Giddens e Diamond, 2005); d) *as classes a nível transnacional*.

É precisamente no âmbito deste último tópico que a presente análise se situa. Ela faz parte de um programa de investigação sobre classes sociais desenvolvido desde há muito pelos autores.¹ Este programa tem-se traduzido em diversos projectos de investigação e publicações; tem envolvido vários outros investigadores e estudantes; tem recorrido a métodos extensivos (análises de fontes estatísticas, inquéritos por questionário) e a métodos intensivos (estudos de caso); tem vindo a elaborar e testar uma tipologia classificatória de lugares de classe, a tipologia ACM (Almeida, Costa e Machado).

1 Alguns dos pontos de referência neste percurso encontram-se em Almeida (1986), Costa (1987), Almeida, Costa e Machado (1988 e 1994), Machado e Costa (1998), Costa (1999), Machado (2002), Machado e outros (2003). Numa abordagem já decididamente de carácter transnacional, podem referir-se Costa e outros (2000) e Almeida, Machado e Costa (2006).

A tipologia de classes ACM consiste, em termos operatórios, num indicador socioprofissional de lugares de classe, construído com base em duas variáveis principais, a “situação na profissão” e a “profissão”, esta última operacionalizada de acordo com a International Standard Classification of Occupations (ISCO).² Um indicador socioprofissional de classe não esgota, de maneira nenhuma, todo o conteúdo do conceito de classe, devendo ser complementado com outras fontes informativas e com outras vertentes de análise (Costa, 1999). Mas nem por isso deixa de ser um instrumento analítico de grande utilidade, reconhecido como tal mesmo por sociólogos bastante críticos das limitações do que chamam, de forma um tanto redutora, “agregados de emprego” (*employment aggregates*) (Crompton, 1998).

Na sua versão principal, a tipologia ACM inclui cinco categorias socioprofissionais, precisamente as utilizadas na análise desenvolvida nos pontos seguintes. Mas pode ser decomposta ou agregada em outras versões, consoante os objectos de estudo, as fontes informativas disponíveis, as unidades de análise (indivíduo ou agregado familiar), a abrangência (só activos ou também outros componentes da população) e a consideração de situações de pluriactividade.³

A tipologia ACM pode ser comparada com outras, correntes neste tipo de análises. As mais conhecidas são: a tipologia G (Goldthorpe), também conhecida por EGP (Erikson-Goldthorpe-Portocarrero) (Erikson e Goldthorpe, 1993), de que a ESeC, um protótipo proposto por Rose e Harrison (2007) de uma *european socio-economic classification*, constitui uma nova versão; a tipologia W (Wright, 1997); a tipologia E-A (Esping-Andersen, 1993); e a tipologia francesa CPS (*catégories socioprofessionnelles*) e depois PCS (*professions et catégories socioprofessionnelles*) (Desrosières e Thévenot, 1988).

Algumas das vantagens comparativas da tipologia ACM são as seguintes: a) dá tradução operatória a um conjunto alargado de dimensões teóricas centrais nas análises de classes; b) é sensível a uma grande variedade de situações empíricas encontradas nas sociedades actuais; c) é muito compacta, apesar das duas propriedades anteriores, o que facilita os tratamentos estatísticos e propicia análises sociológicas integradoras; d) é compatível tanto com fontes estatísticas oficiais como com operações de recolha de informação na investigação sociológica; e) permite múltiplas desagregações e agregações, consoante os objectos de estudo e as disponibilidades informativas; f) usa uma terminologia facilmente reconhecível na actualidade, procurando evitar conotações anacrónicas.⁴

2 A variável “situação na profissão” é decomposta em três categorias principais, como nos indicadores estatísticos institucionais habituais: empregador, trabalhador por conta própria e trabalhador por conta de outrem. Outras categorias específicas podem ser também tomadas em conta, consoante a pertinência analítica respectiva para o objecto de estudo em causa e a informação de base disponível. Para mais pormenores de operacionalização ver Costa (1999) e Machado e outros (2003).

3 Na bibliografia referida na nota 1 encontram-se outras versões da tipologia.

4 Não é possível desenvolver mais aqui os argumentos sobre as vantagens comparativas

Agregados transnacionais de classes

Recorrendo à tipologia ACM e aos dados do European Social Survey (ESS) de 2004 (*round 2*), envolvendo 22 países, é possível não apenas caracterizar a composição de classe de cada país mas, para além disso, avançar na pesquisa de estruturas de classe transnacionais.⁵

O quadro 1.1 condensa, de maneira integrada, os resultados de vários passos da análise. Ao nível mais desagregado, são apresentados os resultados relativos à estrutura de lugares de classe (operacionalizados através do indicador socioprofissional) de cada um dos países. Por outro lado, ao nível mais agregado, figura a composição de classe do universo europeu objecto de investigação, tomado como um todo.

Mais interessante, contudo, é procurar afinidades de composição de classe entre conjuntos específicos de países. Isso conseguiu-se através de uma *análise de clusters*. O quadro mostra quais os agregados transnacionais encontrados. E mostra, ainda, qual é a estrutura de lugares de classe de cada *cluster* ou agregado transnacional.⁶

O *cluster 1* constitui o conjunto maioritário, de certo modo o padrão europeu em termos de estrutura social. Engloba os países nórdicos e vários outros do Oeste e Centro europeu. A Espanha pertence já a este conjunto. Nele tornaram-se maioritários os profissionais técnicos e de enquadramento (PTE), isto é, os assalariados com qualificações de nível médio ou superior e/ou com posições de autoridade hierárquica nas organizações também de nível médio ou superior, protagonistas centrais das dinâmicas da sociedade do conhecimento.

O *cluster 2* distingue-se do anterior por a respectiva estrutura de lugares de classe evidenciar um peso relativo menor de PTE, a par de uma proporção bastante mais elevada de empregados executantes (EE), empregados de actividades de rotina nas actividades administrativas, do comércio e dos serviços. O peso relativo dos operários (O) é ainda menor do que no agregado anterior. São sociedades altamente terciarizadas. Incluem os países insulares do Atlântico Norte (Reino Unido, Irlanda e Islândia) e também a Áustria.

Em certo sentido, passa-se o contrário com o *cluster 3*. Nele o peso relativo dos O é claramente o mais elevado. Tanto este aspecto como a proporção

da tipologia ACM. Alguns desses argumentos podem ser encontrados em Costa (1999), Costa e outros (2000), Machado e outros (2003).

5 O European Social Survey é uma operação de inquérito, conduzida periodicamente junto de amostras representativas da população de cada um dos países, através da aplicação de questionários que contêm um módulo de caracterização social e vários módulos respeitantes a valores e representações, uns fixos e outros rotativos.

6 Utilizou-se uma análise de *clusters* hierárquica, tendo-se seleccionado, após verificação da sua interpretabilidade sociológica, a partição mais desagregada antes do surgimento de casos isolados. A análise de dados foi realizada por Rui Brites, a quem os autores deixam expresso o seu agradecimento pela colaboração generosa e competente.

Quadro 1.1 Estruturas transnacionais de classes, 2004

Países e clusters	Lugares de classe							Total
	Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)		Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE)		Trabalhadores independentes (TI) executantes (EE)		Operários (O)	
Noruega	13,3	30,5	4,9	32,7	18,7	100,0	100,0	
Dinamarca	14,4	30,7	2,7	32,9	19,2	100,0	100,0	
Suécia	10,8	31,2	4,1	33,9	20,1	100,0	100,0	
Suíça	16,7	31,6	4,7	29,4	17,6	100,0	100,0	
Luxemburgo	12,3	29,5	1,9	31,8	24,4	100,0	100,0	
Holanda	16,7	37,2	2,8	30,0	13,4	100,0	100,0	
Alemanha	16,6	29,4	3,2	26,6	24,1	100,0	100,0	
Bélgica	19,0	27,7	2,6	25,8	24,9	100,0	100,0	
Finlândia	13,4	25,3	7,3	29,6	24,4	100,0	100,0	
Espanha	11,9	27,2	8,2	25,9	26,8	100,0	100,0	
Cluster 1	14,5	30,0	4,2	29,9	21,4	100,0	100,0	
Islândia	15,8	24,5	5,9	37,4	16,4	100,0	100,0	
Reino Unido	18,5	19,7	5,6	38,9	17,2	100,0	100,0	
Irlanda	14,5	20,8	6,2	35,8	22,7	100,0	100,0	
Áustria	8,5	23,7	5,1	45,2	17,4	100,0	100,0	
Cluster 2	14,3	22,2	5,7	39,3	18,4	100,0	100,0	
Rep. Checa	9,2	24,7	3,0	29,1	34,1	100,0	100,0	
Eslovénia	9,6	26,4	3,7	29,6	30,7	100,0	100,0	
Eslováquia	12,3	22,6	3,9	25,8	35,3	100,0	100,0	
Estónia	11,9	23,8	2,0	24,4	38,0	100,0	100,0	
Ucrânia	10,7	24,5	1,0	22,4	41,4	100,0	100,0	
Cluster 3	10,7	24,4	2,7	26,3	35,9	100,0	100,0	
Polónia	12,3	15,5	13,2	25,5	33,5	100,0	100,0	
Portugal	11,7	14,1	7,8	35,5	31,0	100,0	100,0	
Grécia	13,0	9,4	24,2	31,9	21,4	100,0	100,0	
Cluster 4	12,3	13,0	15,1	31,0	28,6	100,0	100,0	
Total	13,3	25,0	5,7	30,8	25,2	100,0	100,0	

Fonte: ESS (round 2), 2004.

também elevada de PTE terão a ver com a história específica destes países, todos eles em transição pós-comunista, em cuja estrutura social continuarão a sentir-se marcas da grande indústria e da escolarização alargada.

Por último, o *cluster 4* destaca-se pela presença ainda elevada de trabalhadores independentes (TI), em grande parte da agricultura, e pela fracção ainda comparativamente reduzida de quadros e técnicos de nível médio ou superior (PTE). Agregam-se aqui dois países do Sul da Europa (Portugal e Grécia) com a Polónia, provavelmente o mais marcado pela actividade agrícola de entre os antigos países de regime comunista incluídos nesta ronda do ESS.

Descendo para o nível de análise nacional, e comparando países dentro deste último *cluster*, é possível ver, por exemplo, que o peso dos TI em Portugal é menor, ou que na Grécia é menor o peso dos PTE. Comparações semelhantes podem ser feitas dentro dos outros agregados. Isso não retira a pertinência à análise empreendida a nível transnacional nem diminui o significado sociológico das estruturas transnacionais de classes concretamente encontradas. Apenas corrobora o que se dizia de início acerca da necessidade de se proceder, hoje em dia, a análises de classes que conjuguem o nível nacional com o nível transnacional.

Os agregados transnacionais de classes abrem uma janela analítica própria sobre as estruturas sociais, os processos de mudança estrutural, os seus factores subjacentes e os seus efeitos, tal como estão a ocorrer na sociedade contemporânea; nomeadamente, como é o caso da ilustração aqui apresentada, no espaço europeu.

Recursos educativos das classes

Uma coisa são os *lugares de classe*, outra as *classes de agentes*. Ou melhor, uma perspectiva sociológica aprofundada torna necessário distinguir analiticamente estas duas dimensões (Costa e outros, 2000). Não são, evidentemente, duas realidades sociais independentes entre si. Mas também não são dimensões redutíveis uma à outra, ao contrário do que concepções excessivamente fusionais ou conflacionistas das relações entre estrutura e agência deram a entender.⁷

Indo directo ao essencial, embora correndo o risco de alguma simplificação, os lugares de classe são estruturados predominantemente por processos económicos, enquanto as classes de agentes, pelo seu lado, são formadas fundamentalmente através de processos de socialização.

Claro que em ambas as dimensões intervêm ainda os processos de acção colectiva, assumida ela mais a forma de acção institucional ou de movimento social. Mas a acção colectiva, num sentido não trivial, é algo que actua sempre sobre um fundo social pré-constituído, neste caso pré-constituído de maneira

7 Críticas teóricas relevantes a essas concepções podem encontrar-se, nomeadamente, em Mouzelis (1995) e Archer (1995). A questão é também retomada em Costa (1999) e Pires (1999 e 2007).

Quadro 1.2 Perfis educativos das classes na Europa, 2004

(médias de anos de escolaridade)

Países e clusters	Lugares de classe						Total
	Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE)	Trabalhadores independentes (TI)	Empregados Executantes (EE)	Operários (O)		
Noruega	14,2	15,8	10,7	11,9	11,4	13,3	
Dinamarca	14,7	15,5	12,3	12,0	11,6	13,4	
Suécia	12,7	14,5	10,3	11,2	10,5	12,2	
Suíça	11,6	12,0	9,4	9,8	9,4	10,7	
Luxemburgo	13,9	14,3	10,6	10,2	9,5	11,7	
Holanda	13,9	13,9	10,9	10,9	10,5	12,5	
Alemanha	14,6	14,8	11,9	11,9	11,5	13,1	
Bélgica	13,7	14,6	11,1	11,4	10,6	12,5	
Finlândia	13,8	15,6	9,6	11,7	10,0	12,4	
Espanha	13,3	15,4	8,0	11,2	8,8	11,7	
Cluster 1	13,7	14,6	10,1	11,2	10,4	12,4	
Islândia	13,5	15,8	10,4	12,2	11,7	13,1	
Reino Unido	13,3	14,5	11,7	11,6	10,7	12,3	
Irlanda	14,0	15,2	10,8	12,4	11,1	12,8	
Áustria	13,6	14,0	10,7	11,6	10,7	12,1	
Cluster 2	13,6	14,7	11,0	11,9	10,9	12,5	
Rep. Checa	14,1	14,0	12,0	11,8	11,2	12,4	
Eslóvenia	11,4	11,4	12,6	11,7	11,6	11,6	
Eslóvaquia	13,9	14,1	11,5	11,3	11,1	12,2	
Estónia	14,4	14,8	12,6	11,1	10,4	12,1	
Ucrânia	13,5	13,5	12,2	10,9	9,7	11,3	
Cluster 3	13,7	13,7	12,1	11,4	10,6	12,0	
Polónia	13,7	14,9	9,9	11,4	10,4	11,7	
Portugal	7,8	13,9	5,0	7,4	5,0	7,4	
Grécia	11,8	15,7	7,1	11,2	8,9	10,2	
Cluster 4	11,2	14,8	7,5	9,9	8,1	9,8	
Total	13,3	14,4	9,5	11,2	10,2	11,9	

Fonte: ESS (round 2), 2004.

continuada precisamente pelos processos económicos e pelos processos de socialização.

Na mesma ordem de ideias, mas especificando um pouco mais, pode dizer-se que os lugares de classe são estruturados predominantemente, em termos imediatos, pelas oportunidades de trabalho. Estas, por sua vez, decorrem de processos complexos, envolvendo as dinâmicas dos mercados e das tecnologias, os modelos de organização e gestão, as estratégias empresariais e um conjunto de políticas estatais.

Já a formação das classes de agentes remete para instâncias e dinâmicas bastante distintas, em especial, como se referiu, para as instâncias e processos de socialização. O ponto fundamental que importa aqui sublinhar é que, em contexto da sociedade de conhecimento, os processos de socialização tendem a focar-se de maneira decisiva na escolarização. Ganham particular centralidade e importância, neste contexto, a aquisição de conhecimentos implicando níveis elevados de codificação e formalização, a aquisição de competências de utilização desses conhecimentos e a obtenção de certificações que reconheçam, explicitem e legitimem formalmente essas aquisições.

Uma das razões para o desenvolvimento actual de processos de padronização internacional de certificações consiste, justamente, na confluência entre uma dinâmica de qualificações crescentes (sociedade do conhecimento) e uma dinâmica de mobilidade potencial também crescente (globalização). Essa confluência gera o apelo a mecanismos que permitam que conhecimentos e competências possam ser reconhecidos com relativa rapidez e segurança para além dos círculos de interconhecimento próximo.

Apesar dessas convergências tendenciais, porém, o preenchimento dos lugares de classe pelas classes de agentes não conduz sempre e em todo o lado aos mesmos perfis educativos das classes sociais. O quadro 1.2 torna isso bem evidente.⁸

Como se pode observar, e como seria de esperar, os ocupantes dos lugares de classe de profissionais técnicos e de enquadramento (PTE), e logo a seguir de empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL), são os que possuem recursos educativos mais elevados.

Em contrapartida, os lugares de classe de trabalhadores independentes (TI), empregados executantes (EE) e operários (O) tendem a ser preenchidos por classes de agentes com recursos escolares claramente menores. O que não é o mesmo que dizer que, na Europa actual, os membros destas classes sociais sejam desprovidos de recursos escolares. Bem pelo contrário, as suas qualificações escolares tornaram-se hoje bastante apreciáveis.

8 O indicador aqui usado é o número de anos de escolaridade. É um indicador bastante simples, mas tem a vantagem de a sua medição ser fiável e comparável. Outros indicadores de recursos escolares poderiam conduzir a análises mais finas e mais aprofundadas, mas o ESS por enquanto não permite recorrer a eles de maneira suficientemente segura.

Poder-se-ia ainda proceder a uma análise comparativa dos diversos países individualmente considerados, o que revelaria aspectos adicionais também muito esclarecedores. O quadro 1.2 permite fazê-lo.

Mas nesta ocasião importa sobretudo ilustrar as potencialidades sociológicas trazidas pela utilização de outras unidades de análise, os agregados transnacionais de classes, identificados não de maneira apriorística ou indirecta mas como resultado de investigação directamente focada sobre as estruturas de classes. Vejamos apenas dois exemplos mais salientes.

No *cluster 3* verifica-se que os PTE — que, como se constatou no ponto anterior, têm peso relativo importante na estrutura de classes deste *cluster* — evidenciam no entanto um nível de recursos educativos um tanto mais baixo do que nos outros agregados transnacionais de classes.

No *cluster 4*, em que se inclui Portugal, os O, EE e TI têm recursos educativos em média muito inferiores aos dos seus equivalentes estruturais nos outros *clusters*. Não transportam consigo, comparativamente com os seus pares, o mesmo nível de conhecimentos formalizados, competências correlativas e certificações correspondentes, o que, num contexto de sociedade de conhecimento e de globalização, os coloca numa situação particularmente desfavorecida e ameaçada. O mesmo não se passa com os PTE, que detêm um nível de recursos educativos idêntico ao que se verifica nos outros *clusters*. Aparentemente, esta classe de agentes inseriu-se já muito mais numa dinâmica de sociedade de conhecimento e globalização do que as outras classes de agentes deste *cluster*.

Apesar das transformações pelas quais tem passado a sociedade portuguesa neste contexto de globalização e sociedade do conhecimento, que são efectivamente muito significativas, os dualismos que lhe foram apontados em diversas obras sociológicas de referência ao longo das décadas passadas, ou a “modernidade inacabada” (Machado e Costa, 1998) que a tem caracterizado, constituem um traço estrutural persistente. Verifica-se agora que esta mesma lógica estrutural é partilhada actualmente por um espaço europeu transnacional mais vasto, mas não contíguo. Neste caso envolve também a Grécia e a Polónia, mas já não se prolonga tanto em contiguidade à Espanha.

As pessoas que, em Portugal e nos outros países do *cluster 4*, ocupam os lugares de classe de assalariados de base e de trabalhadores independentes possuem em média bastante menos recursos educativos do que os seus congéneres dos outros *clusters* europeus. O conteúdo cognitivo que estas classes de agentes transportam para as actividades profissionais que desenvolvem não é o mesmo dos seus equivalentes estruturais a nível europeu.

Assim, neste *cluster* não só a *proporção de actividades mais qualificadas é menor* (limitação estrutural do lugar de classe de PTE) como o *nível de qualificação aplicado às mesmas actividades é menos elevado* (nomeadamente nas classes de agentes assalariados de base ou trabalhadores independentes).

Este último aspecto poucas vezes tem sido identificado ou tido em consideração, mas as suas consequências não são menos importantes do que as do primeiro. Com efeito, do ponto de vista pessoal, as oportunidades não são equivalentes às dos membros das mesmas classes a nível europeu. Empregabilidade, mobilidade, remuneração e outros aspectos fundamentais das condições sociais de existência encontram-se estruturalmente afectados. Por outro lado, do ponto de vista societal, os níveis de qualidade e produtividade conseguidos em diversos domínios de actividade (empresas, administração pública, serviços sociais, associações) nos países do *cluster 4* encontram-se também estruturalmente afectados em comparação com os dos outros agregados transnacionais.

Em suma, às desigualdades estruturais entre classes somam-se as desigualdades estruturais entre contextos sociais caracterizados tanto em termos dos perfis de lugares de classe como em termos da formação (nomeadamente, da qualificação) das classes de agentes. Estas desigualdades repercutem-se, por sua vez, quer a nível das oportunidades pessoais, quer a nível das potencialidades societais.

Uma anotação adicional: sem se desenvolver aqui com exaustividade o nível de análise nacional, não se pode deixar de chamar a atenção para a baixa qualificação escolar da maior parte das categorias sociais em Portugal, mesmo em comparação apenas com os outros países do mesmo *cluster* (quadro 1.2). Se nos PTE a diferença não é particularmente relevante, o mesmo já não se pode dizer dos trabalhadores de base assalariados e independentes, sendo por outro lado também muito notoriamente inferiores os níveis de escolaridade dos EDL portugueses. Isso acontece devido ao peso que nesta categoria têm os pequenos e médios empresários e às baixas qualificações escolares que a generalidade destes apresenta tradicionalmente no país, traço estrutural que também tem tido consequências muito significativas, nomeadamente nas dificuldades de modernização do tecido económico nacional em contexto de transição para a sociedade do conhecimento.

Conclusão

A análise sociológica das estruturas sociais no espaço europeu actual, realizada com base nos resultados do European Social Survey, mostra uma composição social em que as classes assalariadas de base, operários e empregados executantes, constituem cerca de 56% da população activa, os trabalhadores independentes não chegam a atingir os 6%, a classe média assalariada (quadros e técnicos) representa um quarto da população (25%) e a outra classe com mais recursos, na heterogeneidade dos seus segmentos (empresários, dirigentes e profissionais liberais), ronda os 13%.

Os EE e O, apesar de partilharem a condição de assalariados de base e terem múltiplos laços entre si nas relações pessoais e na vida quotidiana, têm

características estruturais muito distintas. Exemplos dessas diferenças encontram-se nos respectivos conteúdos e contextos de trabalho, no peso ganho pelos EE na estrutura social durante as últimas décadas enquanto o dos O diminuíu, ou ainda no facto de os lugares de classe de EE serem ocupados em grande parte por mulheres enquanto os de O continuam a sê-lo maioritariamente por homens.

De salientar, ainda, que os PTE têm vindo a adquirir presença crescente na estrutura social, o que é particularmente significativo do ponto de vista da análise das estruturas sociais num contexto de sociedade do conhecimento. Igualmente muito relevante, em sede de importância crescente do conhecimento nas nossas sociedades, é a verificação dos níveis consideráveis de recursos educacionais conseguidos pelas diversas classes de agentes que ocupam hoje a estrutura social europeia.

Mas esta caracterização de conjunto, com a pertinência analítica própria que possui, poderia correr o risco de não representar muito mais do que uma operação algébrica, um somatório de dados nacionais reconduzido a uma média abstracta, sem grande significado sociológico. Por sua vez, a análise país a país, e as comparações internacionais feitas um a um, sendo certamente úteis, são também insuficientes. O risco, desta feita, é o de não dar conta de processos de estruturação social a nível transnacional, que tudo indica estarem efectivamente a acontecer.

Pode a análise de classes dotar-se de procedimentos que contribuam para o avanço do conhecimento sociológico dessas estruturas transnacionais, e dos processos de mudança pelos quais elas estão a passar, com a importância que essas estruturas e esses processos têm no contexto contemporâneo de globalização? O trabalho sociológico aqui apresentado dá indicações positivas a este respeito, nomeadamente através da elaboração do conceito de *agregados transnacionais de classes* e dos resultados de investigação obtidos a esse respeito relativamente ao espaço europeu.

Por outro lado, pode a sociologia das classes dar contributos elucidativos para a análise das estruturas sociais e dos processos de mudança social no contexto da sociedade do conhecimento? Também neste plano a resposta parece ser positiva. O conceito de *recursos educativos das classes* e os resultados analíticos substantivos a que se conseguiu chegar nesse domínio possibilitam também alguns avanços: clarificam as distinções e relações entre lugares de classe e classes de agentes; mostram que os agentes ocupantes dos mesmos lugares estruturais podem ter recursos educativos bastante desiguais em países ou agregados transnacionais diferentes (o que traz consigo um conjunto muito importante de consequências, apenas a floradas neste trabalho); evidenciam de um novo ângulo a importância crucial que a educação formal e os conhecimentos e competências certificados têm na sociedade do conhecimento.

As estruturas de classes têm vindo a sofrer transformações muito profundas com as dinâmicas contemporâneas de globalização e sociedade do

conhecimento (Giddens, 2007). Relativamente aos diversos aspectos desta mudança atrás examinados, ficou clara a importância de, mais do que contrapor os níveis nacional e transnacional como se fossem mutuamente exclusivos, desenvolver hoje análises sociológicas que os combinem.

Referências bibliográficas

- Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, ICS-UL.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1988), "Famílias, estudantes e universidade", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1994), "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", em António Reis (coord.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Almeida, João Ferreira de, Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa (2006), "Classes sociais e valores em contexto europeu", em Jorge Vala e Anália Torres (orgs.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Appadurai, Arjun (1996), *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Archer, Margaret S. (1995), *Realist Social Theory. The Morphogenetic Approach*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Beck, Ulrich (2000), *What Is Globalization?*, Cambridge, Polity Press.
- Bell, Daniel (1973), *The Coming of Post-Industrial Society*, Nova Iorque, Basic Books.
- Castells, Manuel (1996), *The Rise of the Network Society*, Oxford, Blackwell.
- Chauvel, Louis (2004), "Le renouveau d'une société de classes", em Paul Bouffartigue (org.), *Le Retour des Classes Sociales*, Paris, La Dispute.
- Chauvel, Louis (2006), "La déstabilisation du système de positions sociales", em Hugues Lagrange (org.), *L'Épreuve des Inégalités*, Paris, PUF.
- Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização (2005), *Por Uma Globalização Justa. Criar Oportunidades para Todos*, Lisboa, Celta Editora, ISCTE, OIT.
- Costa, António Firmino da (1987), "Novos contributos para velhas questões da teoria das classes sociais", *Análise Social*, 98.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34.
- Crompton, Rosemary (1998), *Class and Stratification*, Cambridge, Polity Press.
- Desrosières, Alain, e Laurent Thévenot (1988), *Les Catégories Socioprofessionnelles*, Paris, Éditions La Découverte.
- Devine, Fiona, Mike Savage, John Scott e Rosemary Crompton (2005), *Rethinking Class. Culture, Identities and Lifestyle*, Houndmills, Palgrave.

- Drucker, Peter (1993), *Post-Capitalist Society*, Nova Iorque, Harper Collins.
- Erikson, Robert, e John H. Goldthorpe (1993), *The Constant Flux. A Study of Class Mobility in Industrial Societies*, Oxford, Clarendon Press.
- Esping-Andersen, Gosta (1993), *Changing Classes. Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*, Londres, Sage Publications.
- Florida, Richard (2002), *The Rise of the Creative Class*, Nova Iorque, Basic Books.
- Giddens, Anthony (1990), *The Consequences of Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony (2007), *Europe in the Global Age*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony, e Patrick Diamond (orgs.) (2005), *The New Egalitarianism*, Cambridge, Polity Press.
- Lyon, David (1988), *The Information Society. Issues and Illusions*, Cambridge, Polity Press.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís, e António Firmino da Costa (1998) "Processos de uma modernidade inacabada", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?* Oeiras, Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova e João Ferreira de Almeida (2003), "Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66.
- Mouzelis, Nicos (1995), *Sociological Theory. What Went Wrong?*, Londres, Routledge.
- Pahl, Ray (1989), "Is the emperor naked?", *International Journal of Urban and Regional Research*, 13 (4).
- Pires, Rui Pena (1999), "Uma teoria dos processos de integração", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 30.
- Pires, Rui Pena (2007), "Árvores conceptuais: uma reconstrução multidimensional dos conceitos de acção e estrutura", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 53.
- Reich, Robert B. (1991), *The Work of Nations*, Nova Iorque, Random House.
- Robertson, Roland (1992), *Globalization. Social Theory and Global Culture*, Newbury Park, CA, Sage Publications.
- Rose, David, e Eric Harrison (2007), "The european socio-economic classification: a new social class schema for comparative european research", *European Societies*, 9 (3).
- Stehr, Nico (1994), *Knowledge Societies*, Londres, Sage Publications.
- Stiglitz, Joseph E. (2002), *Globalization and Its Discontents*, Nova Iorque, W.W. Norton.
- Stiglitz, Joseph E. (2006), *Making Globalization Work*, Nova Iorque, W.W. Norton.
- Touraine, Alain (1969), *La Société Post-Industrielle*, Paris, Denoel.
- Touraine, Alain (2005), *Un Nouveau Paradigme*, Paris, Fayard.
- Waters, Malcolm (1995), *Globalization*, Londres, Routledge.
- Wright, Erik O. (1997), *Class Counts. Comparative Studies in Class Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.

Literacia e desigualdades sociais na sociedade do conhecimento

Patrícia Ávila

Introdução

Nos últimos anos, a literacia tem vindo a ser investigada segundo múltiplas perspectivas teóricas e também metodológicas. Trata-se de uma domínio de investigação que convoca contributos de várias áreas disciplinares, nomeadamente da antropologia, da história, da psicologia e também da sociologia, entre outras. A abordagem sociológica tem permitido colocar no centro da reflexão analítica a importância social da escrita e da leitura nas sociedades contemporâneas, mostrando, a partir de vários enfoques, que a literacia constitui um recurso fundamental para os sujeitos nas múltiplas esferas da vida.

O presente capítulo tem como âmbito principal de análise a literacia na sociedade portuguesa.¹ A nível empírico, os dados que servem de suporte a esta reflexão remontam ao estudo internacional de literacia, dirigido especificamente à população adulta, que, até hoje, juntou um maior número de países: o IALS (Internacional Adult Literacy Survey).

Os dois primeiros pontos do capítulo visam enquadrar teórica e conceptualmente o estudo da literacia nas sociedades actuais e ainda apresentar, de forma necessariamente breve, a evolução do estudo da literacia em Portugal.

Segue-se a análise do perfil de literacia da população adulta portuguesa, através da comparação dos resultados nacionais com os de outros países. Pretende-se perceber a especificidade da sociedade portuguesa face a outros contextos nacionais no que diz respeito à distribuição da literacia. Conhecidas estas distribuições, a reflexão toma como referente empírico a sociedade portuguesa e incide em dois pontos complementares: por um lado, procura-se clarificar a importância da literacia enquanto recurso que, nas sociedades

1 Este capítulo retoma uma parte dos resultados e da reflexão apresentada no quadro de uma investigação mais alargada sobre literacia e competências-chave na sociedade do conhecimento (Ávila, 2005).

actuais, condiciona as práticas dos sujeitos e, sobretudo, o acesso a determinadas posições ou lugares na estrutura social; por outro lado, pretende-se perceber quais os factores sociais em que essas competências estão ancoradas, e assim contribuir para a compreensão dos processos que podem favorecer o seu desenvolvimento.

Escrita e literacia na sociedade do conhecimento e da informação

A importância actual da literacia, para as sociedades e para os indivíduos, representa o culminar de um longo processo. Inventada há mais de 5.000 anos, a escrita passou de uma arte circunscrita a uma elite minoritária a uma competência largamente difundida. Ao mesmo tempo que a informação escrita está hoje presente em muito do que nos rodeia, generaliza-se cada vez mais o número daqueles que são capazes de a decifrar e a utilizam enquanto instrumento, ou recurso fundamental, do dia-a-dia, seja na vida profissional, seja na vida social e pessoal. Nas sociedades contemporâneas assiste-se, então, à generalização e democratização sem paralelo do acesso à leitura e à escrita.

As sociedades actuais são, nesse sentido, sociedades globalmente impregnadas pela escrita. Este facto, relativamente evidente, mas poucas vezes sublinhado pelas várias análises e perspectivas teóricas que reflectem sobre as características distintivas dos quadros sociais contemporâneos, merece destaque analítico no estudo sociológico da literacia. Basta lembrar que o conhecimento e a informação, enquanto marcas distintivas das sociedades contemporâneas (entre outros, Castells, 2002, 2003a e 2003b; Lyon, 1992; Stehr, 1994), têm a escrita como suporte. Neste sentido, a sociedade actual é também, inegavelmente, a *sociedade da literacia*. A abrangência da escrita, e as suas profundas repercussões, transformam-na num recurso decisivo para as sociedades e para os indivíduos.

Para que se compreenda a importância da escrita nas sociedades contemporâneas há que ter presente que as implicações desta “tecnologia” (do intelecto, nas palavras de Jack Goody) são indissociavelmente *sociais e cognitivas* (Goody, 1987b e 2000). Enquanto a análise histórica tem mostrado o modo como a escrita acompanha a complexificação das sociedades (Braudel, 2001; Cipolla, 1969), outros contributos, oriundos da psicologia, da antropologia e mais recentemente também da sociologia, sublinham, a par das consequências sociais, as implicações cognitivas associadas à aprendizagem e à utilização da escrita.

A importância da escrita ao nível da análise, organização e mesmo categorização da informação tem sido demonstrada em muitos estudos. Enquanto técnica de objectivação, a escrita possibilita o distanciamento e a reflexão sobre os enunciados, o que tem inúmeras consequências sociais e cognitivas (Goody, 1987a, 1987b e 1988; Havelock, 1996; Olson, 1994). Na sociologia, Bernard Lahire mostrou como a escrita pode permitir a ruptura com o sentido

prático — quer dizer, com os hábitos e rotinas incorporados —, criando condições para o *retorno reflexivo sobre a acção* e para a *preparação reflexiva da acção* (Lahire, 1993 e 2003b).

Note-se que compreender, e investigar, as implicações sociais e cognitivas da escrita não corresponde, em nenhum momento, à adopção de uma perspectiva determinística, uma vez que se entende também que as potencialidades da escrita, e mesmo a sua evolução histórica, não podem ser dissociadas do contexto social. Focando o argumento apenas nos quadros sociais contemporâneos, tal significa que, ao mesmo tempo que se advoga que a escrita se encontra na raiz das actuais sociedades do conhecimento e da informação, defende-se também que nestas estão reunidas as condições sociais (e tecnológicas) para que passe a estar inscrita, como nunca antes, nas mais diversas esferas e práticas. Será esta generalização progressiva que conduz a que, por exemplo, a reflexividade constitua actualmente uma marca distintiva da própria sociedade, algo que tem vindo a ser defendido em diversas análises macro-sociológicas (Beck, Giddens e Lash, 2000; Giddens, 1992). Ou seja, o contexto social actual, impregnado pela escrita, reforça e amplia as suas implicações cognitivas e reflexivas.

À medida que a informação e o conhecimento se encontram cada vez mais na base da estruturação e organização da sociedade, a capacidade de produzir e interpretar informação escrita, nos seus diversos suportes e por referência às mais variadas situações, assume um carácter decisivo. Por outras palavras, as sociedades actuais caracterizam-se não apenas pela abrangência e transversalidade da presença da escrita, mas também pelo facto de nessas sociedades o domínio da escrita passar a ser crítico ou fundamental para os indivíduos. Reconhecer a importância da literacia nos quadros sociais actuais corresponde, então, a perceber que, quanto mais a escrita se generaliza, mais abrangentes são as exigências que daí decorrem para o conjunto da população, e maiores são também as implicações para aqueles que permanecem desprovidos desse tipo de recursos. Partindo de quadros conceptuais bastante distintos, muitas reflexões sobre as sociedades contemporâneas têm contribuído para mostrar como a ausência de capacidades de processamento de informação escrita compromete a reflexividade e o acesso ao conhecimento e à informação, estando por isso associada às principais clivagens e desigualdades sociais nas sociedades do conhecimento (entre outros, Lash, 2000; Reich, 1993; Toffler, 1991).

Entendida enquanto componente fundamental da existência social de todos os dias, a literacia tem vindo nos últimos anos a ser investigada enquanto *competência*. Nesse quadro, encontra-se estreitamente associada à temática das *competências-chave*, sendo por muitos considerada uma competência essencial nas sociedades contemporâneas, entre outras que interessa também identificar (Costa, 2003; Rey, 2002; Rychen, 2003; Rychen e Salganik, 2003). Porém, face à multiplicidade de competências-chave que têm vindo a

ser sugeridas, a centralidade da literacia parece, por vezes, esbater-se ou atenuar-se. Tal não significa, no entanto, que ocupe um lugar menos central nos quadros sociais contemporâneos. Face à forte presença de materiais escritos, e atendendo às potencialidades cognitivas e reflexivas da escrita, a literacia constitui uma competência transversal decisiva, sem a qual a aquisição de outras competências (ao longo da vida e em diferentes contextos de vida) pode ficar comprometida (Costa, 2003; Murray, 2003). É o que acontece, por exemplo, no âmbito das chamadas tecnologias da informação e da comunicação. Não ignorando as competências específicas requeridas nesse domínio, sem competências de literacia fica comprometida a aprendizagem dessas tecnologias, assim como fica seriamente limitada a utilização que delas é feita (Kirsch e Lennon, 2005).

Importa sublinhar ainda, a este propósito, a relação entre literacia e aprendizagem. A necessidade de aprendizagem permanente, ao longo da vida, tem sido destacada por diversos autores como uma marca distintiva das sociedades e das economias contemporâneas (Carneiro, 2001; Conceição, Heitor e Lundvall, 2003; Enguita, 2001; Lundvall, 2001; Schienstock, 2001). À medida que o conhecimento e a informação se tornam dimensões cada vez mais estruturantes da sociedade, a intensidade e o ritmo das mudanças a que se assiste são de tal ordem que obrigam a que os indivíduos desenvolvam, no decorrer da vida, diversos processos de aprendizagem, sem o que não poderão acompanhar as transformações com que se confrontam nos mais variados domínios.

É neste contexto social que *a literacia constitui uma competência de base fundamental para a população adulta*. Seja no acesso à informação e ao conhecimento, seja na possibilidade de aprender ao longo da vida, seja no exercício da análise simbólica e da reflexividade (por referência à vida profissional ou à vida pessoal), as competências de utilização de informação escrita assumem um carácter decisivo.

Percebe-se, assim, que a literacia, como problema social e como área de investigação, tenha surgido nos países mais desenvolvidos. São estes que melhor testemunham a crescente incorporação de componentes simbólicos formalizados nas tecnologias produtivas e na actividade económica em geral; são também estes os que melhor podem reconhecer a literacia enquanto recurso fundamental de que os indivíduos precisam de dispor para serem capazes de enfrentar os desafios colocados pela sociedade. Neste sentido, o conceito de literacia representa uma nova aproximação ao problema das desigualdades sociais relativamente ao acesso à escrita nas sociedades contemporâneas.

Estudos sobre literacia em Portugal

Os estudos sobre literacia que têm vindo a ser realizados em Portugal cobrem, de alguma forma, as principais tendências, perspectivas de análise e metodologias dos estudos realizados noutros países.

É possível distinguir dois grandes tipos de tradições de pesquisa neste campo. Em primeiro lugar, o dos estudos de carácter etnográfico e monográfico. Sublinhando a necessidade de a análise ser conduzida por referência aos contextos socioculturais específicos em que os indivíduos se situam, estes estudos têm vindo a mostrar a complexidade das formas como os sujeitos se relacionam com a escrita e com a leitura, e o significado que lhes atribuem. É o caso de várias pesquisas sobre os modos (e problemas) de apropriação da cultura letrada e sobre a complexa relação entre cultura oral e cultura escrita, seja incidindo especialmente no caso das crianças de meios rurais (Iturra, 1990a e 1990b; Reis, 1995 e 1997), seja incidindo na população adulta pouco escolarizada e na relação que estabelece com os materiais escritos (Ávila, 2005: 381-452; Cavaco, 2002; Gomes, 2003 e 2005).

Um segundo conjunto de estudos remete para abordagens de carácter extensivo. Têm sobretudo preocupações globalizantes e comparativas e incidem na análise dos padrões gerais das competências de literacia. Procuram situar e interpretar o perfil de literacia da população adulta e ainda aprofundar a análise dos factores sociais que se articulam com as distribuições e os usos da literacia. Foram pioneiros nesta linha de investigação os EUA e o Canadá, com os primeiros estudos a serem datados da década de 1970. Mais tarde, estes dois países desempenharam um papel decisivo na concretização do primeiro estudo internacional de literacia (International Adult Literacy Survey – IALS) (OECD e HRDC, 1997; OECD e Statistics Canada, 1995 e 2000). Em Portugal, o estudo extensivo da literacia, entendida enquanto capacidade de processamento de informação escrita na vida quotidiana, teve o seu início com o Estudo Nacional de Literacia (ENL) coordenado por Ana Benavente (Benavente e outros, 1996; Costa e Ávila, 1998).²

Colocando a ênfase no processamento da informação escrita na vida quotidiana, os estudos extensivos sobre literacia têm procurado enfrentar, a nível conceptual e metodológico, uma questão essencial: a da descontinuidade, muitas vezes verificada, entre aprendizagem formal e utilização prática e, mais ainda, entre escolaridade conseguida e capacidade de uso corrente da leitura e da escrita. Fazem-no a partir de uma inflexão de perspectiva: passa-se dos processos de aquisição de competências para os processos de utilização, do contexto da escola para o contexto da vida quotidiana, dos diplomas obtidos, e respectivo estatuto social, para as competências em uso social

2 É importante referir que no Estudo Nacional de Literacia a abordagem extensiva foi complementada com um conjunto de monografias, quase todas de carácter qualitativo, com as quais foi possível aprofundar o conhecimento sobre o modo como grupos sociais específicos se relacionam com a literacia e, de um modo geral, com a informação escrita (Dias, 1996; Machado, 1996; Sebastião, 1996; Teixeira e Fontes, 1996a e 1996b). A vertente extensiva seguiu de perto os modelos teóricos e metodológicos de estudos norte-americanos e canadianos, no âmbito dos quais a investigação sobre literacia conheceu uma significativa renovação conceptual e metodológica.

Quadro 2.1 Níveis de literacia IALS (síntese explicativa)

Nível	Descrição
1	Abrange as pessoas com competências de literacia muito escassas e que podem não ser capazes, por exemplo, de determinar a quantidade correcta de um medicamento a dar a uma criança a partir da leitura da informação impressa na respectiva embalagem.
2	Os indivíduos neste nível são capazes de lidar apenas com materiais escritos muito simples e relativamente aos quais as tarefas envolvidas são pouco complexas. Corresponde às pessoas que, sabendo ler, têm fracos resultados no desempenho das tarefas; embora possam ter desenvolvido algumas competências, como as de “cópia”, para enfrentar exigências do dia-a-dia, têm uma reduzida capacidade de resposta a novos problemas e dificuldades ao nível da realização de novas aprendizagens, por exemplo, no contexto de trabalho.
3	É considerado o nível mínimo para responder às exigências do dia-a-dia, incluindo as da profissão, em sociedades avançadas e complexas. Corresponde aproximadamente às competências necessárias para completar o ensino obrigatório. Tal como nos níveis mais elevados, requer a capacidade de integrar múltiplas fontes de informação e de resolver problemas complexos.
4 e 5	Correspondem aos indivíduos que demonstraram capacidades de processamento de informação escrita de grau elevado.

Fonte: IALS (OECD e Statistics Canada, 2000: xi).

efectivo (Costa, 2003: 182-183). Os materiais escritos considerados nessas pesquisas são muito diversificados, reconhecendo-se assim a transversalidade dos suportes e das situações que implicam a leitura nas sociedades contemporâneas (Barton e Hamilton, 1998; Baudelot, Cartier e Detrez, 2000; Cavallo e Chartier, 1997; Furtado, 2000; Girod, 1991; Lahire, 2003a e 2004).

É possível sistematizar segundo três grandes atributos a concepção de literacia que tem vindo a ser adoptada nos estudos extensivos de avaliação de competências de literacia da população adulta, nacionais e internacionais. Em primeiro lugar, é uma concepção *não dicotómica*, que remete para contínuos de competências; em segundo lugar, essas competências são entendidas numa perspectiva *dinâmica*, de acordo com um duplo ponto de vista: não só as exigências da sociedade relativamente à literacia não se mantêm constantes, como as competências dos indivíduos podem regredir ou evoluir; finalmente, trata-se de uma concepção *multidimensional*, uma vez que são várias as dimensões, ou tipos de competências, que podem ser distinguidos quando se fala de literacia. É o caso da *literacia em prosa*, *literacia documental* e *literacia quantitativa*, as três dimensões consideradas nas primeiras pesquisas de referência realizadas neste campo.

Foi esta, em termos muito gerais, a concepção de literacia seguida no âmbito do estudo internacional de literacia (IALS) e também no âmbito do Estudo Nacional de Literacia (ENL).³ Ambas as pesquisas desenvolveram uma estratégia metodológica visando a *avaliação directa* da literacia dos indivíduos. Essa avaliação apoiou-se numa prova, com a qual se procuram simular situações e problemas da vida quotidiana cuja resolução implica a interpretação de informação

contida em materiais impressos. Os resultados do ENL, decorrentes do desenvolvimento desta metodologia, permitiram conhecer, pela primeira vez, o perfil de literacia da população adulta portuguesa. No entanto, por se tratar de uma prova nacional, apenas puderam ser comparados de forma indirecta com os dos países envolvidos no IALS (Gomes e outros, 2002).

Desenvolvimentos posteriores à conclusão do Estudo Nacional de Literacia vieram possibilitar a participação de Portugal na última fase do IALS (OECD e Statistics Canada, 2000). Os dados obtidos permitem dar continuidade o estudo da literacia na sociedade portuguesa, agora a partir de indicadores *comparáveis internacionalmente* nas três escalas referidas — literacia em prosa, literacia documental e literacia quantitativa. Para cada uma dessas escalas os resultados permitem situar os indivíduos em *níveis de literacia* de complexidade crescente (quadro 2.1).

No presente capítulo os dados do IALS são analisados com o intuito de clarificar a situação de Portugal numa perspectiva internacional. Para o efeito, são explorados e sistematizados, por um lado, os dados publicados no relatório final do IALS (OECD e Statistics Canada, 2000)⁴ e, por outro, são apresentados resultados de análises estatísticas multivariadas complementares visando o aprofundamento da informação disponível sobre Portugal.

Distribuições da literacia

O perfil de literacia da população portuguesa, estabelecido pela primeira vez com o Estudo Nacional de Literacia e confirmado com o IALS, caracteriza-se, essencialmente, pelo facto de a esmagadora maioria da população evidenciar competências de literacia muito reduzidas (figura 2.1).

Onível 1 de literacia, onde se incluem as pessoas cujas competências são de tal forma escassas que, quando muito, lhes permitem resolver apenas tarefas elementares de leitura, escrita e cálculo, é o perfil dominante na população portuguesa. Consoante a dimensão da literacia tida em conta, a percentagem de inquiridos nessa situação pode variar entre os 42% (literacia quantitativa) e os 49% (literacia documental). Tomando em conjunto os dois níveis mais baixos (nível 1 e nível 2), os valores que se obtêm são extremamente elevados, variando entre os 72% (literacia quantitativa) e os 80% (literacia documental). Embora as diferenças entre as três escalas sejam pouco expressivas, os resultados mostram que a

3 Uma explicação detalhada de ambos os procedimentos, bem como a sua comparação, encontra-se em Ávila (2005: 157-200).

4 Após o IALS, teve lugar um outro estudo internacional de grande envergadura, o ALL (Adult Literacy and Life Skills Survey) (Murray, Clermont e Binkley, 2005; Statistics Canada e OECD, 2005). Esta pesquisa alargou as competências avaliadas (além da literacia foi incluída a numeracia e a resolução de problemas). Porém, Portugal não participou neste estudo, sendo o número de países participantes bastante inferior ao registado no IALS (seis, na primeira fase).

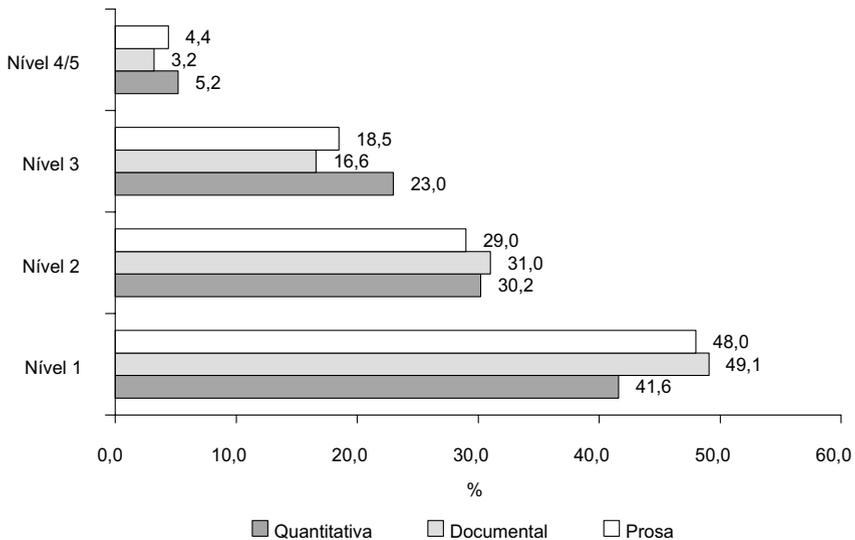


Figura 2.1 Perfis de literacia dos portugueses (16-65 anos), 1998

Fonte: IALS (OECD e Statistics Canada, 2000).

literacia documental é o domínio em que os portugueses obtêm piores resultados e que a literacia quantitativa é aquele em que estão melhor posicionados.

Quando se confrontam, e hierarquizam, os resultados dos 22 países participantes no IALS, percebe-se a grande distância que separa a sociedade portuguesa de outros países. A figura 2.2 foi construída com base na proporção, em cada país, dos indivíduos cujas competências se situam, pelo menos, no nível 3 — aquele que é considerado, nos estudos internacionais, o nível mínimo que qualquer cidadão deve deter para ser capaz de responder adequadamente às exigências das sociedades actuais (OECD e Statistics Canada, 2000: 19).

Os países nórdicos são os melhor posicionados, seja qual for a escala de literacia. Tomando como referência a literacia documental, a Suécia surge no topo, seguida de perto pela Noruega e a Dinamarca. Os países anglo-saxónicos ocupam os lugares intermédios. Nos patamares mais baixos encontram-se alguns países do Leste europeu (Hungria, Eslovénia e Polónia), Portugal e, em último lugar, o Chile.

A posição de Portugal pouco varia se os países forem ordenados em função das outras duas escalas de literacia: o país ocupa o penúltimo lugar, não só no caso da literacia documental, mas também da quantitativa, e o antepenúltimo na literacia em prosa. A coincidência, em termos de posição relativa, da literacia documental e quantitativa vem mostrar que os resultados de Portugal nesta última escala (ligeiramente melhores em comparação com as outras

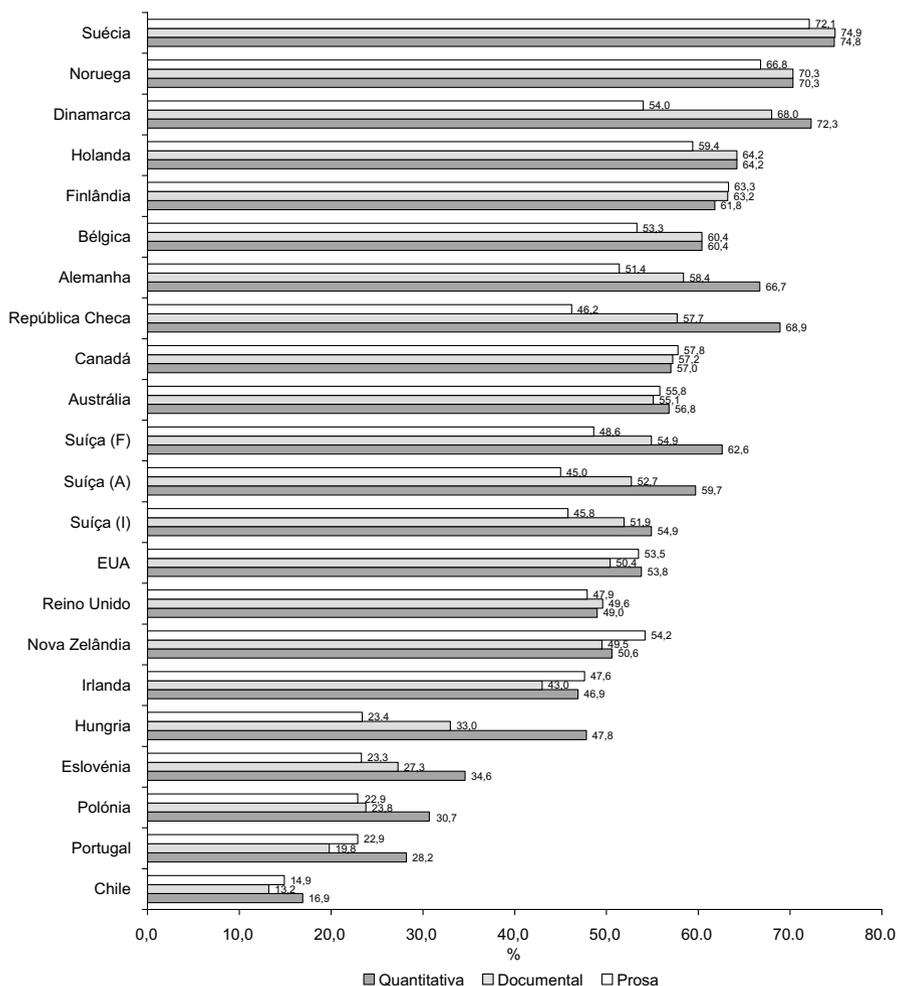


Figura 2.2 Literacia em prosa, documental e quantitativa nos países participantes no IALS, 1998

Notas: países ordenados por ordem decrescente das percentagens relativas à literacia documental; percentagens relativas aos inquiridos nos níveis 3 e 4/5.

Fonte: IALS (OECD e Statistics Canada, 2000).

dimensões) não se traduzem em qualquer alteração da sua situação em termos internacionais.⁵

Para além das diferenças globais entre países e entre as três escalas, um outro aspecto a ter em conta quando se comparam os perfis de literacia é o grau de variabilidade, ou de dispersão, dos resultados *dentro* de cada país. Dito de outra forma, trata-se de perceber em que medida a realidade traduzida pelas distribuições de níveis de literacia é mais, ou menos, homogênea.

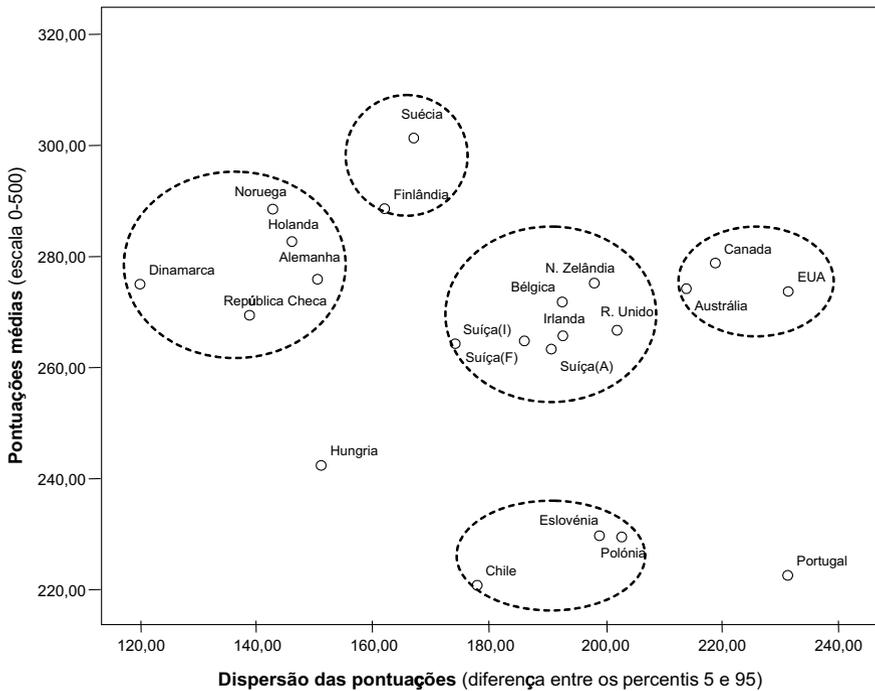


Figura 2.3 Perfil médio de literacia e amplitude da dispersão nos países participantes no IALS (literacia em prosa), 1998

Fonte: IALS (OECD e Statistics Canada, 2000).

Refira-se, a este propósito, que os níveis de literacia correspondem a uma agregação em cinco escalões das pontuações obtidas numa escala de 0 a 500. A análise desses dados, em termos de pontuações médias (calculadas a partir da escala original), complementada com a leitura da amplitude da variação da distribuição global dessas mesmas pontuações,⁶ permite ir um pouco mais

5 Note-se que a posição relativa de alguns países, tal como sugerida pela hierarquia apresentada, deve ser interpretada em determinados casos com precaução, uma vez que nem todas as diferenças entre países podem ser consideradas estatisticamente significativas. Se as comparações forem feitas a partir das pontuações médias, ou *scores*, é possível concluir, relativamente a Portugal, o seguinte: que os resultados médios na literacia em prosa e documental são significativamente mais baixos quando comparados com todos os restantes países, com exceção da Polónia e do Chile (as diferenças entre Portugal e estes dois países não são estatisticamente significativas); o mesmo se passa na literacia quantitativa, mas aqui as pontuações médias obtidas para Portugal são significativamente superiores às do Chile. O conjunto dos resultados dos testes de comparações múltiplas para a totalidade dos países podem consultar-se no relatório final do IALS (OECD e Statistics Canada, 2000: 19).

longe no conhecimento da situação dos vários países relativamente à distribuição das competências de literacia na população. A figura 2. 3, construída a partir dos resultados da literacia em prosa, possibilita a análise conjunta destas duas variáveis.

Atendendo, em primeiro lugar, apenas à localização dos países por referência ao eixo vertical, é possível concluir que a hierarquia que se obtém a partir das pontuações médias (escala 0-500) é bastante próxima da que foi estabelecida com base na categorização em níveis de literacia, embora torne ainda mais nítida a existência de três situações: a de países como Portugal, o Chile, a Eslovénia e a Polónia com pontuações médias muito baixas; a da Hungria que ocupa uma posição intermédia; e a dos restantes países, todos eles com *scores* médios acima dos 260 pontos.

A mesma figura mostra também que o lugar ocupado por cada país nessa hierarquia parece ser independente da magnitude das diferenças existentes no seu interior (eixo horizontal). A leitura conjugada das duas dimensões permite a delimitação de distintos subconjuntos de países, ou *clusters* (identificados a tracejado na figura).⁷ Como se pode observar, alguns desses grupos diferenciam-se entre si especialmente por referência ao eixo horizontal, ou seja, em consequência da maior ou menor variabilidade da distribuição da literacia na população.

É aliás por esta via que o Canadá, a Austrália e os Estados Unidos, países com perfis de literacia bastante elevados, apresentam semelhanças com Portugal: as desigualdades no interior destes países no que concerne à distribuição das competências de literacia são muito mais elevadas do que, por exemplo, nos países nórdicos, entre os quais a Dinamarca se destaca como sendo o mais homogéneo. Outros países, com perfis de literacia relativamente baixos, ou intermédios, como é o caso da Hungria, podem, ainda assim, apresentar níveis de homogeneidade interna bastante mais elevados do que Portugal.

O que se pretende destacar nestes resultados é a singularidade de Portugal: não só tem uma das distribuições de literacia mais baixas, como, simultaneamente, apresenta um dos maiores níveis de desigualdade interna. Como se mostrará em seguida, o aprofundamento da análise, incidindo em dimensões específicas, permite formular algumas hipóteses quanto aos factores subjacentes a esta situação.

6 A medida usada foi a da diferença entre os percentis 5 e 95 na distribuição dos *scores* de literacia em cada país (OECD e Statistics Canada, 2000: 14).

7 Os círculos a tracejado delimitam grupos de países identificados a partir de uma análise de *clusters* (*hierarchichal cluster*). A solução retida, e representada graficamente, mantém a Hungria e Portugal isolados dos restantes países, o que reforça a sua especificidade.

Literacia e escolarização

A formação escolar é uma das dimensões fundamentais a ter em conta na análise das distribuições da literacia, seja nas comparações dos resultados entre países, seja na leitura dos resultados nacionais.

Embora a relação entre escolaridade e literacia não seja unidireccional nem de simples sobreposição, a escola é, nas sociedades contemporâneas, um contexto decisivo, senão mesmo o principal, no que respeita à *aquisição* de competências de leitura e escrita, entre outras. Além disso, a escola é um importante contexto de *utilização* das competências de literacia, pois estas constituem instrumentos básicos e indispensáveis para as mais diversas aprendizagens disciplinares. Importa, por isso, clarificar a situação de Portugal neste domínio, recorrendo, uma vez mais, à comparação internacional.

Os dados publicados em 2005 sobre os níveis educacionais da população adulta (25-64 anos) nos países da OCDE (OECD, 2005) não deixam dúvidas quanto ao atraso de Portugal. O país tem uma das mais elevadas percentagens da população com escolaridade inferior ao ensino secundário: perto de 80%. Apenas o México e a Turquia apresentam valores próximos. A Grécia, a Itália e a Espanha, países da Europa do Sul com os quais Portugal é muitas vezes comparado em variados indicadores de desenvolvimento social e económico, têm níveis de escolaridade da população adulta bastante melhores, com taxas de ensino secundário ou superior a rondar os 50%. Percebe-se assim que, em Portugal, o principal motivo do défice de competências de literacia é, indiscutivelmente, a reduzida escolarização média da população.

Para os países participantes no IALS é possível proceder à comparação entre perfis de literacia e perfis de escolaridade. A figura 2.4 representa graficamente a posição de cada país por referência a essas duas dimensões.

De um modo geral, observa-se que quanto maiores as taxas de escolarização de nível igual ou superior ao ensino secundário (eixo horizontal), maior a proporção da população nos níveis de literacia intermédios e elevados (eixo vertical). A posição de Portugal, a enorme de distância dos restantes países participantes no IALS em ambas as dimensões, exemplifica a convergência entre baixas taxas de escolarização e baixos níveis de literacia.

Os mesmos resultados mostram também que as duas variáveis não se sobrepõem e que a correspondência entre elas, quando se confrontam dados nacionais, é até menos forte do que poderia ser esperado. A recta projectada na figura representa aquele que seria o posicionamento dos vários países caso a relação entre literacia e escolaridade fosse linear. Como se pode observar, as distâncias relativamente a essa posição podem ser bastante grandes, e em ambos os sentidos, como é exemplificado pelos casos da Polónia e da Suécia.

Recorde-se que a não correspondência absoluta entre literacia e escolaridade tem sido um dos argumentos mais utilizados pelos defensores das metodologias de avaliação directa da literacia: face aos mesmos perfis de escolaridade, os

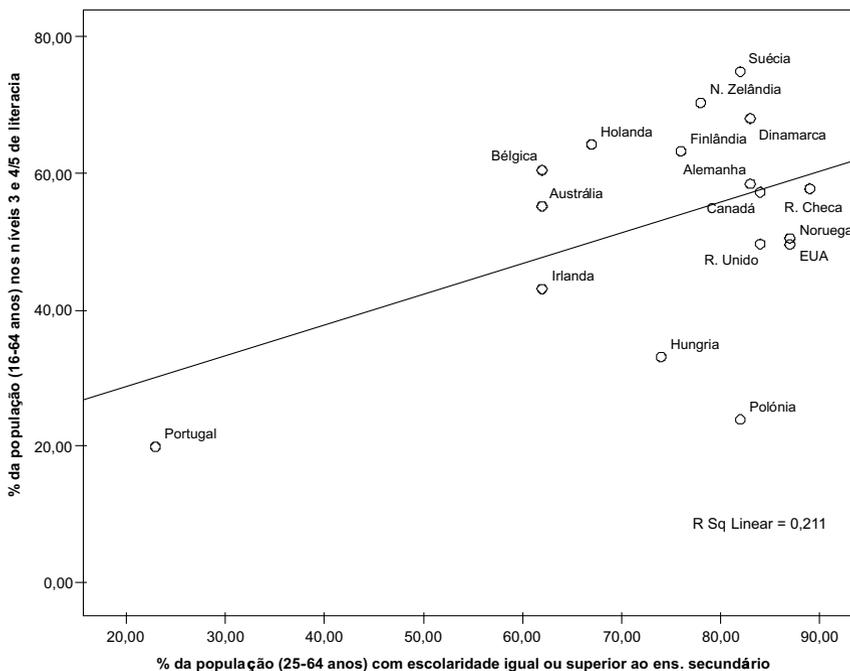


Figura 2.4 Escolaridade e literacia documental (países participantes no IALS)

Fontes: *Education at a Glance* (OECD, 2005) e IALS (OECD e Statistics Canada, 2000).

países (e os indivíduos) podem ter desempenhos distintos em termos de competências de literacia. O que os resultados do IALS mostram é que enquanto alguns países estão posicionados acima do que seria esperado (em especial a maioria dos países nórdicos, a Austrália e a Nova Zelândia) outros têm resultados inferiores aos previstos caso a escolaridade fosse usada como indicador indirecto da literacia (é o que se passa na Polónia, Hungria, Estados Unidos, Reino Unido e Portugal).

A posição ocupada por Portugal revela assim o enorme défice de qualificações escolares dos adultos portugueses (de longe o mais baixo de todos os países participantes no IALS), e ainda que o perfil de literacia da população está nitidamente aquém daquilo que seria previsível, na suposição de uma “taxa de conversão” média de graus de escolaridade em competências de literacia.

Este retrato do país corresponde, no entanto, ao “perfil médio” da população. Tendo presentes as fortes desigualdades na distribuição das competências de literacia na sociedade portuguesa, impõe-se o aprofundando desta análise, recorrendo, uma vez mais, à informação relativa à escolaridade.

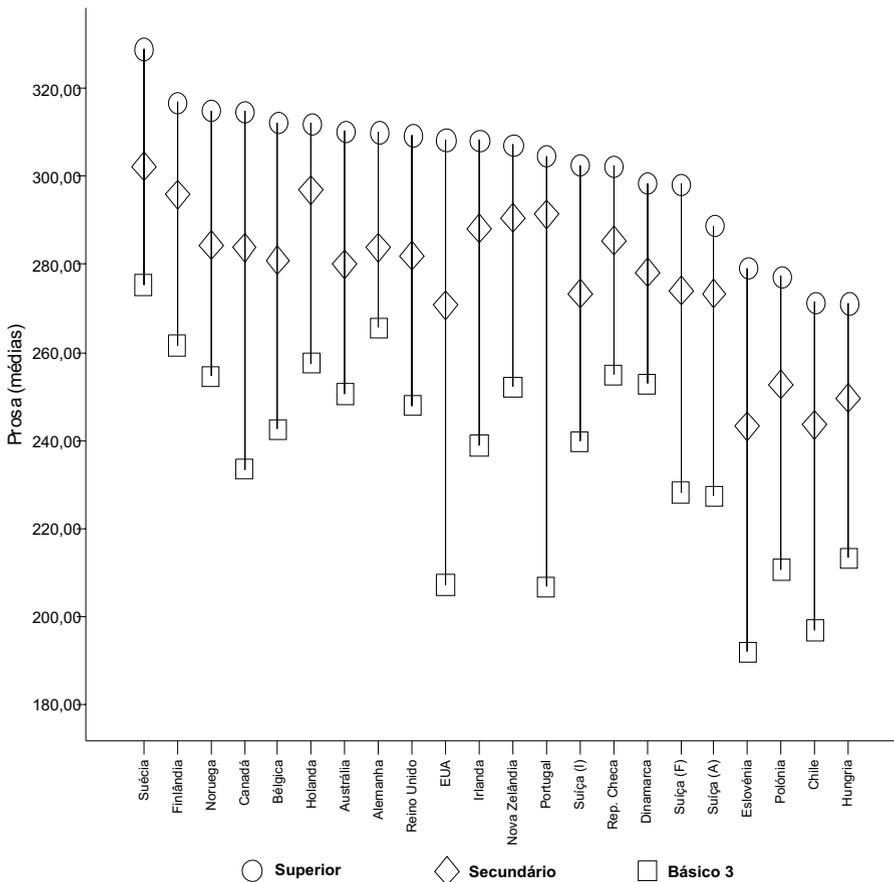


Figura 2.5 Competências de literacia (pontuações médias da literacia em prosa) segundo a escolaridade, por país, 1998

Nota: países ordenados segundo os resultados do ensino superior.

A figura 2.5 representa as competências de literacia (apuradas com base em pontuações médias) nos vários países, segmentadas em função do nível de escolaridade. Uma leitura inicial destes dados mostra, como seria de esperar, que em todos os países as competências de literacia tendem a acompanhar a ordenação dos níveis de escolaridade: os indivíduos com ensino superior têm, em média, melhores desempenhos dos que os que completaram o ensino secundário e estes estão, por sua vez, posicionados acima dos que não ultrapassaram o 3.º ciclo do ensino básico.

A mesma figura acrescenta, no entanto, outros elementos à reflexão sobre a especificidade de Portugal, numa perspectiva de comparação internacional. Em

primeiro lugar, é possível constatar que as disparidades entre graus de escolaridade quanto às competências de literacia não são da mesma magnitude em todos os países. Os Estados Unidos da América e Portugal destacam-se nitidamente pela grande distância que separa os perfis de competências dos mais e dos menos escolarizados. Noutros países, como o Canadá, a Eslovénia ou o Chile, as desigualdades são também bastante marcadas, mas não tanto como naqueles dois países. Mesmo assim, o caso de Portugal merece especial realce, por apresentar a maior diferença entre os que têm ensino secundário e os que têm o básico 3 ou um grau inferior.

As diferenças entre países neste domínio levam a que a sua posição relativa, em termos de competências de literacia, varie consideravelmente consoante o nível de escolaridade considerado. A situação de Portugal é, uma vez mais, particularmente ilustrativa. Portugal, recorde-se, ocupa as últimas posições quando a hierarquia é estabelecida com base nas pontuações nas escalas de literacia do conjunto da população. No entanto, se os países forem ordenados a partir dos resultados dos indivíduos com ensino superior (como acontece na figura 2.5 para a literacia em prosa), Portugal passa a situar-se numa posição intermédia, logo a seguir à Nova Zelândia. O mesmo não acontece com outros países, como o Chile ou a Polónia, que se mantêm nas últimas posições, mesmo quando ordenados segundo este último critério. Os resultados relativos a Portugal são ainda mais surpreendentes se a ordenação for efectuada tomando em consideração as pontuações médias dos que completaram o ensino secundário. Nesse caso, Portugal passa a ser o quarto país melhor classificado, logo a seguir à Suécia, à Holanda e à Finlândia.

Percebe-se assim que o facto de Portugal surgir como um dos países com perfis de competências mais baixos quando a análise incide sobre o conjunto da população (ver início do capítulo), decorre, em grande parte, dos níveis de literacia acentuadamente baixos dos menos escolarizados, os quais são largamente maioritários na sociedade portuguesa (cerca de 65%). Neste sentido, estes resultados ajudam a compreender as acentuadas desigualdades, em termos de literacia, existentes na sociedade portuguesa e que haviam sido já apontadas. O que agora se torna mais claro é a relevância da escolaridade na identificação dessas disparidades. Se o país, quando observado a partir dos mais escolarizados, parece acompanhar as sociedades mais desenvolvidas, quando perspectivado na óptica dos menos escolarizados (que são a maioria da população) surge duplamente em desvantagem: o défice de escolarização é reforçado por um défice de competências, mais acentuado do que seria de esperar.

A literacia no quotidiano: recursos, contextos e práticas

Os resultados até aqui apresentados sublinham as fortes desigualdades sociais que atravessam a sociedade portuguesa em termos de distribuição

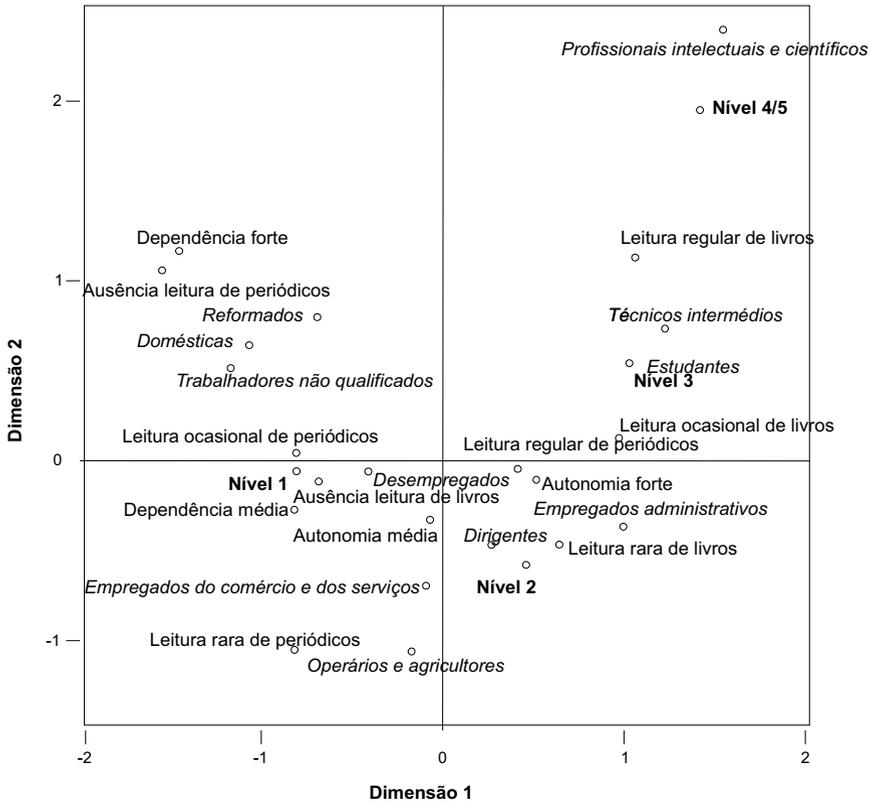


Figura 2.6 Espaço social da literacia (análise de correspondências múltiplas)

Fonte: IALS, base de dados Portugal, 1998.

de competências de literacia. Em que medida essas competências tendem a estar associadas a práticas específicas dos sujeitos e, sobretudo, a determinadas posições ou lugares na estrutura social é algo que a análise sociológica tem procurado investigar. Retomando os dados do IALS, mas agora incidindo apenas sobre Portugal, é possível revelar empiricamente o modo como a literacia tende a estar associada a outras clivagens sociais, contribuindo para as reforçar.

Através da análise de correspondências múltiplas (Carvalho, 2004) é possível representar graficamente, num espaço bidimensional, as categorias de um conjunto de variáveis, e perceber a forma como estão relacionadas entre si e com as competências de literacia. Além da literacia (prosa), foram incluídas a condição perante o trabalho e a profissão, a frequência de leitura de livros, a frequência de leitura de jornais e revistas, e ainda o grau de autonomia (ou de dependência)

face a terceiros perante tarefas de literacia na vida quotidiana (figura 2. 6).⁸ Uma leitura global do plano mostra, de forma imediata, a existência de uma hierarquia social, tornada evidente pela forma parabólica assumida pela distribuição das categorias. A profissão e a condição perante o trabalho ilustram bem essa hierarquia: no extremo positivo (1.º quadrante) estão as profissões mais qualificadas e os estudantes, seguindo-se os dirigentes e empregados administrativos (2.º quadrante); mais distantes estão os desempregados, os operários e agricultores, e os empregados do comércio e dos serviços (3.º quadrante); finalmente, no outro extremo da hierarquia (4.º quadrante), encontram-se os reformados, as domésticas e os trabalhadores não qualificados.

Sendo esta distribuição, em si mesma, reveladora de alguns dos principais vectores de estratificação social que atravessam a sociedade portuguesa, o aspecto mais importante é o modo como a literacia acompanha a definição dessa hierarquia e contribui para a reforçar. A correspondência é evidente, com os níveis de literacia mais elevados a surgirem associados às profissões mais qualificadas e, por sua vez, os níveis mais baixos posicionados perto das profissões menos qualificadas, dos desempregados, dos reformados e das domésticas. A associação entre categorias socioprofissionais e literacia vem assim confirmar a literacia enquanto condição indispensável no acesso ao emprego e às posições mais favoráveis na estrutura social.

Mas não é apenas o acesso ao emprego e a determinadas categorias socioprofissionais que está em causa. Também o acesso à cultura e à informação, e a possibilidade de agir de forma autónoma nas sociedades actuais, estão bem patentes na mesma análise, surgindo associados de forma clara à literacia. Enquanto os indivíduos com elevadas competências, ou de nível intermédio, revelam uma forte autonomia e acedem à informação e à cultura através da leitura regular de jornais ou revistas, bem como de livros, os que detêm menos competências, e os que se encontram afastados da esfera profissional, não podem exercer plenamente a sua cidadania: dependem fortemente de terceiros e estão mais afastados do acesso à cultura e à informação quando veiculados através da escrita. Os resultados desta análise (correspondências múltiplas) tornam, assim, particularmente nítida a forma como a literacia afecta diferentes dimensões da vida dos indivíduos.

Revelada a centralidade da literacia enquanto recurso fundamental, ou chave, para os indivíduos nas sociedades contemporâneas, impõe-se ainda

8 Para o efeito foi construído um índice que contabiliza o número de situações, num total de sete (por exemplo, ler instruções, folhetos, ou ler jornais, preencher formulários, etc.), em que cada inquirido declara necessitar, com alguma frequência, do apoio de outros, o qual foi em seguida recodificado em quatro categorias que reflectem o grau de autonomia em tarefas de literacia. A categoria "autonomia forte" corresponde aos casos em que os sujeitos dizem nunca precisar de ajuda em todas as situações apresentadas e, no extremo oposto, a "dependência forte" diz respeito àqueles que necessitam do apoio de terceiros nessas mesmas situações.

Quadro 2.2 Factores explicativos da literacia em prosa, documental e quantitativa (regressão múltipla)

	Escala de literacia (v.d.)		
	Prosa	Documental	Quantitativa
Síntese dos resultados do modelo			
R ² (% de variação explicada)	0,592	0,531	0,517
R (coeficiente de correlação múltipla)	0,769	0,728	0,719
Contributo das variáveis independentes (beta)			
Escolaridade do inquirido	0,301*	0,248*	0,251*
Escolaridade do pai	0,200*	0,186*	0,181*
Idade	-0,144*	-0,157*	-0,080*
Leitura de jornais ou revistas na vida quotidiana	0,250*	0,259*	0,313*
Leitura de livros na vida quotidiana	0,116*	0,076*	0,083*
Escrita na vida quotidiana	0,059*	0,073*	0,050**
Leitura na vida profissional (índice de práticas)	0,089*	0,127*	0,112*
Cálculo na vida profissional (índice de práticas)	-0,014	-0,053*	-0,001

Notas: variáveis excluídas por multicolinearidade: escolaridade da mãe e índice de práticas de escrita no trabalho.
(*) $p \leq 0,01$; (**) $p \leq 0,05$.

Fonte: IALS, base de dados Portugal, 1998.

um segundo tipo de reflexão dirigida especificamente à identificação dos factores sociais em que essas mesmas competências estão ancoradas. Esta é uma perspectiva de análise que se afigura como sendo tão ou mais importante do que a que acabou de ser explorada: sendo a literacia um recurso com múltiplas implicações na vida dos sujeitos, procura-se perceber os mecanismos que favorecem o seu desenvolvimento.

Recorde-se que a literacia constitui um recurso com características específicas: não se tratando de um certificado (que uma vez adquirido tem validade ilimitada), mas de um conjunto de competências, a literacia pode desenvolver-se, ou antes regredir, ao longo da vida. Depende das práticas quotidianas dos indivíduos, em diferentes contextos, podendo estes favorecer, ou antes inibir, a sua utilização, ou seja, a sua actualização e desenvolvimento. Em termos teóricos, esta forma de equacionar a literacia implica que a mesma seja entendida enquanto fazendo parte do sistema de disposições que orientam a acção dos sujeitos, e que essas mesmas disposições não são necessariamente permanentes, dependendo dos contextos e das práticas neles desenvolvidas (Lahire, 2003b).⁹

Com o objectivo de hierarquizar o peso relativo de um conjunto de factores que pode estar correlacionado com o perfil de competências dos indivíduos na sociedade portuguesa, foram realizadas várias análises de regressão múltipla,

9 Este é um ponto que remete para uma reflexão teórica mais alargada sobre a relação entre *contextualidade* e *transversalidade* no quadro da investigação sobre literacia, e de um modo geral sobre competências, o qual tem suscitado alguma controvérsia e debate (Goody, 1987a; Lave, 1988; Rey, 2002; Scribner e Cole, 1981; Street, 1993).

uma para cada escala de literacia (quadro 2.2). Além das variáveis escolaridade (dos inquiridos e dos pais) e idade, foram também contemplados indicadores de práticas de literacia, tanto na vida quotidiana, como na vida profissional. Os resultados vêm confirmar, e tornar ainda mais explícito, que as competências de literacia são condicionadas não apenas pelo percurso escolar dos indivíduos, mas também pelo contexto familiar, pela fase do ciclo de vida em que se encontram, e sobretudo pelas práticas diárias de contacto com o escrito, seja na vida quotidiana, seja na vida profissional. Todas estas dimensões têm um contributo único e específico, o que significa que é da combinação de uma multiplicidade de factores, não redutíveis uns aos outros, que resultam as diferenças no grau de desenvolvimento das competências de literacia.

A percentagem de variação explicada nas três escalas de literacia (prosa, documental e quantitativa), quando se combina, num mesmo modelo, o referido conjunto de variáveis independentes, é superior a 50%. A escolaridade é, como seria de esperar, o principal determinante da literacia. O efeito desta variável é o que mais se destaca nas três escalas, com particular destaque para a literacia em prosa. Mas é necessário notar que, embora fundamental, o percurso escolar dos sujeitos não anula a importância do contexto familiar de origem: quanto mais escolarizados os pais, mais elevado tende a ser o nível de literacia dos sujeitos (uma vez mais, especialmente na literacia em prosa). Seja por via dos recursos culturais e económicos disponíveis, seja pelas práticas familiares de contacto com a informação escrita, tudo indica que neste campo, como noutros, os quadros de socialização familiar jogam um papel que não pode ser ignorado quando se pretende perceber os desiguais níveis de desenvolvimento das competências de literacia que caracterizam a sociedade portuguesa.

Um outro aspecto que se destaca é a centralidade das práticas quotidianas de contacto com a informação escrita. Ou seja, e recapitulando, para além das origens sociais e do percurso escolar, o dia-a-dia da população adulta quanto ao relacionamento com materiais escritos está nitidamente associado às competências detidas. Os resultados obtidos reforçam, sobretudo, a importância da frequência de leitura de jornais e revistas, com coeficientes de regressão próximos nas três escalas, embora ligeiramente mais elevados na literacia quantitativa. A presença deste tipo de práticas é de tal forma relevante que o valor assumido pelos referidos coeficientes é muito próximo, ou mesmo superior (nos casos da literacia documental e quantitativa) ao da escolaridade. Com valores um pouco mais baixos, mas ainda assim estatisticamente significativos, surgem a leitura de livros (importante especialmente por referência à literacia em prosa) e a escrita na vida quotidiana.

O impacto do que se passa na esfera profissional também não pode ser ignorado. Em especial devem mencionar-se as diversas práticas de leitura em contexto de trabalho, as quais estão positivamente associadas às competências de literacia nos três domínios, com particular saliência no caso da literacia documental. Mesmo assim, os efeitos das actividades de literacia neste contexto são,

globalmente, bastante menos expressivos, o que em muito se poderá dever à diminuta exigência deste tipo de práticas em grande parte das actividades profissionais exercidas pela população portuguesa (Ávila, 2005: 243-253; Benavente e outros, 1996).

Uma última dimensão que esta análise revela tem a ver com a idade. Mesmo quando todas as variáveis atrás expostas são tidas em consideração, a idade mantém um contributo específico; o sinal negativo dos coeficientes de regressão (beta) nas três escalas indica que as competências de literacia tendem a ser mais elevadas entre os mais jovens. Uma hipótese para esta “vantagem” das gerações mais novas, já enunciada na secção anterior, poderá ter a ver com a maior proximidade destes relativamente às aprendizagens escolares e a dificuldade que, por sua vez, uma parte significativa dos mais velhos poderão ter em manter actualizadas as suas competências, tendo em conta não só o que se passa na esfera profissional, como também a fraca expressão que ainda têm, na sociedade portuguesa, as acções de educação e formação ao longo da vida.

Poderá haver uma justificação adicional para a correlação negativa entre literacia e idade. Como se viu, as várias práticas de contacto com a informação escrita na vida quotidiana emergem, na análise realizada, como sendo fundamentais para perceber as variações nas competências de literacia. Porém, os indicadores disponíveis no IALS neste domínio são bastante escassos, não incorporando algumas práticas de leitura e de escrita cada vez mais frequentes no dia-a-dia dos mais jovens, como é o caso, por exemplo, de todas as que têm como suporte as tecnologias da informação e da comunicação. Neste sentido, poderá acontecer que o efeito da variável idade esteja também associado a uma presença mais intensa, entre as gerações mais novas, de uma diversidade de práticas ainda não captadas neste tipo de inquirição (por não remeterem para os suportes formais nelas habitualmente tidos em conta), podendo equacionar-se a hipótese de essas práticas, embora pouco visíveis e ainda pouco valorizadas socialmente (Baudelot, Cartier e Detrez, 2000; Lahire, 2003a e 2004), contribuir para o desenvolvimento e actualização das competências de literacia dos mais jovens.

Em síntese, os resultados analisados permitem concluir que, na sociedade portuguesa, o perfil de literacia dos indivíduos não pode ser entendido sem atender ao meio familiar de origem (em especial ao capital escolar) e ao nível de formação escolar atingido, mas também aos modos de vida quotidianos: apenas a presença na vida diária de actividades de processamento de informação escrita pode impedir a regressão das competências adquiridas e assegurar novas aquisições neste domínio. Tudo isto reforça a importância dos processos de aprendizagem, sejam estes informais, não formais ou formais que ao longo da vida podem ter lugar¹⁰ e chama atenção para um entendimento da literacia enquanto competência que se desenvolve, e actualiza, *através da prática*: nas sociedades contemporâneas as capacidades de processamento da informação escrita estão ancoradas

em práticas e hábitos quotidianos, os quais por sua vez reforçam, e actualizam, as disposições e as competências que os sustentam.

Referências bibliográficas

- Ávila, Patrícia (2005), *A Literacia dos Adultos. Competências-chave na Sociedade do Conhecimento*, Lisboa, ISCTE, Departamento de Sociologia (tese de doutoramento).
- Barton, David, e Mary Hamilton (1998), *Local Literacies. Reading and Writing in one Community*, Londres, Routledge.
- Baudelot, Christian, Marie Cartier e Christine Detrez (2000), *Et Pourtant Ils Lisent*, Paris, Éditions du Seuil.
- Beck, Ulrich, Anthony Giddens e Scott Lash (1994, 2000), *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta Editora.
- Benavente, Ana, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila (1996), *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Conselho Nacional de Educação.
- Braudel, Fernand (1998, 2001), *Memórias do Mediterrâneo. Pré-História e Antiguidade*, Lisboa, Terramar.
- Carneiro, Roberto (2001), *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem. 21 Ensaios para o Século 21*, Vila Nova de Gaia, Fundação Manuel Leitão.
- Carvalho, Helena (2004), *Análise de Dados Qualitativos. Utilização da HOMALS com o SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Castells, Manuel (1996, 2002), *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* (vol. I), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (1997, 2003b), *O Poder da Identidade. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* (vol. II), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (1998, 2003a), *O Fim do Milénio. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* (vol. III), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cavaco, Cármen (2002), *Aprender Fora da Escola. Percursos de Formação Experiencial*, Lisboa, EDUCA.
- Cavallo, Guglielmo, e Roger Chartier (orgs.) (1997), *Histoire de la Lecture dans de Monde Occidental*, Paris, Éditions du Seuil.
- Cipolla, Carlo M. (1969), *Literacy and Development in the West*, Harmondsworth, Penguin Books.
- Conceição, Pedro, Manuel V. Heitor e Bengt-Åke Lundvall (2003), "Towards a learning society", em Pedro Conceição, Manuel V. Heitor e Bengt-Åke Lundvall (orgs.), *Innovation, Competence Building and Social Cohesion in Europe*, Cheltenham, Edward Elgar.

10 A frequência de acções de educação e formação não pôde ser tida em conta nesta análise, uma vez que a única variável disponível no IALS diz respeito aos indivíduos que frequentaram este tipo de processos no último ano (deixando de fora todos aqueles que possam ter frequentado acções deste tipo em anos anteriores) e sem qualquer especificação quanto ao âmbito e à duração.

- Costa, António Firmino da (2003), "Competências para a sociedade educativa: questões teóricas e resultados de investigação", em AA.VV., *Cruzamentos de Saberes. Aprendizagens Sustentáveis*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Costa, António Firmino da, e Patrícia Ávila (1998), "Problemas da/de literacia", *Ler História*, 35.
- Dias, Helena Caninhas (1996), "Agricultores e literacia: relação com a informação institucional e vida quotidiana no Centro Litoral", em Ana Benavente, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila (orgs.), *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian / Conselho Nacional de Educação.
- Enguita, Mariano Fernández (2001), *Educar en Tiempos Inciertos*, Madrid, Morata.
- Furtado, José Afonso (2000), *Os Livros e as Leituras. Novas Ecologias da Informação*, Lisboa, Livros e Leituras.
- Giddens, Anthony (1990, 1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Girod, Roger (1991), *Le Savoir Réel de l'Homme Moderne. Essais Introductifs*, Paris, PUF.
- Gomes, Maria do Carmo (2003), "Literexclusão na vida quotidiana", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41.
- Gomes, Maria do Carmo (2005), "Percurso de literacia", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 47.
- Gomes, Maria do Carmo, Patrícia Ávila, João Sebastião e António Firmino da Costa (2002), "Novas análises dos níveis de literacia em Portugal: comparações diacrónicas e internacionais", em AA.VV., *Sociedade Portuguesa. Passados Recentes, Futuros Próximos*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia (edição em CD-ROM).
- Goody, Jack (1987a), *The Interface Between the Written and the Oral*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Goody, Jack (1986, 1987b), *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*, Lisboa, Edições 70.
- Goody, Jack (1977, 1988), *A Domesticação do Pensamento Selvagem*, Lisboa, Editorial Presença.
- Goody, Jack (2000), *The Power of Written Tradition*, Washington, Smithsonian Institution Press.
- Havelock, Eric (1988, 1996), *A Musa Aprende a Escrever. Reflexões sobre a Oralidade e a Literacia da Antiguidade ao Presente*, Lisboa, Gradiva.
- Iturra, Raúl (1990a), *A Construção Social do Insucesso Escolar. Memória e Aprendizagem em Vila Ruiva*, Lisboa, Editora Escher.
- Iturra, Raúl (1990b), *Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra. Ensaio de Antropologia Social sobre o Insucesso Escolar*, Lisboa, Editora Escher.
- Kirsch, Irwin, e Marilou Lennon (2005), "The ICT literacy framework", em Scott Murray, Yvan Clermont e Marilyn Binkley (orgs.), *Measuring Adult Literacy and Life Skills. New Frameworks for Assessment*, Otava, Statistics Canada.
- Lahire, Bernard (1993), "Pratiques d'écriture et sens pratique", em Martine Chaudron, e François de Singly (orgs.), *Identité, Lecture, Écriture*, Paris, Centre Georges Pompidou.

- Lahire, Bernard (2003a), "La légitimité culturelle en questions", em Olivier Donnat (org.), *Regards Croisés sur les Pratiques Culturelles*, Paris, La Documentation Française.
- Lahire, Bernard (2001, 2003b), *O Homem Plural. As Molas da Acção*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Lahire, Bernard (2004), "Formas de lectura estudiantil y categorías escolares de la comprensión de la lectura", em Bernard Lahire (org.), *Sociología de la Lectura*, Barcelona, Editorial Gedisa.
- Lash, Scott (1994, 2000), "A reflexividade e os seus duplos", em Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash (orgs.), *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta Editora.
- Lave, Jean (1988), *Cognition in Practice*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Lundvall, Bengt-Åke (2001), "Innovation policy in the globalizing learning economy", em Daniele Archibugi, e Bengt-Åke Lundvall (orgs.), *The Globalizing Learning Economy*, Oxford, Oxford University Press.
- Lyon, David (1988, 1992), *A Sociedade da Informação*, Oeiras, Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís (1996), "Minorias e literacia: imigrantes guineenses em Portugal", em Ana Benavente, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila (orgs.), *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian / Conselho Nacional de Educação.
- Murray, T. Scott (2003), "Reflections on international competence assessments", em Dominique Simone Rychen, e Laura Hersh Salganik (orgs.), *Key Competencies for a Successful Life and a Well-Functioning Society*, Gottingen, Hogrefe & Huber Publishers.
- Murray, T. Scott, Yvan Clermont e Marilyn Binkley (2005), *Measuring Adult Literacy and Life Skills. New Frameworks for Assessment*, Otava, Statistics Canada.
- OECD (2005), *Education at a Glance. OECD Indicators 2005*, Paris.
- OECD e HRDC (1997), *Literacy Skills for the Knowledge Society. Further Results from the International Adult Literacy Survey*, Paris, OECD.
- OECD e Statistics Canada (1995), *Literacy, Economy and Society*, Paris e Otava, OECD.
- OECD e Statistics Canada (2000), *Literacy in the Information Age. Final Report of the International Adult Literacy Survey*, Paris, OECD.
- Olson, David R. (1994), *The World on Paper. The Conceptual and Cognitive Implications of Writing and Reading*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Reich, Robert B. (1991, 1993), *O Trabalho das Nações*, Lisboa, Quetzal Editores.
- Reis, Filipe (1995), *Saberes e Contextos de Aprendizagem. Práticas Escolares e Usos Quotidianos da Escrita*, Lisboa, ISCTE (provas de aptidão pedagógica e capacidade científica).
- Reis, Filipe (1997), "Da antropologia da escrita à literacia. Algumas reflexões sobre o Estudo Nacional de Literacia", *Educação, Sociedade e Culturas*, 8.
- Rey, Bernard (1996, 2002), *As Competências Transversais em Questão*, Porto Alegre, Artmed.
- Rychen, Dominique Simone (2003), "Key competencies: meeting important challenges in life", em Dominique Simone Rychen, e Laura Hersh Salganik (orgs.), *Key Competencies for a Successful Life and a Well-Functioning Society*, Gottingen, Hogrefe & Huber Publishers.

- Rychen, Dominique Simone, e Laura Hersh Salganik (orgs.) (2003), *Key Competencies for a Successful Life and a Well-Functioning Society*, Gottingen, Hogrefe & Huber Publishers.
- Schienstock, Gerad (2001), "Social exclusion in the learning economy", em Daniele Archibugi, e Bengt-Åke Lundvall (orgs.), *The Globalizing Learning Economy*, Oxford, Oxford University Press.
- Scribner, Sylvia, e Michael Cole (1981), *The Psychology of Literacy*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Sebastião, João (1996), "Relações dos jovens com a literacia: contextos de socialização em meio operário", em Ana Benavente, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila (orgs.), *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian / Conselho Nacional de Educação.
- Statistics Canada e OECD (2005), *Learning a Living. First Results of the Adult Literacy and Life Skills Survey*, Otava e Paris, OECD.
- Stehr, Nico (1994), *Knowledge Societies*, Londres, Sage Publications.
- Street, Brian V. (1993), "Introduction: the new literacy studies", em Brian V. Street (org.), *Cross-cultural Approaches to Literacy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Teixeira, Leonor, e Miguel Fontes (1996a), "A literacia na vida quotidiana dos idosos: duas freguesias do centro histórico de Lisboa", em Ana Benavente, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila (orgs.), *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian / Conselho Nacional de Educação.
- Teixeira, Leonor, e Miguel Fontes (1996b), "Literacia numa vila do interior: trabalhadores fabris e do pequeno comércio", em Ana Benavente, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila (orgs.), *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian / Conselho Nacional de Educação.
- Toffler, Alvin (1990, 1991), *Os Novos Poderes*, Lisboa, Livros do Brasil.

Práticas comunicacionais na sociedade em rede

Gustavo Cardoso, Maria do Carmo Gomes e Cristina Palma Conceição

Introdução

As rápidas transformações que têm vindo a ocorrer à escala mundial nas esferas da tecnologia, da economia, da cultura, da comunicação, da política e da relação entre as pessoas são entendidas por Manuel Castells como fazendo parte do processo de transição das sociedades industriais para as sociedades em rede de base informacional.

Este processo de mudança, sendo particular e assumindo configurações específicas em cada contexto sociocultural, é simultaneamente global e irreversível. Para os indivíduos que se movem nas sociedades baseadas no conhecimento surgem novos desafios de integração social, novas competências a adquirir, novas tecnologias a manusear, novas formas de participação cívica e social, às quais se têm de adaptar ou as quais têm de adoptar. Portugal encontra-se, por várias razões que se explicam adiante, num momento decisivo da sua história face a muitos destes aspectos.

A novidade da organização social em rede reside, essencialmente, no desenvolvimento acelerado das tecnologias baseadas na microelectrónica, e nas consequências sociais que o seu uso provoca nas relações entre as pessoas, e nos modos de interacção que estas estabelecem com as diferentes instituições que fazem parte das nossas sociedades.

Pretende-se assim analisar as práticas comunicativas na sociedade em rede em Portugal,¹ tendo como principal base o conjunto de dados estatísticos obtidos através de um inquérito, correspondente a uma amostra de 2.450 pessoas representativa da população portuguesa, no qual se analisou o que fazem hoje os portugueses, em que trabalham, como vivem, com quem se relacionam, o que pensam, com quem comunicam, como participam politicamente, como constroem a sua identidade e a que dedicam o seu tempo.

O nosso desafio é o de analisar como se comunica no contexto de uma sociedade em transição para uma sociedade em rede, como é o caso português.

A sociedade em rede num contexto de transição

A presente publicação ilustra de forma bastante evidente as profundas transformações vividas, no final do século XX, nas sociedades contemporâneas, no âmbito da tecnologia, da economia, da cultura, da comunicação, da política ou da vida quotidiana em geral, dando também conta de algumas das conceptualizações teóricas que a este propósito têm sido avançadas. Manuel Castells é um dos analistas que mais intensamente se tem debruçado sobre as mudanças em curso, procurando compreender aquilo que designa como a transição para a sociedade em rede, forma emergente de organização social, potenciada pelas novas tecnologias de base microelectrónica, e caracterizada por uma maior complexidade e flexibilidade das relações, aos mais variados níveis (Castells, 2002, 2003a, 2003b e 2004a; Mitchell, 2003).

Neste sentido, às novas tecnologias de informação, e muito em particular à internet, tem sido atribuído um papel chave na emergência e afirmação da sociedade em rede. Isto na medida em que a ligação em rede proporcionada pela *world wide web* se afirma como um instrumento fundamental para o desenvolvimento de novas modalidades de relação entre pessoas, empresas e instituições, permitindo uma coordenação e eficácia não antes possível. Mas Castells salienta também que, embora a internet tenha constituído uma das principais bases para novas formas de organização societal, ela está longe de poder ser entendida como a causa final das transformações registadas. As novas tecnologias terão certamente impactos relevantes nas relações sociais, mas são também elas produto dessas mesmas relações, sendo a sua apropriação sempre pautada por uma adaptação particular às necessidades, interesses e valores vigentes em cada contexto (Cardoso, 1998; Dutton, 1999; Wellman e Haythornwaite, 2002; Katz e Rice, 2002a e 2002b; Woolgar, 2002).

A par da introdução da internet verificam-se, muito em especial nos países mais desenvolvidos, outras mudanças relevantes, de que são exemplo a emergência de novas actividades económicas; a afirmação de um corpo de profissionais altamente qualificados, cujos conhecimentos se baseiam não só nos avanços da ciência e da tecnologia como também num corpo de saberes

1 A conceptualização teórica que orienta a apresentação dos dados empíricos é baseada no livro de Castells e outros (2003), dedicado à análise da sociedade em rede na Catalunha. Em Portugal, a análise da sociedade em rede foi realizada por Gustavo Cardoso, António Firmino da Costa, Cristina Palma Conceição e Maria do Carmo Gomes, no âmbito do projecto desenvolvido no CIES-ISCTE, entre 2002 e 2004, e cujos resultados se encontram no livro entretanto publicado (Cardoso e outros, 2005). Este estudo resultou de uma múltipla génese — do projecto desenvolvido no CIES, dos cursos de pós-graduação do ISCTE (através do mestrado de Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação), e da participação em redes internacionais de I&D — concretizada através da colaboração que se estabeleceu, desde 2002, com a Universitat Obierta de la Catalunya, através de Manuel Castells e Imma Tubella.

indissociáveis dos novos instrumentos de gestão; a expansão de novas modalidades de governação e de novos movimentos sociais; a reconfiguração dos meios de comunicação social e sua articulação à escala global. Igualmente manifestas são algumas alterações ainda mais prementes ao nível do quotidiano das populações, como a afirmação de novas práticas culturais, a reconfiguração dos padrões de evolução demográfica, a expansão de novos modelos de relacionamento familiar ou a crescente concentração urbana. Ou seja, se nalguns aspectos as transformações em curso parecem remeter para um nível macrossocial, noutras elas revelam-se na acção quotidiana do cidadão anónimo, mostrando que a sociedade em rede se constrói também a partir dos indivíduos, e da forma particular como estes se têm vindo a apropriar dos novos desafios e dos instrumentos ao seu dispor para gerar novas formas de relacionamento, aos mais variados níveis. Neste contexto, diversas têm sido as chamadas de atenção para a emergência de renovadas modalidades de exclusão social, baseadas não só na questão da propriedade, mas também do acesso a outros recursos centrais da sociedade em rede, designadamente ao conhecimento e aos recursos necessários para a construção das novas literacias informacionais (Cardoso, 2005).

A transição para a sociedade em rede tem tido assim contornos bastante diferenciados nas diversas regiões do globo, ou entre os diversos estratos sociais. Tem estado longe de ser uma mera reprodução dos processos de organização gerados em Silicon Valey, tantas vezes entendidos como ícone das transformações em curso. “De facto, não existe uma sociedade em rede única (...). Da mesma forma que a sociedade industrial não foi a cópia de Inglaterra do séc. XIX e foi muito diferente no Japão e nos EUA, em França ou na Suécia, a sociedade em rede desenvolve-se em cada país consoante a cultura, a história, a identidade e o modo de vida desse país” (Castells, 2005).

Veja-se, por exemplo, os modelos de desenvolvimento adoptados nos Estados Unidos da América e nos países escandinavos, nomeadamente na Finlândia. Em ambos os casos se verificam elevados níveis de difusão das tecnologias de informação e uma forte dinamização de novas actividades económicas suportadas pelo investimento em inovação e qualificação dos recursos humanos. Mas o entendimento do papel do estado e a importância atribuída à coesão social são claramente diferenciados, privilegiando a Finlândia, ao contrário do que acontece na Califórnia, a manutenção de elevadas taxas fiscais e de um estado-providência forte, que se traduz em elevados níveis de protecção social e numa política activa de defesa da identidade nacional. Noutras contextos, as diferenças a assinalar reportam-se à manutenção de determinados traços culturais, de que são exemplo as densas redes de sociabilidade e apoio familiar que caracterizam sociedades como a catalã, ao contrário do que se passa nos EUA. Noutras palavras, se alguns aspectos se afirmam como denominador comum dos modelos de desenvolvimento emergentes — designadamente a organização das actividades económicas, científicas ou da vida quotidiana em

torno de redes de relações baseadas em tecnologias electrónicas — outros surgem como apropriações ou derivações particulares da cultura e da história de cada região, sem que isso constitua necessariamente um obstáculo à afirmação da sociedade em rede.

A sociedade em rede em Portugal

A análise da sociedade portuguesa na sua transição para a sociedade em rede, na dupla dimensão social e tecnológica, ganha neste quadro interesse redobrado.

Portugal tem vindo a conhecer nos últimos anos um significativo processo de modernização, traduzido em domínios tão diversos como a abertura e reestruturação da economia, o desenvolvimento da ciência, a difusão de algumas das novas tecnologias, a escolarização das novas gerações e a recomposição socioprofissional, a feminização e progressiva terciarização do trabalho, a urbanização da população e dos espaços, a alteração dos padrões demográficos e de vida familiar, a democratização das estruturas políticas, a liberalização dos meios de comunicação social e a mediação do espaço público. As mudanças verificadas são, sem dúvida, assinaláveis, e o ritmo da mudança não terá tido paralelo em muitos países, pelo menos nos tempos mais recentes.

Todavia, tal processo de modernização está longe de ter sido linear, isento de obstáculos e contradições; e, acima de tudo, está longe de ter terminado. A análise de muitos dos indicadores disponíveis, nas várias dimensões enunciadas, revela ainda a considerável distância a que o país se encontra face aos padrões de desenvolvimento europeus ou ocidentais. O intenso ritmo das transformações verificadas explica-se não só pelas dinâmicas desencadeadas mas também pela própria debilidade da situação de partida, verificando-se situações em que, por vezes, não obstante as elevadíssimas taxas de crescimento, os valores alcançados se mantêm muito aquém das médias europeias.

Portugal encontra-se assim numa encruzilhada, associando traços e dinâmicas de modernidade a vestígios de uma sociedade mais arcaica, que tendem a persistir e a obstruir algumas das transformações em curso. Enfrenta, por um lado, muitos dos novos desafios e paradoxos das sociedades actuais — veja-se o envelhecimento populacional, a emergência de novas formas de pobreza, a crise das estruturas democráticas ou a mediação do espaço político. Mas, por outro, suporta os atrasos induzidos pela manutenção de antigas estruturas e disposições sociais, obstáculos ao necessário, e tão comentado, processo de convergência. Exemplos desses atrasos são a especialização económica em sectores de fraca intensidade tecnológica, a manutenção de deficientes níveis de qualificação da população e de elevados índices de abandono escolar, a insuficiência dos apoios sociais ou o ainda limitado desenvolvimento das novas classes médias.

Os padrões de vida familiar aproximam-se rapidamente dos registados nos países do Norte da Europa — designadamente com a crescente emancipação feminina e com a emergência de novas formas de conjugalidade —, mas as diferenças salariais entre os sexos persistem e a divisão das tarefas domésticas continua fortemente desfavorável para as mulheres. Os níveis de consumo aumentam significativamente, as ofertas culturais expandem-se, mas os índices de endividamento das famílias dispararam e muitas práticas culturais permanecem circunscritas a determinados estratos sociais. Estes são apenas alguns dos exemplos que permitem falar de Portugal como cenário de “processos de uma modernidade inacabada” (Machado e Costa, 1998), onde inovação e apego a antigos modos de estar e fazer se cruzam e sobrepõem.

Uma dualidade que acompanha também a transição para a sociedade em rede, já que, em termos geracionais, as gerações mais novas apresentam taxas de utilização de internet mais elevadas que as gerações anteriores, práticas culturais onde ocorre a mediação tecnológica mais frequentemente e também um nível de competências e rendimentos mais próximos das médias europeias.

Trata-se duma sociedade onde a manifestação de estruturas organizativas e de produção em rede despontam e convivem com os ainda dominantes modelos característicos das sociedades industriais. Tal é também particularmente evidente quando se observam alguns dos indicadores mais comuns no domínio da tecnologia. Segundo dados de 2000, o número de *hosts* de internet por 1.000 habitantes representa, em Portugal, cerca de 25% dos valores alcançados nas economias avançadas (UNDP, 2001). Mas já a penetração do uso de telemóveis atinge níveis consideravelmente altos, muito próximos dos verificados, por exemplo, nos países escandinavos (UNDP, 2003).

Quanto à utilização da internet, segundo dados apurados em 2003 junto de uma amostra representativa da população em Portugal continental, cerca de 29% dos portugueses consideraram-se utilizadores directos e regulares desta nova tecnologia, aos quais se juntam perto 6% que admitiram ter já acedido à *web* de forma mais esporádica (Cardoso e outros, 2005). Dados obtidos através de outras fontes, ainda que não totalmente coincidentes por motivos de ordem metodológica, confirmam em larga medida este panorama, permitindo ainda comprovar a evolução significativamente positiva registada a este respeito nos últimos anos em Portugal. Segundo dados da UMIC, a taxa de utilização da internet quase duplicou entre 2000 e 2003.

No entanto, os valores atingidos mantêm-se bastante aquém dos atingidos noutros países europeus, nomeadamente do Norte da Europa, onde a internet é usada por mais de metade da população, ou nos Estados Unidos da América, onde a taxa de utilização já se aproxima dos 70% (European Commission, 2002). Em Portugal a maioria da população mantêm-se ainda afastada do universo da *web*, e aqueles que integraram já de algum modo a internet nos seus quotidianos apresentam um perfil social particular, o que deixa

antever algumas oportunidades de crescimento, mas também alguns limites à difusão alargada da tecnologia a curto e médio prazo.

No entanto, fruto dessa mesma desigual distribuição das literacias necessárias à utilização da internet e à sua concentração junto de uma elite, Portugal apresenta um rácio de aproveitamento da disponibilidade de acesso à internet que nos coloca em quarto lugar entre os nossos parceiros da União Europeia, em igualdade com o Reino Unido e só atrás da Dinamarca, Noruega e Suécia (Cardoso, 2005). Ou seja, quem possui a literacia informacional necessária faz um uso intensivo dessa tecnologia e integra-a nas suas múltiplas dimensões de usos possíveis diários.

Perfil social dos utilizadores da internet e suas modalidades de utilização

O contacto dos portugueses com a internet — em termos gerais, escasso e recente, não obstante a considerável evolução positiva — está longe de ser uniforme nos diversos segmentos populacionais. A familiarização com este recurso tecnológico surge fortemente associada a competências e predisposições mais frequentemente presentes quer entre os jovens, quer entre os indivíduos mais qualificados (Rodrigues e Mata, 2003; Cardoso, 2005). É aliás bastante interessante notar a natureza independente da influência destas duas variáveis, patente no quadro 3.1.

Nos escalões etários mais jovens, a ausência de recursos escolares significativos não conduz a um necessário afastamento face à internet. Embora relativamente mais rara, a adesão por parte de jovens pouco qualificados parece ser claramente favorecida pela socialização precoce com este meio ou pelas oportunidades de acesso facultadas, entre outros, pela escola ou pelos amigos. Já entre os mais velhos, a ausência de recursos escolares significativos revela-se fortemente inibidora de um contacto, necessariamente mais tardio no seu percurso de vida, com esta nova tecnologia. Mas estando presentes tais recursos, a idade não constitui um obstáculo intransponível. Entre os detentores de diplomas de ensino superior com 50 e mais anos a taxa de utilização da internet é ainda superior à média nacional.

De referir que são precisamente os utilizadores de meia-idade e os mais qualificados aqueles que mais intensamente integraram o uso da internet no seu quotidiano, não obstante a significativa difusão do uso — mais ocasional — desta tecnologia entre os mais jovens. Tal dever-se-á ao facto de os mais velhos e qualificados acederem mais frequentemente ao universo *web* no contexto laboral, meio mais propício a acessos continuados, ao contrário das escolas ou noutros locais como cibercafés ou bibliotecas públicas, espaços de acesso privilegiados para muito dos jovens.

De qualquer forma, em termos genéricos, o contexto doméstico é o principal ponto de acesso à internet entre os portugueses, ao contrário do que

Quadro 3.1 Utilização da internet segundo nível de escolaridade e idade, 2003

(percentagens)

Nível de escolaridade concluído	Escalões etários		
	15-29 anos	30-49 anos	50 e mais anos
Ensino básico ou menos	44,1	10,4	1,8
Ensino secundário	74,7	57,1	40,0
Ensino superior	90,7	79,2	37,0

Nota: percentagem de utilizadores em cada categoria; $p < 0,01$ em todas as categorias.
 Fonte: CIES, Inquérito Sociedade em Rede em Portugal, 2003.

Quadro 3.2 Incidência dos domínios de uso da internet, segundo escalões etários e níveis de escolaridade, 2003

(percentagens)

	Lazer	Prático	Sociabilidade	Informativo (cultural e educativo)	Informativo (actualidade)	Profissional	Tecnológico	Comercial	Informativo (político-sindical)
Escalões etários		$p < 0,01$	$p < 0,01$			$p < 0,01$			$p < 0,01$
15-29 anos	81,8	49,8	64,1	47,2	45,3	37,8	30,8	25,2	6,3
30-49 anos	76,8	76,3	50,9	49,6	47,1	55,7	31,1	30,3	16,7
50 e mais anos	74,4	74,4	27,9	46,5	53,5	34,9	15,9	25,6	11,6
Escolaridade (completa)		$p < 0,01$		$p < 0,04$		$p < 0,01$	$p < 0,05$	$p < 0,01$	$p < 0,01$
Superior	77,8	72,9	56,5	54,8	48,8	64,7	31,4	33,9	20,6
Secundário	78,4	68,0	60,9	48,2	45,0	40,6	34,9	30,6	7,3
Básico	81,7	44,6	55,5	42,8	45,9	31,4	25,1	18,9	5,4
Total	79,6	59,9	57,6	47,9	46,4	43,4	30,0	26,7	10,1

Nota: percentagem de utilizadores que declararam pelo menos uma actividade no domínio.
 Fonte: CIES, Inquérito Sociedade em Rede em Portugal, 2003.

acontece noutros países mais desenvolvidos, onde a primazia vai para os contextos profissionais e escolares. Contudo, os dados recolhidos confirmam que a familiarização com este novo meio tende a iniciar-se em espaços extradomésticos — no trabalho para os mais velhos, na escola ou entre amigos para os mais jovens —, assumindo estes, assim, um papel fundamental na expansão do uso da internet no nosso país, muito em especial entre os indivíduos menos dotados de recursos económicos e qualificacionais.

Já no que respeita às actividades desenvolvidas através da rede, verifica-se em geral que, não obstante a intensa utilização com intuítos informativos que continua a ser a maioritária nas escolhas dos portugueses, a internet está longe de ser, em Portugal como noutros países, apenas um meio de

circulação de informação. É, muito em particular para os mais jovens, um espaço de lazer, entretenimento e sociabilidade, bem como um recurso fortemente mobilizado, especialmente pelos mais velhos e mais escolarizados, para fins de ordem prática, profissional e cultural (quadro 3.2). Um lazer fortemente associado a uma prática de exploração desse espaço, muitas vezes sem um fim previamente definido, uma prática que em muito se assemelha ao “ver montras” característico dos momentos de lazer da população que se desloca até uma artéria comercial da sua cidade ou até ao centro comercial.

Práticas comunicacionais: o impacto da internet

A utilização da internet, como se viu, reforça, pois, a cisão existente entre dois grupos por demais identificados na sociedade portuguesa. Por um lado, um conjunto de indivíduos mais velhos, com baixas qualificações escolares e inserções profissionais desqualificadas, com menores recursos económicos, culturais e informacionais, a que correspondem mais frequentemente os não utilizadores de internet, e que, ainda assim, constituem uma maioria da população portuguesa. E por outro, uma significativa parte dos portugueses com qualificações escolares mais elevadas, profissões mais qualificadas e/ou mais jovens, que dispõem de (e utilizam) competências várias para uma integração mais facilitada na vida moderna — utilizam a internet como ferramenta quotidiana, mobilizam-se para a acção colectiva, desenvolvem um conjunto de práticas comunicativas e possuem equipamentos para usufruir dos média mais sofisticados, têm redes de sociabilidade mais numerosas e densas, entre outras dinâmicas que configuram aquilo que se designou por sociedades informacionais ou sociedades em rede.

Ora, esta cisão encerra em si mesma a dinâmica de Portugal na transição para a sociedade em rede. E se alguns perigos e alertas têm vindo a ser dados no que respeita às fragilidades desta nova forma de organização social, importa, ainda assim, contrariar alguns dos argumentos mais pessimistas a este respeito, trazendo os dados empíricos para o confirmar.

Na conceptualização de sociedade em rede de Manuel Castells, uma das dimensões de maior importância é a análise das práticas comunicativas (Castells e outros, 2003). Entende o autor que esta dimensão analítica deve comportar de modo integrado e abrangente múltiplas variáveis que trespassam as clássicas práticas de relação com os média. Na pesquisa realizada em Portugal (Cardoso, 2005) alargaram-se também os conteúdos analíticos desta dimensão, na mesma perspectiva de Castells. E por esta razão, incluem-se nas práticas comunicativas quaisquer formas de relação social que têm por base a comunicação (seja a interpessoal, a telefónica, a conferida pelos média mais tradicionais como a TV, rádio e jornais, ou a tecnologicamente mediada através da plataforma *web*, como o *e-mail*, os *chats* ou *newsgroups*). É com este ponto de partida que se inicia então a análise da situação portuguesa a este respeito.

Comunicação interpessoal e sociabilidades

Da pesquisa realizada em Portugal, uma conclusão sobressai de modo evidente — os utilizadores da internet desenvolvem sempre de modo mais intenso e frequente o conjunto das práticas comunicativas analisado do que os que não utilizam esta tecnologia. Na verdade, ao contrário do que se poderia supor e que, muitas vezes, se vê difundido nos média como imagem dos que fazem uso dessa tecnologia, a internet não restringe os indivíduos ao isolamento e à solidão, mas antes alarga os contactos que se têm com outras pessoas (desde a família aos amigos) e incrementa a densidade, tanto a nível local como global, desses contactos. São, por isso, os utilizadores da internet os que afirmam terem-se sentido menos deprimidos, isolados ou desesperados no último ano.

A internet alarga e intensifica as possibilidades de contactos, principalmente aqueles que se fazem com as pessoas que estão menos próximas fisicamente. Essa abertura aos contactos globais toma, em Portugal, especial significado (Cardoso e outros, 2005).

Em países mediterrâneos, como é o caso português, em que os contactos pessoais e telefónicos com os familiares e amigos mais próximos adquirem valores muito significativos, a internet possibilitou ainda mais a intensificação desses contactos. À excepção dos pais — com quem se declara ter contactos pessoais diariamente de modo muito frequente — todos os outros contactos se intensificam recorrendo também ao uso da internet.

Como meio de comunicação a internet possibilita aos utilizadores portugueses, tal como se registou na Catalunha (Castells e outros, 2003), uma nova forma de contacto a adicionar aos meios tradicionais já consolidados — as relações interpessoais e os contactos telefónicos. Estes últimos continuam a ser, aliás, os meios de contacto preferencial da maioria dos portugueses, não se tendo dado, por isso, a potencial transferência da utilização maciça do telefone para a internet como plataforma comunicacional.²

As sociabilidades densas preexistentes na sociedade portuguesa, ao invés de sofrerem diminuições abruptas com a introdução do uso da internet na vida das pessoas, intensificaram-se e alargaram-se. Esta é, sem dúvida, uma das características específicas dos contextos mediterrâneos nos seus processos de transição para a sociedade em rede. A internet é assim um meio de reforço das relações sociais e não de enfraquecimento, como algumas análises previam.

2 Há ainda a salientar, a este respeito, a elevadíssima taxa de penetração do telemóvel na população portuguesa (mais de 70%), em particular junto das camadas mais jovens.

Comunicação e quotidiano

Mas, se às redes de sociabilidade e aos contactos interpessoais se adicionar a análise das práticas quotidianas na sua diversidade, uma outra vez se conclui que são os utilizadores da internet que maior diversidade de actividades desenvolvem e com mais frequência.

À excepção da hegemónica prática de ver televisão (quase 100% dos portugueses a declaram fazer, com uma ligeira distinção entre utilizadores e não utilizadores de internet), são os que utilizam a internet que também ouvem mais rádio, lêem mais jornais, vão mais ao cinema, lêem mais livros, frequentam mais museus, assistem a mais espectáculos, têm mais *hobbies*, etc. São, portanto, um conjunto de pessoas com um espectro de interesses mais alargado e que desenvolvem práticas de fruição comunicacional, informativa, recreativa e cultural mais diversificadas. A internet é, muitas vezes, um recurso onde se pode obter informações sobre diversos interesses, como, por exemplo, reservar bilhetes, marcar viagens, combinar encontros com amigos, entre outros. Mais uma vez, adiciona-se aos interesses preexistentes um novo meio de informação que veio facilitar a realização de algumas dessas actividades.

Entre as que surgem como as actividades menos preferidas dos portugueses estão as que envolvem a participação social e política, tal como assistir a manifestações ou reuniões de sindicatos, partidos políticos ou associações, a prática de *hobbies* e as actividades mais eruditas — assistir a espectáculos de teatro, ópera e concertos ou ir a museus, exposições e conferências. Cada uma destas não atinge ainda 1/4 da população portuguesa.

Estas práticas evidenciam, por um lado, alterações significativas nos estilos de vida quotidianos dos portugueses, ressaltando uma maior diversidade de actividades e interesses, em especial no grupo dos mais jovens, acompanhada da incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação.

Para além destas transformações, importa perceber qual o impacto do uso da internet nas restantes práticas comunicativas. Será que o uso da internet provoca alterações nas práticas comunicacionais, nomeadamente na realização de actividades quotidianas que impliquem a utilização de outros média?

De facto, a principal conclusão é que o uso da internet não provoca alterações significativas nas actividades quotidianas. A grande maioria dos utilizadores de internet portugueses que referiram desenvolver cada uma das actividades analisadas, afirmou que estas se mantiveram iguais após o início do uso de internet. Há, porém, a evidenciar que as alterações, quando existem, são, maioritariamente, no sentido da diminuição da prática dessas actividades, excepto em casos pontuais. A maior referência à diminuição surge no visionamento televisivo (19,2%) ou nas actividades que fazem uso do interface TV, isto é, ver DVD ou vídeo.

Se o quotidiano contemporâneo é hoje pautado por uma multiplicidade de meios e práticas comunicacionais, tendo os indivíduos uma muito maior

Quadro 3.3 Práticas comunicativas e vida quotidiana, segundo utilização da internet, 2003

(percentagens)

Práticas comunicativas e vida quotidiana	Utilizadores (n=711)	Não utilizadores (n=1739)	Total (n=2450)
Ver TV	98,9	99,4	99,3
Ver vídeos ou DVD	79,3	27,3	42,4
Passear	96,4	83,2	87,1
Ouvir rádio	95,1	82,6	86,2
Ouvir música	97,2	70,0	77,9
Ler jornais ou revistas	94,0	70,8	77,5
Ler livros	78,5	30,5	44,4
Não fazer nada	40,5	38,2	38,9
Ir a bares, restaurantes, discotecas	85,0	49,9	60,1
Ir ao cinema	75,7	23,1	38,4
Ir ao teatro, ópera ou concertos	32,8	7,5	14,9
Ir a museus, exposições ou conferências	37,7	8,2	16,8
Encontrar-se com familiares ou amigos	98,7	91,8	93,8
Jogar com o computador ou consola	57,2	6,8	21,5
Falar com as pessoas da casa, brincar com as crianças, etc.	91,0	81,1	84,0
Assistir a espectáculos ou competições desportivas	57,8	27,0	36,0
Praticar algum desporto ou actividade física	49,0	11,7	22,5
Assistir a manifestações ou reuniões de sindicatos, partidos políticos, associações, etc.	11,0	2,6	5,0
Ir à igreja ou lugar de culto religioso	38,5	52,6	48,5
Assistir a acontecimentos populares, festas ou feiras	63,2	50,7	54,4
Praticar algum <i>hobby</i>	24,7	9,2	13,7
Actividades em casa relacionadas com o trabalho profissional	31,0	12,4	18,8

Fonte: CIES, Inquérito Sociedade em Rede em Portugal, 2003.

escolha entre várias opções de tempo, espaço e modos de interagirem, uma conclusão é clara: quando se comparam utilizadores e não utilizadores de internet, são os primeiros que ao mesmo tempo mais usam todo o aparato tecnológico disponível, maior participação social, cívica e política desenvolvem, de referências identitárias mais amplas e globais usufruem, e mais autonomia possuem em diversos campos individuais e sociais, como o profissional, a saúde, a política, entre outros.

Sendo também este grupo caracterizado, como se viu, por algumas dinâmicas sociográficas específicas, tais como serem mais jovens, mais escolarizados e mais qualificados, com melhores recursos sociais e cognitivos à sua disposição, prevê-se que as alterações demográficas permitam uma evolução a médio prazo mais facilitada em Portugal para uma sociedade informacional assente numa sociedade articulada em rede e numa economia do conhecimento.

Comunicação, média e internet

Perspectivando as práticas comunicativas no seu sentido mais clássico, ou seja, as práticas que envolvem os meios de comunicação social de massas,

Quadro 3.4 Actividade que considera mais interessante por geração, 1.ª escolha, 2003

(percentagens)

Actividades	Escalões etários			
	15-25	26-37	38-50	>50
Jogar jogos de vídeo	6,7	0,7	0,6	0,1
Falar ao telemóvel	6,7	4,3	1,9	1,0
Ouvir música em CD	15,3	9,5	4,9	1,6
Ouvir rádio	9,3	9,5	9,3	7,1
Ver televisão	41,2	54,9	66,0	80,4
Ler jornais	3,9	8,3	11,3	8,3
Utilizar a internet	16,7	12,8	5,8	0,7
NS/NR	0,4	0,0	0,2	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CIES, Inquérito Sociedade em Rede em Portugal, 2003.

como o são a televisão, a rádio, a imprensa e a internet, existem alguns traços característicos da sociedade portuguesa que importa salientar.

Um primeiro, como já se referiu, é a prática hegemónica de fruição televisiva entre os portugueses. As preferências relativamente aos media passam depois pela rádio e, em terceiro lugar, pela imprensa, nomeadamente pelos jornais. Esta é a sequência de preferências dos portugueses pelos três média tradicionais.

Se aprofundarmos a nossa análise, sobre a transição para uma sociedade em rede em Portugal, ao campo das representações sobre os média e a sua dimensão geracional, há também a registar uma nova dualidade.

Ao tomarmos como base de análise uma dada situação comum a várias sociedades desenvolvidas — a chegada da informatização num momento histórico partilhado — poderíamos porventura encontrar noutras sociedades resultados similares aos encontrados em Portugal (quadro 3.4).

Aquilo que se verifica é que, quando questionados sobre o interesse que associam a diferentes tecnologias de informação e comunicação, diferentes gerações partilham entre si alguns pontos mas fornecem também respostas diferenciadas, as quais permitem identificar representações identitárias singulares face aos média. Embora a televisão partilhe a primazia de todas as escolhas das diferentes gerações aqui apresentadas, há que notar também que as gerações que conviveram com a internet na sua infância e adolescência têm valorizações muito mais baixas do interesse conferido à televisão do que aquelas que apenas conviveram com a informatização em fases mais avançadas da idade adulta (41,2% *versus* 80,4%).

Em relação ao segundo nível de valorização de interesse, é possível dividir as gerações em dois grupos: aquelas que conheceram computadores pessoais na infância e que consideram em segundo lugar ser a internet a tecnologia

mais interessante, e as que, não tendo lidado com tecnologias pessoais informatizadas, apontam a leitura de jornais.

Há assim lugar à constituição de dois grupos claramente diferenciados, aqueles cuja idade vai dos 15 aos 37 anos e os que, em 2003, tinham entre 38 e mais de 50 anos.

Igualmente diferenciadora é a forma como diferentes gerações lidam com as tecnologias sonoras, como a rádio e os CD. Assim, parece existir uma divisão geracional baseada na valorização da escolha individual da música. Ou seja, se a geração dos 26 aos 37 se encontra numa posição de fronteira, em que valoriza de igual forma a rádio e a escolha musical oferecida pelos CD, já a geração dos 15-25 claramente opta pela individualização musical, conferindo maior valor à audição de música em CD, bem como aos canais televisivos temáticos de música e ao P2P de troca e audição de MP3.

Por seu lado, as gerações mais velhas olham para a rádio, com a sua pré-definição musical, como uma tecnologia claramente definida, como uma escolha de interesse, embora não muito distante da leitura de jornais.

A geração dos 15-25 é também a que maior importância concede à música, conferindo no total das suas escolhas cerca de 25% do seu interesse à audição de música em CD e à rádio é também a única que considera jogos de vídeo e telemóvel no mesmo plano de interesse, apenas se encontrando na geração dos 26 aos 37 anos alguma similitude face ao interesse concedido ao telemóvel.

Uma terceira dimensão de análise dos média é referente às práticas de uso destes média na internet. Aí, a ordenação traz para primeiro lugar os jornais como sendo os mais consultados na internet, quando comparados com a rádio e a televisão. Esta última surge mesmo como a menos referida pelos utilizadores de internet como meio de informação usado na plataforma *web* (de notar que todas estas práticas são referidas por menos de $\frac{1}{5}$ dos utilizadores, não sendo, portanto, uma das actividades privilegiadas pelos cibernautas quando utilizam a internet). Não se pode esquecer também que a maioria dos *sites* televisivos apostam essencialmente na disponibilização de conteúdos associados à informação, como a actualização permanente das notícias, propondo simultaneamente algumas condições para o desenvolvimento da interactividade, como as sondagens e concursos, e pouco mais. De referir ainda os baixos valores de participação dos portugueses em programas interactivos, seja qual for o meio utilizado (carta, *e-mail*, telefone, SMS ou internet).

Mas, independentemente da consulta aos *sites* dos média tradicionais ser bastante baixo em Portugal, uma ampla maioria (cerca de $\frac{3}{4}$) dos utilizadores de internet tem bastante confiança nos conteúdos disponibilizados na *world wide web*. Valores que são bastante próximos dos que se encontram na população em geral para a televisão, a rádio e os jornais. A primeira é, sem dúvida alguma, a que apresenta maiores índices de confiança na informação disponibilizada. Estes valores têm claramente a ver com as práticas de consumo dos média. Na pesquisa realizada na Catalunha, os valores relativos a ver

televisão, sendo significativamente mais baixos, fizeram também descer o nível de confiança que a população catalã tem, em geral, nesse meio. Tendo valores superiores, por exemplo, para os jornais, os quais são também mais lidos na Catalunha do que em Portugal. Pode aqui argumentar-se que algum efeito de proximidade à televisão pelos portugueses influencia fortemente a confiança que se tem na informação por ela difundida. O mesmo se passa em relação à internet quando percebemos os níveis de confiança dos utilizadores em comparação com os não utilizadores — os dos segundos são muitíssimo baixos, quer por desconhecimento quer por afastamento deste meio.

De qualquer modo, a internet configura-se como uma fonte de informação fidedigna para uma ampla maioria da população, mesmo para os que a ela ainda não tenham recorrido ou que não a utilizem frequentemente.

Conclusão

Em Portugal, tal como será possível argumentar para a maioria das sociedades contemporâneas desenvolvidas, ocorre uma clara articulação da internet com os outros meios de comunicação e não uma substituição ou anulação de determinadas práticas comunicativas.

Os utilizadores de internet são mais polivalentes e *multi-tasking*, ou seja, utilizam a internet ao mesmo tempo que a televisão está ligada, oferecendo um som e imagem de fundo, e interligam ambos os usos consoante as suas preferências ou o aparecimento de conteúdos mais apelativos em cada um dos media. Tal atitude parece não ser tão evidente nos não utilizadores de internet.

Na sociedade em rede a organização do sistema dos média, e consequentemente também das nossas práticas comunicativas, gira em torno de duas redes de interactividade diferenciada. Uma rede que tem a internet como nó central, a de alta interactividade, e outra de baixa interactividade, centrada no nó televisão. No entanto, ambas as redes comunicam entre si e com outros média através de tecnologias de comunicação interpessoal, como o telefone, o SMS ou o *e-mail*.

É o surgir da internet e a nossa apropriação dela que faz com que hoje se assista a um novo sistema dos média, mas também a uma organização social em rede produto de uma tecnologia que resulta de uma determinada apropriação social contextualizada especificamente, de uma dada relação tecnológica com outros média e outras plataformas, e de uma organização económica que caracteriza a contemporaneidade do nosso mundo e das nossas vidas.

Referências bibliográficas

Cardoso, Gustavo (1998), *Para Uma Sociologia do Ciberespaço. Comunidades Virtuais em Português*, Oeiras, Celta Editora.

- Cardoso, Gustavo (2004), "Trends and contradictions in the broadcasting system: from interactive to networked television", em Fausto Colombo (org.), *TV and Interactivity in Europe. Mythologies, Theoretical Perspective, Real Experiences*, Milão, Vita e Pensiero.
- Cardoso, Gustavo (2005), *Os Media na Sociedade em Rede. A Cidadania entre Montras, FilTROS e Notícias*, Lisboa, ISCTE (tese de doutoramento).
- Cardoso, Gustavo, António Firmino da Costa, Cristina Palma Conceição e Maria do Carmo Gomes (2005), *A Sociedade em Rede em Portugal*, Porto, Campo das Letras.
- Castells, Manuel (2002), *A Sociedade em Rede. A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (2003a), *O Poder da Identidade. A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (2003b), *O Fim do Milênio. A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (2004a), *A Galáxia Internet. Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (2005), "A sociedade em rede", em Gustavo Cardoso, António Firmino da Costa, Cristina Palma Conceição e Maria do Carmo Gomes, *A Sociedade em Rede em Portugal*, Porto, Campo das Letras.
- Castells, Manuel (org.) (2004b), *The Network Society. A Cross-Cultural Perspective*, Londres, Edward Elgar.
- Castells, Manuel, e Pekka Himanen (2002), *The Information Society and the Welfare State. The Finnish Model*, Oxford, Oxford University Press.
- Castells, Manuel, Imma Tubella, Teresa Sancho, Maria Isabel Díaz de Isla e Barry Wellman (2003), *La Societat Xarxa a Catalunya*, Barcelona, Editorial UOC.
- Dutton, William (1999), *Society on the Line. Information Politics and the Digital Age*, Oxford, Oxford University Press.
- EC, European Commission (2002), *Towards a European Research Area. Science and Innovation*, Bruxelas, European Commission – Research DG
- Katz, James E., e Ronald E. Rice (2002a), "Syntopia: access, civic involvement, and social interaction on the net", em Barry Wellman e Caroline Haythornwaite, *The Internet in Everyday Life*, Malden/Oxford/Melbourne/Berlin, Blackwell.
- Katz, James E., e Ronald E. Rice (2002b), *Social Consequences of Internet Use. Access, Involvement, and Interaction*, Cambridge, MIT Press.
- Machado, Fernando Luís, e António Firmino da Costa (1998), "Processos de uma modernidade inacabada", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Mitchell, William J. (2003), *Me++: the Cyborg Self and the Networked City*, Cambridge, MA, MIT Press.
- OIC, Observatory for Innovation and Knowledge (2003), *Treading the Path to the Knowledge Society. Patterns of ICT Diffusion in Portugal*, Lisboa, Innovation and Knowledge Society Unit (UMIC).

- Oliveira, José Manuel Paquete de, Gustavo Cardoso e José Jorge Barreiros (orgs.) (2004), *Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação*, Lisboa, Quimera.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, e João Trocado da Mata (2003), "A utilização do computador e da internet pela população portuguesa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43.
- UNDP (2001), *Human Development Report 2001. Making New Technologies Work for Human Development*, Nova Iorque, Nações Unidas.
- UNDP (2003), *Human Development Report 2003. Millennium Development Goals. a Compact among Nations to End Human Poverty*, Nova Iorque, Nações Unidas.
- Wellman, Barry, e Caroline Haythornwaite (2002), *The Internet in Everyday Life*, Malden/Oxford/Melbourne/Berlin, Blackwell.
- Woolgar, Steve (org.) (2002), *Virtual Society? Technology, Cyberbole, Reality*, Oxford, Oxford University Press.

Cultura científica e modos de relação com a ciência

António Firmino da Costa, Cristina Palma Conceição e Patrícia Ávila

Cultura científica na sociedade do conhecimento

Qual é a *cultura científica* dos portugueses? Como é que ela se compara com a cultura científica prevalecente a nível europeu? E como é que essa cultura científica se relaciona com o que é habitual, hoje, chamar *sociedade do conhecimento*?

Procura-se aqui dar alguns elementos de resposta a estas questões. Para isso, toma-se por base vários projectos de investigação realizados por equipas do CIES na área da sociologia da ciência. Recorre-se, igualmente, a outros contributos no domínio dos estudos sociais da ciência.

As perguntas de partida, porém, necessitam de alguns esclarecimentos conceptuais prévios, que serão aqui reduzidos ao mínimo indispensável. Outras breves considerações de carácter teórico ou metodológico serão incluídas em pontos posteriores, sempre que necessário.

É possível discutir praticamente ao infinito as bases e as implicações teóricas do conceito de *sociedade do conhecimento*. Ele tem sido usado, aliás, com enquadramentos e significados diversos. Poder-se-ia recuar, por exemplo, a análises precursoras como as desenvolvidas por Touraine (1969) ou Bell (1973) sobre a “sociedade pós-industrial”. Porém, é em versões como as de Drucker (1993) ou de Stehr (1994), entre outras, que o conceito e a expressão “sociedade do conhecimento” aparecem já de maneira explícita e desenvolvida. Nestas obras, apesar das diferenças que apresentam entre si, nos pressupostos e nas análises, a noção de sociedade do conhecimento assume lugar central na caracterização do mundo actual e das suas dinâmicas.

Sociólogos e economistas, teóricos da inovação e peritos das organizações internacionais têm vindo, como se sabe, a propor um vasto conjunto de contributos a este respeito, usando esta terminologia ou preferindo outras. Umhas vezes insistem nas distinções conceptuais, outras vezes na convergência de significados. Para além de “sociedade do conhecimento”, é possível localizar neste âmbito conceitos como os de “economia baseada no conhecimento”

(Soete, 2000; Lindley, 2000;), “sociedade da informação” (Lyon, 1988; e tantos outros), “sociedade da aprendizagem” (Conceição, Heitor e Lundvall, 2003) ou “sociedade em rede” (Castells, 1996). É possível registar, ainda, conceitos que focam componentes ou agentes centrais desta realidade social em mutação: “sistemas abstractos” e “peritos” (Giddens, 1990), “analistas simbólicos” (Reich, 1991), “classe criativa” (Florida, 2002), entre vários outros. Estes conceitos sublinham, de facto, aspectos diferentes do mundo contemporâneo. Mas são aspectos complementares e profundamente interligados.

Aqui, entendemos a noção de *sociedade do conhecimento* como dando expressão conceptual à constatação generalizada de que os conhecimentos altamente formalizados e codificados, desenvolvidos por especialistas em instituições especializadas, através de procedimentos de elevado grau de elaboração, constituem na actualidade um elemento central, profundamente estruturante e largamente abrangente dos modos de organização da sociedade e das suas dinâmicas de mudança.

Esses conhecimentos formalizados estão presentes, de maneira muito vinculada, na inovação tecnológica, no funcionamento da economia, na regulação das instituições, na socialização das gerações, na qualificação de pessoas, nos bens e serviços do consumo quotidiano, nos estilos de vida, nas artes e nos média, nos riscos ambientais, biotecnológicos, militares e outros, e nas respostas a esses riscos e, em geral, nos processos contemporâneos de mudança social.

A *ciência* surge como uma das componentes mais importantes da sociedade do conhecimento. Essa importância fica a dever-se, de maneira imediatamente visível, ao impacto social crescente das tecnologias de base científica nas diversas esferas da vida social, nomeadamente na economia, na saúde ou na comunicação.

Mas não só. Essa importância decorre também do lugar que a ciência ocupa nos actuais sistemas educativos e na cultura da sociedade contemporânea — entendendo *cultura* de forma ampla, como *constelação de símbolos e significados*, intrínseca à constituição das sociedades humanas.

Símbolos e significados são elementos inerentes a fenómenos sociais de diversos níveis. Para enumerar apenas uns poucos, refiram-se: as identidades pessoais e grupais, a acção social dos indivíduos, os processos de comunicação interpessoal ou mediática, os sistemas de regras institucionalizadas. Na cultura incluem-se, muito em especial, *formas altamente codificadas* de práticas e obras, saberes e competências, valores e normas. Essas teias de significados e sistemas de símbolos têm como atributos fundamentais a *historicidade* (cumulativa e transformadora), a *diversidade* (de modalidades e interligações) e a *criatividade* (de novas formas e sentidos emergentes).¹

1 É um entendimento de cultura que, na sociologia, tem raízes em Durkheim e Weber, e que é partilhado por outras ciências sociais, nomeadamente pela antropologia, que fez da cultura o cerne do seu enfoque disciplinar.

A *cultura científica*, numa expressão que tem vindo a ser difundida na sociedade portuguesa desde há cerca de vinte anos, pode ser entendida, assim, como uma componente integrante da cultura. Nesta acepção, a cultura científica surge quer como *uma componente da cultura entre outras*, bastante diversificadas (como as culturas artística, literária, filosófica, jurídica, política, religiosa, mediática, etc.), quer como *uma componente da cultura com especificidades bastante próprias*, no panorama social actual. Tais especificidades estão relacionadas, desde logo, com os conteúdos de conhecimento e os processos cognitivos característicos das ciências. Mas estão igualmente relacionadas com o facto de as ciências, como se referiu, se mostrarem envolvidas, de maneira particularmente directa e influente, na constituição da sociedade do conhecimento.

A noção de cultura científica é ainda usada de outras maneiras, com significados que cruzam o anterior, mas não se lhe sobrepõem exactamente. Nas utilizações correntes, é frequente verificar-se uma certa ambiguidade ou um certo eclectismo a este respeito.

Por vezes, usa-se a expressão para designar a *cultura dos cientistas*, a sua cultura específica enquanto investigadores científicos profissionais. Esse entendimento comporta, ele próprio, várias conotações. Pode remeter sobretudo para os conhecimentos especializados dos cientistas profissionais, conhecimentos esses altamente elaborados, formais e explícitos. Mas pode remeter também para as competências implícitas, para as disposições e intuições organizadas pela experiência de investigação, assim como para os valores éticos e normas partilhadas que tendem a pautar os quadros institucionais da ciência e os comportamentos dos cientistas ou, ainda, para as particularidades culturais de uma área científica, de um laboratório de pesquisa, etc. É principalmente a estes últimos aspectos que se referem conceitos como o de "*habitus científico*" (Bourdieu, 2001), o de "*ethos da ciência*" (Merton, 1973) e o de "*culturas de laboratório*" (Latour e Woolgar, 1979).

É também frequente a expressão ser usada para designar algo que não coincide exactamente com os conhecimentos e competências especializados dos cientistas profissionais. Nesse sentido, algo diferente, cultura científica refere-se sobretudo a um conjunto geral de conhecimentos científicos e uma certa familiarização com o universo da ciência, a uma compreensão razoável dos métodos científicos e da concepção científica de conhecimento, a uma atitude de interesse pela ciência e de valorização dela. Em tal acepção, a cultura científica é entendida como *um sector da cultura erudita* contemporânea, a par de outras componentes fundamentais desta, como as culturas artística e literária, filosófica e histórica. Neste entendimento, a cultura científica não é necessariamente exclusiva dos cientistas, podendo ser partilhada por outras pessoas com um certo grau de erudição, desde que envolvendo alguma formação científica.

Com uma conotação ainda mais alargada, a expressão é usada relativamente à *cultura científica das populações em geral*. Deste ponto de vista, o que

está essencialmente em causa é a difusão pública alargada de conhecimentos e atitudes relativos à ciência. Em que medida é que as pessoas, na sociedade como um todo e em cada um dos segmentos da população, possuem conhecimentos científicos, compreendem a ciência e se interessam por ela?

A questão tem tanto mais actualidade e pertinência quanto a sociedade portuguesa se encontra envolvida num processo de mudança que, na perspectiva que enforma este capítulo e este livro, pode ser caracterizado, é certo que em termos muito sintéticos e correndo o risco de alguma simplificação, como de *transição para a sociedade do conhecimento*.

As questões iniciais poder-se-iam, assim, reformular da seguinte maneira: como é que, no quadro da actual transição para a sociedade do conhecimento, se configura a cultura científica dos portugueses?

Ciência e sociedade

Entre a variedade de aspectos sociais da ciência, há um que tem vindo a merecer interesse público crescente, e a ser também crescentemente objecto de análise por parte da sociologia. Esse aspecto é, precisamente, o das *relações entre a esfera especializada da ciência (conhecimentos, instituições, investigadores) e as pessoas não envolvidas directamente na actividade científica*. É neste âmbito específico que o presente capítulo se situa.

Nos últimos anos, tem-se verificado uma tendência por parte quer das instâncias de definição de políticas relativas à ciência, a nível nacional e da União Europeia, quer dos círculos dos chamados “estudos sociais da ciência”, para constituir este domínio em objecto de atenção particular. Tais estudos e políticas têm ficado conhecidos sob a designação de “ciência e sociedade” e, mais recentemente, “ciência na sociedade” (se bem que as relações entre ciência e sociedade sejam bastante mais abrangentes, envolvendo muitos outros aspectos).

A investigação sociológica tem conduzido a alguns resultados bastante interessantes neste domínio, o mesmo se podendo dizer, aliás, de outras abordagens dos referidos estudos sociais da ciência.²

Numa síntese recente, Martin Bauer (2004) agrupa estes estudos, situados “na fronteira entre a ciência e o público”, em “três paradigmas”, esquematicamente sequenciais na sua emergência: a) os estudos sobre “literacia científica”; b) os estudos sobre “compreensão pública da ciência”; c) os estudos sobre “ciência e/na sociedade”.

2 Embora, por vezes, os autores destes estudos também se tenham esgotado em polémicas internas cognitivamente pouco produtivas, e em demarcações obsessivas, mais retóricas do que analíticas, de que evitaremos ocupar-nos aqui. Pode consultar-se a este respeito Costa (1996), Costa, Ávila e Martínez (2000), Costa, Ávila e Mateus (2002), e a bibliografia para que esses trabalhos remetem.

Os estudos do primeiro tipo (literacia científica), desenvolvidos nos EUA e em países europeus a partir das décadas de 1950 e 1960, partiam da ideia de um “défice de conhecimento científico” entre a população em geral e desenvolveram uma estratégia de pesquisa centrada em inquéritos de aferição de conhecimentos científicos básicos por parte dessa população.

Os estudos do segundo tipo (compreensão pública da ciência, *public understanding of science*), colocaram, a partir dos anos 80, uma nova ênfase na análise das atitudes da população perante a ciência. Esse tipo de análises tem sido conduzido, principalmente, através de inquéritos extensivos (com escalas de atitudes de confiança ou desconfiança na ciência e de avaliação do carácter positivo ou negativo dos seus impactos) e de análises de imprensa. Nesta perspectiva, coloca-se no centro das atenções uma espécie de “défice de atitude” relativamente à ciência. A hipótese principal que orientou os estudos fundadores (e alguns dos seguintes) desenvolvidos nesta perspectiva era a de que baixos níveis de literacia científica conduziriam a atitudes negativas relativamente à ciência, e de que estas últimas criariam um clima social prejudicial ao desenvolvimento científico.

Os estudos do terceiro tipo (ciência e sociedade ou, mais recentemente, ciência na sociedade), dos anos 90 para cá, inverteram a hipótese, atribuindo o défice em primeiro lugar aos peritos. Os cientistas e as instituições científicas tenderiam a ter um défice de conhecimento do(s) público(s) e um défice de atenção à comunicação com ele(s). Daí decorreu o impulso dado às investigações de carácter qualitativo sobre actores, contextos e processos sociais particulares, procurando analisar as interações de pessoas e grupos com a ciência e os cientistas (por exemplo, na escola, nos média ou nos museus e centros de ciência), bem como com os produtos tecnológicos da ciência e os seus impactos económicos, ambientais e sociais. Recorreu-se para isso a uma diversidade de métodos, sobretudo qualitativos, como os de observação local e participante, entrevistas aprofundadas e grupos focais, e desenvolveram-se formas de investigação-acção participativas, como as “conferências de consenso” (Joss e Durant, 1995).

Cada uma destas abordagens deu origem a resultados relevantes, não se podendo considerar esgotada. Mas deu lugar também a críticas pertinentes. Nas análises substantivas que se seguem serão tomados em conta tanto os resultados como as críticas.

Literacia científica e atitudes perante a ciência

Desde os finais dos anos 80, foram realizados vários inquéritos à cultura científica dos portugueses, elaborados na perspectiva da literacia científica e da compreensão pública da ciência. Alguns inseriam-se nos inquéritos Eurobarómetro, promovidos pela Comissão Europeia com o intuito de captar a opinião pública dos europeus a respeito de diversos assuntos. Foram realizados vários em Portugal, a partir do início dos anos 90, sobre ciência e tecnologia.

Outros estudos, de conteúdo semelhante, foram realizados pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias (Ministério da Ciência e Tecnologia), concretamente em 1996/97 (OCT/MCT, 1998) e em 2000 (Freitas e Ávila, 2002).

Esses inquéritos incidiam basicamente sobre três aspectos: a) as fontes e práticas de informação sobre ciência da população portuguesa inquirida (com 15 ou mais anos); b) os seus conhecimentos científicos; c) as suas atitudes perante a ciência.

No conjunto, a população inquirida evidenciava níveis bastante baixos de contacto com fontes públicas de informação sobre ciência. Em comparação com as médias europeias, os níveis de incidência das visitas a museus de ciência e tecnologia ou a museus de história natural situavam-se em cerca de metade; exceptuavam-se as visitas a jardins zoológicos e aquários, com nível idêntico. Do mesmo modo, a leitura de revistas ou de artigos de jornal sobre ciência não passava de um terço dos níveis médios europeus; a excepção aqui era a visualização declarada de programas televisivos com conteúdos científicos e tecnológicos, a qual registou valores oscilantes, consoante a oferta de programas (OCT/MCT, 1998; Freitas e Ávila, 2002).

Todas estas práticas aumentam muito significativamente com os níveis de escolaridade das pessoas. As práticas de leitura sobre ciência em jornais e revistas aumentaram bastante de incidência entre a população portuguesa na parte final da década de 1990 (Freitas e Ávila, 2002).

Também os níveis de conhecimentos científicos se revelaram bastante baixos, comparativamente com as médias europeias (Rodrigues, Duarte e Gravito, 2000). Porém, apareceram como tendencialmente crescentes ao longo da década de 1990 (Freitas e Ávila, 2002). Esses níveis de conhecimento aumentam regularmente, e muito, com os graus de escolaridade da população inquirida.

Quanto às atitudes, verificava-se algo de semelhante quanto aos níveis declarados de interesse e informação acerca de temas científicos, tecnológicos, médicos e ambientais: comparativamente baixos, em termos europeus; crescentes ao longo da década de 1990 (com crescimento bastante acentuado no final da década); aumentando muito significativamente com o grau de escolaridade.

Já relativamente às atitudes para com os cientistas, a ciência e os seus impactos, a população portuguesa situava-se a níveis semelhantes aos das médias europeias (OCT/MCT, 1998; Freitas e Ávila, 2002). Estas, em geral, eram mais positivas e de confiança do que o contrário, embora em medida bastante variável, consoante os temas específicos, os países e os sectores da população.

Na população portuguesa, a confiança na ciência captada por estes inquéritos variava, em termos gerais, no mesmo sentido da literacia científica dos inquiridos. Mas as atitudes críticas em relação à ciência, que também existiam, já não apresentavam uma relação clara com os níveis de conhecimentos (Freitas e Ávila, 2002; Ávila, Gravito e Vala, 2000).

Vale a pena anotar estes resultados, uma vez que estas relações estão no cerne das hipóteses fundadoras dos estudos sobre compreensão pública da

ciência, assim como estão no cerne das críticas que lhes têm sido dirigidas. Retoma-se o assunto no ponto seguinte.

Entretanto, a Comissão Europeia realizou em 2005 dois inquéritos Eurobarómetro incidindo sobre o tema: um intitulado *Europeans, Science and Technology*, e outro *Social Values, Science and Technology*. Estes inquéritos permitem actualizar alguns dos resultados anteriormente referidos.

Segundo esses inquéritos, a população portuguesa (15 ou mais anos) evidencia níveis de interesse de cerca de metade da média da UE25 relativamente a temas como “novas invenções e tecnologias” (muito interessados: PT = 18%; UE25 = 30%) ou “novas descobertas científicas (muito interessados: PT = 17%; UE25 = 30%). Estes níveis de interesse crescem muito acentuadamente com os graus de escolaridade.

Quanto à procura de informação, o afastamento não é tão grande. Por exemplo, 44% dos inquiridos portugueses declaram ler artigos sobre ciência em jornais, revistas ou na internet (regularmente = 13%, ocasionalmente = 31%), por comparação com 59% da UE25 (regularmente = 19%, ocasionalmente = 40%).

Quanto aos conhecimentos científicos, importa referir que é um dos aspectos em que estas abordagens (“literacia científica” e “compreensão pública da ciência”) foram mais criticadas. No essencial, a medição do nível de conhecimentos científicos tem sido feita através de listas de enunciados simples, do tipo “Os electrões são mais pequenos que os átomos” ou “Os antibióticos destroem os vírus assim como as bactérias”, sendo solicitado aos inquiridos que declarem se os consideram verdadeiros ou falsos.³

Tornou-se, hoje, já uma crítica habitual apontar que estes testes assentam em enunciados fragmentados, redutores e descontextualizados, não correspondendo por isso a um entendimento adequado de ciência e não permitindo uma operacionalização válida e fiável do conceito de conhecimento científico. Procurou-se ultrapassar estas críticas, pelo menos em parte, acrescentando questões sobre método científico e processo de investigação. Porém, a respectiva operacionalização está também longe de ser satisfatória.⁴ Mas há igualmente argumentos de sentido contrário, nomeadamente os que sublinham a importância metodológica da simplicidade, concisão e comparabilidade dos indicadores.

Nas listas de itens utilizados pelo Eurobarómetro em 2005, a média de respostas certas na UE25 foi de 66%. Em Portugal foi de 52%. Recorrendo aos itens comparáveis, a melhoria observada no país em relação à década de 1990 foi de 5 a 6 pontos percentuais. Como seria de esperar, também

3 As respostas consideradas certas a estes dois itens são “verdadeiro” para o primeiro e “falso” para o segundo.

4 Sínteses e aprofundamentos dessas críticas encontram-se em bibliografia já referida, como OCT/MCT (1998), Ávila, Gravito e Vala (2000), Rodrigues, Duarte e Gravito (2000), Bauer (2004), e noutros textos, como Ávila e Castro (2003) ou Pardo e Calvo (2002 e 2004).

aqui as respostas certas aumentam significativamente com o acréscimo da escolaridade.

No plano das atitudes, a população portuguesa acompanha basicamente o optimismo geral dos europeus acerca dos benefícios que a ciência e a tecnologia poderão trazer para a saúde (UE25 = 88%; PT = 85%), para a qualidade de vida (UE25 = 78%; PT = 77%), para o trabalho das pessoas ser mais interessante (UE25 = 69%; PT = 69%) e para as oportunidades das futuras gerações (UE25 = 77%; PT = 71%).

A grande maioria dos inquiridos considera que os cientistas têm um efeito positivo na sociedade, quer trabalhem na universidade (UE25 = 88%; PT = 80%), quer trabalhem na indústria (UE25 = 85%; PT = 78%). A maioria também concorda com os efeitos positivos para a sociedade de as indústrias desenvolverem novos produtos (UE25 = 81%; PT = 77%), e que só aplicando as tecnologias mais avançadas podem as economias dos respectivos países tornar-se mais competitivas (UE25 = 64%; PT = 73%).

Noutros aspectos, as atitudes são menos generalizadas ou mais reticentes. Por exemplo, acerca da capacidade da ciência em ajudar a eliminar a pobreza e a fome no mundo. Na UE25, 39% concordam e 37% discordam. As variações são grandes entre países. Na Itália, os que concordam atingem os 50%; na Eslovénia são só 18%. Em Portugal, 43% concordam e 22% discordam.

Mais negativa é a atitude relativamente à capacidade de a ciência e a tecnologia tornarem os recursos naturais da Terra inesgotáveis. No conjunto da UE25, só 23% concordam e 54% discordam. As variações entre países também são grandes. Em Portugal, a concordância é de 35% e a discordância de 33%.

Por outro lado, no conjunto da UE25 a maioria (60%) acha que a ciência faz os nossos modos de vida mudar depressa demais. Mas é uma atitude muito variável. Na Grécia, os que têm essa opinião atingem os 94%. No outro extremo, na Irlanda, ficam pelos 42%. Em Portugal são 71%.

Os inquiridos reconhecem implicitamente que certas questões relativas à ciência e aos seus impactos têm facetas ambivalentes. Por exemplo, na UE25 57% dos inquiridos (53% dos portugueses) consideram que a ciência e a tecnologia são responsáveis pela maior parte dos problemas ambientais que temos hoje. Só 20% discordam (16% dos portugueses). Mas, por outro lado, colocados perante a afirmação de que a ciência e a tecnologia não conseguem ter um papel efectivo na melhoria do ambiente, 50% discordam (40% dos portugueses) e só 28% concordam (29% dos portugueses).

O mesmo se pode dizer do balanço geral que fazem acerca dos impactos da ciência. Perante a afirmação de que "os benefícios da ciência são maiores do que os alguns efeitos prejudiciais que ela possa ter", os que concordam (UE25 = 52%; PT = 60%) são claramente mais do que os que discordam (UE25 = 14%; PT = 6%). Note-se que, diferentemente dos aspectos anteriores, a variação por países é aqui bastante grande. Na UE25, a concordância varia entre 65% na Polónia e 39% na Holanda. Em posições de concordância junto da

média ficam países como a Finlândia, a Irlanda e a França (todos com 50%), a Suécia (51%) e a Dinamarca (52%), Malta e a Bélgica (ambas com 53%).

Parece assim não se confirmar, uma vez mais, a “primeira hipótese clássica” dos estudos de compreensão pública da ciência: a de que as atitudes face à ciência seriam necessariamente tanto mais positivas quanto maiores os níveis de literacia científica.⁵ Esta ausência de relação directa e linear tem sido muito discutida. Perante a infirmação empírica da hipótese, as críticas orientaram-se em dois sentidos.

Uns argumentam que os métodos estavam errados. Por exemplo, podem criticar-se, como vimos, as formas de medição dos níveis de conhecimento científico, ou mesmo a noção de “níveis de conhecimento científico”. Ou podem criticar-se as medições de atitudes, por terem sido feitas de forma excessivamente agregada e polarizada. A ciência e os seus impactos têm muitas dimensões diferentes e, compreensivelmente, podem ser-lhes atribuídos, em simultâneo, aspectos positivos e aspectos negativos, assim como graus variáveis de positividade e de negatividade.

Outros, pelo contrário, argumentam que o problema não estava tanto nos métodos mas nos factos. Alguns investigadores especialistas na área reexaminaram os dados de inquéritos Eurobarómetro anteriores e, com base nessas análises, formularam uma “segunda hipótese clássica” dos estudos de compreensão pública da ciência (Durant e outros, 2000). No essencial, tratar-se-ia de contextualizar melhor e de tomar em conta as possíveis inversões de sentido nos processos históricos. Nos países ainda em fase de industrialização e massificação da escolaridade, a primeira hipótese teria aplicabilidade. Num quadro geral de pouco conhecimento científico, a tendência de fundo seria para, à medida que cresce esse conhecimento, isso se traduzir em acréscimos de confiança inquestionada nos benefícios da ciência. Nos países já em fase avançada de escolarização e pós-industrialização, um conhecimento da ciência mais efectivo e generalizado traria consigo a propensão para juízos críticos e mesmo para um grau significativo de cepticismo relativamente aos impactos e potencialidades da ciência.

Acontece que esta segunda hipótese, embora mais actualizada e sofisticada que a anterior, também não parece ter correspondência suficiente nos factos, como se viu na breve comparação acima feita entre conhecimentos científicos e atitudes face à ciência em alguns países.

No conjunto, as duas críticas, quer aos instrumentos utilizados (conceitos e métodos), quer aos factos supostos (na primeira e na segunda hipóteses

5 Basta comparar, para os mesmos países, estes níveis de atitude positiva com os níveis de respostas correctas no teste de conhecimentos científicos: Malta (51%), Portugal (52%), Irlanda (60%), Polónia (61%), França (69%), Bélgica (70%), Holanda (74%), Finlândia (74%), Dinamarca (74%), Suécia (79%). Verifica-se facilmente que não ocorre qualquer relação como a sugerida por essa hipótese.

clássicas), parecem ter pertinência. Não se ganharia nada, porém, em “deitar fora o bebé com a água do banho”. Há nestes estudos todo um conjunto de conceitos, métodos de pesquisa, conhecimentos factuais e hipóteses explicativas que constituem aquisições sociológicas importantes.

No quadro do “terceiro paradigma” referido por Bauer, exagerou-se por vezes a rejeição das linhas de investigação anteriores, descurando essas aquisições. As políticas, iniciativas e análises desenvolvidas na perspectiva da “ciência na sociedade” têm vindo a dar uma atenção renovada e frutuosa, mesmo imprescindível, aos contextos e actores sociais, à interacção comunicacional, à intervenção participativa, aos estudos qualitativos e à investigação-ação. No entanto, como Bauer também sugere, isso não invalida as análises comparativas, de carácter transversal e/ou diacrónico, antes as requer, num processo de completamento e validação recíprocos. O que, por sua vez, não dispensa o contributo (não exclusivo, evidentemente) dos indicadores padronizados e dos inquéritos extensivos. Deste modo, convém aperfeiçoá-los partindo do que foi já adquirido e avaliado criticamente, em vez de estar sempre a “reinventar a roda”.

Isto mesmo foi tentado nos recentes inquéritos Eurobarómetro sobre ciência, de 2005, de que se têm estado a apresentar alguns dados. Os resultados são inegavelmente importantes. Porém, há outros passos a dar. O ponto seguinte retoma uma investigação sociológica em que se procurou dar alguns contributos nesse sentido.

De leigos a públicos: modos de relação com a ciência

Na sociedade do conhecimento, a ciência surge não só como *modo de conhecimento* e como *processo de investigação*, com as características cognitivas específicas que foram sendo elaboradas ao longo dos últimos séculos, mas também como *instituição* e como *cultura*. A ciência é hoje uma das instituições centrais da sociedade, e a cultura científica constitui uma das componentes fundamentais da cultura contemporânea.

Apesar de, como se viu, a expressão “cultura científica” poder ter vários entendimentos, em todas essas acepções a cultura científica tem como referência nuclear a instituição da ciência. É a cultura prevalecente na instituição científica e/ou a cultura acerca dessa instituição prevalecente na sociedade em geral.

Para a compreensão de muitas das questões que se colocam hoje às relações entre ciência e sociedade, importa tomar em conta esse carácter institucional da ciência na actual sociedade do conhecimento. E importa tomar em conta os processos sociais mais importantes que, no actual contexto, a enquadram e atravessam, e que transformam aquelas relações.

Tem sido habitual, nas ciências sociais e no debate público, destacar dois processos centrais no mundo contemporâneo, decisivos para a mudança social observada: o processo de *inovação tecnológica* e o processo de *globalização*.

Sem dúvida que estes processos são da maior importância. Mas há outros dois a que tem sido dada menor visibilidade e que, não obstante, são também decisivos nos dias de hoje: um é o processo de *mudança dos modos de vida*; outro é o processo de *mudança dos modos de relação das pessoas com as instituições*.

O primeiro destes processos engloba aspectos como as alterações drásticas nos regimes de natalidade e na esperança de vida, as mutações fundamentais no estatuto profissional e social das mulheres, a massificação da escolaridade, o lugar social adquirido pela comunicação tecnologicamente mediada ou a entrada da dimensão ambiental na consciência pública. Tudo isto trouxe consigo transformações de fundo da estrutura populacional, dos valores culturais e da organização do quotidiano. Assim, os *modos de vida* estão em mutação intensa, com impactos em cadeia, nomeadamente nas esferas económica e estatal.

Mas é ao segundo processo que convém aqui prestar um pouco mais de atenção analítica. Não se tem vindo apenas a assistir a uma recomposição das populações e a uma alteração dos seus modos de vida. Nem são só as instituições que têm vindo a ser colocadas sob tensão e a modificar-se. Tão ou mais importante é a tendência continuada para uma mudança muito significativa nos *modos de relação das pessoas com as instituições*. Tal mudança pode ser caracterizada, em termos gerais, como uma passagem tendencial, dessas populações, do estatuto social de *leigos* ao estatuto social de *públicos* perante as instituições.

Esta mudança tem vindo a ocorrer, segundo ritmos e intensidades variáveis, relativamente a um conjunto de esferas institucionais da modernidade avançada, como o estado ou a religião, a escola ou a justiça, a arte ou o desporto, entre outras, e também relativamente à ciência.

As relações das pessoas com cada uma das instituições tendem agora a ser mais diversificadas, mais informadas e mais exigentes. Já não consistem, em geral, na anterior distância ou alheamento puro e simples da maioria das pessoas em relação a essas instituições. Nem, tão-pouco, na oscilação tradicional entre atitudes extremadas de subserviência e de hostilidade, face a elas e aos seus titulares e especialistas. Mas também não se traduzem num pleno protagonismo directo e em conhecimentos e competências altamente especializados, como os dos políticos ou sacerdotes, professores ou juristas, artistas ou profissionais do desporto, ou como os dos cientistas.

Podem caracterizar-se, em traços gerais, como consistindo agora em *relações sociais de público*, isto é, em relações com as instituições feitas de atenção selectiva mas efectiva, com graus variáveis de interesse e informação, portadoras de expectativas semi-informadas e de alguma capacidade crítica relativamente a essas instituições. Neste caso, relativamente à ciência.

Em grande medida, estas alterações têm sido impulsionadas pelo alastramento da influência, na vida social contemporânea, dos mecanismos económicos (mercados), educativos (escola) e comunicacionais (mídia).

Deste modo, o que é um ponto particularmente importante, as populações tendem a envolver-se numa relação assimétrica de carácter específico com os cientistas (o mesmo se passa com os especialistas de outras esferas institucionais). Nessa relação, as primeiras, não ocupando o lugar social nem desempenhando o papel profissional dos últimos, não deixam, no entanto, de exercer influência efectiva crescente sobre a sua actividade, em termos de procura social e de legitimidade pública. Por conseguinte, acabam por interferir, de maneira mais directa ou mais indirecta, nas condições económicas, políticas e culturais dessa actividade.

Importa ressaltar, porém, que este novo estatuto social (de “públicos da ciência”) não é único nem homogéneo. Por um lado, outras relações com a ciência permanecem ou emergem, desde as de maior alheamento e ignorância a seu respeito até às de participação efectiva em iniciativas e actividades de carácter científico, ou em clubes, associações e movimentos, em que o contacto com a ciência é, de algum modo, mais informado e activo. Por outro lado, a relação social de público, ela própria, assume diferentes modalidades.

Nesta perspectiva, a questão da cultura científica das populações pode ser recolocada. No essencial, importa determinar quais são as relações das pessoas não especialistas com essa instituição especializada que é a ciência.

Ora, nas análises extensivas da cultura científica da população anteriormente referidas, permanecem alguns problemas não resolvidos: a) o da medição dos conhecimentos científicos, feita de maneira muito discutível, através de listas de “perguntas de algibeira”, do tipo dos concursos televisivos de “cultura geral”; b) o do recurso a indicadores de atitudes face à ciência que são com frequência muito artificiais ou irrealistas (este aspecto foi bastante melhorado nos últimos inquéritos Eurobarómetro, mas não completamente); c) o do centramento da análise nas atitudes, como se as relações das pessoas com a ciência fossem apenas, ou sobretudo, dessa ordem, prestando assim bastante menos atenção às *práticas sociais de relação com a ciência*; d) o da interpretação das respostas aos diversos itens dos inquéritos, feita de maneira muito fragmentada, como se cada atitude, opinião, prática, etc., tivesse significado isolado, independente da maneira como esses itens se combinam entre si constituindo “padrões de cultura científica” ou, de maneira mais ampla, *modos de relação com a ciência*.

Numa pesquisa sobre *públicos da ciência* (Costa, Ávila e Mateus, 2002) foi possível desenvolver alguns contributos para a superação destes problemas, sobretudo dos três últimos.⁶

6 O primeiro não pôde ser directamente enfrentado. Não se procurou medir directamente níveis de conhecimentos científicos, nem aferir de maneira directa capacidades reflexivas e operatórias de compreensão, debate, aplicação ou produção de conhecimentos científicos — o que deveria estar contido num conceito apropriado de literacia científica (Ávila e Castro, 2003). É um aspecto a retomar noutra ocasião. Nesta pesquisa, esses itens

A investigação incluiu a realização de um inquérito extensivo a uma amostra representativa da população portuguesa dos 15 aos 74 anos, assim como um conjunto de outras operações metodológicas, sobretudo de carácter qualitativo.⁷

Nas hipóteses de partida contemplava-se a convicção, apoiada no conhecimento sociológico acumulado, de que as relações sociais em causa dizem respeito a *concepções e atitudes acerca da ciência* mas também, e mais decisivamente, a *práticas de relação com a ciência*. Admitia-se, além disso, que estas últimas seriam provavelmente também mais relevantes do que as primeiras para caracterizar a diversidade social significativa potencialmente observável a este respeito.

Assim, incluiu-se no questionário um conjunto vasto de indicadores respeitantes, precisamente, às *práticas de relação com a ciência*: contacto com fontes de informação sobre ciência (livros, revistas, jornais, televisão, rádio, internet, museus, exposições, encontros, actividades); contextos de utilização de conhecimentos e informação sobre ciência (escola e estudo, actividade profissional, sociabilidade interpessoal, fruição intelectual, participação cívica); experiência directa de investigação científica nalguma fase da trajectória pessoal.

A estes foram ainda adicionados outros indicadores directamente ligados aos anteriores, como os relativos a *auto-avaliações e disposições* a respeito não só da posse, mas também da obtenção e utilização de conhecimentos científicos: auto-avaliação de conhecimentos científicos; auto-avaliação de preparação científica para finalidades profissionais, culturais e cívicas; razões de leitura ou não leitura de publicações sobre ciência; disponibilidade para melhorar conhecimentos científicos; modos preferidos de os melhorar.

Não se descuraram, por outro lado, as *concepções e preferências* sobre ciência e informação científica: concepções epistemológicas de ciência; concepções relativas às consequências dos desenvolvimentos da ciência (nas pessoas, na sociedade, na economia, na cultura, no ambiente); conteúdos e formas de tratamento preferidos na informação sobre ciência.

Por fim, com vista a investigar as relações entre estas dimensões analíticas e parâmetros de *caracterização social* relevantes, incluíram-se variáveis de caracterização sociocultural, socioeducacional, socioprofissional e sociodemográfica.

foram substituídos parcialmente por outros, relativos, por um lado, a práticas de aquisição de informação sobre ciência e de utilização de conhecimentos científicos em diversos contextos e, por outro lado, a auto-avaliações de conhecimentos científicos e ao interesse e disposição em os melhorar.

7 Nomeadamente, entrevistas (a cientistas, divulgadores, jornalistas, técnicos, professores e alunos), observação de postos de venda de publicações periódicas, contactos com editores de publicações sobre ciência, análises de imprensa, assim como outro inquérito por questionário, de âmbito mais restrito, aos assinantes de uma revista de cultura científica (*Colóquio/Ciências*, publicada até ao ano 2000 pela Fundação Calouste Gulbenkian, que patrocinou esta investigação sobre públicos da ciência).

Quadro 4.1 Modos de relação com a ciência (MRC), 2002

Modos de relação com a ciência (MRC)	%
Envolvidos	2,3
Consolidados	9,2
Iniciados	7,8
Autodidactas	17,7
Indiferentes	22,6
Benevolentes	28,0
Retraídos	12,4
Total	100,0

Fonte: *Públicos da Ciência em Portugal, 2002.*

Tão ou mais importante do que as dimensões e indicadores incluídos, porém, foi a estratégia analítica utilizada. No essencial, submeteu-se a informação a uma série de análises multivariadas, combinando um conjunto alargado de indicadores de práticas de relação com a ciência, bem como alguns indicadores-chave de auto-avaliações, disposições e atitudes.⁸ Conseguiu-se, assim, encontrar padrões de relação com a ciência claramente diferenciados, consistentes e interpretáveis: *os modos de relação com a ciência* prevalecentes entre a população inquirida.

O resultado principal desta investigação foi, pois, a determinação da presença, na sociedade portuguesa actual, de *sete modos de relação com a ciência* (no sentido de tipos-ideais weberianos), a que correspondem sete segmentos em que é possível decompor, a este respeito, a população estudada.

Os quatro primeiros desses modos de relação com a ciência abrangem um pouco mais de um terço da população considerada, e podem considerar-se como tendo elevada ou significativa *proximidade* com a ciência. Os outros três incluem quase dois terços da população em causa. Nestes, os modos de relação com a ciência são de *distanciamento*. Mas é fundamental notar que há várias maneiras distintas de estar próximo ou distante da ciência. Daí os sete modos de relação com a ciência (MRC).

Cada um dos MRC pôde ser caracterizado pormenorizadamente, em termos das práticas, disposições, concepções e atitudes em relação à ciência que os configuram.⁹ Para além disso, foi possível investigar as conexões destes MRC com atributos de caracterização social e estilo de vida dos seus protagonistas.

8 Foram utilizadas, fundamentalmente, análises factoriais de componentes principais, para condensar informação das várias baterias de indicadores, e análises de *clusters*, para encontrar tipologias.

9 Uma caracterização pormenorizada de cada um destes sete modos de relação com a ciência, e uma análise igualmente minuciosa das suas conexões com as variáveis estruturais de caracterização social e com diversos domínios de comportamento, informação, atitude e avaliação a respeito da ciência, encontra-se em Costa, Ávila e Mateus (2002).

Numa análise de conjunto, a proximidade à ciência revela-se fortemente relacionada quer com a proximidade ao sistema de ensino, em particular com os graus mais elevados, quer com a proximidade à cultura erudita e às novas tecnologias. Mostra-se fortemente relacionada, também, com a utilização da ciência nos contextos sociais de trabalho, estudo, acção cívica, lazer e sociabilidade.

Não menos importante, porém, é o facto de os diversos MRC não decalarem simplesmente as distribuições da população por níveis de escolaridade ou escalões etários, por classes sociais ou estilos de vida. Os recursos e oportunidades estruturalmente acessíveis, nomeadamente na esfera educativa, pesam fortemente na probabilidade de acesso à ciência e de interesse por ela. Mas, apesar das tendências predominantes, há casos significativos de presença de modos de relação próxima com a ciência em quase todas as categorias sociais, seja qual for o parâmetro de caracterização considerado.

Talvez ainda mais importante, tornou-se possível, assim, analisar qualquer item de prática ou atitude face à ciência, não em si mesmo, de maneira isolada e fragmentária, mas na forma diferenciada como esse item se inscreve nos diversos MRC. No âmbito específico de cada um desses diferentes MRC, uma mesma atitude ou uma mesma prática, tal como são captadas através de indicadores padronizados, podem ter afinal significados sociais também algo diferentes.

O recurso à caracterização prévia dos diversos MRC, procedendo só em seguida à análise de cada um dos indicadores de atitudes e práticas relativas à ciência, contextualizando-os no quadro de cada MRC, permite acréscimos muito significativos de inteligibilidade e capacidade explicativa. Seria difícil, aliás, defender que esses padrões de conjunto, os MRC, não influenciam cada elemento de prática ou atitude respeitante à ciência e o significado social desse elemento.

Uma ilustração simples, entre muitas outras possíveis, da importância desta elaboração tipológica para melhorar a compreensão analítica dos fenómenos em estudo, encontra-se no facto de, em termos médios gerais, cerca de 50% da população inquirida declarar ter desejo de melhorar os seus conhecimentos sobre ciência mas, decomposta segundo os sete MRC, verifica-se que afinal essa disposição varia regularmente entre 98% nos *envolvidos* e 11% nos *retraídos*.

Outro exemplo tem a ver com o prolongado debate, nos estudos sociais da ciência, acerca da relação entre conhecimentos científicos e atitudes face à ciência. A utilização do *conceito* de modos de relação com a ciência e a *estratégia analítica* seguida permitiram obter contributos para o esclarecimento adicional da questão. Em síntese, verificou-se que os públicos podem ser portadores, em simultâneo, tanto de avaliações positivas como de avaliações negativas acerca das eventuais consequências da ciência para as pessoas, a sociedade e o ambiente. O que tende a distingui-los não é tanto o grau de negatividade mas de positividade. São sobretudo as avaliações positivas que variam: em geral mostram-se tanto mais elevadas quanto maior é a proximidade com

a ciência. Pelo contrário, as avaliações negativas situam-se mais ou menos ao mesmo nível em todos os modos de relação com a ciência. Este conjunto de resultados não sustenta as duas “hipóteses clássicas” da compreensão pública da ciência, atrás referidas, abrindo caminho a novas interpretações, mais esclarecedoras das situações encontradas nos diversos países e segmentos populacionais acerca das relações entre conhecimentos científicos e atitudes face à ciência.¹⁰

A tipologia de modos de relação com a ciência constitui uma variável analítica que viabiliza a interpretação integrada, ultrapassando leituras superficiais, e facilmente equivocadas, de indicadores isolados. Permite, nomeadamente, que as relações com outras variáveis, como as de caracterização social, não sejam estabelecidas de maneira prematura, em confronto redutor com indicadores fragmentários de práticas e atitudes a respeito da ciência, mas sim de forma teorizada e densa, sociologicamente interpretável de maneira mais precisa e com maior profundidade.

Representa, ainda, na sua forma de tipologia multidimensional e no seu conteúdo de referência a práticas contextualizadas, um passo adicional no caminho, que é fundamental percorrer, neste como noutros domínios da investigação em ciências sociais, de procura de articulação entre análises extensivas-quantitativas e análises intensivas-qualitativas.

Cultura científica e esfera pública

Para além de uma presença multiforme nas práticas e atitudes das populações, a cultura científica tem sido objecto de acções específicas e deliberadas na esfera pública – desde a divulgação científica à ciência nos média, desde as políticas científicas aos movimentos sociais de promoção da cultura científica.

O movimento de popularização da ciência, que acompanhou esta última desde início, ganhou maior incidência e sistematicidade em países como os Estados Unidos da América, o Reino Unido ou a França, no período entre as duas guerras mundiais, e sobretudo depois da segunda. As palestras de cientistas para públicos não especializados, o jornalismo de ciência e as publicações especializadas na divulgação científica, os museus de ciência e, mais tarde, os centros de ciência, são elementos centrais dessa dinâmica (Lewenstein, 1992 e 1995; Gregory e Miller, 1998; Bucchi, 2004).

Em Portugal, as iniciativas de divulgação científica foram bastante mais escassas, sendo de destacar, em todo o caso, exemplos desenvolvidos por pioneiros como Bento Jesus Caraça ou Rómulo de Carvalho (Duarte, 2000).

10 Mais desenvolvimentos a este respeito podem ser encontrados em Costa, Ávila e Mateus (2002).

Diversos factores ajudam a explicar este panorama: o quadro de ditadura e a ausência de liberdade de expressão aos mais variados níveis, a fraca expressão da comunidade científica nacional, ou os défices educativos da generalidade da população (Gago, 1990; Caraça, 1993; Costa, Ávila e Mateus, 2002).

As profundas alterações decorrentes da implantação do regime democrático, em 1974, criaram condições para uma progressiva alteração dessa situação. Machado e Conde (1988), numa investigação precursora neste domínio, dão precisamente conta do surgimento e expansão, na década de 1980, de alguns projectos editoriais nesta área, da crescente presença de temáticas científicas e tecnológicas nos média portugueses, bem como do gradual envolvimento de cientistas em projectos de divulgação para públicos mais alargados.

O campo da divulgação científica conheceu desde então uma progressiva afirmação, assumindo-se já não apenas como espaço de comunicação pública dos avanços e potencialidades da ciência, mas também, nalguns casos, de debate sobre a própria natureza do conhecimento científico, sobre as suas relações com os campos da política e da economia, sobre os seus dilemas éticos ou sobre os riscos associados a algumas das suas aplicações (Machado e Conde, 1988; Mendes, 2003; Mendonça, 2006).

Ainda que com algumas resistências, tem vindo a manifestar-se na comunidade científica portuguesa o intuito de romper o tradicional isolamento social da ciência (Gago, 1990), em consonância aliás com o verificado noutros países. As modalidades e as concepções têm sido de índole variada (Gago, 1995), mas a progressiva responsabilização de cientistas e unidades de investigação no que toca à comunicação com públicos não especializados é, de qualquer forma, um dado incontornável, sobretudo desde os anos 90 (Costa e outros, 2005).

Para a afirmação do campo da divulgação científica portuguesa contribuiu também a actuação de alguns editores e o crescente interesse dos meios de comunicação social por estas temáticas (Duarte, 2000; Costa, Ávila e Mateus, 2002; Mendes, 2003; Mendonça, 2006). Outras modalidades de divulgação, algumas das quais com desenvolvimentos recentes em Portugal, incluem o programa *Ciência Viva* (Miller e outros, 2002; Costa e outros, 2005), a que se voltará adiante, os programas de televisão dedicados à ciência e à tecnologia (veja-se o exemplo de *2010* ou de *4 x Ciência*) e a crescente disponibilidade de sítios na internet com informação sobre estas questões.

No que toca à imprensa periódica, os estudos desenvolvidos apontam para um número ainda relativamente escasso de textos dedicados à ciência e à tecnologia em Portugal, mas também para uma tendência de crescimento. Outro dado interessante prende-se com o tipo de jornais onde estes artigos se encontram. Se na década de 1980 eram claramente os periódicos de referência que mais espaço concediam às questões científico-tecnológicas, nos anos seguintes estes temas passaram a integrar também outras publicações de natureza mais popular (Machado e Conde, 1988; Duarte, 2000; Casaleiro, 2000; Mendes, 2003).

Em termos gerais, os temas tratados versam em particular a saúde, o ambiente, a exploração espacial ou, mais recentemente, as tecnologias de informação. Nesse sentido, nem todas as áreas científicas terão igual destaque. Por exemplo, as descobertas realizadas nos domínios da astronomia e da biologia parecem atrair bastante mais atenção dos jornalistas do que outras áreas (Gonçalves e Fonseca, 2006). Por outro lado, aspectos relacionados com a política científica ou com os procedimentos característicos da ciência (teorias e hipóteses, métodos de investigação, debate científico) tendem a ser bastante menos explorados na maioria dos periódicos, sendo privilegiada essencialmente a informação relativa a resultados e avanços registados, designadamente em domínios com implicações mais imediatas e reconhecidas na vida quotidiana das populações (Duarte, 2000; Mendonça, 2006).

Um aspecto que tradicionalmente tem suscitado algum desconforto é o da possível relação difícil entre cientistas e jornalistas. Os primeiros tenderiam a atribuir aos segundos falta de rigor no tratamento noticioso dado à informação sobre ciência, e os segundos a atribuir aos primeiros falta de vontade ou preparação para comunicarem com os jornalistas (Nelkin, 1995; Weingart, 1998; Peters, 2000; Granado e Malheiros, 2001). Porém, as evoluções observadas mais recentemente mostram que está a iniciar-se uma convergência para o reconhecimento, pelo menos de princípio, da necessidade de conjugação de competências (científica e comunicacional) na divulgação científica (Costa, Ávila e Mateus, 2002). Mostram também uma aproximação por parte de cientistas e unidades de investigação às regras prevalentes na comunicação social (Mendonça, 2006).

Nos últimos anos, à semelhança do registado noutros países, foi também manifesto o interesse crescente por temáticas que remetem para aspectos controversos da ciência e suas aplicações, como a clonagem ou os riscos ambientais de determinadas soluções tecnológicas. Vejam-se casos como o de “Foz Côa” ou o da “co-incineração”, temas que obtiveram grande projecção mediática no país (Gonçalves, 2001 e 2003). Em causa está já não apenas a compreensão pública de alguns conceitos ou teorias científicas mas também a capacidade de os cidadãos perceberem os mecanismos da ciência e lidarem com os conhecimentos científicos nos contextos em que estes se podem aplicar (Gago, 2003).

A controvérsia nesses dois casos, para citar apenas alguns dos exemplos com maior projecção mediática, conferiram grande visibilidade ao debate entre diversos cientistas, diferentes áreas científicas e sensibilidades variadas face aos problemas em causa, evidenciando a natureza provisória e parcelar do conhecimento científico. Evidenciou igualmente o recurso hoje em dia frequente, na esfera pública, a fontes de autoridade científica enquanto tais, muitas vezes mais do que a conhecimentos e argumentos científicos propriamente ditos, na legitimação das posições em presença.

Contudo, tal como noutros países, a relação dos portugueses e das instituições nacionais com a autoridade científica está longe de ser linear. Se, em alguns

meios, a autoridade científica tem vindo a ser posta em causa, noutros é aceite sem discussão relevante. Veja-se a este propósito a crescente utilização de perícias científicas em contexto forense, onde os resultados dificilmente podem ser questionados pelos juizes e em que as oportunidades de recurso das decisões tendem a ser limitadas (Costa e Nunes, 2001; Costa, Machado e Nunes, 2003).

As relações com a ciência na esfera pública podem assumir ainda outras modalidades, particularmente interessantes. Foi o que ficou evidenciado numa pesquisa sociológica sobre o programa *Ciência Viva*.¹¹

Em 1996 foi lançado, pelo então recém-constituído Ministério da Ciência e Tecnologia, o referido programa, o qual mais tarde dá origem à Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica — *Ciência Viva*. Dele fazem parte um conjunto de vertentes fundamentais.

Entre essas vertentes contam-se a promoção da Semana da Ciência e da Tecnologia e do Dia Nacional da Cultura Científica (com abertura de portas de muitos laboratórios, institutos e centros de investigação científica à visita por parte de alunos e professores, e de pessoas interessadas em geral, proporcionando contacto directo com investigadores e actividades de investigação) e as acções *Ciência Viva no Verão* (como a astronomia, a geologia ou a biologia nas praias e noutros locais onde se pode ir ao encontro das pessoas em situações de lazer).

Das principais linhas de acção da *Ciência Viva* faz parte igualmente a ocupação científica de jovens nas férias, em estágios de curta duração nas unidades de investigação, visando estimular o surgimento de vocações científicas. Delas faz parte também a criação do Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa, e de uma rede de centros de ciência (centros *Ciência Viva*), que se têm vindo a multiplicar em diversos concelhos do país, envolvendo as câmaras municipais e outras entidades, assim como cientistas e divulgadores.

Uma das actividades mais importantes da *Ciência Viva* foi dirigida à promoção do ensino experimental das ciências. Partia-se da constatação de que no sistema educativo nacional predominava um ensino mais discursivo e retórico do que activo e experimental, assim como se verificavam nele grandes carências de equipamento e preparação para o ensino das ciências.

Foi assim organizado um concurso anual para a realização de projectos *Ciência Viva*, dirigido a jardins-de-infância e a escolas do ensino básico e secundário. Na circunstância, verificou-se uma grande adesão e um rápido crescimento. No primeiro concurso surgiram cerca de 200 projectos e no quinto concurso eram já cerca de mil. Os projectos *Ciência Viva* espalharam-se por escolas de todo o país. Abrangeram centenas de milhares de alunos. Mobilizaram professores e escolas de todos os ciclos do ensino básico e do secundário. No 1.º ciclo do ensino básico, surpreendentemente, o

11 A apresentação desta pesquisa é feita com pormenor em Costa e outros (2005).

crescimento do número de projectos, de concurso para concurso, foi ainda maior do que nos outros.

Assistiu-se à adesão de grande número de professores. A sua participação traduziu-se em iniciativa e voluntariado, suscitou elaboração e concretização de projectos, introduziu trabalho experimental nas escolas. Outro aspecto decisivo foi o envolvimento, nestes projectos, de investigadores e unidades de investigação científica, também em regime de voluntariado, apoiando os professores e alunos do básico e do secundário.

O impacto escolar e local (famílias, autarquias, associações) foi muito significativo. Formaram-se, em torno destes projectos, redes de escolas e parcerias com outras instituições. Os fóruns Ciência Viva, organizados anualmente, como mostras de projectos e intercâmbios de experiências, tornaram-se acontecimentos de grande intensidade relacional e simbólica, potenciadores da formação de uma identidade colectiva.

Tudo isto redundou, afinal, na emergência de um aparentemente improvável movimento social em torno da promoção da cultura científica (Costa e outros, 2005). Entre várias perspectivas de análise possíveis, importa aqui salientar que este é um exemplo particularmente interessante de outro modo de relação das pessoas com a ciência. As pessoas envolvidas não apresentam já o estatuto social de “leigos”, alheados e distanciados da ciência, e também já não configuram só, perante ela, o estatuto social de “públicos”, embora esta dimensão esteja presente. Surge aqui outra relação, a de “movimento social”, na sua especificidade de forma não rotineira de acção colectiva, com envolvimento deliberado de um conjunto de actores sociais, em torno de uma causa comum, implicando algum tipo de mudança social.

Neste caso, os actores sociais envolvidos são professores e alunos, cientistas e unidades de investigação, divulgadores e jornalistas, autarquias e associações, entre outros. A causa comum é, em termos amplos, a da promoção da cultura científica. E as mudanças sociais, presentes de forma implícita ou formuladas explicitamente, vão desde as mudanças na escola, no sentido de um ensino mais experimental, concreto e inclusivo, até às mudanças de âmbito mais vasto, para uma sociedade cognitivamente avançada.

Por outras palavras, o que está no cerne deste movimento é, afinal, aquilo de que este capítulo pretendeu ocupar-se de forma sintética: a cultura científica e os modos de relação com a ciência na transição para a sociedade do conhecimento, na sociedade portuguesa e em contexto europeu.

Referências bibliográficas

Ávila, Patrícia, Ana Paula Gravito e Jorge Vala (2000), “Cultura científica e crenças sobre a ciência”, em Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras, Celta Editora.

- Ávila, Patrícia, e Paula Castro (2003), "Compreender a ciência: o Inquérito à Cultura Científica dos Portugueses", em Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Os Portugueses e a Ciência*, Lisboa, Dom Quixote.
- Bauer, Martin W. (2004), "The vicissitudes of 'public understanding of science': from 'literacy' to 'science in society'", em João Caraça e outros, *Science Meets Society*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bell, Daniel (1973), *The Coming of the Post-industrial Society*, Nova Iorque, Basic Books.
- Bourdieu, Pierre (2001), *Science de la Science et Réflexivité*, Paris, Raisons d'Agir.
- Bucchi, Massimiano (2004), *Science in Society*, Londres, Routledge.
- Caraça, João (1993), *Do Saber ao Fazer. Porquê Organizar a Ciência*, Lisboa, Gradiva.
- Casaleiro, Pedro (2000), "Os visitantes dos museus e os média da ciência", em Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras, Celta Editora.
- Castells, Manuel (1996), *The Rise of the Network Society*, Mass. (USA), Blackwell.
- Conceição, Pedro, Manuel V. Heitor e Bengt-Åke Lundvall (2003), *Competence Building and Social Cohesion in Europe. Towards a Learning Society*, Cheltenham (UK), Edward Elgar.
- Costa, António Firmino da (1996), "Ciência e reflexividade social", em Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Ciência e Democracia*, Venda Nova, Bertrand.
- Costa, António Firmino da, Patrícia Ávila e Margarida Senna Martinez (2000), "Sociologie d'un laboratoire de biotechnologie", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 109.
- Costa, António Firmino da, Patrícia Ávila, e Sandra Mateus (2002), *Públicos da Ciência em Portugal*, Lisboa, Gradiva.
- Costa, António Firmino da, Cristina Palma Conceição, Inês Pereira, Pedro Abrantes e Maria do Carmo Gomes (2005), *Cultura Científica e Movimento Social. Contributos para a Análise do Programa Ciência Viva*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, Susana, e João Arriscado Nunes (2001), "As atribuições da ciência 'impura': a harmonização da biologia forense e a diversidade dos sistemas jurídicos", em João Arriscado Nunes e Maria Eduarda Gonçalves (orgs.), *Enteados de Galileu? A Semiperiferia no Sistema Mundial da Ciência*, Porto, Afrontamento.
- Costa, Susana, Helena Machado e João Arriscado Nunes (2003), "O ADN e a justiça: a biologia forense e o direito como mediadores entre a ciência e os cidadãos", em Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Os Portugueses e a Ciência*, Lisboa, Dom Quixote.
- Drucker, Peter F. (1993), *Post-Capitalist Society*, Nova Iorque, Harper Collins.
- Duarte, Joana (2000), *De Ptolomeu a Gutenberg. A Divulgação Científica em Portugal* (dissertação de mestrado), Lisboa, ICS-UL.
- Durant, John, Martin Bauer, George Gaskell, Cees Midden, Miltos Liakopoulos e Liesbeth Scholten (2000), "Two cultures of public understanding of science and technology in Europe", em Meinolf Dierkes e Claudia von Grote (orgs.), *Between Understanding and Trust. The Public, Science and Technology*, Amesterdão, Harwood Academic Publishers.
- European Commission (2005a), *Europeans, Science and Technology*, Special Eurobarometer 224.

- European Commission (2005b), *Social Values, Science and Technology*, Special Eurobarometer 225.
- Florida, Richard (2002), *The Rise of the Creative Class*, Nova Iorque, Basic Books.
- Freitas, Eduardo de, e Patrícia Ávila (2002), *Inquérito à Cultura Científica dos Portugueses* (Relatório Final), Lisboa, OCT.
- Gago, José Mariano (1990), *Manifesto para a Ciência em Portugal*, Lisboa, Gradiva.
- Gago, José Mariano (1995), "Prefácio", em Rómulo de Carvalho, *A Física no Dia-a-Dia*, Lisboa, Relógia D'Água.
- Gago, José Mariano (2003), "Formação e erosão dos saberes em sociedades de informação e de risco", em AA.VV., *Cruzamento de Saberes, Aprendizagens Sustentáveis*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, Anthony (1990), *The Consequences of Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- Gonçalves, Maria Eduarda (org.) (2001), *O Caso de Foz Côa. Um Laboratório de Análise Sociopolítica*, Lisboa, Edições 70.
- Gonçalves, Maria Eduarda (2003), "Imagens públicas da ciência e confiança nas instituições: os casos de Foz Côa e da co-incineração" em Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Os Portugueses e a Ciência*, Lisboa, Dom Quixote.
- Gonçalves, Maria Eduarda, e Rui Brito Fonseca (2006), "A biologia na imprensa portuguesa entre 2000 e 2004", *Biologia e Sociedade*, 1.
- Granado, António, e José Victor Malheiros (2001), *Como Falar com Jornalistas sem Ficar à Beira de Um Ataque de Nervos*, Lisboa, Gradiva.
- Gregory, Jane, e Steve Miller (1998), *Science in Public*, Cambridge, Basic Books.
- Joss, Simon, e John Durant (1995), *Public Participation in Science. The Role of Consensus Conferences in Europe*, Londres, Science Museum.
- Latour, Bruno, e Steve Woolgar (1979), *Laboratory Life. The Social Construction of Scientific Facts*, Beverly Hills, CA, Sage Publications.
- Lewenstein, Bruce V. (1992), *When Science Meets the Public*, Washington, AAAS.
- Lewenstein, Bruce V. (1995), "Science and the media", em Sheila Jasanoff, Gerald E. Markle, James C. Petersen e Trevor Pinch (orgs.), *Handbook of Science and Technology Studies*, Thousand Oaks, CA, Sage Publications.
- Lindley, Robert M. (2000), "Economias baseadas no conhecimento", em Maria João Rodrigues (org.), *Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento*, Oeiras, Celta Editora.
- Lyon, David (1988), *The Information Society. Issues and Illusions*, Cambridge, Polity Press.
- Machado, Fernando Luís, e Idalina Conde (1988), "A divulgação científica em Portugal: do lado da produção", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5.
- Mendes, Hugo (2003), "Visibilidade da ciência nos mass media", em Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Os Portugueses e a Ciência*, Lisboa, Dom Quixote.
- Mendonça, Helena (2006), *Jornalismo e Ciência*, Lisboa, ISCTE (dissertação de mestrado).
- Merton, Robert K. (1942, 1973), "The normative structure of science", em Robert K. Merton, *The Sociology of Science. Theoretical and Empirical Investigations*, Chicago, The University of Chicago Press.

- Miller, Steve, Paul Caro, Vassilis Koulaidis, Vladimir de Semir, Walter Staveloz e Rosalia Vargas (2002), *Benchmarking the Promotion of RTD Culture and Public Understanding of Science*, Bruxelas, European Commission.
- Nelkin, Dorothy (1995), *Selling Science. How the Press Covers Science and Technology*, Nova Iorque, Freeman.
- OCT/MCT (1998), *Relatório do Inquérito à Cultura Científica dos Portugueses, 1996/1997*.
- Pardo, Rafael, e Félix Calvo (2002), "Attitudes toward science among the European public: a methodological analysis", *Public Understanding of Science*, 11.
- Pardo, Rafael, e Félix Calvo (2004), "The cognitive dimension of public perceptions of science: methodological issues", *Public Understanding of Science*, 13.
- Peters, Hans Peter (2000), "A interacção entre jornalistas e peritos científicos: conflito e cooperação entre duas culturas profissionais", *Comunicação e Linguagens*, 27.
- Soete, Luc (2000), "A economia baseada no conhecimento num mundo globalizado", em Maria João Rodrigues (org.), *Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento*, Oeiras, Celta Editora.
- Stehr, Nico (1994), *Knowledge Societies*, Londres, Sage Publications.
- Reich, Robert B. (1991), *The Work of Nations*, Nova Iorque, Alfred A. Knopf.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, Joana Duarte e Ana Paula Gravito (2000), "Os portugueses perante a ciência", em Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras, Celta Editora.
- Touraine, Alain (1969), *La Société Post-industrielle*, Paris, Denoel-Gonthier.
- Weingart, Peter (1998), "Science and the media", *Research Policy*, 27.

Estudantes do ensino superior: contextos e origens sociais

Rosário Mauritti e Susana da Cruz Martins

As qualificações educacionais, enquanto elemento crucial na configuração das sociedades e seus processos de desenvolvimento, têm sido um objecto com presença regular na sociologia. Este é seguramente um dos domínios em que se observam, com clareza, quer a importância crescente dos processos transversais que hoje ocorrem a nível mundial, em contexto de globalização, quer as diferenças nacionais persistentes, elas próprias igualmente em transformação.

No quadro desta problemática, o presente capítulo começa por enfatizar os contributos específicos das pesquisas nacionais desenvolvidas, ao longo dos últimos anos, sobre os estudantes do ensino superior; seguidamente, tomando por referente analítico a última década, faz-se um balanço sobre a expansão, em Portugal, deste nível de ensino, avaliando ainda as probabilidades diferenciais de acesso segundo as origens sociais dos estudantes; finalmente, uma terceira parte perspectiva as dinâmicas de expansão socioeducacional num plano comparativo alargado à União Europeia.

Um objecto com presença na sociologia portuguesa

Os estudantes do ensino superior representam um segmento da população de grande protagonismo social, enquanto jovens estudantes e nos seus destinos sociais potenciais, estando implicados em muitas das dinâmicas de mudança social mais significativas das sociedades actuais. A sua relevância social e analítica está bem patente na multiplicidade de estudos, desenvolvidos em Portugal, que tomam os estudantes e os diplomados do ensino superior como objecto de análise.

Nos finais da década de 1960 e inícios de 1970, a produção sociológica desenvolvida entre nós foi marcada pelos trabalhos de Adérito Sedas Nunes, nos quais se destacava o tema das origens sociais dos estudantes

universitários (Nunes, 2000).¹ A partir de meados da década de 1980, este trabalho inicial é alvo de novos aprofundamentos analíticos através de um programa de investigação, com sede no ISCTE, sobre os estudantes do ensino superior (Almeida, Costa e Machado, 1988; Machado, Costa e Almeida, 1989; Costa, Machado e Almeida, 1990). Num contexto em que se começava a acentuar a expansão do acesso ao ensino superior, as pesquisas então realizadas, visavam analisar os estudantes universitários dum duplo ponto de vista: da sua caracterização social e dos seus sistemas de valores. Desenvolvimentos deste programa, já na década de 1990, resultam em produtos de aprofundamento, como os de Casanova (1993a e 1993b). Posteriormente, no âmbito de uma parceria entre o OPJ e o CIES, o mesmo questionário foi aplicado a uma amostra representativa dos estudantes de licenciatura do país, das diversas áreas geográficas e domínios de conhecimento (Mauritti, 2002; Almeida e outros, 2003; Machado e outros, 2003).

Para além das pesquisas antes referidas, desenvolveu-se, no quadro da sociologia portuguesa, um conjunto alargado de investigações e análises associadas quer sobre os jovens estudantes em geral, quer sobre os do ensino superior em particular. Entre os vários contributos significativos, é possível realçar algumas linhas de investigação que constituem o campo de análise sociológica em referência. Destaque-se, no âmbito mais geral, um conjunto de pesquisas sobre jovens, escola e práticas culturais, tais como as de Lopes (1997), Fernandes e outros (1998), Silva (1999), Abrantes (2003). No que diz respeito à temática dos estudantes do ensino superior, sublinhe-se os avanços analíticos presentes em trabalhos extensivos, como um primeiro, que aprofunda os dados de inquéritos institucionais no acto da inscrição nas escolas, realizados durante alguns anos pelo Ministério da Educação (Cruz e outros, 1995a e 1995b); um segundo, que tem por base um inquérito nacional, cuja temática central assentava na acção social escolar (Balsa e outros, 2001); um terceiro, produzido no âmbito do sistema de observação dos percursos de inserção dos diplomados do ensino superior, de iniciativa do INOFOR, envolvendo também a aplicação de um “inquérito de percurso”, realizado em 2001. Esta linha de pesquisa tem ainda aprofundamentos analíticos específicos, complementados pelo recurso a instrumentos próprios, de que são exemplo os estudos centrados nas trajetórias académicas e de inserção profissional de licenciados na região de Lisboa (Alves, 2001 e 2005; Alves, 2003) e no Porto (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001). Refira-se ainda outros estudos de carácter mais localizado, como Arroteia e Martins (1998), na Universidade de Aveiro; Fernandes (org.) e outros (2001), na Universidade do Porto; Estanque e Nunes (2002 e 2003), na Universidade de Coimbra; e Martins e Campos (2006), no Politécnico de Santarém.

1 Cf. Adelino Gomes (2005) para a análise da emergência dos estudos sobre juventude universitária em Portugal.

No quadro das pesquisas do CIES, está actualmente em desenvolvimento um projecto de carácter internacional sobre as condições socioeconómicas dos estudantes do ensino superior, o Eurostudent (cujos produtos iniciais se encontram em Martins, Mauritti e Costa, 2005; HIS, 2005). Tal perspectiva internacional, por enquanto com pouca visibilidade, apresenta-se como decisiva, tanto pelo enriquecimento de problemáticas e perspectivas de análise, como pela possibilidade de aferição dos aspectos e dinâmicas tendencialmente partilhados e dos traços singulares das situações encontradas entre os estudantes do ensino superior em diferentes países europeus. Perspectiva ainda mais importante num forte contexto de europeização das políticas educativas referentes a este patamar de ensino.

Tendências e padrões de acesso ao ensino superior em Portugal

Acesso e certificação

O acesso ao ensino superior tem conhecido, nos últimos 30 anos, uma clara abertura. A década de 1980 foi aquela em que o sentido deste crescimento deu sinais mais expressivos de que se tratava, ao nível das perspectivas políticas e das expectativas sociais, de um processo sem retorno, com consequências na melhoria dos níveis de escolaridade da sociedade portuguesa. No entanto, e apesar de na leitura de um arco temporal alargado se verificar um aumento contínuo, a distância face à Europa tem sido de difícil encurtamento, quer por via de um abrandamento recente deste crescimento, quer sobretudo devido ao enorme atraso da estrutura de qualificações que caracterizava o país na viragem para a democracia.

Desta forma, numa primeira leitura das tendências evidenciadas na figura 5.1, importa sublinhar o crescimento, bastante expressivo, do número de estudantes que acedem ao ensino superior em Portugal. Num período de pouco mais de uma década (1991-2002), o quantitativo global de jovens que frequentam este patamar de ensino passa de cerca de 190 mil alunos para perto de 400 mil. Considerando ainda este arco temporal, em termos médios, inscrevem-se, pela primeira vez, no 1.º ano dos cursos de bacharelato e licenciatura, sensivelmente, cerca de 67 mil jovens, enquanto os diplomados, por ano, são em termos médios mais do que 50 mil.

De sublinhar, ainda, nos indicadores considerados na figura 5.1, a forte preponderância das raparigas, claramente em maioria, quer no conjunto de matriculados, quer no subconjunto dos que se inscrevem pela primeira vez nos cursos de 1.º ciclo do ensino superior (com uma representatividade, nos dois indicadores, que ronda os 57%). Além disso, tal como se pode observar nos fluxos anuais de novos diplomados, elas, mais do que eles, levam até ao fim o seu programa de estudos superiores (sensivelmente dois terços dos diplomados são mulheres).

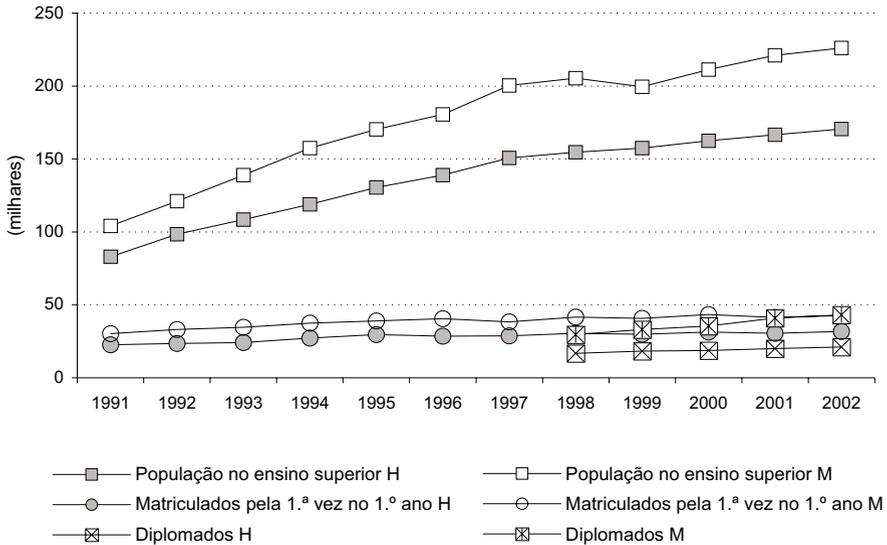


Figura 5.1 Estudantes e diplomados do ensino superior por sexo, 1991 a 2002

Fontes. Alunos matriculados pela 1.ª vez no 1.º ano: 1990-1996, DGES/MCIES; 1997-2002, OCES/MCIES. População no ensino superior e diplomados do ensino superior: INE, em <http://www.ine.pt/PI/genero/Principal.aspx> (04-01-2005).

Mas, se estas são as tendências globais de evolução do ensino superior, importa, ainda assim, notar que, quer em termos de alunos matriculados, quer quanto ao número de licenciados que o sistema produz anualmente, parece evidenciar-se uma moderação do crescimento, sobretudo, a partir de 1998. Por exemplo, no que respeita ao conjunto de alunos matriculados, a taxa de crescimento médio anual passa de 11%, na primeira metade da década, para não mais de 3% por ano, entre 1998 e 2002. Que razões poderão estar a refrear este crescimento, quando Portugal, apesar da forte expansão do superior (sobretudo na década de 1980), está ainda longe de ter atingido proporções de licenciados minimamente ajustadas àquele que é o padrão médio da União Europeia? Sem alongar muito esta discussão, apontam-se aqui as seguintes ordens de razões: i) aquela que é talvez a causa mais sublinhada: a diminuição do número de alunos que se inscrevem no 12.º ano, por via da conjugação de um decréscimo da natalidade e de acentuadas taxas de abandono do sistema escolar no ensino secundário; ii) um aumento crescente do desemprego de licenciados — em especial nas áreas de educação, humanidades, ciências sociais e gestão empresarial —; iii) como corolário desta constatação, a opinião corrente, no senso comum mediático e em alguns debates públicos sobre políticas educativas, de que haverá actualmente na sociedade portuguesa um número excessivo de licenciados; iv) enfim, na convergência destes dois últimos factores, a possibilidade de haver algum desinvestimento e/ou desincentivo

por parte das famílias, sobretudo aquelas com menores recursos, que deixam de considerar a obtenção de um diploma uma garantia de sucesso profissional futuro dos seus filhos — este é um factor tanto mais relevante quanto são elas, as famílias, a principal fonte de financiamento dos estudos neste patamar de ensino (Martins, Mauritti e Costa, 2005).

Assim, mesmo quando várias pesquisas dão conta do valor da certificação do ensino superior no mercado laboral, quer na capacidade de adaptabilidade e empregabilidade, quer ainda ao nível da recuperação do investimento em educação (ver, por exemplo, Costa e outros, 2000; Portugal, 2004), os factores enunciados, apresentados muita vezes sob a forma de mistificações, poderão contribuir para a manutenção ou aprofundamento de clivagens sociais nas probabilidades relativas de acesso ao ensino superior em geral, e a algumas qualificações ditas “mais elitistas” em particular (Mauritti, 2002: 88-96).

Origens sociais

Uma das questões centrais nos estudos sobre os estudantes do ensino superior é a caracterização das suas origens sociais enquanto eixo dimensional de diferenciação deste segmento. Alguns dos estudos fundadores sobre a relação entre a escola e as desigualdades sociais davam já conta desta preocupação (Bourdieu e Passeron, 1964 e 1970; Boudon, 1973; Coleman e outros, 1966; Bernstein, 1975).

Também a produção sociológica nacional tem sido nesta área intensa, e permite ter hoje análises seguras sobre a relação entre a caracterização das origens sociais e a oferta educativa no ensino superior.² A análise das origens de classe constitui, assim, uma das principais dimensões para essa caracterização, integrando de forma articulada *indicadores socioprofissionais* e *socioeducacionais*.³ Tal proposta revela-se fundamental por se considerar que, face às trajetórias de escolarização dos estudantes, a caracterização dos seus grupos domésticos de origem influencia a probabilidade de acesso e, ainda, o tipo de qualificação concretizada.

Observando os indicadores presentes no quadro 5.1, verificamos que 58% dos estudantes do ensino superior são provenientes das categorias sociais melhor dotadas de capitais económicos, culturais e sociais — os empresários, dirigentes e profissionais liberais e os profissionais técnicos e de enquadramento. Não se pode, no entanto, fazer uma leitura de paridade entre estas duas categorias, uma vez que existe uma forte prevalência de origens sociais de profissionais técnicos e de enquadramento (40%), sendo estes, aliás, os maiores portadores de qualificações traduzíveis nas próprias trajetórias escolares dos

2 Ver referências assinaladas anteriormente.

3 Sobre a clarificação, relevância e operacionalização destes indicadores, ver Machado, Ávila e Costa (1995); Costa (1999); Almeida e outros (2003); Machado e outros (2003).

filhos. Estes estudantes representam uma dinâmica de reprodução social fortíssima, ultrapassando um terço do conjunto do universo. Na comparação com a população portuguesa, esta categoria aparece sobrerrepresentada (com mais do dobro do seu valor percentual), evidenciando um sistema de ensino superior com uma estreita base de recrutamento social. A maior presença de estudantes procedentes dessa categoria pode dar conta, tanto de um efeito reprodutivo forte, em que os estudantes do ponto de vista da trajectória escolar coincidem com a geração anterior, revelando que um melhor posicionamento das famílias na estrutura social tem efeito nas possibilidades de acesso, como, e em simultâneo, de um aumento desta categoria na sociedade portuguesa (atingindo também o escalão etário dos pais), o que aumenta também a probabilidade de estes se fazerem notar enquanto origem social dos jovens inscritos no superior. Tendência esta reforçada no que diz respeito ao contexto europeu mais alargado (Costa e outros, 2000; Mauritti, Martins e Costa, 2004).

Se, por um lado, a presença destas origens evidencia uma forte reprodução social, por outro, não torna insignificantes as restantes categorias, nomeadamente as mais desprovidas de recursos (quadro 5.1). Trata-se pois de um *duplo padrão de recrutamento* onde, a par de lógicas de reprodução social, já referidas, se projectam no espaço do ensino superior processos de mobilidade social (ver Almeida, Costa e Machado, 1988; Machado e outros, 2003).

O mesmo dá conta o *índice de recrutamento de classe*.⁴ Se repararmos na relação entre os inscritos no superior com origens nos profissionais técnicos e de enquadramento e nos operários industriais, ela é de oito para um. Se tal é revelador de um sistema muito selectivo, esta é a maior diferença encontrada. Mesmo os empresários, dirigentes e profissionais liberais, categoria do topo da estrutura social, embora de perfil dominante menos qualificado, colocam tantos efectivos como os trabalhadores independentes e o dobro dos empregados executantes. Quanto à diferença por sexo, o índice de recrutamento social é ligeiramente mais alargado para as estudantes do que para os seus congéneres masculinos.

Apesar de a estrutura social dos pais dos estudantes distorcer marcadamente a distribuição dos lugares de classe da população portuguesa na faixa etária onde esses pais predominantemente se encontram, a presença de outras categorias sociais, a renunciarem trajectórias ascendentes através de recursos qualificacionais, mostra um sistema de ensino em expansão a outras camadas sociais, com sinais de fomento desde a década da viragem democrática (Machado e Costa, 1998; Sebastião, 1998; Almeida e outros, 2000). A categoria com proporções relativas mais próximas nas duas distribuições, pais dos estudantes e população, é a dos empresários, dirigentes e profissionais liberais e trabalhadores independentes. Já nas categorias assalariadas com

4 Para maior detalhe dos procedimentos operatórios e conceptuais seguidos na construção deste índice, ver Almeida, Costa e Machado (1988: 142-143), Machado, Ávila e Costa (1995: 112), Costa (1999: 235-245) e Machado e outros (2003: 49-60).

menores recursos profissionais e qualificacionais, é nos operários industriais que se nota um maior desfasamento na capacidade de colocação dos filhos no ensino superior, e nos empregados executantes onde se evidencia uma maior probabilidade de o fazerem (ainda que com uma distância de 10% face ao grupo etário de referência na população portuguesa).

Em relação a uma diferenciação por subsistemas do ensino superior, é no universitário público que o acesso é mais fechado e no politécnico onde a base de recrutamento é mais diversificada (em confirmação com outros estudos, como os de Balsa e outros, 2001). A estrutura socioprofissional que caracteriza as origens dos estudantes do privado é muito equivalente à do público universitário, embora no subsistema privado seja notável um reforço da categoria dos empresários, dirigentes e profissionais liberais, um lugar de classe com perfis muito diversificados no que diz respeito à realidade portuguesa e, particularmente nos subsectores dos empresários e dirigentes, muitas vezes melhor dotados de capital económico do que cultural. Resta sublinhar que o maior alargamento social do recrutamento para o ensino politécnico pode ter um duplo significado, porventura de sentido contrário, devolvendo-nos uma imagem de maior democratização do acesso ao ensino superior, mas reflectindo também, no seu interior, a persistência de processos de selectividade social, colocando os estudantes em diferentes qualidades de formação e consequentes oportunidades.

A corroborar análises de pesquisas anteriores está o protagonismo feminino no conjunto de efectivos do ensino superior (Grácio, 1997; Machado e Costa, 1998; Almeida e outros, 2000). As estudantes reforçam em todos os subsistemas o alargamento da base social, dando conta do seu dinamismo nos processos de escolarização (quadros 5.1 e 5.2). Tais percursos de maior sucesso e generalização já no ensino secundário (Censos 2001), em convergência com maiores taxas de participação no ensino superior, evidenciam trajetórias escolares mais seguras para as jovens estudantes.

Numa perspectiva complementar, a análise dos indicadores socioeducacionais, também reportada ao grupo doméstico de origem dos estudantes, é muito consonante com a relativa à dos lugares de classe (quadro 5.2). As desigualdades de recursos qualificacionais são muito diferenciadoras no acesso ao ensino superior. A marcar o capital cultural como decisivo nas trajetórias escolares, está o facto de haver um número quatro vezes maior de origens que detêm o ensino superior face ao segmento etário em referência da sociedade portuguesa. De facto, é muito notória a sobrerrepresentação de qualificações elevadas dos grupos domésticos de origem dos estudantes e a redução do peso de pais que têm até ao primeiro nível do ensino básico — para quase um terço face à população portuguesa no escalão etário em referência.

O índice de recrutamento educacional revela uma grande clivagem no acesso entre aqueles cujos pais têm o ensino superior e os restantes. A relação dobra os valores com os grupos domésticos de origem em que pelo menos um

Quadro 5.1 Origens de classe dos estudantes do ensino superior, comparação com a população portuguesa e índice de recrutamento de classe

Lugares de classe	Grupo doméstico de origem												População portuguesa em 2001 (45-64 anos)	IRC						
	Ensino público						Ensino privado							Total	HM	H	M			
	Universitário			Politécnico			HM			H								M		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M								
Grupo doméstico de origem (7 categorias)																				
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	14,0	13,7	14,4	17,2	21,3	14,4	23,4	18,9	25,1	17,6	-	-	-	-	-	-				
Profissionais técnicos e de enquadramento	46,6	51,2	42,4	26,9	30,7	24,2	44,5	51,9	41,6	40,4	-	-	-	-	-	-				
Trabalhadores independentes	5,2	4,0	6,3	7,9	8,0	7,5	5,0	4,3	5,1	5,9	-	-	-	-	-	-				
Trabalhadores independentes pluriactivos	5,4	4,5	6,3	6,7	3,1	9,4	3,8	3,9	3,9	5,3	-	-	-	-	-	-				
Empregados executantes	12,3	12,0	12,1	12,5	11,1	13,6	9,6	9,4	9,7	11,6	-	-	-	-	-	-				
Operários industriais	7,8	7,3	8,4	15,4	14,2	16,3	5,9	6,4	5,8	9,4	-	-	-	-	-	-				
Assalariados dos executantes pluriactivos	8,7	7,3	10,1	13,4	11,6	14,6	7,8	5,2	8,8	9,8	-	-	-	-	-	-				
Grupo doméstico de origem (5 categorias)																				
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	14,0	13,7	14,4	17,2	21,3	14,4	23,4	18,9	25,1	17,6	14,7	4	4	4	4	4				
Profissionais técnicos e de enquadramento	46,6	51,2	42,4	26,9	30,7	24,2	44,5	51,9	41,6	40,4	16,2	8	9	7	4	7				
Trabalhadores independentes	10,6	8,5	12,6	14,6	11,1	16,9	8,8	8,2	9,0	11,2	8,7	4	3	5	4	3				
Empregados executantes	21,0	19,3	22,2	25,9	22,7	28,2	17,4	14,6	18,5	21,4	32,4	2	2	2	2	2				
Operários industriais	7,8	7,3	8,4	15,4	14,2	16,3	5,9	6,4	5,8	9,4	28,0	1	1	1	1	1				

Fontes: Martins, Mauriti e Costa (2005); INE, Censos 2001.

Quadro 5.2 Origens socioeducacionais dos estudantes do ensino superior, comparação com a população portuguesa e índice de recrutamento escolar

Escolaridade de origem	Grupo doméstico de origem												População portuguesa em 2001 (45-64 anos)	IRE						
	Ensino público						Ensino privado							Total	HM	H	M			
	Universitário			Politécnico			HM			H								M		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M								
Superior	40,8	45,7	36,7	20,4	24,2	17,5	43,4	49,0	41,2	35,7	9,8	10	13	9						
Secundário	16,2	17,7	14,3	16,6	17,4	16,1	16,5	17,0	16,4	16,4	8,9	5	6	5						
Básico 3	13,0	11,9	14,2	13,0	12,5	13,2	12,9	10,9	13,9	13,0	10,0	4	4	4						
Básico 2	11,4	8,5	13,9	17,9	17,1	18,8	10,1	7,0	11,0	12,9	8,8	4	4	4						
Até básico 1	18,6	16,2	20,9	32,1	28,8	34,4	17,1	16,1	17,5	22,0	62,5	1	1	1						

Fontes: Martins, Mauritti e Costa (2005); INE, Censos 2001.

dos pais tem o secundário, distanciando-se, face aos outros, de forma ainda mais marcada.

No entanto, a entrada no ensino superior obedece, também ela, a processos selectivos no seu interior. Tal aspecto fundamenta o carácter de desigualdade entre os vários subsistemas do ensino superior. Como se observa no quadro 5.2, o ensino público politécnico é, nesta perspectiva, o mais aberto no recrutamento social, face aos restantes subsistemas, no que diz respeito à caracterização dos agregados familiares. Isto, apesar de cerca de um quinto dos pais destes alunos terem o ensino superior, assinalando, portanto, uma rede cujas malhas ainda não são tão laças que permitam uma entrada que corresponda à estrutura socioeducativa existente na sociedade portuguesa. Os subsistemas onde a selectividade é mais vincada são o ensino superior privado e o universitário público (com 43% e 41% de pais com o ensino superior, respectivamente). Os padrões melhorados no ensino privado podem, contudo, ficar a dever-se à inclusão da Universidade Católica na amostra, porque, se retirarmos da análise os estudantes a desenvolver qualificações nessa instituição, as escolaridades dos grupos domésticos de origem ficam equivalentes às do ensino superior público universitário.

Uma perspectiva de comparação à escala europeia

Como sublinhado anteriormente, Portugal assistiu nos últimos anos a um crescimento acentuado da escolarização nos níveis superiores de ensino. Os processos de recomposição social que tais dinâmicas envolvem, quer quanto à amplitude dos universos sociais abrangidos, quer quanto à capacitação cultural e mutação de estilos de vida, não deixam, como se viu, de incorporar alguma selectividade social ou mesmo novas exclusões sociais. Resta saber se este aumento da escolaridade nos patamares superiores será, ainda assim, suficiente para apoiar a inclusão positiva de Portugal nos processos de modernização que atravessam as sociedades actuais; em particular, no espaço europeu, conduzido por objectivos de competitividade, crescimento económico sustentável e coesão social. Objectivos estes explicitamente alimentados pelo reconhecimento da centralidade do conhecimento e da informação.

O quadro 5.3 retoma, pois, nesta escala europeia, a análise das recomposições socioeducacionais. Começamos por observar as taxas de participação no sistema de ensino, nos grupos etários mais jovens da população. Os dados reportam-se a um período de cinco anos, imediatamente anterior ao recente alargamento da UE.

Neste quadro, e olhando em primeiro lugar para o conjunto dos países que compunham a UE15, constata-se que, no que respeita ao escalão etário dos 15 aos 19 anos, a participação europeia no sistema de ensino ronda os 85%, baixando de forma expressiva nos grupos etários seguintes (pouco mais de 40% no escalão dos 20 aos 24 anos e cerca de 15% dos 25 aos 29 anos). Em

todos os países é notório o forte protagonismo feminino, particularmente nas idades que correspondem aos ciclos normais de formação no secundário e no superior (até 24 anos), tendo as mulheres proporções de participação, sistematicamente, mais elevadas ou, no mínimo, equivalentes às dos seus homólogos do sexo oposto.

Mas, se este é um padrão transversal aos vários contextos, não deixam de ser evidentes algumas diferenciações entre os países, no que respeita às taxas de participação dos seus jovens no sistema de ensino, sobretudo no grupo etário que normalmente antecede a entrada no nível superior. Portugal, com escolaridade obrigatória até ao 9.º ano (3.º ciclo do ensino básico), localiza-se neste indicador no limiar mais baixo. E, embora com valores relativos muito aproximados aos de Itália, em 1998, Portugal, ao contrário daquele país, mantém sensivelmente o mesmo padrão em 2002, pelo que a sua distância aos parceiros europeus se acentua pela negativa, mesmo no que respeita aos novos estados membros — a Eslováquia, por exemplo, parte de uma posição ligeiramente inferior e chega a 2002 com mais cinco pontos percentuais.

Já nos escalões etários seguintes (20 a 24 anos e 25 a 29 anos), a Grécia, no início do período considerado, e, em 2002, a Irlanda, Áustria e Reino Unido e, sobretudo, no conjunto dos novos estados membros, Eslováquia e República Checa, são os países com menores taxas relativas de participação no sistema de ensino. E isto apesar de ser, sobretudo, nos novos parceiros da União onde é mais evidente o enorme esforço no sentido da intensificação da integração dos jovens no sistema de ensino.

Mas quererão estes dados indicar que o nosso país apresenta um padrão de escolarização, desde logo, nestes escalões etários mais vantajoso? Não necessariamente. Poderá significar que, nestes dois grupos etários, a taxa de participação é relativamente mais baixa, nos países antes assinalados, porque parte da população com essa idade já completou os seus estudos, eventualmente mesmo o ensino superior. A verdade é que, entre nós, as taxas de retenção no 2.º e 3.º ciclos e, sobretudo, no secundário são ainda bastante elevadas (ME, 2004), pelo que, muitos dos jovens portugueses, embora ainda integrados no sistema, poderão não frequentar o patamar correspondente àquele que seria expectável nestas idades: o ensino superior. Tal é reforçado na análise dos recém-diplomados. Deste aspecto vamos dar conta a partir da leitura do peso, na população dos diversos países que compõem actualmente a União Europeia, de diplomados do secundário e do superior.

Retemos aqui estes dois níveis de escolarização para dar conta das diferentes dinâmicas, em termos de percursos históricos, padrões socioculturais e políticas de ensino, que marcam os processos de formação/qualificação das populações nos diversos países. Observáveis quer na maior ou menor incidência relativa do secundário e superior nos escalões etários da população em idade activa que, em princípio, concluiu o seu processo de escolarização

Quadro 5.3 Jovens no sistema de ensino e diplomados do ensino superior, por grupo etário e sexo, 1998-2002

(percentagens)

Países		Sexo	Participação no sistema de ensino ¹						Diplomados 2002 ²		
			1998			2002			Sec.	Superior	
			15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	25-34	25-34	25-64
UE15	Alemanha	HM	91,6	36,3	13,9	90,1	38,1	16,3	63,9	21,0	22,3
		M	92,1	38,0	10,6	90,5	40,1	13,2	63,4	19,8	17,8
	Áustria	HM	–	–	–	81,5	29,4	10,3	67,8	17,4	16,9
		M	–	–	–	82,2	32,1	9,6	63,3	18,5	15,4
	Bélgica	HM	85,3	40,6	9,3	89,6	38,2	5,8	39,8	36,3	27,9
		M	86,4	42,3	8,4	91,2	40,3	6,4	38,1	41,0	28,5
	Dinamarca	HM	90,3	55,0	34,5	88,7	55,3	35,0	54,6	30,6	27,4
		M	91,6	55,4	35,7	88,5	58,3	37,9	50,4	35,7	29,9
	Espanha	HM	80,2	44,3	15,3	81,9	43,4	16,1	22,3	36,6	24,4
		M	84,7	49,6	16,8	85,5	48,4	17,6	22,5	40,2	23,9
	Finlândia	HM	86,1	47,8	24,0	80,4	56,1	26,7	49,4	38,2	32,4
		M	89,8	52,7	24,9	85,8	61,3	27,7	44,5	46,6	36,0
	França	HM	95,6	53,5	11,4	94,6	53,2	11,7	43,3	35,2	23,5
		M	96,5	55,2	11,9	95,6	56,6	12,8	41,1	38,0	24,3
	Grécia	HM	80,5	29,3	4,4	86,8	36,3	6,1	50,8	23,4	17,6
		M	80,7	30,2	4,4	87,6	38,1	6,1	51,2	26,5	16,5
	Holanda	HM	89,7	50,5	24,4	80,7	35,3	6,2	49,3	28,0	24,9
		M	88,4	47,7	19,7	81,6	35,2	5,2	49,3	29,7	22,3
	Irlanda	HM	–	–	–	81,6	29,0	3,5	52,9	30,7	20,8
		M	–	–	–	86,3	31,9	3,1	50,4	37,1	26,5
Itália	HM	75,4	35,8	16,5	80,8	38,2	15,6	47,3	12,4	10,4	
	M	77,6	39,8	16,5	83,1	42,2	16,3	48,2	14,1	10,2	
Luxemburgo	HM	88,6	40,4	11,9	91,3	47,8	13,9	45,8	22,6	18,6	
	M	89,7	36,3	11,1	91,1	47,5	13,9	47,5	21,7	15,6	
Portugal	HM	71,6	32,4	9,5	72,4	34,7	10,7	21,2	16,1	11,4	
	M	74,1	36,4	8,7	77,6	38,3	11,4	22,2	20,3	12,8	
R. Unido	HM	–	–	–	75,3	31,0	13,3	56,1	33,5	29,4	
	M	–	–	–	77,3	34,4	17,1	55,4	33,6	28,6	
Suécia	HM	90,9	42,6	24,9	88,4	41,7	22,4	60,8	30,7	26,4	
	M	92,6	47,0	27,8	89,4	46,4	24,3	57,7	34,2	30,0	
Novos estados membros da UE	Chipre	HM	–	–	–	–	–	–	44,2	41,0	29,1
		M	–	–	–	–	–	–	43,2	42,9	27,3
	Eslováquia	HM	69,4	17,4	1,1	78,6	22,1	2,9	81,7	11,8	10,8
		M	70,7	19,2	0,5	79,4	25,1	3,1	78,7	13,9	11,0
	Eslovénia	HM	–	–	–	–	–	–	66,6	19,0	14,8
		M	–	–	–	–	–	–	61,9	25,3	16,4
	Estónia	HM	–	–	–	–	–	–	61,9	27,6	29,6
		M	–	–	–	–	–	–	58,0	35,6	35,3
	Hungria	HM	78,2	26,5	7,4	87,5	37,7	10,6	67,0	14,4	14,1
		M	78,9	27,9	7,8	88,2	38,7	10,9	64,7	16,3	14,5
	Letónia	HM	–	–	–	–	–	–	67,3	18,2	19,6
		M	–	–	–	–	–	–	68,2	22,8	22,0
	Lituânia	HM	–	–	–	–	–	–	46,7	41,5	44,0
		M	–	–	–	–	–	–	43,6	49,0	50,9
	Polónia	HM	91,0	30,8	5,7	95,9	53,8	14,9	74,1	16,1	12,2
		M	92,5	31,4	5,0	96,8	56,1	14,7	71,3	19,4	13,7
	Rep. Checa	HM	77,1	17,1	1,8	88,3	25,7	2,9	81,9	11,9	11,8
		M	79,1	16,8	1,7	89,2	26,6	2,8	82,0	11,5	10,0

Nota: não inclui Malta porque não existe informação relativa a esse país para os indicadores em análise.

Fontes: 1) OCDE, *Education at a Glance 2004*; 2) Eurostat, Inquérito ao Emprego, 2002; Irlanda, 2001; Portugal, INE, Censos 2001.

(25 a 34 anos) quer, no caso do superior, na proporção de licenciados tanto neste segmento etário mais jovem como no conjunto com 25 a 64 anos.

Considerando o peso de diplomados nos dois graus de ensino, no subconjunto da população com 25 a 34 anos, de facto, as diferenças entre os países são abismais. Para um padrão médio europeu onde, neste grupo de idades, mais de 80% da população tem pelo menos o secundário (dos quais, em termos médios, mais de $\frac{1}{4}$ adquiriu um diploma superior), encontramos uma escala que atinge o ponto mais elevado em países como a República Checa, Eslováquia e Suécia (com proporções de conjunto acima dos 90%) e o mais baixo, isolado, em Portugal (onde o peso de diplomados nos dois níveis de ensino aqui considerados não ultrapassa os 40%).

Observando as distribuições dos diversos países, são notáveis, dentro deste padrão global, distinções muito expressivas nos processos de escolarização, ora muito orientados para a massificação no patamar secundário (caso da larga maioria dos novos estados membros, mas também de países como a Áustria, Alemanha ou, ainda que em proporções um pouco mais modestas, Grécia, Holanda, Itália e Luxemburgo), ora para a promoção da qualificação das populações, simultaneamente, no secundário e no superior (casos da Lituânia e de Chipre, bem como da Suécia, Reino Unido, Finlândia, Dinamarca, França e Bélgica). Espanha neste quadro distingue-se ainda por ser o único país da União, no escalão etário em referência, com maior peso relativo de diplomados do superior do que do secundário. Finalmente Portugal, com padrões de escolarização próximos daqueles que caracterizam a vizinha Espanha no patamar do secundário, distancia-se desta, de forma clara, na cobertura de diplomados do superior (quadro 5.3). Ou seja, o défice claro de formação no grau mais baixo não é, entre nós, compensado por qualquer acréscimo de formação/qualificação no nível superior, denunciando, assim, o abandono e saída precoce do sistema de ensino de largas camadas da população mais jovem.

Se centrarmos a perspectiva analítica, apenas, sobre o patamar mais elevado de qualificações, o ensino superior — pois é sobretudo neste domínio que se jogam hoje as estratégias de competitividade e as políticas de desenvolvimento, com implicações fortes a nível das sociedades nacionais e, por consequência, nas relações que estabelecem entre si —, destacamos países como a Lituânia (em aparente perda no escalão mais jovem), Chipre, Finlândia, Espanha e Bélgica, todos com valores entre os 35% e os 45%, no escalão etário com 25 a 34 anos. Se os dois primeiros países dão conta de processos de abertura das suas sociedades onde ainda não se conhece o exacto impacto de tais credenciais, os restantes tomam as suas altas qualificações como um dos parâmetros mais decisivos segundo os quais se posicionam, em termos de hierarquias de capacidades, de oportunidades e até, tendencialmente, de qualidade de vida, no quadro de uma União Europeia cada vez mais exigente do ponto de vista do reforço da sociedade de informação e do conhecimento.

Numa perspectiva da leitura das reconfigurações socioeducacionais, o confronto dos dois escalões etários considerados dá conta de processos de escolarização no patamar superior muito diferenciados, embora entroncados numa dinâmica, anteriormente assinalada, que é transversal a todos os contextos: o forte protagonismo feminino. Entre aqueles onde as recomposições das qualificações no nível superior são mais intensas, destacam-se Espanha, França, Irlanda e, a pontuar na Europa de Leste, Chipre (com acréscimos de 10% ou mais, lidos na diferença entre os dois escalões de idade analisados). Neste contexto, saliente-se o caso irlandês, como aquele que exprime uma evolução mais favorável, embora expectável face a um ponto de partida mais pobre em termos qualificacionais. Portugal, sendo um dos países com maior défice qualificacional no escalão dos 25 aos 64 anos, não empreende uma dinâmica de crescimento suficientemente expressiva no contexto europeu.

Num cenário de globalização, estas tendências de requalificação das populações deixam Portugal numa situação muito desfavorável. É assim em 2002, mas a situação vem de trás, registando já em 1986, ano em que o país entrou para o espaço comunitário, um atraso de difícil recuperação (cf. Costa e outros, 2000). Vinte anos volvidos, damos conta de uma evolução minguada face às metas europeias neste início de século.

Referências bibliográficas

- Abrantes, Pedro (2003), *Os Sentidos da Escola*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1988), "Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4.
- Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Anália Torres (2000), "A sociedade", em António Reis (org.), *Portugal Anos 2000. Retrato de um País em Mudança*, Mem Martins, Círculo de Leitores.
- Almeida, João Ferreira de, Patrícia Ávila, José Luís Casanova, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Susana da Cruz Martins e Rosário Mauritti (2003), *Diversidade na Universidade. Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.
- Alves, Mariana Gaio (2003), *A Inserção Profissional de Diplomados de Ensino Superior Numa Perspectiva Educativa. O Caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Lisboa, FCT/UNL* (tese de doutoramento).
- Alves, Natália (2001), *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados, 1994-1998*, Lisboa, Universidade de Lisboa/ Gabinete de Apoio ao Estudante.
- Alves, Natália (2005), *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados, 1999-2003*, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Arroteia, Jorge Carvalho, e António Maria Martins (1998), *Inserção Profissional dos Diplomados pela Universidade de Aveiro. Trajectórias Académicas e Profissionais*, Aveiro, Universidade de Aveiro.

- Balsa, Casimiro Marques, José Vasconcelos Simões, Pedro Belchior Nunes, Renato Emídio do Carmo e Ricardo Oliveira Campos (2001), *Perfil dos Estudantes do Ensino Superior. Desigualdades e Diferenciação*, Lisboa, Edições Colibri.
- Bernstein, Basil (1975), *Langage et Classe Sociale. Codes Socio-linguistiques et Contrôle Social*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Boudon, Raymond (1973), *L'Inégalité des Chances. La Mobilité Sociale dans les Sociétés Industrielles*, Paris, Armand Colin.
- Bourdieu, Pierre, e Jean-Claude Passeron (1964), *Les Héritiers. Les Étudiants et la Culture*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre, e Jean-Claude Passeron (1970), *La Reproduction. Éléments pour une Théorie du Système d'Enseignement*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Casanova, José Luís (1993a), *Posições e Disposições. Trajectórias Sociais e Recomposição do Habitus*, Lisboa, ISCTE (tese de mestrado).
- Casanova, José Luís (1993b), *Estudantes Universitários. Composição Social, Representações e Valores*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Instituto da Juventude.
- Coleman, James S. (org.), Ernest Q. Campbell, Carol J. Hobson, James McPartland, Alexander M. Mood, Frederick D. Weinfeld e Robert L. York (1966), *Equality of Educational Opportunity*, Washington, Government Printing Office.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (1990), "Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade", *Análise Social*, XXV (105-106).
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-46.
- Cruz, Manuel Braga da, Maria Eduarda Cruzeiro, Ema Leandro, Nelson Matias e João Sedas Nunes (1995a), *O Desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal. A PGA e os Estudantes Ingressados no Ensino Superior*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Ministério da Educação /DEPGEF.
- Cruz, Manuel Braga da, Maria Eduarda Cruzeiro, Ema Leandro, Nelson Matias e João Sedas Nunes (1995b), *O Desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal. Situação e Problemas de Acesso*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Ministério da Educação /DEPGEF.
- Estanque, Elísio, e João Arriscado Nunes (2002), *A Universidade Perante a Transformação Social e as Orientações dos Estudantes. O Caso da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Oficina do CES, 169. Disponível em <http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/oficina.php> (acedido em Julho 2003).
- Estanque, Elísio, e João Arriscado Nunes (2003), "Dilemas e desafios da Universidade: recomposição social e expectativas dos estudantes na Universidade de Coimbra", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66.

- Fernandes, António Teixeira, António Joaquim Esteves, Isabel Dias, João Teixeira Lopes, Maria Manuela Mendes e Natália Azevedo (1998), *Práticas e Aspirações Culturais. Os Estudantes da Cidade do Porto*, Porto, Edições Afrontamento e Câmara Municipal do Porto.
- Fernandes, António Teixeira (org.), Eduardo Vítor Rodrigues, Ana Cláudia Albergaria, Virgílio Borges Pereira, Alexandre Lopes e Elsa Guedes Teixeira (2001), *Estudantes do Ensino Superior no Porto. Representações e Práticas Culturais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Gomes, Adelino (2005), "AJUC, o Jornal Encontro e os primeiros inquéritos à juventude universitária", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49.
- Gonçalves, Carlos Manuel, Cristina Parente, e Luísa Veloso (2001), "Licenciados em sociologia: ritmos e formas de transição ao trabalho", *Sociologia. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 11.
- Grácio, Sérgio (1997), *Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais*, Lisboa, EDUCA, Formação.
- HIS (2005), *Eurostudent Report 2005. Social and Economics Conditions of Student Life in Europe 2005. Synopsis of Indicators*. Disponível em <http://www.his.de/Abt2/Auslandsstudium/Eurostudent/index.htm> (acedido em Julho de 2005)
- Lopes, João Teixeira (1997), *Tristes Escolas. Práticas Culturais Estudantis no Espaço Escolar Urbano*, Porto, Edições Afrontamento.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, e João Ferreira de Almeida (1989), "Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28.
- Machado, Fernando Luís, Patrícia Ávila, e António Firmino da Costa (1995), "Origens sociais e estratificação dos cientistas", em Jorge Correia Jesuino (org.), *A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX*, Oeiras, Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís, e António Firmino da Costa (1998) "Processos de uma modernidade inacabada", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova e João Ferreira de Almeida (2003), "Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66.
- Martins, Susana da Cruz, Rosário Mauritti e António Firmino da Costa (2005), *Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior em Portugal*, Lisboa, DGES/MCTES.
- Martins, Susana da Cruz, e Joana Campos (2006), *Processos de Transição do Ensino Secundário para o Superior. Os Alunos do Instituto Politécnico de Santarém*, Castelo Branco, Politécnica, Associação dos Institutos Politécnicos do Centro.
- Mauritti, Rosário (2002), "Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39.
- Mauritti, Rosário, Susana da Cruz Martins e António Firmino da Costa (2004), "Classes sociais numa perspectiva comparada: estruturas europeias actuais e

- instrumentos de análise”, *Actas do V Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção*, Braga, 12 a 15 de Maio de 2004, em <http://www.aps.pt/vcongresso/ateliers-pdfs.htm> (acedido em Maio de 2004).
- ME (2004), “Insucesso e abandono escolar em Portugal”, em <http://www.min-edu.pt/Scripts/ASP/destaque/estudo01/docs/sintese.pdf> (acedido em Fevereiro de 2005).
- Nunes, Adérito Sedas (2000) “A população universitária portuguesa: uma análise preliminar” e “O sistema universitário em Portugal: alguns mecanismos, efeitos e perspectivas do seu funcionamento”, em A. Sedas Nunes, *Antologia Sociológica*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Portugal, Pedro (2004), “Mitos e factos sobre o mercado de trabalho português: a trágica fortuna dos licenciados”, *Boletim Económico*, Banco de Portugal, Março de 2004, em http://www.bportugal.pt/publish/bolecon/docs/2004_1_3_p.pdf (acedido em Fevereiro de 2005).
- Sebastião, João (1998), “Os dilemas da escolaridade”, em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?* Oeiras, Celta Editora.
- Silva, Catarina Lorga da (1999), “Educação e formação profissional”, em Alexandra Lemos Figueiredo, Catarina Lorga da Silva e Vítor Sérgio Ferreira, *Jovens em Portugal. Análise Longitudinal de Fontes Estatísticas 1969/1997*, Oeiras, Celta Editora.

Profissionais qualificados e sociedade do conhecimento

Maria de Lurdes Rodrigues, Luísa Oliveira e Helena Carvalho

Introdução

A *sociedade do conhecimento* tem, como um dos seus pilares essenciais, a formação dos chamados recursos humanos avançados, leia-se graduados e pós-graduados do ensino superior, partindo do princípio que a sociedade, globalmente considerada, atingiu já níveis razoáveis de instrução.

Na Europa, este modelo de sociedade apresenta-se como alternativa ao modelo de desenvolvimento que vingou no pós-guerra — cujo esgotamento se tornou visível nos anos 80 — e procura relançar as bases de competitividade do Velho Continente em novos moldes. É em nome de um novo padrão de competitividade, capaz de gerar riqueza que permita a sustentação do modelo social europeu, que a formação graduada e pós-graduada se afirma como um dos seus pilares essenciais.

No entanto, os países da UE são bastante diferentes entre si, o que coloca à partida o problema das possibilidades e capacidades de participação de cada um deles neste modelo de sociedade, que é também um projecto de inclusão económica e social e, portanto, de integração europeia.

É neste quadro, e tendo como preocupação de fundo o caso de Portugal, que analisamos neste texto a evolução dos níveis de escolarização da população empregada — e, em particular, do ensino superior e do ensino pós-graduado —, procurando identificar os traços mais marcantes da inserção sectorial destes profissionais e, portanto, do seu contributo para o desenvolvimento desses sectores.¹

1 Esta análise é feita com base nos censos de 1991 e 2001, informação cedida pelo INE ao abrigo do protocolo MCTES/INE, que possibilita o acesso gratuito a dados para efeitos de investigação.

As exigências de formação avançada e o novo padrão de competitividade

Para uma melhor compreensão do problema é preciso clarificar o que se entende por novo padrão de competitividade e de que modo é que ele gera necessidades de formação avançada.

Quando se fala em “padrão”, pretende-se designar um certo conjunto, e não outro, de factores de suporte da competitividade. Para efeitos de simplificação e face aos objectivos que aqui nos orientam, podemos usar dois ideais-tipo: o padrão convencional e o novo padrão de competitividade. O primeiro, típico do modo de desenvolvimento do pós-guerra, tomou forma a partir de um conjunto de circunstâncias que se articularam coerentemente para permitir a rentabilidade das empresas, a produção de riqueza e um modelo relativamente mais equilibrado que o precedente de distribuição social da riqueza. Na sequência do New-Deal e da emergência do chamado modelo fordista de desenvolvimento (Boyer, 1981) emergiu um contrato social que viria a permitir o acesso das classes assalariadas a bens de consumo até aí reservados a elites. Este fenómeno, que frequentemente designamos como massificação do consumo, traduziu-se na formação de grandes mercados de produtos estandardizados, em que a concorrência se definia fundamentalmente pelo preço e em que a política cambial funcionava como um mecanismo regulador na competitividade entre países.

Este modelo, intrinsecamente associado a uma política macroeconómica de inspiração keynesiana, permitiu três décadas de expansão, pleno emprego, melhoria das condições de vida das populações, com o acesso generalizado à educação, a cuidados de saúde, assistência na doença e na velhice e em situações de desemprego.

Nas empresas, a produção em massa assentava em grandes séries e tirava partido da inovação tecnológica da automatização do equipamento, de uma racionalização acrescida na organização do trabalho — a passagem do taylorismo ao fordismo — e mobilizava mão-de-obra pouco qualificada, numa altura em que o perfil da população que sustentaria este modelo detinha também baixos níveis de escolarização.

O ideal-tipo deste padrão de competitividade assenta numa redução do custo dos factores que permita simultaneamente a redução de preços no consumo e o aumento da rentabilidade do capital. O modelo foi-se progressivamente esgotando a si próprio à medida que gerava e alargava o bem-estar social. O fordismo, que tinha permitido a saída da crise dos anos 30, mostrava-se assim esgotado. Era preciso inventar um novo modelo de desenvolvimento, negociar um novo contrato social e inventar uma nova relação salarial.²

Os governos, na procura de uma solução do problema, com as taxas de desemprego a crescer, ensaiam um retorno ao liberalismo, de que a Inglaterra

de Thatcher se tornou o exemplo paradigmático, com a taxa de pobres, entre os desempregados, mais alta da Europa.

Em meio académico, fala-se em crise da economia e crise da teoria económica e reabre-se a controvérsia entre keynesianismo e liberalismo.

Neste impasse, Schumpeter — autor relativamente marginalizado na teoria económica — foi “ressuscitado” a partir da sua ideia de “crise como destruição criadora”.

Segundo este autor “(...) a impulsionamento fundamental que põe e mantém em movimento a máquina capitalista é impulsionada por novos objectos de consumo, novos métodos de produção e de transporte, novos mercados, novos tipos de organização industrial — todos estes elementos criados pela iniciativa capitalista...” (Schumpeter, 1996: 116) e, mais à frente “(...) a abertura de mercados novos nacionais ou exteriores e o desenvolvimento de organizações produtivas (...) constituem exemplos do mesmo processo de mutação industrial (...) que revoluciona incessantemente *do interior* a estrutura económica, destruindo continuamente os seus elementos velhos e criando continuamente elementos novos. Este processo de *destruição criadora* constitui o dado fundamental do capitalismo” (Schumpeter, 1996: 117; destaques no original).

Eis como o beco da crise passou a ser visto como uma oportunidade de desenvolvimento e como a inovação se tornou a chave para a rentabilização do capital e a criação de riqueza. Nas duas últimas décadas os chamados neo-schumpeterianos ganharam terreno no campo da academia e na sua capacidade de influência na esfera política.

Podemos dizer, em termos mais sociológicos, que o modo de desenvolvimento em emergência é um gigantesco processo de invenção social de necessidades que permitam a construção acelerada de novos produtos — tecnologicamente muito sofisticados — e de novos mercados.³

Esta é a dimensão criadora da crise que se manifesta pela emergência de novas exigências internas e externas às empresas: novos processos de produção, equipamento baseado nas novas tecnologias, modos de organizar o trabalho, serviços especializados na construção de mercados, novas matérias-primas, produtos, modos de gestão, novos sectores de actividade e, naturalmente, níveis de escolarização adequados à criação e implementação deste modelo.

2 Ver a propósito Soete (2000), quando apresenta como alternativa o “keynesianismo cognitivo” e um novo contrato social que permita um modelo de desenvolvimento baseado num novo padrão de competitividade, que designa por “orientada pelo conhecimento”.

3 A sofisticação tecnológica é um critério importante por duas razões sociológicas essenciais: i) torna o processo de imitação mais difícil e, neste sentido, reforça a estratificação entre empresas, regiões e países; ii) permite — tirando partido das novas tecnologias — uma velocidade de obsolescência dos produtos e, portanto, de “refrescamento” dos mercados, a um nível sem precedentes. Os dois factores conjugados reforçam-se mutuamente, como facilmente se compreenderá.

Da competitividade pelo preço, à competitividade pela inovação

O modelo de desenvolvimento a que aludimos no ponto anterior é fortemente potenciado pelos avanços da ciência e da tecnologia, numa altura em que emergem novíssimos sectores de actividade baseados na ciência, com potencialidades económicas promissoras. Se houve um conjunto de sectores-base no modelo fordista — indústria automóvel, metalomecânica pesada, petroquímica —, no novo modo de desenvolvimento os sectores-base serão a microelectrónica, as telecomunicações, a robótica e as biotecnologias.

Mas, para além dos sectores em si, as chamadas novas tecnologias são potencialmente utilizáveis por todos os sectores de actividade, permitindo acréscimos de produtividade e transformações profundas nos modos de produzir.

O preço continua a ser um factor competitivo importante, mas a sua importância é relativa, na medida em que o que se torna decisivo para os ganhos de rentabilidade das empresas é chegar primeiro ao mercado e tirar partido do período em que pode vender sem concorrência. A imitação e difusão das tecnologias é muito importante, mas decresce progressivamente à medida que o mercado se satura. Neste sentido, a invenção de novos produtos adquire toda a relevância, na medida em que permite a criação sistemática de novos mercados. Duas outras consequências fortes decorrem deste modelo: a ciência constitui um novo factor produtivo,⁴ a par do capital e do trabalho, e as competências necessárias para sustentar este modelo são completamente diferentes, mais baseadas no “trabalho intelectual” — os chamados *knowledge workers* —, exigindo níveis superiores de formação.

Com base no que se disse, sintetizamos no quadro 6.1 as características que definem os dois padrões-tipo de competitividade,⁵ referindo os aspectos que consideramos mais relevantes para o problema que aqui nos ocupa.

A passagem de um padrão a outro exige uma aposta na criação de novas empresas e desenvolvimento de novos sectores. Vários autores têm também defendido a ideia de que é possível modernizar os sectores tradicionais pela inovação, com base nos saberes acumulados localmente,⁶ o que pressupõe a recomposição da base empresarial e investimentos fortes no domínio do ensino e da formação. Com efeito, há um amplo consenso entre os especialistas sobre a ligação indissociável entre níveis de educação — o chamado capital humano (Becker, 1964) — e crescimento económico, mas também com o

4 Se bem que a ciência e as suas aplicações sempre tenham alimentado o crescimento económico, os moldes em que se coloca hoje esta questão são completamente novos. Para um desenvolvimento desta questão ver Oliveira (2004a).

5 Padrões-tipo, no sentido em que cada tipo nos diz o que é específico desse padrão em relação ao outro e não o que é exclusivo. Na realidade não existe nenhuma empresa, região, sector ou país que se caracterize por um destes tipos.

6 A propósito de inovação e recomposição de competências em sectores tradicionais, para o caso do sector do vidro e dos moldes, ver Oliveira e Lopes (1996).

Quadro 6.1 Ideais-tipo de padrões de competitividade (características de base)

Factores	Padrão convencional de competitividade	Novo padrão de competitividade
Produtos	Mesmos produtos ou diversificação de produtos <i>standard</i>	Produtos novos
Duração do ciclo do produto	Relativamente elevada	Muito baixa
Organização do trabalho	Fordista	Equipas pluriespecializadas (grupos semiautónomos)
Perfil-tipo de qualificações do emprego	Qualificação baixa	Qualificação elevada
Taxa de enquadramento	Baixa	Elevada
Importância da formação pós-graduada	Baixa ou nula	Fundamental
Tipo de formação	Uniformidade de formações	Diversidade de formações
Base concorrencial	Preço do produto	Taxa de produtos novos
Factores produtivos	Factores tangíveis (capital e trabalho)	Factores tangíveis (capital e trabalho) e intangíveis (C&T)

progresso técnico (Krueger e Lindahl, 2001). Ou, como diriam mais recentemente Aghion e Cohen, “...*le stock de capital humain conditionne l’aptitude d’un pays à innover et ou à rattraper les pays plus développées...*” (Aghion e Cohen, 2004: 19).

Evolução dos níveis de escolarização da população activa em Portugal

É sabido que os níveis de escolarização da população em Portugal são baixos relativamente a outros países e que isso constitui um dos maiores travões à passagem para um outro padrão de competitividade que alavanque a sociedade do conhecimento.

O quadro 6.2 mostra a distância que nos separa dos países da OCDE ao nível do ensino secundário e superior.

Apesar desta posição de desvantagem e do que isso significa em termos de desvantagens competitivas do país, da sua capacidade técnica assim como das dificuldades de integração numa Europa do conhecimento, um longo caminho de aproximação foi já percorrido nas últimas décadas, como mostra o quadro 6.3.

A evolução destes indicadores em apenas quatro décadas é, de facto, significativa. Quando por vezes se invoca o investimento que o país faz em educação, como uma espécie de investimento mal parado — dados os resultados em

Quadro 6.2 Níveis de instrução da população por grupos de idade, em Portugal e nos países da OCDE, 2003

	25-64	25-34	35-44	45-54	55-64
Percentagem da população que concluiu o ensino secundário					
Portugal	20	32	20	14	9
Média dos países da OCDE	64	74	69	60	49
Percentagem da população que concluiu o ensino superior					
Portugal	9	14	10	7	5
Média dos países da OCDE	23	27	24	21	15

Fonte: OCDE, *Education at a Glance 2003* (pp. 47-60).

Quadro 6.3 Evolução dos níveis de escolarização da população em Portugal

	(percentagens)				
	1960	1970	1980	1990	2000
Taxa de analfabetismo	33,0	26,0	19,0	11,0	9,0
Alunos matriculados no ensino superior em relação à população entre os 18 e os 22 anos	6,0	7,0	11,0	23,0	53,0
Percentagem da população com nível de instrução médio ou superior	0,8	1,6	3,6	6,3	10,0

Fonte: INE, recenseamentos gerais da população.

Quadro 6.4 Níveis de escolaridade atingidos pela população empregada (1991-2001)

Anos	Sem escolaridade	Básico (1.º ciclo)	Básico (2.º e 3.º ciclos)	Secundário	Superior
1991 (4.129,7)	171.158 (4,0%)	1.881.002 (45,5%)	1.178.586 (28,5%)	471.096 (12,0%)	420.847 (10,0%)
2001 (4.650,9)	83.165 (2,0%)	1.426.674 (30,6%)	1.335.535 (29,6%)	1.026.680 (22%)	778.893 (17,0%)

Fonte: INE, recenseamentos gerais da população, 1991 e 2001.

termos de comparação — esquecemo-nos, por vezes, que a nossa base de partida foi diferente e muito mais tardia. Um dos efeitos perversos desta nossa peculiaridade histórica é que a democratização do acesso ao ensino tem beneficiado sobretudo as gerações mais jovens. A taxa de analfabetismo de 9% em 2001, por exemplo, é uma situação preocupante que se deve, em grande medida, ao facto de existirem ainda segmentos da população adulta das gerações mais velhas, em idade activa, que ou não tiveram oportunidades de acesso à escola ou

a escolaridade obrigatória era, no seu tempo, de 4 ou 6 anos. É certo que tem havido um investimento forte,⁷ mas nem sempre continuado, na educação de adultos com o objectivo de resolver este problema, questão que desenvolvemos noutra lugar.

O quadro 6.4 mostra-nos mais detalhadamente a evolução dos níveis de escolaridade da população empregada na década de 1990.

Como se verifica, a evolução é positiva em todos os níveis, com uma diminuição significativa dos grupos menos escolarizados e um aumento considerável dos mais escolarizados, com particular destaque para a taxa de indivíduos empregados com o ensino secundário — que de 1991 para 2001 sobe de 12% para 22% — e com o ensino superior — que, no mesmo período, sobe de 10% para 17%.

A segmentação no emprego

Como sabemos, os níveis de escolarização têm condicionado historicamente o acesso às fileiras profissionais, contribuindo desse modo para definir a segmentação do mercado de trabalho (Piore e Sabel, 1984), por um lado, e, por outro, para desenhar um certo perfil de estratificação social.

Com base nos Censos de 2001, seleccionámos um conjunto de indicadores com o objectivo de caracterizar a segmentação da população empregada em Portugal,⁸ tendo em conta os níveis de habilitação, as profissões, os sectores de actividade,⁹ o género e a idade dos indivíduos. Partimos assim do princípio, ou pressuposto teórico, que os “segmentos primários”¹⁰ serão os que mais se aproximam dos padrões típicos da sociedade do conhecimento e que os “segmentos secundários” serão, em princípio, os sectores mais críticos, a merecer particular atenção.

A fim de perceber que configurações emergem no espaço profissional em Portugal — quando se combinam os indicadores seleccionados —, realizou-se uma análise da correspondências múltiplas.¹¹ A interpretação das posições relativas das múltiplas categorias dos indicadores utilizados permite

7 Veja-se, por exemplo, a criação da ANEFA como uma instituição de grandes potencialidades para a resolução do problema da educação de adultos. Para um desenvolvimento desta questão ver Silva, Leitão e Trigo (2002).

8 Os indicadores são os seguintes: nível de habilitações, profissão, sexo, idade e sector de actividade.

9 No que diz respeito às actividades económicas do sector da indústria, foi usada a Classificação da Indústria Transformadora por Intensidade Tecnológica adoptada pela OCDE e pelo Eurostat. Os serviços foram classificados pela intensidade de conhecimento com base na classificação apresentada pela OCDE na colecção Science, Technology and Industry Scoreboard (2001 e 2003).

10 Usamos aqui a expressão de “segmentos primário”, por inspiração na teoria da segmentação, o que significa que “primário” e “secundário” querem designar respectivamente os segmentos mais e menos qualificados (Piore e Sabel, 1984).

indivíduos analfabetos, os que sabem ler e escrever mas não têm grau, passando pelos níveis intermédios do 1.º, 2.º e 3.º ciclos — correspondendo estes dois últimos ao vértice da parábola —, desenhando-se depois um movimento ascendente com início no ensino secundário, prosseguindo para os níveis médios, bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento. Esta distribuição dos níveis de habilitação é relativamente bem acompanhada pela profissão e, de certo modo também, pelos sectores de actividade.¹²

Antes de uma interpretação mais detalhada da associação entre estes indicadores, sublinhe-se o efeito estruturador da primeira dimensão, que opera uma espécie de *dualização na população empregada*, segundo o critério da qualificação, seja ele traduzido em níveis de habilitação, nas profissões ou mesmo nos sectores de actividade. É como se se verificasse uma oposição entre trabalhadores mais idosos, menos escolarizados, profissões menos qualificadas, sectores tecnologicamente menos intensivos¹³ (dimensão $1 < 0$), e trabalhadores com níveis mais elevados de escolarização, profissões mais qualificadas e sectores mais intensivos em conhecimento (dimensão $1 > 0$).

A segunda dimensão opera uma outra diferenciação, fazendo o contraste entre as duas situações extremas já observadas anteriormente — de um lado, os trabalhadores mais idosos, menos escolarizados e, do outro lado, os que têm os níveis mais elevados de escolarização, com profissões mais qualificadas — e o que podemos chamar de *segmentos intermédios*. Nestes últimos situam-se os trabalhadores mais jovens (dos 15 aos 39 anos) com o 2.º e o 3.º ciclos de escolaridade e, ainda, trabalhadores com o ensino secundário, as profissões operárias, os administrativos, as forças armadas e os técnicos de nível intermédio.

Para além desta leitura genérica sobre as duas dimensões mais relevantes, podemos ainda caracterizar os grupos que se destacam na figura 6.1 e considerá-los como *segmentos da população empregada*. Dois destes segmentos, aos quais já aludimos, situam-se nos extremos da parábola. Outros quatro constituem segmentos intermédios, que se vão dispondo ao longo dessa mesma parábola, numa posição de hierarquia relativa segundo o critério da qualificação. Numa leitura da esquerda para a direita, a começar pelo quadrante superior esquerdo, temos então:

12 Estes são também os indicadores que mais contribuem para a definição do primeiro eixo. A idade e sexo têm, ao contrário, uma contribuição relativamente baixa. Isto pode confirmar-se na figura 6.1, através da proximidade da origem, quer das categorias feminino e masculino, quer da maioria dos escalões etários.

13 Não obstante a presença do sector de média-alta intensidade tecnológica, a qual se justifica porque se trata de um sector que inclui actividades de fabrico — e não de concepção —, e daí também, a proximidade da categoria dos operários. Vale a pena sublinhar a este propósito as margens de ambiguidade contidas nos processos de etiquetagem e classificação para fins estatísticos, assim como nas taxinomias — por muita utilidade que tenham para certos fins —, como bem descrevem Desrosières e Thévenot (2000).

- um *segmento A*, que associa indivíduos analfabetos ou com níveis muito baixos de escolarização — sabem ler e escrever, mas não têm qualquer grau ou têm apenas o 1.º ciclo —, trabalhadores não qualificados, trabalhadores mais idosos (com mais de 50 anos) e o sector primário. Este segmento é ele próprio estratificado, ao incluir os trabalhadores do sector com profissões qualificadas, como são os trabalhadores qualificados da policultura;
- um *segmento B*, que engloba os quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas e que tem uma proximidade acentuada ao género masculino;
- um *segmento C*, que associa as profissões de operadores e trabalhadores de montagem, operários, artífices e similares, serviços e vendedores, aos escalões etários jovens, a níveis de habilitação de 2.º ciclo e de 3.º ciclo e a um conjunto significativo de sectores de actividade aqui designados como os sectores de baixa intensidade tecnológica, média-baixa intensidade tecnológica, média-alta intensidade tecnológica e serviços pouco intensivos em conhecimento-mercado. São basicamente todos os sectores da indústria e um conjunto de serviços associados à distribuição de electricidade, gás, água e afins e ao comércio por grosso. Apesar da sua proximidade à origem, refira-se que o sexo masculino está representado no quadrante onde figuram os *segmentos B* (como acima referido) e *C*;
- um *segmento D*, que associa os técnicos e outras profissões de nível intermédio, os trabalhadores administrativos e similares e as forças armadas ao ensino secundário, a idades compreendidas entre os 25 e os 39 anos, a sectores de actividade designados como alta intensidade tecnológica, serviços intensivos em conhecimento-alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento-finanças. Estes sectores englobam as indústrias que, pela sua natureza, exigem mão-de-obra relativamente mais qualificada, como sejam a indústria farmacêutica, fabricação de equipamentos de telecomunicações (entre outros), os serviços também associados a telecomunicações, informática... e outro tipo de serviços ligados a actividades de intermediação financeira, seguros e outras actividades associadas;
- um *segmento E*, que associa habilitações de nível médio ao sexo feminino, basicamente concentrados nos serviços intensivos em conhecimento-mercado e nos outros serviços pouco intensivos em conhecimento. O primeiro sector engloba diversas actividades de transportes e outros serviços às empresas, incluindo actividades jurídicas, de contabilidade, auditoria, consultoria e afins. O segundo sector abrange essencialmente a administração pública, actividades associativas várias, etc.;
- finalmente, um *segmento F*, que associa níveis de habilitação superior a profissões intelectuais e científicas e outros serviços intensivos em conhecimento, o que designa basicamentse todas as actividades de ensino e cultura em sentido lato.

Em termos gerais há algumas conclusões relevantes que podemos tirar desta análise. Em primeiro lugar, a de que se verifica uma acentuada segmentação na população empregada, segmentação esta que é estratificada segundo o nível de habilitações académicas, a profissão e o sector.

Em segundo lugar, conclui-se que os estratos que se encontram na base desta pirâmide hierárquica são muito desqualificados e atingem sobretudo os trabalhadores mais idosos que são também os menos escolarizados, isto é, analfabetos, sem diploma escolar ou apenas com o 1.º ciclo. Nesta organização hierárquica, logo a seguir a este estrato, a análise destaca o grupo dos mais jovens com níveis muito baixos de escolarização, isto é, os que não têm a escolaridade obrigatória e os que apenas atingiram esse nível. Se há razões históricas bem conhecidas que explicam a configuração do segmento que engloba os mais idosos, como referimos anteriormente, a situação dos mais jovens é muito preocupante e só é explicável pelo abandono e insucesso escolares ao nível do ensino básico. Isto significa que o projecto de universalização do ensino básico ainda não está concretizado, questão que desenvolvemos num outro lugar.

O outro dado relevante é que estes jovens têm lugar no mercado de trabalho, em vários sectores de actividade, mais e menos intensivos em conhecimento e em tecnologia, tanto nos serviços como na indústria. Constituem provavelmente um segmento de mão-de-obra indiferenciada que serve bem sectores de actividade que, apesar da classificação, são em Portugal sectores também muito desqualificados.¹⁴

Uma outra conclusão ou interrogação que estes dados permitem formular é que os sectores mais intensivos em conhecimento, seja na área da alta tecnologia seja na área das finanças, surgem associados a profissões de nível intermédio e a graus de escolarização também médios, incluindo o secundário. E, de facto, a licenciatura e os níveis de ensino pós-graduado “afastam-se” destes sectores para se acumularem sobretudo nas actividades associadas ao ensino e à cultura. Ora a construção da sociedade do conhecimento pressupõe que estes grupos de licenciados e pós-graduados se difundam intensamente no tecido produtivo e na sociedade em geral, na medida em que têm um papel de intermediação fundamental entre a universidade e a indústria e constituem o veículo privilegiado de difusão do conhecimento científico e técnico que está na base da inovação. Justifica-se pois que aprofundemos esta análise para o grupo dos licenciados e pós-graduados. É o que faremos no ponto seguinte.

14 A este propósito, ver Oliveira (2004b).

Diplomados do ensino superior e sociedade do conhecimento

A repartição percentual dos diplomados do ensino superior por grau, em 2001, revela que 93,4% são graduados, 6,6% são pós-graduados e apenas 2% têm o doutoramento (quadro 6.5). Em termos de evolução, verifica-se que o número de graduados mais do que duplicou em ambas as categorias.

Quais serão então os sectores de actividade que mais absorvem estes licenciados e pós-graduados? E que áreas disciplinares? A que profissões acedem? Como se caracteriza o espaço profissional deste segmento da população empregada?

Articulando estes indicadores — profissão, sectores de actividade e área disciplinar de formação —, a análise de correspondências múltiplas permitiu identificar dois eixos estruturantes do espaço profissional em análise (figura 6.2).

O primeiro eixo (dimensão 1) separa os sectores de actividade ligados à saúde, ensino e actividades culturais,¹⁵ as profissões e áreas disciplinares congéneres, incluindo as ciências exactas e naturais, opondo-os a todos os outros sectores, profissões e áreas disciplinares de formação.

O segundo eixo (dimensão 2) opera uma outra distinção interessante colocando, de um lado, as áreas disciplinares associadas à cultura, às ciências sociais, ao direito e ao comércio e administração e, do outro lado, as ciências e tecnologias.

Ainda em relação ao primeiro eixo, importa referir que a associação dos sectores às profissões e às áreas disciplinares — com excepção dos sectores da saúde e do ensino (dimensão $1 < 0$) — é de leitura relativamente complexa (dimensão $1 > 0$), dada a proximidade relativa que muitos desses sectores apresentam. Isto deve-se essencialmente a duas razões. Por um lado, a maioria das profissões — com excepção dos profissionais da saúde e do ensino, que acima referimos — distribui-se por diferentes sectores de actividade, nalguns casos com pesos relativos muito semelhantes. Por outro lado, também não há uma correspondência linear entre áreas de formação e sectores de actividade.

Uma análise de *clusters*¹⁶ ajudou a clarificar as configurações dessas associações, evidenciando assim oito *clusters* ou segmentos, cujas características passamos a descrever.

O *cluster 1* (C1), que pode ser definido como o *cluster da saúde*, com um peso relativo de 11,5%, integra a quase totalidade das profissões da saúde,¹⁷

15 Os sectores classificados como outros serviços intensivos em conhecimento designam basicamente o ensino, saúde humana e actividades veterinárias e actividades ligadas aos média e à cultura em sentido restrito.

16 Para uma explicação pormenorizada dos aspectos técnicos relativos à articulação entre análise de correspondências múltiplas e análise de *clusters*, ver Carvalho (2004, capítulo 6).

17 Desde médicos e enfermeiros a quadros médios, como profissionais técnicos, parteiras, especialistas da medicina tradicional, etc.

Quadro 6.5 Distribuição dos diplomados do ensino superior na população residente em Portugal, por grau, 1991-2001

Grau	1991		2001	
	Nº	%	Nº	%
Bacharelato e licenciatura	255.863	93,6	629.297	93,4
Mestrado e doutoramento	17.372	6,4	44.797	6,6
Total	273.235	100,0	674.094	100,0

Fonte: INE, recenseamentos gerais da população, 1991 e 2001.

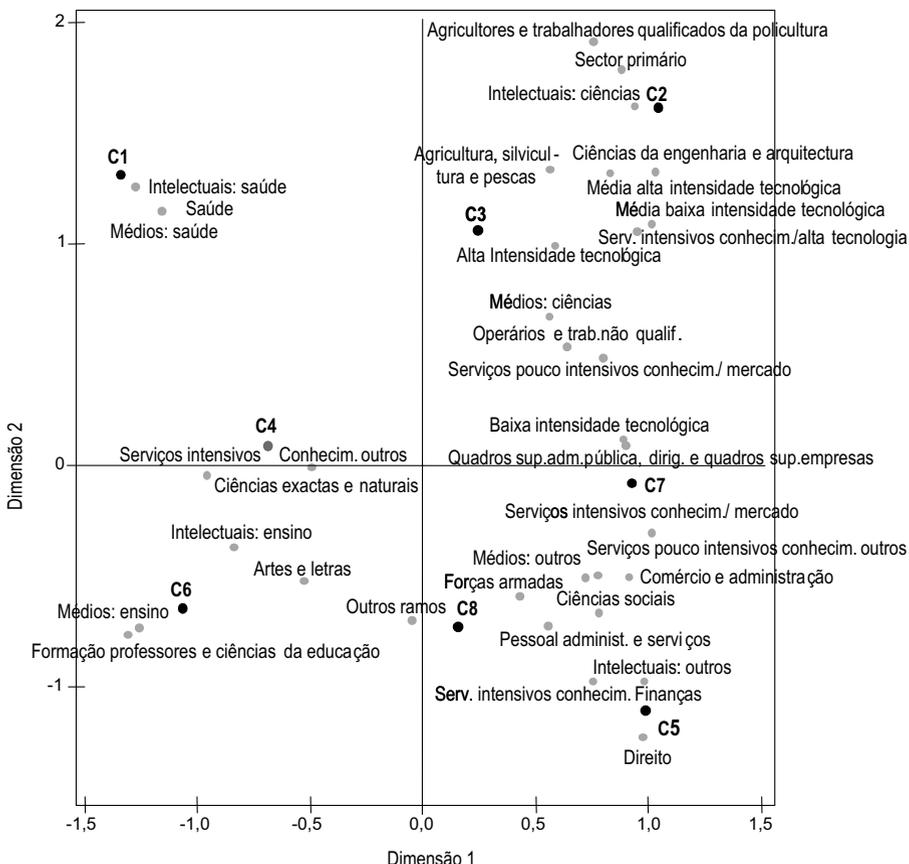


Figura 6.2 Espaço profissional dos licenciados e dos pós-graduados

das áreas disciplinares da saúde (98,7%), associando-se privilegiadamente ao sector dos outros serviços intensivos em conhecimento.¹⁸

Os *clusters* 4 e 6 (C4 e C6) são os do ensino. O que os diferencia é o facto de o *cluster* 4 (7,2%) integrar privilegiadamente as profissões aqui designadas como intelectuais do ensino — docentes do ensino básico, do 2.º e 3.º ciclos, secundário e superior —, enquanto que o *cluster* 6 (24,1%), para além destas, integra ainda quadros médios como, por exemplo, professores do ensino básico, educadores de infância, etc. Outra diferença interessante entre estes dois *clusters* do ensino é que o primeiro integra as áreas disciplinares ligadas à ciência e tecnologia, tendo como traço distintivo as ciências exactas e naturais — enquanto que o *cluster* 6 engloba as áreas mais ligadas às artes e letras, ciências da educação, formação de professores, etc. Um e outro estão fortemente associados ao sector outros serviços intensivos em conhecimento.¹⁹

O *cluster* 8 (C8, com 9,4%) pode ser designado como o *cluster* das forças armadas e dos técnicos médios da administração pública. São assim os profissionais da forças armadas e os técnicos *médios*: outros que melhor o caracterizam. Este *cluster* contém um conjunto variado de áreas disciplinares, apresentando neste domínio, como característica principal, a pluridisciplinaridade. Com efeito, outros ramos é a área que, por excelência o define, mas há outras áreas que, não sendo típicas, têm pesos relativos importantes, como sejam as ciências sociais e o comércio e administração. Os sectores que o marcam distintivamente são os outros serviços intensivos em conhecimento²⁰ e os outros serviços pouco intensivos em conhecimento.²¹

O *cluster* 5 (C5, com 17%) é o *cluster* da administração pública e dos serviços. Distingue-se, do ponto de vista das profissões, porque engloba o grosso dos outros-intelectuais²² e do pessoal administrativo e dos serviços. Relativamente às áreas disciplinares, são dominantes o direito e as ciências sociais, incluindo ainda o comércio e administração. Estão associados os sectores: serviços intensivos em conhecimento de finanças, outros serviços pouco intensivos em conhecimento e serviços intensivos em conhecimento de mercado.²³

18 Que inclui as actividades de saúde humana e veterinárias, como se referiu.

19 Onde se incluem todas as actividades de ensino.

20 Para além do ensino e da saúde, que já referimos, os outros sectores que se incluem neste grupo são as actividades culturais (cinema, rádio, televisão e outras actividades artísticas, assim como agências de notícias, bibliotecas, arquivos, museus, etc.).

21 Onde se inclui a administração pública, a defesa, justiça, segurança, protecção civil, etc. e actividades associadas a organizações económicas, patronais, sindicais e outras associações.

22 Onde se incluem os especialistas de profissões administrativas e comerciais, arquivistas e afins, técnicos da administração pública, etc.

23 Incluem-se neste grupo vários sectores de transportes, de aluguer, mas também actividades de auditoria e consultoria fiscal, arquitectura, engenharia, etc.

O *cluster* 7 (C7, com 13,6 %) é o dos quadros superiores da administração pública, dos dirigentes e quadros superiores de empresas, das áreas disciplinares do comércio e administração e em que se inserem ainda graduados em ciências sociais e outras áreas com menos peso. Os sectores mais relevantes neste grupo são a baixa intensidade tecnológica — que designa *grosso modo* as indústrias de baixo valor acrescentado —, os serviços pouco intensivos em conhecimento do mercado, que são basicamente as actividades comerciais.

Os *clusters* 2 e 3 (C2 e C3) são os das indústrias e serviços de maior valor acrescentado. O *cluster* 3 (3,2%) caracteriza-se por incluir boa parte dos intelectuais das ciências, mas também os quadros médios das ciências em diversas áreas disciplinares associadas às ciências e tecnologias, com particular destaque para a agricultura, silvicultura e pescas. Os sectores que marcam a distinção deste *cluster* são os que se incluem no grupo de alta intensidade tecnológica, embora o sector serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia também esteja bem representado neste *cluster*.

Finalmente, o *cluster* 2 (14,1 %) é, por excelência, o *cluster* das áreas disciplinares de engenharia e arquitectura, incluindo ainda, tal como o *cluster* anterior, boa parte da agricultura silvicultura e pescas. Caracteriza-se por integrar os profissionais intelectuais das ciências e os agricultores e trabalhadores qualificados da policultura. Estas profissões distribuem-se por vários sectores, como vimos anteriormente, mas destacam-se aqui como traços mais marcantes o sector primário, os sectores da média-alta intensidade tecnológica, mas também da média-baixa intensidade tecnológica e os serviços intensivos em conhecimento e alta tecnologia.

O quadro 6.6 sintetiza esta informação, apresentando os traços mais distintivos dos oito *clusters* que caracterizam a segmentação do emprego dos licenciados e pós-graduados, assim como o seu peso relativo e, ainda, o modo como o sexo e os diferentes graus de ensino considerados no espaço em análise se associam, ou não, a cada um destes *clusters*.²⁴

Em síntese, podemos afirmar que muitas das áreas disciplinares de formação são transversais a vários os sectores. Que o esforço de formação de profissionais qualificados tem tido um impacte significativo, sobretudo na constituição e reforço dos sectores públicos da saúde e ensino, cujos segmentos pesam 42,8% no total, mas também na administração pública. Sublinhe-se ainda que o segmento das indústrias²⁵ e serviços intensivos

24 Refira-se que também foi contemplada a idade para a caracterização dos *clusters*, no entanto não existem diferenciações relevantes, já que não existe associação entre a tipologia e a idade (V de Cramer \approx 0).

25 Os sectores de alta intensidade tecnológica referem-se a actividade de fabricação industrial, incluindo produtos farmacêuticos, componentes electrónicos, outro equipamento de telecomunicações, instrumentos e aparelhos de medida, material óptico, fotográfico e cinematográfico, aeronaves e veículos espaciais, etc.

Quadro 6.6 Síntese de caracterização do espaço profissional dos licenciados e pós-graduados

Segmentação no emprego	Traços dominantes dos segmentos	Outros traços
Segmento da saúde (<i>cluster 1</i> , com 11,5%)	<ul style="list-style-type: none"> – Profissões da saúde – Áreas disciplinares da saúde – Outros serviços intensivos em conhecimento 	Mulheres Bacharelato Licenciatura ⁽¹⁾
Segmento do ensino I (<i>cluster 4</i> , com 7,2 %)	<ul style="list-style-type: none"> – Docentes ensino básico (2.º e 3.º ciclos), secundário e superior – Ciências exactas e naturais – Outros serviços intensivos em conhecimento 	Mulheres Licenciatura Mestrado Doutoramento
Segmento do ensino II (<i>cluster 6</i> com 24,1%)	<ul style="list-style-type: none"> – Docentes ensino básico (1º ciclo), educadores de infância, etc. – Artes e letras, ciências da educação, formação de professores, etc. – Outros serviços intensivos em conhecimento 	Mulheres Bacharelato Licenciatura
Segmento das forças armadas e técnicos médios da administração pública (<i>cluster 8</i> , com 9,4%)	<ul style="list-style-type: none"> – Profissionais das Forças Armadas e outros técnicos-médios – Ciências sociais, comércio e administração, outros ramos – Outros serviços intensivos em conhecimento; outros serviços pouco intensivos em conhecimento 	Mulheres Licenciatura
Segmento da administração pública e dos serviços (<i>cluster 5</i> , com 17%)	<ul style="list-style-type: none"> – Outros intelectuais, pessoal administrativo e serviços – Direito, ciências sociais, comércio e administração – Serviços intensivos em conhecimento (finanças); outros serviços pouco intensivos em conhecimento; serviços intensivos em conhecimento (mercado) 	% Mulheres ligeira/ > % Homens Licenciatura
Segmento dos quadros superiores da administração pública, dos dirigentes e quadros superiores de empresas (<i>cluster 7</i> , com 13,6%)	<ul style="list-style-type: none"> – Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas – Comércio e administração, ciências sociais, etc. – Sectores de baixa intensidade tecnológica; serviços pouco intensivos em conhecimento (mercado) 	Homens ≈ Mulheres Bacharelato Licenciatura
Segmento das indústrias e serviços de maior valor acrescentado (<i>cluster 3</i> , com 3,2%)	<ul style="list-style-type: none"> – Profissionais intelectuais das ciências, quadros médios das ciências – Ciências e tecnologias – Alta intensidade tecnológica; serviços intensivos em conhecimento (alta tecnologia) 	Homens ≈ Mulheres Bacharelato Licenciatura
Segmento do sector primário, outras indústrias e serviços (<i>cluster 2</i> , com 14,1%)	<ul style="list-style-type: none"> – Profissionais intelectuais das ciências, agricultores e trabalhadores qualificados da policultura – Engenharias, arquitectura, agricultura, silvicultura, etc. – Sector primário; sector de média-alta intensidade tecnológica; sector de média-baixa intensidade tecnológica; serviços intensivos em conhecimento (alta tecnologia) 	Homens Bacharelato Licenciatura

⁽¹⁾ Não obstante a categoria licenciatura aparecer (por razões óbvias) como a de maior peso em todos os *clusters*, optámos por a colocar enquanto elemento caracterizador mas não diferenciador. Serão os outros níveis de habilitações — bacharelato, mestrado e doutoramento — que farão então a diferença.

em conhecimento-alta tecnologia²⁶ pesam, paradoxalmente, apenas 3,2%, e que o total da indústria²⁷ e dos serviços intensivos em conhecimento-alta tecnologia²⁸ somam 17,3% do peso total de todos os segmentos.

O que significa que a indústria e uma parte importante dos serviços de maior valor acrescentado absorvem apenas uma percentagem reduzida dos profissionais altamente qualificados, ficando claro que a construção da sociedade do conhecimento em Portugal requer a expansão e requalificação destes sectores através de uma maior abertura a esses profissionais.

Conclusão

A análise da população empregada em Portugal na óptica da construção da sociedade do conhecimento permite-nos concluir que estamos perante um *espaço profissional* estratificado segundo o critério da qualificação, seja ele traduzido nos níveis de habilitação, nas profissões ou mesmo nos sectores de actividade. Nesta estratificação, os segmentos mais próximos do topo da hierarquia são também os que mais se aproximam do perfil ideal-tipo da chamada sociedade do conhecimento que coexistem, contudo, com largos sectores económicos que absorvem mão-de-obra pouco escolarizada, mesmo sem a escolaridade obrigatória.

Considerando apenas o segmento da população empregada licenciada e pós-graduada — como indicador grosseiro dos chamados *knowledge workers* —, verifica-se que estes trabalhadores se distribuem por todos os sectores de actividade, mas esta distribuição é bastante desequilibrada em favor de sector público, sobretudo nos sectores do ensino e da saúde, que absorvem o grosso destes trabalhadores. Esta situação traduz o esforço feito nas últimas décadas de abrir e democratizar o ensino desde o pré-escolar ao superior, de assegurar o crescimento e modernização dos sistemas de saúde e segurança social, bem como os quadros para a administração pública central e local.

Significativa da situação portuguesa é ainda a pequena dimensão (3,2%) do segmento que inclui a indústria e os serviços de maior valor acrescentado, sabendo-se que este é, pelo menos teoricamente, o segmento mais propenso à produção de inovações nos produtos. A expansão deste segmento e, portanto, o esforço de construção da sociedade do conhecimento, passa por um *upgrading* competitivo e de inovação dos outros segmentos do sector

26 Os serviços intensivos em conhecimento (alta tecnologia), incluem as actividades de correios e serviços de telecomunicações, consultorias em informática e actividades conexas, manutenção e reparação de máquinas de escritório, material informático, etc. e ainda as actividades de investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais e das ciências sociais e humanas.

27 Os *clusters* 2 e 3 englobam toda a indústria.

28 Ver nota 27.

privado, o que requer uma maior abertura destes sectores a profissionais qualificados.

De realçar ainda que não se verifica qualquer tipo de correspondência entre áreas disciplinares de formação, sectores de actividade e mesmo profissões — com excepção de áreas muito específicas, como por exemplo, as da saúde —, a confirmar a tese da não linearidade entre formação e emprego.

Referências bibliográficas

- Aghion, Philippe, e Élie Cohen (2004), *Éducation et Croissance*, Paris, La Documentation Française.
- Becker, Gary S. (1964), *Human Capital. A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- Boyer, Robert (1981), “Les transformations du rapport salarial dans la crise: une interprétation de ses aspects sociaux et économiques”, *Critiques de l’Économie Politique*, 15/16.
- Carvalho, Helena (2004), *Análise Multivariada de Dados Qualitativos. Utilizações da HOMALS com o SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Desrosières, Alain, e Laurent Thévenot (2000), *Les Catégories Socio-professionnelles*, Paris, Éditions La Découverte.
- Göttelmann, Gabriele (1989), *Stratégies d’Innovations Technologiques et Politiques Educatives*, Paris, ONU.
- Krueger, Alan B., e Mikael Lindahl (2001), “Education for growth: why and for whom?”, *Journal of Economic Literature*, XXXIX.
- Lindley, Robert M. (1999), “Knowledge-based economies: the European employment debate in a new context”, *Relatórios Preparados para a Presidência Portuguesa da União Europeia*, Lisboa, Gabinete do Primeiro-Ministro.
- Madelino, Francisco (2003), “Produtividade, política de emprego, externalidades e questões de financiamento: o caso português”, *Sociedade e Trabalho*, 21.
- Mattelart, Armand (2003), *Histoire de la Société de l’Information*, Éditions La Découverte, Paris.
- Moniz, A. Brandão (org.) (2001), *Futuros do Emprego na Sociedade da Informação*, Lisboa, Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional.
- OCDE (2003), *Education at a Glance*, Paris, OCDE.
- OCDE, Science, Technology and Industry Scoreboard – 2001.
- OCDE, Science, Technology and Industry Scoreboard – 2003.
- Oliveira, Luísa (2004a), *A Mão Visível da Inovação, a Construção Social das Técnicas e dos Mercados*, Lisboa, ISCTE (tese de doutoramento).
- Oliveira, Luísa (2004b), “Causas do desemprego e da precariedade: à procura do modelo perdido?”, *Actas do V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção*, Universidade do Minho, Braga, 12 a 15 de Maio de 2004. Disponível em <http://www.aps.pt/vcongresso/ateliers-pdfs.htm>.

- Oliveira, Luísa, e Raul Lopes (org.) (1996), *Estudo Socioeconómico da Marinha Grande e Área Envolvente. Avaliação de Potencialidades*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Piore, Michael, e Charles Sabel (1984), *The Second Industrial Divide, Possibilities for Prosperity*, Nova Iorque, Basic Books.
- Ranson, Stewart (1994), *Towards the Learning Society*, Londres, Cassel.
- Rodrigues, Maria de Lurdes (2003), "Qualificação da população activa em Portugal 1991-2001", em AA.VV., *Novas Políticas para a Competitividade*, Oeiras, Celta Editora.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, e João Trocado da Mata (2003), "A utilização de computador e da internet pela população portuguesa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43.
- Schumpeter, Joseph A. (1996), *Ensaio. Empresários, Inovação, Ciclos de Negócio e Evolução do Capitalismo*, Oeiras, Celta Editora.
- Silva, Isabel Melo, José Alberto Leitão e Maria Márcia Trigo (2002), *Educação e Formação de Adultos, Factor de Desenvolvimento, Inovação e Competitividade*, Lisboa, Ad Litteram.
- Soete, Luc (2000), "Towards a 'European' learning society", Comunicação ao Seminário *Towards a Learning Society, Innovation and Competence Building with Social Cohesion for Europe*, Cascais.

Transformações e resistências: técnica, economia e sociedade

João Freire

Há cerca de nove anos atrás, publiquei uma análise das principais “mudanças modernizadoras” que, desde a adesão à CEE, atravessavam as empresas e organizações em Portugal, utilizando como fonte principal de informação a investigação sociológica até então realizada.¹

“Mudança” e “modernidade” eram conceitos que interrogavam todo o contínuo desse projecto editorial, mas que eu problematizava já nas minhas próprias pesquisas, nomeadamente a partir do estudo sobre o funcionamento das organizações empresariais e das funções do pessoal de enquadramento directo e intermediário, que me ocupou em particular no período coempreadido entre 1989 e 1992.²

Desta feita, e porque o exercício deve ser mais sintético (ao mesmo tempo que o campo de análise se alarga, como o título indicia e o leitor constatará já adiante), parece preferível assentarmos a nossa base informativa fundamental em trabalhos de investigação por nós realizados — a maior parte dos quais, de resto, no âmbito do CIES — e alçarmo-nos ao desafio de esboçar alguns ensaios interpretativos sobre a evolução da sociedade portuguesa nestes anos finais do século XX, arco de tempo por todos compreensível e justificável, mas que me absterei de delimitar com rigor, deixando tal esforço para uma outra oportunidade. Digamos apenas que, *grosso modo*, estamos tratando do período posterior à adesão do país às comunidades europeias, ou seja, a perto de vinte anos de prosperidade entrecortados por algumas recessões e que incluem com especial destaque os dois sucessivos ciclos de governação política liderados respectivamente pelo Partido Social-Democrata e Cavaco Silva, e pelo Partido Socialista e António Guterres.

1 Freire (1998).

2 Entre outra bibliografia, pode consultar-se: Freire e outros (1995) e Freire (1996).

Os processos de mudança vividos na sociedade portuguesa continuam a ser o objecto central da nossa atenção, porém agora com um quadro de referência mais amplo. Desde já podemos explicitar que, por um lado, se a empresa — enquanto unidade funcional fundamental da economia — continua a estar no centro das nossas preocupações, as categorias de análise utilizadas permitem agora não apenas considerar as organizações industriais (como havíamos feito no início da década de 1990) mas também as prestadoras de serviço, num modelo de *sistema de trabalho* que já conceptualizei sob a designação de “empresarial” e que tende a esbater as diferenciações de “sector” (primário, secundário e terciário), em benefício de um “modelo geral”, muito marcado pelas chamadas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e pelo paradigma da “gestão flexível”, referências dominadoras e ganhadoras no mundo da economia globalizada.³ Neste quadro, ressalva-se a principal diferenciação que julgamos pertinente fazer, para as microempresas “modernas” (distintas das “tradicionais”), por estas conjugarem a flexibilidade e o uso intenso das TIC com a muito pequena escala humana, afectiva, interactiva e responsabilizante.

Isto tem como consequência, entre outras, um certo esbatimento das diferentes culturas organizacionais forjadas em contextos institucionais tradicionalmente diferenciados. Pense-se nas culturas “burocrática” (frequentemente encontrável em organismos públicos e estatais), “de serviço” (em alguns outros serviços públicos ou em estruturas associativas) e mesmo nas culturas “pedagógicas” (nas escolas) e “científicas” (em organismos de investigação), e como elas estarão a ser actualmente fortemente atacadas pela cultura “de negócio” (empresarialidade, iniciativa, resultados), absolutamente dominante na esfera económica.

A noção difusa de “crise” que, desde há alguns anos, paira sobre os “serviços públicos” (saúde, educação, segurança e acção social, transportes, informação, etc.) e as suas (respectivas e diferenciadas) formas “privatizantes” ou “empresarializadoras” alternativas ao seu custeio pelo Orçamento do Estado, ilustra bem até onde se pode alargar a extensão do “modelo empresarial” e os tipos de morfologias mistas e moduladas da sua aplicação.

Um outro caso de “ampliação” das referências contextualizadoras destas análises reside numa diferente incidência do espaço e da distância (física) sobre estes processos, por efeito das alterações de percepção do “tempo” e da “duração” proporcionadas pelas novas TIC e os *mass media*, podendo dizer-se com alguma propriedade que hoje se vive “em directo e em tempo real” os acontecimentos do mundo. Para ser sintético, embora simplificador em excesso,

3 Ver também Freire (2001), em particular os caps. 1.5 e 1.7. Neste âmbito, desenvolvi também uma operacionalização dos “sistemas de produção”, virados para a produção material e, de forma ainda embrionária, um “sistema operativo PTU (processamento-trabalho-utente)”, destinado a aplicações analíticas em actividades de prestação de serviços.

diríamos que o “local” e o “isolado” já só existem na aparência, o que pode significar alguma perda de sentido daquilo que até agora se considerava como “singular” (específico ou típico de um lugar ou comunidade) e a tentação de pensar que para “tudo” (isto é: para *qualquer coisa*) olhamos como se fosse parte de um “processo geral”, com reproduções, adaptações e reacções, mas sem mais lugar para a genuinidade e a surpresa.

Neste quadro, o exercício metodológico da comparação (por exemplo, entre Portugal e a Europa, ou perante as “desigualdades regionais” do país) necessitaria de ser revisto. Em todo o caso, em termos práticos, apenas nos abalancaremos aqui a um ou outro cotejo pontual com dados internacionais.

Mudanças nas empresas

Este foi o tópico que inicialmente nos lançou numa linha de pesquisa que visava seguir alguns dos principais efeitos da inserção institucional de Portugal na Europa, a partir de 1986.

Nessa primeira investigação,⁴ procedemos à operacionalização de dois tipos de mudanças principais — *tecnológicas* e *organizacionais* —, ao mesmo tempo que concebíamos um novo conceito operatório de *sistema de produção* e criávamos dois índices sistemáticos relativos aos modos de organização e gestão das entidades empresariais: um dizendo respeito à *estrutura* e outro ao *funcionamento* organizacional.

A partir de uma boa amostra representativa das empresas industriais portuguesas com mais de 20 trabalhadores, pudemos apurar que, entre 1986 e 1990, inclusive, tinha havido um considerável investimento no aperfeiçoamento do seu equipamento produtivo: 83% das empresas tinham adquirido novas máquinas, sendo que em mais de metade dos casos (58% do total) se tratava de máquinas ou sistemas automatizados de produção; 62% tinham introduzido melhorias no controlo de qualidade dos produtos; e 57% tinham alterado o *lay-out* existente, com novas linhas de produção ou reorganizações do processo de trabalho. De notar também que 54% tinham estreado novas instalações e 41% feito melhorias na logística (armazenagem e movimentação interna dos materiais, que os franceses designam por *manutention*). De referir ainda que, complementarmente a estas mudanças nos processos de fabrico, 88% das empresas inquiridas tinham realizado a informatização dos seus serviços e processos, embora muitas vezes com alcance ainda um tanto elementar (estávamos na década de 1980!), por exemplo, confinada ao processamento de salários ou à gestão de *stocks*.

Por outro lado, 58% das mesmas empresas tinham realizado mudanças organizacionais, mas só em 29% dos casos se procurava uma maior

4 Ver Freire e outros (1991).

participação ou envolvimento dos trabalhadores na organização das tarefas⁵ ou do processo produtivo.

Finalmente, quanto à detecção de sinais de mudanças socioculturais nos comportamentos dos trabalhadores dentro das empresas, as mais notórias referiam-se a uma vontade de maior convívio entre colegas (cerca de 45%), uma mais baixa adesão ou interesse pelos sindicatos (41%) e uma insatisfação latente perante o trabalho manual repetitivo (expressa, aliás, de modo bastante irregular e diferenciado consoante a fonte da informação: 22% segundo o responsável máximo dos recursos humanos da empresa, mas 41% segundo os supervisores de primeira linha!).

As principais razões explicitadas para a introdução de mudanças nas empresas dividiam-se fundamentalmente entre as necessidades sentidas de aumentar a produção (para responder à procura), melhorar a qualidade dos produtos e baixar os custos de produção (para enfrentar a concorrência). Quanto às principais dificuldades encontradas, eram apontadas a falta de pessoal qualificado, os problemas técnicos surgidos com as mudanças, os derivados das reorganizações do processo de trabalho e a insuficiente formação dos trabalhadores. Pelo contrário, havia um geral reconhecimento da não existência de resistências atitudinais significativas dos trabalhadores à introdução de mudanças, quer técnicas, quer organizacionais.

Para os anos seguintes, as empresas previam continuar a investir em equipamentos e instalações, mas com maior ênfase nas questões da melhoria do controlo da qualidade, face às exigências dos novos mercados europeus. E é de referir que quase um terço das empresas inquiridas previa já então investimentos nas áreas da “investigação e desenvolvimento” (I&D).

Mas, no conjunto, a análise confirmou que estávamos perante um padrão dominante de especialização produtiva em grande série, assente em trabalho muito pouco qualificado (modelo taylorista-fordista), destinado à exportação (vestuário, calçado, etc.) e, por outro lado, observou traços marcantes de uma excessiva burocratização, formalização e rigidez nos processos organizacionais, bem como da presença de microculturas sociais acentuadamente separadas e hierarquizadas entre si.

Ilona Kovács tem sido uma das investigadoras que mais tem tratado este tema, com inúmeros trabalhos de pesquisa empírica realizados sobre casos da realidade portuguesa. Recentemente, revendo a evolução verificada nos anos anteriores, esta autora afirma que a situação portuguesa tem muitos aspectos contraditórios. Textualmente, escreve: “A lógica subjacente à modernização das empresas que investem em novas tecnologias e cuja competitividade tem tido por base os baixos salários, pode evoluir tanto em direcção

5 Do tipo *job enlargement*, *job enrichment*, etc.

ao modelo neotaylorista-fordista, como em direcção ao modelo *lean production*". E afirma: "Um dos pontos mais fracos dos processos de modernização das empresas é o fraco nível de envolvimento dos trabalhadores". Em contrapartida, esta autora afirma: "As empresas com tradições de produção orientada para o cliente e para a qualidade têm maior facilidade para a adopção de princípios na lógica de novos modelos de produção, não apenas da *lean production*, mas também do modelo antropocêntrico, com particular ênfase no desenvolvimento de relações de colaboração com os clientes e de parceria com os fornecedores, na valorização dos recursos humanos (...), na melhoria do sistema de informação-comunicação e na implementação de métodos de gestão participativos".⁶

Estas observações ilustram as preocupações essenciais da autora, de que um modelo aceitável de organização do trabalho deve ter o trabalhador e a sua qualidade de vida no trabalho como referência fundamental, e as suas conclusões de que a adopção de uma determinada tecnologia (especialmente as actuais, em virtude da sua flexibilidade) não obriga necessariamente à assunção de um único e inevitável modelo de envolvimento do trabalhador.

Também Moniz (2000) tem dedicado uma intensa actividade de pesquisa ao mesmo assunto. Exemplificando com um dos muitos casos analisados — o sector das pescas — o autor pode concluir afirmando:

Além das potencialidades tecnológicas disponíveis (construção naval, aquicultura, transformação, conservação, controlo de qualidade, instrumentação de bordo), serão sobretudo as potencialidades que derivam do conhecimento científico e das estratégias de gestão que poderão alterar as actuais condições. E isso significa uma mudança cultural profunda, que diz respeito não apenas à necessidade de promover a formação profissional, mas principalmente a aspectos de natureza ética (pesca responsável, consumo responsável, utilização de recursos escassos) e aspectos de natureza social e gestonária (negociação, condições de trabalho, qualidade de vida no trabalho, segurança do emprego, co-responsabilização).⁷

Mais uma vez, são aqui postas em destaque a interdependência de factores condicionantes dos níveis quantitativos e de qualidade dos *out-put* produtivos, e a importância das variáveis socioculturais.

Descontando certas flutuações nominalistas e conceptuais (uso de termos como modernização com sentidos diversos, etc.), as conclusões das pesquisas destes sociólogos convergem, no essencial, com as nossas próprias.

Foi com base nestes e noutros trabalhos de investigação que nos abalançámos a concluir, cerca de 1997-98, que teria havido para as nossas empresas,

6 Kovács (2002: 107).

7 Moniz (2000: 166).

uma década depois da adesão à CEE: “Mudanças, sim: modernização, pouca!”. Dizia-se aí, nomeadamente, que:

É de realçar a dimensão do investimento realizado para a melhoria dos equipamentos e processos tecnológicos de produção (e prestação de serviços), incluindo materiais, controlo, qualidade, promoção comercial, etc., com resultados visíveis sobretudo em termos de produtividade. Este processo, em grande medida beneficiário das ajudas dos financiamentos dos fundos comunitários europeus, permitiu a sobrevivência de muitas empresas face ao choque da abertura dos mercados. Contudo, os seus resultados foram muito condicionados por constrangimentos económicos estruturais — a própria concorrência, cada vez mais aberta, não só em termos europeus — bem como pelos efeitos contraditórios derivados das políticas económicas governamentais (cambial, de crédito, fiscal, etc.). A este esforço de actualização tecnológica e económica não correspondeu uma atenção nem resultados idênticos quanto às dimensões sociais e culturais dos processos de mudança. Não que tenha faltado discurso e promoção de ideias quanto à importância dos “recursos humanos”, mas possivelmente porque falharam muitas estratégias e os efeitos “contra-intuitivos” de tais processos não terão sido suficientemente acautelados. Pontos cruciais — como a articulação da concepção de políticas (por exemplo, de educação e de formação profissional) com a sua aplicação “no terreno”, ou a mediação entre os meios postos à disposição da sociedade (financeiros, infra-estruturais, processuais) e o uso que deles podem fazer os diversos actores e entidades microssociais — estarão entre as principais razões da “gripagem” dos sistemas.⁸

Ao longo dos anos 90, a questão da inovação, associada à competitividade, fez o seu caminho em Portugal, tanto no plano de algumas políticas governamentais⁹ e de práticas empresariais,¹⁰ como no plano teórico e da investigação científica.¹¹

Em 2001 — dez anos depois do primeiro — tivemos a oportunidade de realizar um novo inquérito extensivo, por amostragem, ao tecido empresarial português, agora alargado ao sector terciário da economia e ao campo das microempresas. Inclusivamente, houve 51 empresas industriais que haviam sido por nós inquiridas em 1991 e agora foram revisitadas com o intuito de uma análise longitudinal.

8 Freire (1998: 304-305).

9 Por exemplo, a chamada “sociedade da informação”, primeiro com a Missão para a Sociedade da Informação, que evoluiu posteriormente para Programa Operacional para a Sociedade da Informação.

10 Vários casos de “boas práticas”, sempre muito citados nos discursos oficiais e na imprensa, e muitos outros em sectores tão diversos como o bancário, as auto-estradas, a inspecção e reparação automóvel, o sector gráfico e editorial, as biotecnologias, os moldes e outras indústrias exportadoras, as tecnologias militares, etc.

11 Ver, entre outros: Godinho e Caraça (1999); Conceição e Ávila (2001); e Oliveira (2004).

Para este efeito e beneficiando dos avanços conceptuais entretanto verificados, pudemos operacionalizar um acervo mais elaborado de conceitos onde avultavam:

- a distinção entre mudanças tecnológicas e organizacionais (já tornadas clássicas), mas agora acrescentadas de uma terceira dimensão, de natureza essencialmente *social*: por exemplo, a referência expressa às pessoas (às suas necessidades, projectos e aspirações), às exigências de cidadania na vivência em sociedade, à articulação entre micro e macro-realidades (p. ex., entre os problemas do transporte urbano e a complexidade do mega-cluster do automóvel) ou entre a empresa e o meio ambiente natural onde esta se insere, etc.;
- a clara diferenciação conceptual entre a “simples” *mudança* (que apenas altera o existente, numa perspectiva essencialmente quantitativa: mais produção, mais consumo, etc.), os processos de *inovação* (que potenciam ulteriores auto- e hetero-desenvolvimentos, com implicações qualitativas dos processos actuados) e, finalmente, o conceito de *modernização*, que introduz — ou traduz, neste terreno dominado pela racionalidade do cálculo económico — valores e referências valorativas típicas da modernidade civilizacional (eventualmente, algumas delas classificáveis por alguns como “pós-modernas”), tais como a autonomia dos sujeitos ou a básica igualdade e dignidade de todos eles (podendo ilustrar-se isso com exemplos do tipo: “controlo dos efeitos ambientais”, “procura de equidade entre os sujeitos de ambos os sexos”, “acolhimento especial aos portadores de deficiências”, etc.);
- a especificação dos indicadores adoptados matricialmente, relativamente aos conceitos anteriores, para os necessários procedimentos analíticos, desta vez mais sintético-interpretativos e menos descritivos do que dez anos antes. Para dar uma ideia disto, podemos dizer que foram exploradas sobretudo as diferenças *intersectoriais*, considerando as seguintes categorias agregadas de análise: indústria e energia (incluindo as indústrias extractivas e o abastecimento de água, etc.); construção e obras públicas; comércio e restauração; e serviços (incluindo os de transporte, financeiros e todos os outros). Também se analisou separadamente o grupo das microempresas (1 a 10 trabalhadores), qualquer que fosse a sua actividade económica.

Os resultados desta pesquisa, tendo em atenção os obtidos dez anos antes, foram interessantes e podem sintetizar-se do seguinte modo:

- a indústria é o sector da economia onde os processos de mudança, de inovação e mesmo de modernização parecem ser mais visíveis e significativos. As dinâmicas de mudança mantêm-se, em geral, com alguma

- expressão nas empresas. Porém, isto nada nos diz sobre a sua competitividade, vistos os diferenciais externos existentes e as dinâmicas dos países concorrentes conosco, no mesmo período;
- as mudanças “meramente” tecnológicas continuam a sobrepor-se geralmente às de natureza organizacional e social, embora possivelmente de maneira menos evidente do que há dez anos atrás;
 - é muito revelador que, de acordo com os dados apurados, os processos sociais (incluindo inovações e modernizações) apareçam com maior expressão do que os processos organizacionais (de todo o tipo). Isto mostra a repercussão das transformações que vão ocorrendo na sociedade no interior das nossas empresas, ao mesmo tempo que ilustra a persistência das carências (frequentemente apontadas) na área de gestão (pessoas, processos, projectos, etc.);
 - é também curioso observar que as “modernizações” (nas suas diversas dimensões) sejam mais fáceis de ocorrer nas nossas empresas do que propriamente as inovações. O que mostra, de novo, a relativamente boa abertura das empresas à sociedade, mas igualmente a nossa maior dificuldade em “mudar criativamente”, que é algo diferente do tão apregoado “desembarço” nacional para resolver problemas;
 - as diferenças intersectoriais, entre indústria, comércio e serviços, embora nítidas, parecem estar a esbater-se, em vários aspectos;
 - são claras as diferenças de resultados observadas segundo a dimensão humana das empresas. É aqui de realçar a emergência das microempresas onde, a despeito da sua especificidade e evidentes limitações, já são perceptíveis todos os fenómenos ligados à mudança, à inovação e à modernização que se observam nas organizações maiores;
 - não obstante os aspectos positivos evidenciados, é ainda muito acentuado o peso numérico de empresas pouco dinâmicas, pouco produtivas e mal geridas, em especial nos sectores do comércio, restauração e de alguns serviços e em muitas das empresas de mais pequena dimensão.

Dissemos atrás da extensividade destes novos problemas gestores-sociais a outros tipos de organizações que não as especificamente empresariais. O caso mais relevante é certamente o da administração pública. Em relação a este (que não pôde ser por nós directamente investigado), alguma reflexão própria permite-nos pensar que certos princípios e parâmetros da sua “reforma” (tão reclamada e aparentemente sempre adiada) não se esgotam — longe disso — nem nas simples “privatizações” de actividades (antes realizadas por funcionários e numa “óptica de despesa inquestionável”, agora de modo “empresarializado”), nem com a multiplicação de formas e de aplicações da denominada “administração autónoma”, nem ainda nas várias modalidades praticadas de “parcerias público-privadas”.

Em intervenção sobre o tema,¹² sustentámos três ideias com algum grau de novidade analítica. Em primeiro lugar, que o chamado núcleo duro das *funções soberanas do estado* não deveria confundir-se com a “administração pública”, devendo antes assumir-se nos seus respectivos dispositivos estatutários (quase sempre de natureza institucional-profissional) e abranger as seguintes áreas fundamentais diferenciadas: os órgãos políticos electivos; a justiça; a diplomacia; as forças armadas (e militarizadas); as forças de segurança, policiais, prisionais e de protecção; os serviços de informação de segurança do estado; as finanças públicas; os serviços e instituições de preservação da memória histórica patrimonial da nação.

Em segundo lugar, julgámos também dever separar o conceito de administração pública do de “serviços de interesse público”. Com efeito, esta última noção parece dever ser reservada para a prestação de serviços que, por uma parte, interessem a generalidade (ou sectores importantes) da população sem sujeição directa aos custos de produção de tais serviços e, por outra banda, possam eventualmente ser assegurados tanto por instituições de direito público (e respectivos funcionários) como pela livre iniciativa dos cidadãos ou das instituições económicas e sociais. É uma alternativa — ou combinação das várias possibilidades — que deve ser dirimida com algum pragmatismo, por razões de eficiência e economia. Em todo o caso, tais serviços deverão ser mantidos sob a alçada da potência pública, sujeitos a controlos de efectividade e à observância de princípios de equidade, a definir pelo Governo — entidade visível a quem o cidadão-utente-consumidor pode pedir contas pelas insuficiências eventualmente reveladas por aqueles serviços. Incluir-se-iam neste âmbito actividades como a educação, a saúde, a protecção social, os transportes ou a comunicação social.

Finalmente, no que “sobra” do “sector público” — e a que reservaríamos a designação própria de administração pública, incluindo a administração central, desconcentrada, regional e local, — haveria que proceder a uma reconfiguração orgânico-administrativa que estabilizasse as instituições fundamentais (poupando-as aos efeitos das frequentes mudanças de orientação política) e que permitisse a coordenação interdepartamental (indispensável em tantos campos), com a paralela reestruturação dos perfis profissionais do funcionalismo público, assente numa segmentação deste tipo: funcionários de atendimento (ou de *front office*); funcionários de procedimentos administrativos; os decisores, directores, coordenadores e chefes; os especialistas de inspecção, controlo, auditoria, recurso e arbitragem; os agentes de fiscalização e execução de normas, tarefas e processos; e, finalmente, o grupo dos especialistas em perícias, estudos, exames, avaliações e actos profissionais diversos de natureza técnico-científica.

12 Vide Freire (no prelo a).

Este tipo de reconsideração do *espaço público* poderá ser proveitoso, numa época de tantas hesitações, confusões e “combates ideológicos de baixa intensidade” como aquela em que vivemos, após décadas de avanços do “colectivismo” e de uma ainda fresca contra-ofensiva “neoliberal”.

Voltemos agora ao mundo da actividade económica e social. Num estudo recente efectuado já com o suporte de TIC electrónicas¹³ a que responderam 933 entidades possuidoras de *web-mail* (e situadas em contexto urbano), sendo 4% de natureza pública, 6,5% do “terceiro sector” e 89% de empresas (70% sociedades por quotas, 16% sociedades anónimas e 3% individuais), verificou-se — como seria de esperar — uma presença assinalável de entidades públicas nos sectores da “educação, saúde e solidariedade” e nas “actividades e instituições de segurança, protecção e controlo”, com cerca de 25% do total de cada uma destas actividades. Por seu lado, as sociedades anónimas registam posições importantes nos sectores da “indústria, construção e energia” (23%), nas “actividades e instituições de segurança, protecção e controlo” (25%), nas “actividades tecnológicas, de investigação e de projecto” (26%) e, naturalmente, nas “actividades financeiras e seguradoras” (45%). Por fim, as sociedades por quotas que, como se sabe, são preponderantes em Portugal, registam uma quebra significativa da sua presença no que toca aos sectores do “turismo, cultura e lazer” e da “educação, saúde e solidariedade”, nos quais, pelo contrário, as organizações do *terceiro sector*¹⁴ marcam uma interessante presença (com 25% e 19%, respectivamente). Como se vê, uma diferente e intencional recategorização do conceito de *sector de actividade* permite evidenciar algumas características que a tradicional CAE pode ocultar.

Porém, mais importante para o que aqui nos ocupa é o grau de actualização dos processos de trabalho, manifestado pelo tipo de trabalhadores e o uso de certos equipamentos, por parte destas entidades. Três indicadores, então, são relevantes. No que toca à *percentagem de trabalhadores com formação superior presentes na organização*, destacam-se os sectores das “actividades financeiras e seguradoras” (71%), das “actividades tecnológicas, de investigação e projecto” (67%) e “educação, saúde e solidariedade” (63%), enquanto que os de qualificação mais pobre são os da “indústria, construção e energia” e dos “transportes, comércio e restauração” (na ordem dos 20%).

Vejamos agora a *percentagem de trabalhadores que usam correntemente computadores ou equipamentos automáticos computadorizados*. A análise desta variável mostra que o uso destes equipamentos é hoje já quase total nos sectores das “actividades financeiras e seguradoras” e “tecnológicas, de investigação e de

13 Realizado em 2003 sob a designação “Trabalho e cidade”, apresentado sumariamente por ocasião da “Última lição” do autor — ver Freire (2004) — e à espera de publicação numa das revistas de sociologia portuguesas (Freire, no prelo b).

14 Incluem-se aqui as cooperativas, fundações, misericórdias e outras associações sem fins lucrativos.

projecto”, e muito intensa na “educação, saúde e solidariedade” e em outros serviços. Curiosamente, o sector da “indústria, construção e energia” destaca-se em sentido inverso, sendo o único onde a média de trabalhadores com computador é inferior a metade, embora ligeiramente (48%).

Quanto ao terceiro indicador — a realização de compras ou aquisições pela internet —, o valor médio encontrado de 53% pode ser posto em contraste com a percentagem de 13% (do total da empresas portuguesas) observada em 2001 pelo Eurostat, que então colocava Portugal num patamar relativamente baixo em comparação com os restantes países da União Europeia,¹⁵ ou ainda com o valor de 18% apurado no mesmo ano pelo Observatório da Ciência e Tecnologia¹⁶ — salvaguardadas as respectivas diferenças de metodologia e ano de inquirição.

Apesar das limitações inerentes ao tipo de estudo, estes nossos resultados tendem a mostrar que um segmento com alguma dimensão no tecido empresarial português tem vindo a desenvolver-se e a actualizar-se, quer em termos de tecnologias empregues, quer de processos de trabalho e de acção comercial. Um problema crucial estará, porventura, na quantificação dessa “vanguarda”, relativamente ao universo empresarial e organizacional do país, bem como às percepções e estratégias das suas estruturas de representação institucional e de influência pública (associações, federações, etc.).

Mobilidade e comunicação intensas

O sector das *tecnologias de informação e comunicação* (TIC) é justamente considerado hoje como um “revelador” sensível de um tipo de crescimento económico “ganhador” na competição internacional. Segundo a última fonte internacional citada, Portugal situar-se-ia a níveis equivalentes aos dos restantes países europeus quanto à percentagem de empresas utilizando computadores (89% em 2001), a níveis médios europeus no que respeita ao acesso das empresas à internet, e estaria no grupo mais retardatário quanto a empresas com *site* próprio e praticando o comércio *on-line*.

O emprego em Portugal no “sector das TIC” ascendia em 1999 (segundo o OCT *cit.*) a cerca de 100 mil indivíduos, o que correspondia a pouco mais de 3% do emprego total, mas as suas remunerações eram praticamente o dobro da média nacional. Metade daquele valor encontrava-se no seu subsector do “comércio, reparação e serviços”. Em termos de comparações internacionais, a percentagem do sector no emprego total e a sua taxa média de crescimento anual eram bastante lisonjeiras para Portugal, bem acima da média da UE.

Quanto ao número de indivíduos que utilizam regularmente os computadores e a internet, um estudo de Rodrigues e Mata (2003), trabalhando os

15 Eurostat (2001).

16 OCT (2000-2001).

dados de inquéritos oficiais de 2000-2001-2002, indica-nos que, para este último ano, 47% dos portugueses¹⁷ eram utilizadores de computadores e 32% eram utilizadores da internet. Estes números são porém distribuídos de maneira muitíssimo desigual dentro do universo de referência. Por exemplo, se se tiver em conta apenas a população estudantil, a taxa de utilizadores dos computadores “explode” para os 96% e a de utilizadores da internet para 87%, enquanto que para a população dos reformados/aposentados tais valores são apenas de 15% e 6%, respectivamente. Segundo a análise dos autores, a utilização destas TIC está sobretudo correlacionada com o nível de instrução e com a idade dos indivíduos.

Para compreender melhor as condições e obstáculos ao uso destes instrumentos técnicos, os autores classificaram a população em três grupos de utilizadores: os “naturais” (estudantes e pessoas de mais alta escolaridade); os “críticos” (indivíduos sem instrução ou reformados e sem actividade, praticamente “info-excluídos”); e os “potenciais” (indivíduos activos — cerca de metade do seu total —, de todas as idades, com níveis de escolaridade e outras condições de base para estas práticas) que, todavia, só nelas ainda estão moderadamente envolvidos (35% usam o computador, 14% a internet), constituindo assim o grupo mais interessante de observar e do qual se espera uma evolução posterior positiva, mais ou menos rápida. É sobretudo para este último segmento que a questão dos custos (aquisição do computador pessoal e ligação à internet) verdadeiramente se põe. Em todo o caso, as razões associadas à profissão ou ao exercício de uma actividade são as que mais frequentemente são apontadas como justificadoras do uso destas TIC pelas pessoas. Daí também que o contexto espacial desse uso seja principalmente o local de trabalho.

Vale também a pena referir que o obstáculo a esta prática informática que possa constituir a dificuldade de *não saber* (ou de não saber suficientemente) como manejar os equipamentos e os procedimentos adequados (linguagens, *softwares*, domínio das interações homem-máquina, etc.) parece ser relativamente menor nos dados apurados (entre os 2% e os 7% dos que não compraram ainda computador próprio, conforme o segmento de utilizadores de que se trata). Porém, este dado pode estar *ocultado* por outras razões mais prementes, tais como ser “demasiado caro” (17% a 28% dos casos), “não ter utilidade” (6% a 37%), “não ser um bem de primeira necessidade” (4% a 10%) ou ainda “não ter filhos em idade escolar” (1% a 6%, sempre conforme os três tipos de utilizadores: críticos, potenciais e naturais). De facto, para os utilizadores potenciais, o modo de aprendizagem destes novos códigos, linguagens e conhecimentos operativos revela a insipiência dos processos “formais” de aprendizagem: perto de metade aprendeu “com amigos”, um quarto em

17 O universo de referência, segundo critérios internacionais estabilizados, incluiu os indivíduos residentes com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

regime de autodidactismo (“pela prática”) e só um outro quarto em processos de aprendizagem “formal” (escolas, cursos, etc.). Não é, pois, de excluir que as dificuldades das auto-aprendizagens ou das feitas em contextos informais (com amigos, colegas, dispersamente) possa constituir um óbice importante a uma efectiva apropriação — primeiro intelectual, permitindo compreender o que se pode alcançar com a informática; em seguida, operacional, dominando programas e “explorando” as máquinas — destas novas TIC por parte de um maior número de sujeitos.

Vejamos ainda, sumariamente, um outro ponto. Como todos sabemos, a penetração do uso das *telecomunicações móveis* em Portugal tem sido muitíssimo rápida e maciça, tanto na esfera empresarial, de negócios e profissional como na esfera privada, abrangendo tipos e grupos sociais dos mais diversos. O telemóvel é hoje um artefacto comum, de uso quotidiano intenso, tendo criado um mercado já superior a 9 milhões de unidades utilizadoras/consumidoras.¹⁸

A importância económica desta “economia imaterial” é visível e o seu crescimento muito rápido. Por exemplo, segundo dados oficiais da entidade pública reguladora,¹⁹ as receitas registadas em Portugal no *sector das telecomunicações* aumentaram a uma taxa média da ordem dos 15% ao ano entre 1999 e 2003, atingindo a cifra de cerca de 7 mil e cem milhões de euros nesse último ano. O peso deste sector no PIB português atingiu 5,4% em 2003. O investimento verificado nesse ano aproximou-se dos 790 milhões de euros, correspondente a uma percentagem de 2,7% na formação bruta do capital fixo das contas nacionais. Em contrapartida, o emprego no sector tem-se reduzido nos últimos anos, provavelmente mercê dos progressos técnicos realizados em subsectores mais tradicionais, como o dos telefones fixos (automatização de centrais telefónicas, etc.), além de outros. Assim, dos 19.648 postos de trabalho existentes em 1999 passou-se para 15.433 em 2003, o que constitui uma quebra anual média de 5% ao ano. Eis uma das características destes novos sectores económicos “tecnologicamente intensivos”: a de crescerem sem criar emprego, podendo mesmo reduzi-lo. Daí que, à sua importância económica e sociocultural, não corresponda idêntica relevância quantitativa em termos de trabalho humano. Com efeito, o peso deste sector das telecomunicações no emprego nacional cifrava-se apenas em 0,3% do total, no referido ano de 2003.

Sabe-se também que, neste domínio, o ritmo das criações e inovações técnicas é muito impressionante. Ora, porventura, uma das razões deste sucesso das

18 Em www.anacom.pt Estatísticas — Serviço Telefónico Móvel — 2004, 3.º trimestre, indica-se o número de 9.636 milhares de assinantes! A mesma fonte, na parte relativa ao serviço de transmissão de dados — serviços de acesso à internet — 2004, 3.º trimestre, indicava, por seu turno, a existência de 26 empresas activas de ISP (*internet service providers*) e de 5.527.670 clientes dos acessos *dial-up*, que todavia não podem ser tomados como pessoas utilizadoras da internet, dado que por vezes as mesmas pessoas são clientes de várias ISP.

19 Em www.anacom.pt Estatísticas – Anuário Estatístico 2003.

telecomunicações celulares consistirá no carácter mais “amigável” do telemóvel e da sua linguagem natural primária — a voz humana (e já também a imagem animada em tempo real) — em relação à linguagem escrita do computador. E também talvez devido à natureza da manobra psicomotora da digitação do telemóvel, em relação à gramática presente no diálogo de comando do *software* computacional. Estas dificuldades de ordem técnica, mental e cultural constituem por vezes barreiras de difícil transposição para certas categorias de pessoas, não só porque menos escolarizadas ou mais idosas, mas também porque aculturadas numa *praxis* diferente daquela das novas TIC, aculturadas em particular na *cultura literária*, que embebeu boa parte das camadas mais qualificadas de gerações anteriores. Pelo contrário, os jovens socializados nos actuais contextos tecnológicos parecem exibir uma especial facilidade e apetência pela *cultura comunicacional* de natureza táctil-áudio-visual associada a tais dispositivos.

Finalmente, é oportuno recordar aqui a importância do *automóvel privado*, principalmente em função do seu uso na vida quotidiana e pela importância deste *cluster* para a economia (a nossa e a mundial). A este propósito, podem citar-se alguns dados apresentados por um estudo oficial,²⁰ com base na evolução nos movimentos pendulares dos habitantes da área metropolitana de Lisboa registados entre 1991 e 2001. Assim, apesar do aumento da oferta e da melhoria da qualidade dos serviços de transporte colectivo, a percentagem dos que utilizam o seu automóvel particular para as suas deslocações quotidianas casa-trabalho (ou casa-escola) e volta, passou de 24% para 44%, dez anos depois, atingindo nessa altura a cifra de 1 milhão e 381 mil pessoas. Note-se que, para além da eventual procura de conforto e autonomia na deslocação, este tipo de decisão revela-se geralmente racional no que toca à menor duração da deslocação, sendo porém duvidoso que o seja também em termos de custos — não havendo dados credíveis para o confirmar. De um outro estudo oficial²¹ apenas podemos saber que os transportes representavam 15% da despesa média anual dos agregados familiares, sendo que, dessa rubrica, 8,5% correspondiam à utilização de transportes colectivos, 49% à utilização do(s) veículo(s) particular(es) e 40% ao pagamento devido à sua própria aquisição. A aparente desigual (e decrescente) intensidade de utilização da viatura privada ao longo do mês parece indicar que estamos perante comportamentos que merecerão ser estudados mais aprofundadamente.

Por outro lado, como factor de produção e de emprego, o automóvel é — mesmo em Portugal, que não é um país “fabricante” — um sector de considerável importância económica e social. De acordo com fontes administrativas públicas,²² o parque de veículos de passageiros ligeiros e mistos terá crescido

20 INE (2003).

21 INE (2000).

22 Em www.DGTT.pt Divulgação Técnica — Estatísticas — Evolução do Sector dos Transportes Terrestres — Documento Síntese (1993-2002).

a uma taxa média anual de 6,4% ao ano entre 1993 e 2002, atingindo então o número de 3,8 milhões de unidades, o que correspondia a uma taxa de motorização da ordem dos 374 veículos por mil habitantes (224 em 1993), ou de 0,7 veículos por “fogo habitacional” (i.e., aproximativamente, por família) em 2001, contra 0,4 uma década antes.

No que toca ao emprego, segundo os dados censitários de 2001,²³ mais de 120 mil trabalhadores por conta de outrem estariam empregados no “sector automóvel”, sendo 23.507 nas actividades industriais da “fabricação” (veículos, reboques e componentes) e 97.362 nas actividades do “comércio e reparação” (incluindo “peças e acessórios”).

Em todo o caso, no que diz respeito às nossas preocupações, é legítimo pensar que as actividades de trabalho e, secundariamente, as exigências hoje presentes nas esferas do consumo, do lazer e do relacionamento social, em contexto urbano (e, *a fortiori*, metropolitano), se estruturam poderosamente ao longo das dimensões do espaço e do tempo (principalmente quotidiano e semanal) *tendo em conta* as possibilidades permitidas por estes dois artefactos: o automóvel e as novas TIC.

Os dois “pontos de ancoragem” serão ainda, certamente, o trabalho (qualificações próprias, remuneração, localização, etc.) e a família/residência (composição, encargos; tipo, custo, localização). Mas as múltiplas combinações possíveis — de onde decorre uma determinada inserção dos sujeitos na estrutura social (real e simbólica, momentânea e em trânsito) — incluirão muitas vezes (e cada vez mais) a consideração da utilidade/custo daqueles dois produtos, que são, é certo, bens de equipamento mas também, ao mesmo tempo, bens de “consumo durável”, sujeitos a um desgaste e desactualização relativamente rápidos.

Ora, sabendo que ambos estes sectores produtivos se apoiam simultaneamente na procura dos consumidores privados, da administração pública e das empresas, vale a pena tentar uma derradeira e limitada incursão pelo terreno das percepções económico-laborais dos portugueses, referente a um lapso de tempo plurianual, incluído no período de referência.

Percepções e disposições atitudinais

Aproveitando a entrada de Portugal nos inquéritos anuais do ISSP,²⁴ a equipa que tem vindo a estudar as “Atitudes sociais dos portugueses”²⁵ resolveu incluir desde 1997 um módulo próprio intitulado “Percepções

23 INE (2002: Quadro 6.32).

24 International Social Survey Programme. Ver a apresentação do projecto em Cabral, Vala e Freire (2000).

25 Dirigida por Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala e alojada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Ver os volumes publicados no Catálogo da Imprensa de Ciências Sociais, colecção “Atitudes sociais dos portugueses”, relativos a 1997 e anos posteriores.

Quadro 7.1 Avaliação da situação económica familiar actual, 1997-2000

(percentagem em coluna)

Previsão	1997	1998	1999	2000
Conseguem fazer poupanças	36	42	40	23
Gastam tudo	32	27	29	51
Têm de prescindir de bens	25	25	25	22
Têm de se endividar	7	6	6	4

Fonte: ISSP, 1997-2000.

Quadro 7.2 Previsão da situação profissional (dentro de 2 a 3 anos), 1997-2000

(percentagem em coluna)

Previsão	1997	1998	1999	2000
Bastante melhor que a actual	7	6	7	2
Melhor que a actual	32	40	35	33
Igual à actual	49	44	49	56
Pior que a actual	12	10	9	9

Fonte: ISSP, 1997-2000.

Quadro 7.3 Previsão da remuneração (dentro de 2 a 3 anos), 1997-2000

(percentagem em coluna)

Previsão	1997	1998	1999	2000
Bastante melhor que a actual	7	6	9	2
Melhor que a actual	48	56	48	34
Igual à actual	37	32	37	50
Pior que a actual	8	6	6	14

Fonte: ISSP, 1997-2000.

económicas e laborais”, do qual se podem agora apresentar alguns dados originais.²⁶

Tratava-se, sempre, de colocar à consideração dos inquiridos questões de opinião, avaliação e previsão, relativas à vida económica do seu agregado

26 O texto de João Freire “A evolução de alguns indicadores laborais em Portugal no período 1997-2000” deveria constituir um capítulo do livro projectado para publicar os resultados do referido módulo. Como esse projecto editorial foi anulado, utilizam-se aqui alguns dados do texto indicado e dos inquéritos de 1997 a 2000, ainda inéditos, com a devida autorização dos responsáveis do ICS-UL. As condições metodológicas destas inquirições encontram-se referidas nas publicações citadas, em especial em Cabral e outros (1998).

familiar. Incluímos aqui os resultados obtidos quanto à avaliação da situação económica familiar (quadro 7.1); previsões a curto/médio prazo para a situação profissional do respondente (quadro 7.2), a sua remuneração (quadro 7.3) e a situação económica familiar (quadro 7.4); os projectos familiares de consumo/investimento (quadro 7.5); e as expectativas quanto à vida futura dos filhos (quadro 7.6). As percentagens das distribuições foram arredondadas. Os comentários que se seguem aos quadros têm por base um exercício de análise bivariada.

A leitura mais imediata decorrente destes dados é a quebra do nível de poupança registado no ano 2000, a qual se conjuga com vários outros destes indicadores que mostram uma inflexão sensível das expectativas de consumo neste final de período. Uma análise mais detalhada mostra que os comportamentos de poupança tenderão a ser mais acentuados entre os mais jovens, os mais escolarizados, as profissões científicas e técnicas, os empregados no sector público e os residente no Norte do país.

Este indicador é suposto actuar com boa sensibilidade à percepção da conjuntura, já que o prazo evocado é de molde a possibilitar uma previsão racional das perspectivas pessoais do respondente, com factores em boa parte equacionáveis (para não dizer controláveis) pelo próprio. Ora, os resultados aqui apurados são relativamente estáveis, com um ligeiro apogeu em 1998 e uma certa quebra em 2000. O facto de cerca de um terço dos inquiridos afirmarem ter expectativas consistentes de melhoria da sua vida profissional a curto/médio prazo denota uma razoável confiança, quer nas suas próprias capacidades profissionais, quer na situação económica das empresas e sectores de actividade onde estão inseridos. Por outro lado, cerca de metade da amostra perspectiva o seu futuro profissional em termos de estabilidade (semelhante ao actual) o que, sendo um limiar modesto (dadas as insatisfatórias condições de muitos), corresponderá contudo a uma certa legitimação do sistema económico-social vigente.

Como seria de esperar, as expectativas mais favoráveis correlacionam-se com a menor idade, e as de estabilidade (igual ao presente) com a maior idade. Também as qualificações académicas e profissionais aparecem geralmente associadas às previsões de progresso em relação à situação actual. Pelo contrário, previsões pessimistas registam-se em especial entre os trabalhadores por conta própria.

A confrontação destes resultados com os do quadro anterior é muito interessante, pois quase se invertem as percentagens nos dois escalões centrais, evidenciando as fortes expectativas existentes quanto a uma melhoria contínua dos rendimentos dos sujeitos. Ou seja, parece haver uma perspectiva optimista de crescimento da economia que, por arrastamento, eleve o poder de compra dos sujeitos. No entanto, é já notória uma avaliação bastante mais pessimista no último ano do período.

Tal como na questão anterior, verifica-se uma forte correlação das expectativas mais favoráveis com a menor idade e das mais moderadas

Quadro 7.4 Previsão da situação económica familiar (dentro de 2/3 anos), 1997-2000

Previsão	(percentagem em coluna)			
	1997	1998	1999	2000
Conseguirão fazer poupanças	40	46	44	27
Gastarão tudo	32	27	28	43
Terão de prescindir de bens	22	22	23	25
Terão de se endividar	6	5	5	5

Fonte: ISSP, 1997-2000.

Quadro 7.5 Projectos de consumo/investimento a curto/médio prazo (2 a 3 anos), 1997-2000

Projectos	(% de respostas afirmativas)			
	1997	1998	1999	2000
Férias em Portugal	47	47	49	14
Férias no estrangeiro	18	17	17	3
Electrodomésticos, mobiliário	39	40	38	20
Primeiro automóvel (1)	11	11	8	1
Mudar automóvel	23	21	17	5
Segundo automóvel (2)	9	7	6	2
Primeira casa (1)	15	17	15	1
Mudar casa	14	15	13	2
Casa secundária (2)	7	7	4	1

(1) Percentagem dos que ainda não têm (automóvel ou casa).

(2) Percentagem dos que já têm (automóvel ou casa).

Fonte: ISSP, 1997-2000.

(remuneração igual à presente) com a maior idade. Expectativas moderadas de remuneração futura existem também tendencialmente mais fortes (do que as médias acima indicadas) entre os sujeitos do sexo feminino, os possuidores de mais baixas escolaridades, os trabalhadores manuais industriais e agrícolas e os empregados por conta própria.

Notam-se aqui bem as variações das possibilidades de poupança marcadas pela avaliação de curto/médio prazo da conjuntura, contrastando com a estabilidade do endividamento e na necessidade de adiamento da obtenção de certos bens. De toda a maneira, o pessimismo quanto ao aforro é visível no ano 2000.

Numa análise mais fina, pode perceber-se a tendência para uma avaliação mais favorável das capacidades de poupança por parte dos homens e dos possuidores de níveis de qualificação escolar e profissional mais elevados. Também esta tendência aumenta na razão inversa da idade dos respondentes.

Estes dados relativos aos projectos de consumo-investimento são porventura dos mais fiéis tradutores da avaliação das possibilidades económicas das famílias, permitidas pela conjuntura. Nos indicadores aqui seleccionados evidenciam-se as despesas de usufruto imediato (as férias), as despesas e

investimentos ligadas ao conforto e funcionalidade da habitação (onde se incluem os electrodomésticos e, por conseguinte, a aquisição de computadores, telemóveis, etc.), à mobilidade física dos sujeitos, mais ou menos indispensável e quotidiana (várias situações de aquisição do automóvel) e, por último, ao investimento, mais pesado e de longo prazo, na habitação (também ele desdobrado em várias classes de necessidade).

Os números obtidos apresentam significados diversos, em função dos rendimentos das famílias e dos seus graus de necessidade, inclusive entre os diversos tipos de bens, mas todos apontam para uma inequívoca percepção de uma expectativa francamente negativa quanto ao contexto económico conjuntural, já detectável em 1999 e que se torna “brutal” em 2000.

Perante este conjunto de resultados, podemos alinhar duas ou três considerações gerais, a primeira e principal das quais se refere à tendência predominante das atitudes sociais que estarão na base das respostas registadas nestes inquéritos. Neste aspecto, pode fazer-se uma leitura que identifica uma fase de considerável positividade e “optimismo” nas avaliações e expectativas dos inquiridos, que atingirá o seu ponto culminante no ano de 1998, seguida de um decréscimo que, claramente, no ano de 2000 atinge foros de uma quebra de confiança e de uma quebra de expectativas.

Dito isto, deve também dizer-se então que, nestas avaliações e previsões feitas por pessoas comuns em matéria socioeconómica, haverá um efeito considerável não apenas da conjuntura económica mas, provavelmente ainda mais, das representações sociais e das imagens dessa conjuntura em termos de opinião pública. Por outras palavras: as opiniões expressas pelos indivíduos em resposta a questões concretas serão muito permeáveis às dinâmicas mediática e intercomunicativa que se geram no âmbito dos fenómenos de opinião colectiva.

Nestes termos, desprezando porventura outros factores, entre os quais os de natureza técnico-metodológica,²⁷ podemos talvez fazer aqui uma rápida evocação do cenário informativo e opinativo do espaço público, nos referidos anos do final do século passado.

O período que decorre em Portugal entre os anos de 1997 e 2000 corresponde a uma época de aparente prosperidade económica geral, interna e externa, e à fase porventura mais favorável dos governos do Partido Socialista chefiados pelo Eng.^o António Guterres. Tendo começado a governar praticamente com o ano de 1996 e após a vivência de uma sensação de “penosidade” do final do segundo governo do Prof. Cavaco Silva (que enfrentara em 1992

27 Deve referir-se o efeito perturbador que, para estas análises longitudinais, sempre têm as alterações metodológicas introduzidas, seja no instrumento de inquérito, seja nas condições de cálculo ou selecção da amostra. A validade dos resultados resulta geralmente enfraquecida, como tivemos oportunidade de verificar também neste pequeno estudo. Sobre estes e outros pontos, ver também Freire (1999).

Quadro 7.6 Expectativas relativamente à vida futura dos filhos, 1997-2000

Expectativas	(percentagem em coluna)			
	1997	1998	1999	2000
Bastante melhor do que a sua	19	19	19	11
Um pouco melhor do que a sua	47	52	54	54
Mais ou menos equivalente	18	16	19	23
Pior do que a sua	16	13	8	12

Fonte: ISSP, 1997-2000.

uma recessão económica acentuada), os anos de 1996-97 compreendem a consolidação das medidas governativas socialmente mais vistosas deste início de consulado, tais como a criação do rendimento mínimo garantido, o cancelamento da barragem de Foz Côa, a celebração do acordo de concertação estratégica, a suspensão das propinas universitárias, a integração na função pública de uns largos milhares de trabalhadores “a recibo verde”, etc. Seguem-se medidas como a dos reajustamentos nas carreiras da função pública (cujo mentor fora Cavaco Silva, em 1989), o salto-em-frente na política científica e, no plano da imagem pública, o “ano-de-ouro” nacional de 1998 com a realização da “Expo” e o prémio Nobel de Saramago. O ano seguinte, 1999, é já um “ano dramático” com os acontecimentos de Timor e também com um “final frustração”, com o incrível resultado das eleições legislativas, empatadas a 115-115 deputados e impedindo a esperada maioria absoluta para o segundo governo Guterres. Assim se entrou no “ano-quebra” de 2000, vivido já num clima político de acentuada baixa de popularidade governativa e de auto-estima nacional, com uma presidência portuguesa da União Europeia que muito mobilizou a atenção do primeiro-ministro e de outros governantes mas que a opinião pública não compreendeu ou não apreciou.

Nestas condições, os dados captados nestes inquéritos só podiam ter sido lidos como sinais anunciadores de que as expectativas socioeconómicas estavam, de facto, baixando e se previa a chegada de um período de crise, como veio patentemente a verificar-se, nestes primeiros anos do novo século.

Para terminar, apresentamos ainda os dados dos inquéritos quanto à antevisão da vida futura dos filhos dos inquiridos, relativamente à deles próprios.

Nesta última questão, de tipo mais atitudinal, são visíveis as fortes expectativas de progresso e melhoria da vida material para a geração seguinte à dos respondentes, já que cerca de metade espera uma evolução geracional positiva e ascendente, perto de um quinto tem uma expectativa forte nesse progresso (apesar da quebra registada em 2000), um pouco menos inclina-se para uma noção de estabilidade e apenas um resto minoritário (um em cada oito ou nove) revela uma atitude “pessimista”.

Analisando mais em pormenor aqueles que julgam que a vida dos filhos será um pouco melhor do que a sua, verifica-se curiosamente que variáveis

pessoais como o sexo, a idade ou o nível de qualificação escolar ou profissional são relativamente indiferentes a esta previsão. O mesmo acontecendo, de resto, em grande medida, a variáveis contextuais como a região de residência, o tipo de *habitat* (urbano-rural) ou o sector de emprego. O que pode levar a colocar como hipóteses dois tipos de explicação: ou, apesar da sua formulação objectivista, a pergunta não conseguiu fazer superar a projecção do *desejo* dos pais quanto ao melhor futuro dos seus filhos e, portanto, serão as atitudes individuais dos respondentes (uns mais optimistas, outros mais pessimistas) que unicamente estruturam este padrão de respostas; ou então a avaliação dos sujeitos sobre o futuro dos seus filhos foi mesmo feita em bases objectivas (como se pedia) e os resultados apurados traduzirão uma adesão maioritariamente legitimadora ao sistema socioeconómico vigente.

Em síntese: as mudanças têm sido patentes, em Portugal, na última década e meia, ajudadas por atitudes de maioritária adesão das populações envolvidas, sendo as resistências de natureza mais sistémica do que estratégica. Mas, nesta forte interacção entre economia e sociedade, a técnica tem estado porventura mais do lado desta última do que da primeira.

Referências bibliográficas e fontes

- Cabral, Manuel Villaverde, Eduardo de Freitas e Maria de Lurdes Rodrigues (1993), "Atitudes da população portuguesa perante o desenvolvimento", em AA.VV., *Sociedade, Valores Culturais e Desenvolvimento*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Cabral, Manuel Villaverde, Jorge Vala, e João Freire (orgs.) (2000), *Trabalho e Cidadania*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Cabral, Manuel Villaverde, Jorge Vala, João Freire e Alice Ramos (1998), *Atitudes Sociais dos Portugueses. Orientações Perante o Trabalho. Base de Dados, 1997*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Conceição, Pedro, e Patrícia Ávila (2001), *A Inovação em Portugal. II Inquérito Comunitário às Actividades de Investigação*, Oeiras, Celta Editora.
- Eurostat (2001), *E-commerce Survey*, Luxemburgo, Eurostat.
- Freire, João (1996), "Identité et changement chez les agents de maîtrise au Portugal", em *L'Avenir des Catégories Intermédiaires d'Encadrement (Journée d'Étude du CEREQ et du Réseau des Centres Associés en 1995)*, Clermont-Ferrand, CEREQ, CER-ESC (Centre d'Études et de Recherche du Groupe ESC).
- Freire, João (1998), "Empresas e organizações: mudanças e modernização", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Freire, João (1999), "Problemas técnicos-metodológicos em inquéritos sociológicos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55.
- Freire, João (2001), *Sociologia do Trabalho. Uma Introdução* (2.^a ed.), Porto, Edições Afrontamento.
- Freire, João (2004), *Cidade e Trabalho. Potencialidades e Custos*, Lisboa, ISCTE.

- Freire, João (coord.) (2000), *Atitudes Face ao Emprego, Trabalho e Tempo Livre. Os Processos de Motivação para o Trabalho, a Formação e a Iniciativa*, Lisboa, OEFP.
- Freire, João (no prelo a), “Breve enquadramento ao tema dos perfis profissionais na administração pública portuguesa”, proposto para publicação na *Revista Portuguesa de Administração e Políticas Públicas*.
- Freire, João (no prelo b), “Cidade e trabalho: uma análise integrada”, proposto para publicação na revista *Organizações & Trabalho*.
- Freire, João, e outros (1991), *Projecto de Investigação Sociológica. Os Encarregados na Indústria, Relatório Final*, vols. I e II, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Freire, João, e outros (1995), *A Função de Chefia Directa na Indústria*, Lisboa, OEFP.
- Godinho, Manuel Mira, e João Caraça (1999), *O Futuro Tecnológico. Perspectivas para a Inovação em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- INE (2000), *Inquérito aos Orçamentos Familiares*, Lisboa, INE.
- INE (2002), *Censos 2001*, Lisboa, INE.
- INE (2003), *Movimentos Pendulares na Área Metropolitana de Lisboa, 1991-2001. Deslocações entre o Local de Residência e o Local de Trabalho*, Lisboa, INE.
- Kovács, Ilona (2002), *As Metamorfozes do Emprego*, Oeiras, Celta Editora.
- Moniz, António Brandão (2000), “Cenários para o sistema socioeconómico das pescas”, em António Brandão Moniz, Manuel Mira Godinho e Ilona Kovács (orgs.), *Pescas e Pescadores. Futuros para o Emprego e os Recursos*, Oeiras, Celta Editora.
- Moniz, António Brandão, Manuel Mira Godinho, e Ilona Kovács (orgs.) (2000), *Pescas e Pescadores. Futuros para o Emprego e os Recursos*, Oeiras, Celta Editora.
- OCT (2000-2001), *Inquérito à Utilização das Tecnologias de Informação e de Comunicação*, Lisboa, OCT/MCT.
- Oliveira, Luísa (2004), *A Mão Invisível da Inovação*, Lisboa, ISCTE (tese de doutoramento).
- Rodrigues, Maria de Lurdes (1995), “Atitudes da população portuguesa perante o trabalho”, *Organizações & Trabalho*, 14.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, e João T. da Mata (2003), “A utilização de computador e da internet pela população portuguesa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43.
- Viegas, José Manuel Leite, e António Firmino da Costa (orgs.) (1998), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- www.anacom.pt Estatísticas — Anuário Estatístico 2003
- www.anacom.pt Estatísticas — Serviço Telefónico Móvel — 2004, 3.º trimestre
- www.anacom.pt Serviço de Transmissão de Dados — Serviços de Acesso à Internet — 2004, 3.º trimestre
- www.DGTT.pt Divulgação Técnica — Estatísticas — Evolução do Sector dos Transportes Terrestres — Documento Síntese (1993-2002)

Emprego terciário, servicialização do trabalho e sistemas tecnológicos

Paulo Pereira de Almeida

O trabalho terciário na sociedade europeia e em Portugal

É um facto iniludível que as estruturas da produção e do emprego se transformaram durante a segunda metade do século XX na generalidade dos países do mundo, tendo sido este um movimento de sentido coincidente com a disseminação das actividades de trabalho relacionadas com os serviços. Todavia, esta constatação acerca da diferenciação sectorial das empresas tem dado lugar a críticas acerca da utilidade da definição de limites ou de fronteiras inter e intra-sectoriais. Ora são, justamente, as explicações estatísticas convencionais acerca da “terciarização” das sociedades que nos reconduzem à consideração das suas limitações explicativas.

Para alguns autores pode, por isso, tornar-se interessante para efeitos de análise a utilização de uma classificação mais agregada — por exemplo, por “tipo de organização” — e que, correspondendo no essencial à definição estrita de “sector” (isto é, distinguindo as empresas “industriais” das empresas “terciárias”), desdobra o terciário em duas outras categorias (Freire, 2001c). Na proposta de Freire, por exemplo, uma primeira categoria corresponde ao terciário mais tradicional e pouco qualificado, que o autor designa como “comércio e serviços”, e uma outra categoria corresponde a uma prestação de serviços muito qualificados, sendo denominada “profissional”.¹ Já na tese de um economista da inovação e do conhecimento, como Gadrey, é nos países mais desenvolvidos que existem dois grupos de serviços que podem ser analisados — em termos de evolução do emprego — de um modo diferenciado

1 Na tipologia de Freire, as organizações de “comércio e serviços” incluem “comércio”, “reparação auto”, “hotelaria e restauração”, “transportes”, “turismo”, “financeiras”, “previdência”, “limpezas”, e “outros serviços”; nas organizações de “serviços profissionais” incluem-se as de “imobiliário”, “informática”, “estudos e projectos”, “ensino”, “saúde”, “comunicação social”, e “actividades artísticas, desportivas e recreativas” (Freire, 2001c).

Quadro 8.1 População activa nos serviços em relação ao total, 1977 a 2003

País/agregado	(percentagens)						
	1977	1980	1987	1990	1997	2003	▲ 1977-2003
Portugal	34,0	36,1	42,9	47,6	54,7	53,1	+56,2
Total UE	50,7	52,9	59,0	60,9	65,6	72,9	+43,8
EUA	65,4	65,9	69,9	70,9	73,4	75,5	+15,4
Total OCDE	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	64,2	68,0	—

Fontes: European Statistical Office (1990-2004); Organization for Economic Co-Operation and Development (2004); cálculos nossos.

(Gadrey e Zarifian, 2002): por um lado, um grupo de serviços que inclui a “distribuição”, os “transportes”, as “telecomunicações”, os “bancos” e as “seguradoras”, e em que o emprego cresce de uma forma limitada, estagna, ou começa mesmo a regredir em certos casos (correspondendo estes a serviços em que a componente relacional é relativamente reduzida); por outro lado, um grupo de serviços que engloba a “saúde”, o “ensino”, a “consultoria”, ou a “restauração”, e em que o volume de emprego aumentou consideravelmente (equivalendo estes a serviços em que as componentes relacional e profissional são significativamente importantes).

No entanto — e em termos puramente estatísticos —, a crescente importância do “sector terciário” é dada, entre outros indicadores, pelas percentagens de 50% a 75% da população activa que lhes está afectada nas sociedades avançadas (quadro 8.1), um movimento a que, naturalmente, a União Europeia (UE) não ficou alheia.

O forte crescimento do emprego terciário (sobretudo após a década de 1970) está ancorado numa explicação estatística que respeita sobretudo à expansão deste segundo grupo de serviços, justificação que nos diz muito pouco acerca da contribuição diferenciada de cada um destes grupos para a produção total de um dado país (em quantidade e também em qualidade). Além disso, e como já referimos, o debate em torno dos sectores dos serviços e da indústria recai também muitas vezes na determinação de uma homogeneidade interna de ambos os sectores. O mais provável parece ser o facto de também aqui existirem linhas de diferenciação interna, como será o caso da distinção entre os subsectores público e privado nas economias mais avançadas (como é o caso da europeia). Mas qual, então, é o significado sociológico desta dinâmica económica?

Na verdade, o desenvolvimento do terciário resulta de fenómenos económicos e sociais heterogéneos e desdobra-se em actividades extremamente diversas: o “sector terciário” transforma-se, neste sentido, numa realidade difícil de delimitar e de apreender.² Acresce ainda que o emprego selectivo da sociedade pós-industrial substitui agora o trabalho integrador da sociedade industrial: por um lado, as grandes unidades de

produção taylorizadas que empregavam trabalhadores pouco qualificados do início do século XX — e em que a velocidade de criação de novos empregos superava a destruição dos empregos antigos, em paralelo com um aumento da população activa — cedem lugar a novos tipos de empregos, criados em serviços públicos e em pequenas ou médias empresas dos serviços, apresentando um carácter volátil acrescido; por outro lado, o aumento da importância económica e social das actividades terciárias faz-se, em muitos casos, pela industrialização de sectores de actividade já existentes — como são os casos da banca, dos seguros e da grande distribuição-comercialização —, e pelas concentrações destinadas a mobilizar capitais para actividades em forte expansão — como são os casos dos circuitos de grande distribuição e das centrais de compras (Iribarne, 1993).

De facto, e empregando dados obtidos no início da década de 1990, Gallie considera que estes desvendam uma semelhança de composição das categorias profissionais na indústria (pública e privada), enquanto que nos serviços (públicos e privados) estas categorias apresentam diferenças (Gallie, 1991). Outros dados, como por exemplo os recolhidos por Margirier também no início da década de 1990, destacam o carácter de insuficiência explicativa para tendências macro-sectoriais de redução de efectivos na indústria e de criação de empregos pelo sector terciário (Margirier, 1993): as variações de efectivos, bem como a evolução da estrutura de emprego, não resultam unicamente dos processos de saída e de entrada de assalariados nas empresas, pois numa situação de crescimento externo por absorção, a criação e o encerramento de empresas acontecem naturalmente e também acompanham as variações no emprego.

Para Gallie, os argumentos apresentados sobre a qualificação dos trabalhadores no terciário são articuláveis com diferentes perspectivas sobre as implicações do crescimento do sector dos serviços (Gallie, 1991): para as teses mais optimistas, este facto representa a expansão das profissões baseadas nos conhecimentos, conduzindo por isso a uma crescente exigência de qualificações no trabalho; segundo os mais pessimistas, a expansão do sector dos serviços caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma mão-de-obra barata, subqualificada e confrontada com a rotina e o trabalho repetitivo. Depois do início da década de 1980, esta abordagem do “dualismo das qualificações” no terciário é substituída por uma concepção dualista mais subtil, que diz

2 Na análise da distribuição sectorial da população empregada em Portugal, Gonçalves destaca a permanência da importância relativa da “agricultura, silvicultura e pescas”, a redução do “emprego industrial” mas, e curiosamente, uma certa perda da importância relativa do “emprego nos serviços”, isto para o período compreendido entre 1992 e 1997 (Gonçalves, 2002); todavia, semelhantes constatações não impedem o autor de considerar que no sector dos “serviços” ainda se encontra “um espaço económico potencialmente gerador de empregos” (Gonçalves, 2002).

Quadro 8.2 População activa nos serviços em relação ao total por NUTS I, 1995 e 2002

Anos	(percentagens)							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
1995	56,4	15,8	10,3	21,7	3,5	2,5	1,2	1,4
2002	60,1	16,7	11,1	23,7	3,8	2,6	1,3	1,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (1996-2004); cálculos nossos.

respeito ao estatuto dos empregos e às formas de gestão da mão-de-obra: estima-se que uma fracção maioritária dos empregos dos serviços faz parte de um “segmento secundário” do mercado de trabalho, constituído por empregos de estatuto precário, cuja existência e manutenção dependem da conjuntura económica (Rebello, 2003). Esta heterogeneidade numérica é ainda complementada, segundo Gadrey, pelo carácter de especificidade dos sistemas de emprego terciários, baseada em duas hipóteses complementares: primeiro, é nos serviços que proliferam as formas de gestão de mão-de-obra “flexíveis” que se tornarão relativamente dominantes na organização do trabalho do final do século XX; segundo, o movimento de terciarização do mercado de trabalho industrial é mais importante do que o movimento de “industrialização” dos sistemas de emprego terciários (Gadrey, 1990a e 1999).

Regressando agora em detalhe ao caso de Portugal, atentemos nos dados referentes à população activa nos serviços por NUTSI (quadro 8.2). Uma análise mais fina das tendências de terciarização do território nacional dá-nos conta de uma acentuada concentração dos activos dos serviços nas zonas de Lisboa — 21,7% da população activa total em 1995 e 23,7% em 2002 (representando 1.743.000 activos) — e do Norte — 16,7% da população activa total em 2002. Registe-se ainda, para além desta tendência de concentração da mão-de-obra activa nas zonas de superior densidade populacional, a relativa estabilidade nos valores apresentados para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira (respectivamente com cerca 65.000 e de 71.000 activos em 2002), contrastando com a progressiva terciarização da população activa em Portugal: uma passagem de 2.536.900 activos, em 1995, para 3.031.700, em 2002, o que representa uma variação positiva de 19,5% entre os dois períodos, isto é, em apenas sete anos.

É neste enquadramento que as preocupações dos autores contemporâneos se têm deslocado para a análise das lógicas de serviço (i.e., dos tipos de produtores e de destinatários em interacção com as formas de organização do trabalho), designadamente nas suas dimensões relacional e simbólica. Acresce que esta mudança de paradigma é também marcada por uma reflexão acerca dos diferentes “produtos-serviço” terciários nos aspectos atinentes à sua (i)materialidade e aos saberes intelectuais e às capacidades humanas aplicadas aos actos de trabalho (Almeida, 2005a). Aliás, e perante estas constatações acerca do esgotamento das explicações mais clássicas para o crescimento do

terciário, existem actualmente, e a nosso ver, duas opções alternativas: aceitar a lógica do débito industrial e da sua contabilidade ou, pelo contrário, interrogar a pertinência e a validade das medidas da produtividade.

Reconhecemos, naturalmente, que esta questão não é nova, mas acreditamos que se coloca com maior acuidade no sector dos serviços (Almeida, 2005b). Adoptando a segunda alternativa, observamos que, na sua essência, a medida sobre o efeito directo de um serviço não releva somente do momento exacto em que este é “consumido”; esta observação é particularmente importante para os “serviços puros”, dada a forte componente de trabalho onde os efeitos não podem fazer-se sentir senão a longo prazo (ensino, investigação, saúde...). Neste caso em concreto, os conceitos de produto e de produtividade perdem a sua pertinência, na medida em que o resultado final está, na sua maior parte, “desligado” do trabalho imediato efectuado.

Terciarização e servicialização: algumas notas conceptuais

Preferimos, portanto, empregar o conceito de “servicialização” para, por um lado, marcar a diferença em relação ao conceito de “industrialização” e, por outro lado, dar conta do fenómeno de transversalidade da lógica de serviço na organização de um número considerável, e crescente, das actividades de trabalho contemporâneas (Almeida, 2004). Distinguimos assim o conceito de “serviço” do conceito de “serviços”, associando os “serviços” à classificação das actividades económicas (e, tal como temos vindo a argumentar, de carácter estritamente económico) e, simultaneamente, defendendo o postulado da transversalidade do “serviço” à generalidade das formas de trabalho contemporâneas (Almeida, 2005a e 2005b).

Mas, para além das constatações estatísticas apresentadas e discutidas no ponto anterior, o que nos parece interessante – sob o ponto de vista de um aprofundamento metodológico e conceptual – será analisar a recente evolução das estruturas e práticas organizativas marcada pela transição de um “modelo industrial” (representado pela racionalidade burocrática estatal e pela imagem da pirâmide) para modelos organizativos em “rede” e marcados pela importância do conceito de “missão” (Freire, 1998).³ Aliás, é a partir desta última noção que se estabelece um enfoque na lógica da cooperação dos sujeitos no trabalho que, num registo mais próximo da organização de trabalho, nos poderá fazer perguntar: qual será, então, o significado actual do trabalho? O que significa um aumento do número de operações realizadas e/ou debitadas, no contexto produtivo em que as organizações de trabalho actualmente se inserem?

3 Para Zarifian, por exemplo, a formulação e aplicação de um modelo da competência pressupõem esta explicitação da missão estratégica das empresas, numa lógica de economia de serviço (Zarifian, 2001a).

A resposta a este tipo de questões tem sido ensaiada de uma forma coerente por Zarifian. Por um lado, e para a organização de trabalho, um aumento das vendas certamente que significará uma aceleração da rapidez de realização das operações, aumentando assim a rapidez de fluxo de operações numa lógica de débito directo. Por outro lado, e para o trabalhador, tal significa trabalhar cada vez mais rápido, à medida que aumenta a sua experiência (através da aquisição de rotinas de trabalho), a sua qualificação, a sua adaptação ao ritmo de trabalho e aos instrumentos técnicos (Zarifian, 1999a). Acresce que este acervo cumulativo de experiências — nas sociedades terciarizadas — se tem vindo a tornar cada vez mais importante, afastando o percurso de carreira dos trabalhadores de uma linearidade anteriormente plasmável numa sucessão de títulos e de postos (geralmente numa mesma empresa).

Se nas anteriores abordagens da noção de serviço tendia a constatar-se uma oposição clássica entre sector terciário e sector industrial, nesta concepção “não economicista” do trabalho essa antinomia perde por completo o sentido: a lógica de serviço é transversal e acompanha, portanto, a transferência do centro de gravidade dos processos económicos da esfera da produção — cada vez mais assegurada pela máquina automatizada —, para a esfera da circulação e da distribuição física, e da distribuição de informação (Freire, 1998). Além disso, a estas dinâmicas de transversalidade pode acrescentar-se ainda uma outra: é cada vez menor a proporção de bens que são posse dos indivíduos, fenómeno que contribui para que a ideia de propriedade se transforme num conceito ilusório no contexto das sociedades terciarizadas e avançadas do século XXI (Rifkin, 2000). Com ciclos de vida produtivos progressivamente mais curtos, a par de uma expansão em número e em tipo de bens disponíveis, opera-se uma mutação fundamental: as sociedades modernas caracterizam-se por uma generalização do “serviço” e o capitalismo tende a transformar-se, nas teses de Rifkin, num sistema em que a troca de bens dá lugar a uma troca de acesso a “segmentos de uma experiência”⁴ (Rifkin, 2000).

Ora se nos focalizarmos no trabalho enquanto actividade produtiva (ou seja, deixando por ora de lado outras das suas funções, como a identitária ou a estruturante dos tempos e dos ritmos de vida), poderemos afirmar que a sociedade “terciária” ou “de serviços” se caracteriza por uma maior indeterminação social das relações de produção, por comparação com a sociedade industrial. Semelhante raciocínio conduz a uma dupla constatação: por um lado, enquanto que as relações de produção industriais e a sua lógica

4 Neste raciocínio, o capitalismo torna-se mais temporal do que material (Rifkin, 2000). O tempo apresenta-se então como uma das dimensões mais significativas das sociedades modernas e à concepção dominante de um tempo quantitativo, mecânico e estritamente reprodutível (útil para organizar a vida social, os horários de trabalho e as medidas de produtividade) contrapõem-se uma noção de “tempo-devir” e diferentes alternativas em matéria de medida da produtividade do trabalho e da organização social (Zarifian, 2001b).

económica estruturavam as relações sociais, são agora as normas culturais que fixam o significado social das relações de serviço, tornando o reconhecimento do valor do trabalho cada vez mais um problema social e cultural (Lopes e outros, 2000); por outro lado, e complementarmente, se o carácter imaterial das actividades económicas permite a ultrapassagem das anteriores rupturas entre trabalho e cultura, a importância que é atribuída às competências envolvidas nas interacções humanas apresenta aspectos menos positivos,⁵ designadamente o reforço da exclusão social por via da exclusão económica (Roustant e outros, 2000).

Em nosso entender, é também uma constatação importante o facto de grande parte do trabalho nos serviços se desenvolver numa antinomia em relação aos modelos industriais: muito embora se verifiquem alguns elementos de constância, a rapidez das operações (que legitimava a exploração das qualidades dos sistemas e das máquinas) tornou-se desfasada relativamente às exigências de iniciativa, de inteligência prática, de comunicação com os colegas e de diálogo com os clientes (que consubstancia grande parte das actividades de trabalho humano contemporâneas). Pode mesmo argumentar-se que a terciarização das actividades económicas modifica o tipo de competências exigidas aos trabalhadores, sendo comum associar esta “lógica de serviço” a uma centralidade particular do “modelo da competência” (Almeida, 2004; Gadrey e Zarifian, 2002).

Na óptica de Zarifian, o que designa a noção de competência é uma nova unidade entre o trabalho e o trabalhador, unidade na qual o trabalho reincorpora o indivíduo, e em que se procura mobilizar e prolongar os saberes e a inteligência imaginativa possuídos ou co-construídos por esse indivíduo (Zarifian, 1999a);⁶ trata-se, no seu raciocínio, de recriar as etapas do trabalho nas empresas de serviço,⁷ que se iniciam com uma fase de (re)conhecimento e de interpretação das necessidades do cliente, para terminarem com a produção efectiva de um serviço (Gadrey e Zarifian, 2002). Porém, e para os autores mais críticos, a aplicação da noção de competência tende a desenvolver-se favorecendo o

5 Será sobretudo na forma de organização do trabalho designada como “sistema empresarial” nas abordagens de Freire que a sofisticação tecnológica possibilita a flexibilidade produtiva: o trabalho-força desaparece quase inteiramente, para dar lugar a formas de combinação diversas de trabalho-saber e de trabalho-máquina (Freire, 1997).

6 A visão de um indivíduo autónomo e que se liberta pelo trabalho e pela liberdade de escolha do seu percurso profissional (i.e., por uma carreira feita pelo desenvolvimento das suas competências, livre dos constrangimentos heterónimos) é criticada por alguns autores. Gorz, por exemplo, considera as teses de Zarifian nesta matéria um “delírio teorista” (Gorz, 1997), uma vez que à ideia de autonomia e de autodeterminação no trabalho se deve contrapor uma autonomia cultural, política e moral, cujo cerne e fundamentos se encontram bem longe do acto de trabalhar, ele próprio sujeito a mediações e a constrangimentos dessa índole.

7 Aqui entendidas por Zarifian como as empresas e os colectivos de trabalho em que prevalecem a “lógica do serviço” e a “lógica da competência”.

fraccionamento das situações de trabalho, acompanhando a transformação dos saberes necessários às suas novas formas de organização, a segmentação dos empregos e a procura de flexibilidade por parte das empresas (Dugué, 1994; Everaere, 2000). Nestas enunciações, a própria noção de competência acompanha a generalização da individualização das relações de trabalho, fenómeno que sempre se concatenou com as formas de emprego não operário, sobretudo com o dos “empregados de escritório” (Crozier, 1965) e dos quadros (Erbès-Seguín, 1999); neste sentido, a sua transposição para as actividades de trabalho corresponderia, de certo modo, a uma forma de hegemonia grupal na organização.

Ora esta translação para uma dimensão relacional na lógica de serviço tem — por tudo o que acabámos de expor — significativas implicações sobre a natureza das actividades de trabalho.

Até à década de 1980 as capacidades e as “qualidades” do trabalhador intervinham nas análises sociológicas enquanto atributos que lhe eram reconhecidos no mercado de trabalho ou, no caso das teses da desqualificação dominantes durante a década de 1970, enquanto um “saber expropriado aos operários” (Bernoux, 1994) que contribuiria para um processo de deterioração das qualificações gerais dos trabalhadores. A partir da década de 1980 emerge um novo perfil do trabalhador enquanto “operador-perito”, para o qual se renovam toda uma linguagem e um vocabulário técnico. Não surpreende, portanto, que o momento da passagem da qualificação para a competência pareça ter coincidido com a circunstância em que os sistemas de trabalho passaram a ser afectados por mudanças frequentes, tornando necessária uma adaptação do pessoal a essas dinâmicas; nesse sentido, a incompletude da tentativa da sociologia do trabalho para romper com o determinismo tecnológico, anterior à década de 1980, engendra então uma leitura acerca dos métodos de organização do trabalho que surge, nas teses mais radicais, como uma maquinação dirigida contra o saber-fazer dos executantes.⁸ Nesta lógica, os saberes decalcados do funcionamento das máquinas (designadamente dos aparelhos informáticos) seriam forçosamente mais abstractos, decorrência que pode conter uma ambiguidade importante: a automatização de uma operação representa um processo de abstracção, no sentido em que o trabalhador se “abstrai” da função agora desempenhada pela máquina, mas tal não significa que nessa desconexão a nova tarefa seja mais abstracta ou mais “intelectual”.

Interessa, pois, considerar que o próprio desenvolvimento dos serviços representa — na actual fase de desenvolvimento das sociedades — a passagem de um modelo industrial a um outro modelo, i.e., a um conjunto de modos ou de maneiras de produzir diferentes. Numa “economia industrial”, a

8 Recorde-se que, na fase taylorista, a qualificação se tinha transformado num dos conceitos centrais da sociologia, em parte para clarificar as relações sociais que se estabeleciam aquando da operação de classificação dos trabalhadores.

relação do produtor com os utilizadores releva da decomposição do produto em elementos primários, normalizados, que são aceites ou rejeitados (i.e., comprados ou não comprados) pela clientela, podendo mesmo falar-se numa “configuração dos utilizadores”. Numa “economia de serviços”, os produtos-serviços são globais e geralmente não decomponíveis, pelo que é o cliente/utilizador que avalia a satisfação proporcionada pelo seu consumo, podendo mesmo intervir na sua produção. Alguns desses produtos-serviços (designadamente dos serviços informacionais) só ganham existência no momento da relação de serviço com o cliente pelo que se fala, nestes casos, em “co-produção” (De Bandt, 1994 e 1999; Turner, 2001).

A rejeição de uma analogia directa entre as teorias da produção industrial e da produção nos serviços baseia-se, então, no entendimento de que os produtos dos serviços são fundamentalmente diferentes dos industriais: não podem ser definidos com base em especificações técnicas e não podem ser produtos por si sós, independentemente do consumidor ou do utilizador. Por isso, e em nosso entendimento, o conceito de “lógica de serviço” contempla três principais características (Almeida, 2003a):

- a estruturação das empresas de serviço de forma a potenciar a construção de acervos de informação pertinentes e actualizados sobre os clientes-utentes, que devem ser ulteriormente mobilizáveis para uma identificação das suas singularidades;
- a organização das actividades de trabalho de modo a que estas contribuam para a co-produção de respostas adaptadas aos “problemas” dos clientes; e
- a pressão no sentido de uma recomposição das tecnologias de produção e da logística relacional, em processos de co-produção de serviços e com autoformação de competências.

Sabemos também que o sistema de produção de uma empresa corresponde ao conjunto de elementos inter-relacionados que asseguram as operações de produção,⁹ sendo que este pode ser caracterizado em quatro elementos essenciais (Bancel-Charensol, 1999): os objectivos e suportes das transformações operadas; os recursos mobilizados nas operações de produção; as tarefas realizadas para obter esse tipo de produção; e o sistema de controlo e de pilotagem da produção. As tecnologias de informação e de comunicação (TIC) transformam os modos de gestão da informação que, por sua vez, são susceptíveis de induzir transformações em cada um dos elementos do sistema de produção da empresa. Além disso, a multiplicação das possibilidades oferecidas pelas TIC e a utilização das

9 De acordo com um número significativo de autores, é possível definir a noção de operação/processo como uma assemblagem de actividades interrelacionadas que têm por objectivo a realização de um *output* material ou imaterial, destinado a clientes internos ou externos.

redes e dos serviços de telecomunicações desempenham um papel cada vez mais importante nas actividades de serviço:

- as evoluções operadas nos esquemas de organização das empresas de serviço são uma consequência directa da utilização das TIC;
- graças às TIC existe uma participação cada vez mais significativa dos clientes em certas fases da produção de serviço;
- as alterações verificadas em termos de baixa dos custos de comunicação, de progressos em matéria de fiabilidade, de acréscimo das capacidades de transmissão, e os progressos em matéria de fiabilidade, permitem uma abordagem global às formas de gestão.

Geralmente considera-se que esta abordagem global permite alterações substanciais por diversas formas: pela via de uma redução dos custos de comunicação; por intermédio do acréscimo das capacidades de transmissão, dos progressos em matéria de fiabilidade dos serviços de telecomunicações, e da modificação dos resultados do sistema conseguida através do alargamento da gama de serviços oferecidos; por via da baixa dos preços dos serviços e troca de dados informatizados (vulgo *yield management*); e através da alteração dos modos de interacção dos processos por via de substituição de capital por trabalho e substituição do pessoal de *front office* por automatismos de distribuição. A análise em termos do sistema de produção pode, então, fornecer uma perspectiva global para a caracterização das diferentes alterações nos processos de colecta, de tratamento e de transmissão de informações.

Assim, importa referir que os serviços de telecomunicações desempenham um papel essencial nas trocas de informação no seio das organizações. O conjunto das suas funções é hoje dependente de um sistema de informação largamente automatizado, sendo que este fenómeno se torna cada vez mais premente com a emergência das empresas em rede, cuja eficácia depende estritamente dos modos de coordenação das actividades com outras empresas (Schilling e Cassandra, 2000). Além disso, a emergência do conceito de rede inteligente permite dissociar a info-estrutura da infra-estrutura, tornando a gestão da rede muito mais leve e flexível. Esta nova configuração permite (Turner, 2001):

- uma gestão mais leve de serviços de telecomunicações, como o número verde;
- uma oferta de novos serviços, baseados em equipamentos que são relativamente transparentes do ponto de vista do operador da rede;
- uma conjugação de fluxos de serviços de valor acrescentado, que permite a entrada de novos operadores no mercado; e
- a unificação da rede física numa rede universal da banda larga que se substitui progressivamente às redes de telecomunicações existentes

actualmente, e que surge como concorrente ou complementar do satélite.

Trabalho, servicialização e tecnologia: da imaterialidade à incerteza inovadora

Perante a realidade — cada vez mais marcante — da concentração e da integração dos sistemas técnicos nas grandes empresas de serviço, as suas sucursais posicionam-se entre duas lógicas potencialmente antagónicas: entre, por um lado, um movimento de concentração de sistemas técnico-informáticos poderosos que conseguem captar um número cada vez mais elevado de clientes e, por outro lado, uma necessidade de densificação das relações e do contacto mais próximo e directo com a clientela. Estaremos então em presença de um modelo de empresa de serviço que — tida enquanto tipo-ideal e extraída das suas conexões com outros modelos — se poderá caracterizar por três princípios basilares (Gadrey e Zarifian, 2002).

Primeiramente, este é um modelo onde se articulam três universos:¹⁰ o universo da concepção dos serviços, que integra as actividades de investigação e de desenvolvimento; o universo da infra-estrutura técnico-administrativa, que suporta a produção dos seus serviços, entendida como *back office*; e o universo do contacto com o cliente-utente, entendido como *front office*. Como segundo princípio, o modelo da empresa de serviço é regido por um esquema de eficácia específico: parte da definição simbólica e virtual da transformação a operar nas condições de actividade e nas disposições para a acção de um cliente (ou de uma categoria específica de clientela) e finaliza na realização efectiva dessa transformação. De salientar que os rendimentos gerados para a organização (leia-se, a sua *performance*) são apurados em função da avaliação que a clientela faz sobre o serviço, comparativamente às ofertas da concorrência ou às opções alternativas. Este modelo de empresa de serviço supõe ainda — e este será o seu terceiro princípio — uma organização do trabalho em rede ou em cadeia de actividades. Nestas existe uma relação permanente e um diálogo entre os diferentes profissionais situados em cada um dos três universos de produção de serviços (será, pois, pelo contacto social e pela partilha tecnológica que estes universos asseguram a sua aceitação recíproca).¹¹

Em relação à produtividade do trabalho em empresas que trabalham na *net economy*, importa ainda considerar que estas procuram fidelizar um

10 A cooperação-coordenação entre estes três universos é fundamental para assegurar o funcionamento das cadeias de actividades que os atravessam, sendo que esta separação tende a contrariar a concepção tradicional da função de controlo de gestão.

11 Pode apresentar-se como exemplo as linhas de apoio ao cliente, paradigma da ligação entre os peritos técnicos e comerciais; ou também a utilização partilhada de *intranet* e das redes de correio electrónico numa dada empresa.

		Mobilização do cliente como recurso na produção	
		Sim	Não
		Sistema de produção relacional Ex.: serviços de assistência domiciliária / consultas médicas.	
Produção com objectivo único	Humano	Sistema de produção "técnico" Ex.: TV com difusão em modo tradicional	Sistema de produção que usa o cliente como recurso técnico Ex.: TV interactiva Novas formas de comércio na grande distribuição
	Material ou imaterial		
Produção com objectivos múltiplos	Produção com objectivos múltiplos	Sistema de produção técnico e relacional Ex: comércio electrónico ensino tradicional	Sistema de produção interactivo Ex: ensino à distância, web conference
	Humana material ou imaterial		

Figura 8.1 Transformações induzidas pelas TIC nos sistemas de produção nos serviços
 Fonte: adaptado de Bancel-Charensol e Jougleux (1997).

capital clientela, isto é, um conjunto de clientes o mais estável possível, que constitui um potencial de negócio e um recurso. Assim, os modelos de produtividade do trabalho assentam muitas vezes em situações em que as equipas de base fazem um trabalho de supervisão sobre uma realidade mais virtual do que actual (Zarifian, 2003). Ora a produtividade volumétrica das empresas na Economia Internet assemelha-se a um modelo fordista flexível, mas com algumas particularidades (Zarifian, 2003):

- na *net economy* o mercado ainda está em vias de construção, pelo que se trata não só de ganhar partes do mercado, mas de construí-lo e de acompanhar a sua maturação;
- trata-se de uma aplicação do princípio de *time to market*, considerando que se pensa não só em partes de mercado, mas também na qualidade da relação com os clientes.

Ainda neste modelo de empresa de serviço — e muito em particular no sistema técnico — as TIC modificam os processos de colheita, de manipulação e de transmissão dos dados. Além disso, permitem também às empresas a realizar

reduções de custo e oferecer os seus serviços mais baratos com idêntica qualidade (figura 8.1). Depois, a informação é um dos principais recursos de produção nos serviços: de forma a retirarem pleno partido de um serviço, os consumidores têm agora necessidade de um conjunto de informações, que dizem respeito às instruções de acesso ao serviço, sobre o comportamento esperado do cliente, condições de acesso, e informações sobre a forma como o serviço é prestado ou reservado. E estes dois tipos de informações podem ser fornecidos de diversas formas: as empresas têm tradicionalmente a escolha entre uma difusão sobre suportes materiais (suportes em papel, painéis, mensagens) e uma informação difundida pelo pessoal em contacto directo ou telefónico que assegura uma grande parte actividade das empresas (figura 8.1).

Importará ainda atentar no facto de que este tipo de especificidades para a utilização das TIC — e a sua análise em contextos de inovação e conhecimento — não deverá ser desligado da tentativa de compreensão da estrutura e dos modelos de funcionamento das organizações mais complexas, designadamente das empresas de serviço nas quais esta produção em massa requer simultaneamente uma customização do serviço e uma atenção particularizada às diferenciações da clientela (Turner, 1999 e 2001): só assim é que estas empresas se podem constituir como criadoras de valor. Não esqueçamos que para as organizações modernas — e, concretamente, para as empresas de serviço — o nível operacional adquiriu um carácter holístico, na medida em que “lhe compete identificar as necessidades e as expectativas dos clientes, e adequar os serviços e produtos àqueles referenciais” (Bilhim, 2001), realidade que, segundo Bilhim, provocou uma inversão da pirâmide hierárquica e uma valorização da interdependência e da proximidade entre clientes e fornecedores.

Neste sentido — *maxime* por via dos efeitos conjugados da concorrência acrescida e da utilização das TIC — as empresas de serviço têm vindo a alterar a sua estrutura. Torna-se, pois, interessante observar o modo como estas estruturas próximas da burocracia mecanicista adquirem características descentralizadoras e de passagem para modelos de gestão flexíveis e de cooperação, numa estrutura próxima da *adhocracia*. Concretamente ao nível dos *front office* de contacto com a clientela, as décadas de 1980 e de 1990 ficaram marcadas por uma reorganização das actividades das empresas de serviço, orientadas agora no sentido de conferir uma maior autonomia na sua relação com as clientelas (figuras 8.2 e 8.3).

A importância crescente dos computadores na pilotagem das redes empresariais transforma ainda a natureza das avarias, pois estas não são oriundas da tecnologia de base, que se tornou relativamente estável. A atenção ao risco torna-se, portanto, uma interpretação complexa de acontecimentos. Mas esta forma de organizar introduz uma tensão específica entre duas ordens de práticas profissionais: uma primeira orientada para uma supervisão com custo crescente, ancorada em critérios técnicos e industriais; a outra



Figura 8.2 As empresas de serviço nas categorias de Mintzberg: uma burocracia mecanicista

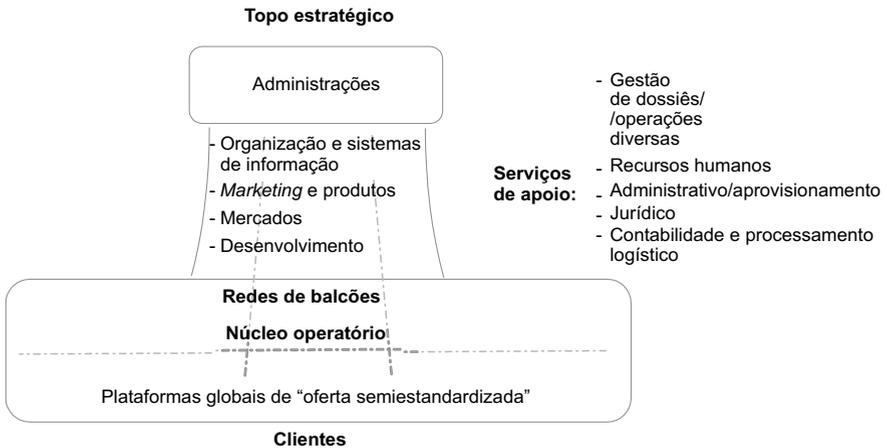


Figura 8.3 As empresas de serviço nas categorias de Mintzberg: a passagem para uma adhocracia

Quadro 8.3 Perfil de habilitações e de competências requeridas em contextos empresariais de inovação e conhecimento

Dados de perfil	Competências
Formação profissional e habilitações dos profissionais dedicados a funções TIC em contextos de inovação e de conhecimento:	Entendidas como qualidades requeridas transversalmente aos profissionais TIC em contextos de inovação e de conhecimento:
<ul style="list-style-type: none"> – licenciaturas ou bacharelatos na área da engenharia de informática; – licenciaturas em gestão com alguma formação complementar em tecnologias de informação; – licenciaturas generalistas reconvertidas. 	<ul style="list-style-type: none"> – fortes capacidades de gestão de projectos; – desenvolvimento de produtos, serviços e conteúdos; – capacidade de auto-desenvolvimento.

orientada para a construção e o aperfeiçoamento da rede, não do ponto de vista dos fluxos de dados mas da qualidade de acesso. Aliás, em dois estudos que efectuámos a uma amostra de 25 empresas,¹² constatámos as seguintes necessidades sentidas no perfil requerido para desempenhar as diversas actividades de trabalho no que designamos por contextos empresariais de inovação e conhecimento (quadro 8.3).

A título conclusivo, importará então atentar em algumas especificidades das formas de trabalho e da utilização das TIC em “contextos de informação e de conhecimento”, uma vez que se trata, neste particular, de fenómenos de servicialização do trabalho com efeitos particulares sobre os sistemas tecnológicos:

- em primeiro lugar, convirá considerar que o modelo de empresa de serviço se apresenta, a nosso ver, como uma proposta de paradigma conceptualmente estimulante, estendendo-se a sua aplicação e princípios a outros sectores ou subsectores da economia nacional. Saliente-se que, no tocante às interações operacionais presentes neste modelo, pode observar-se, muitas vezes em simultâneo, a redução de certas modalidades de interacção (frequentemente as mais simples, susceptíveis de serem automatizadas) e o aprofundamento de outras formas de interacção (geralmente as mais complexas no plano dos dispositivos cognitivos);
- em segundo, importa reter que a efectiva ultrapassagem de uma utilização meramente administrativa das TIC nos processos de negócio implicará —

12 Interessará referir que os dados apresentados se reportam a dois estudos, abrangendo 25 empresas dos sectores das telecomunicações, financeiro e informática que trabalham numa envolvente que classificamos como “contexto de inovação e de conhecimento”. O trabalho de campo — de carácter qualitativo — concentrou-se em 25 entrevistas aprofundadas, sendo também de referenciar que a transcrição completa do *corpus* de resultados e o posterior tratamento qualitativo foram feitos com recurso ao *software* QSR-NVivo, com respectiva definição de *nodes*, *attributes* e *values*.

- nos mais diversos mercados as empresas TIC actuam (desde a administração pública aos mercados financeiros, às telecomunicações e ao comércio, indústria e serviços) — uma procura alargada em relação a aquisições feitas por meios electrónicos. Isso implica que as consultas formais sejam, por exemplo, feitas via *e-mail*, e que os restantes procedimentos sejam também inovadores (tornando universal esse tipo de ferramentas);
- em terceiro, e considerando que a sociedade da informação não representa um fim em si mesma, pensamos também que uma estruturação da procura por via da utilização das TIC deverá atentar em dois aspectos presentes na prestação de um serviço. Por um lado, esta última encontra-se enquadrada no tempo em que decorre a prestação desse serviço; este intervalo temporal é determinante para a avaliação da qualidade do serviço e — considerando as formas de avaliação da performance — encontramos neste ponto particular um elemento não negligenciável de tensão (mesmo na prestação de serviços públicos). Por outro lado, haverá ainda que atentar no facto de a qualidade dos serviços prestados ser — muitas vezes — positivamente percebida no grau inverso da sua standardização.

Referências bibliográficas

- Almeida, P. P. (2001), *Banca e Bancários em Portugal. Diagnóstico e Mudanças nas Relações de Trabalho*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, P. P. (2003a), *The Service Enterprise. Work, Competence and Performance in Servicialization Contexts*, Lisboa, Dinâmia-ISCTE.
- Almeida, P. P. (2003b), “Competências e modelo da competência”, *Sociedade e Trabalho*, 17/18.
- Almeida, P. P. (2004), “Servicialização do trabalho: perspectivas e tendências”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 44.
- Almeida, P. P. (2005a), *Trabalho, Serviço e Serviços. Contributos para a Sociologia do Trabalho*, Porto, Edições Afrontamento.
- Almeida, P. P. (2005b), “Serviço(s) e sociologia do trabalho: que práticas? Que objectos”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 47.
- Bancel-Charensol, L. (1999), “Impacts of information and telecommunication technologies on services production systems”, *International Journal of Management Services*, 19 (4).
- Bancel-Charensol, L., e M. Jouglaux (1997), “Un modèle d’analyse des systèmes de production dans les services”, *Revue Française de Gestion*, 113.
- Bernoux, P. (1994), *A Sociologia das Organizações*, Porto, Rés Editora.
- Bilhim, J. (2001), *Teoria Organizacional. Estruturas e Pessoas*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Bilhim, J. (2005), *Gestão Estratégica de Recursos Humanos*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- Bresser, R. (org.) (2000), *Winning Strategies in a Deconstructing World*, Chichester, John Wiley.
- Castells, M., e P. Himanen (2002), *The Information Society and the Welfare State. The Finnish Model*, Oxford, Oxford University Press.
- Crozier, M. (1965), *Le Monde des Employés de Bureau*, Paris, Éditions du Seuil.
- De Bandt, J. (1994), "De l'économie des biens à l'économie des services: la production de richesses dans et par les services", em J. De Bandt e J. Gadrey (orgs.), *Relations de Service, Marchés de Services*, Paris, CNRS, Centre National de Recherche Scientifique.
- De Bandt, J. (1999), "The concept of labour competence requirements in a service economy", *The Service Industries Journal*, 1.
- De Bandt, J., e J. Gadrey (orgs.) (1994), *Relations de Service, Marchés de Service*, Paris, CNRS, Centre National de Recherche Scientifique.
- De Bandt, J., e G. Gourdet (orgs.) (2001), *Immatériel. Nouveaux Concepts*, Paris, Economica.
- Dugué, E. (1994), "La gestion des compétences: les savoirs dévalués, le pouvoir occulté", *Sociologie du Travail*, 3.
- Erbès-Seguín, S. (1999), *La Sociologie du Travail*, Paris, Éditions La Découverte.
- Everaere, C. (2000), "La compétence: un compromis multidimensionnel fragile", *Revue Gestion* 2000, 4.
- Flipe, J.-P. (2000), *L'Innovation dans les Activités de Services*, Paris, Les Éditions d'Organisation.
- Freire, J. (1997), *Varições sobre o Tema Trabalho*, Porto, Edições Afrontamento.
- Freire, J. (1998), "Empresas e organizações: mudanças e modernização", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Freire, J. (2001a), "Atitudes sociais dos portugueses perante o trabalho", em AA.VV., actas do VIII Encontro Nacional de Sociologia das Organizações e do Trabalho, Março de 1999, *O Futuro do Trabalho. Novas Relações e Competências*, Oeiras, Celta Editora.
- Freire, J. (2001b), "O sistema de relações colectivas de trabalho em Portugal: bloqueios e hipótese de superação", em AA.VV., "Trabalho e relações laborais", *Cadernos Sociedade e Trabalho*, 1, Oeiras, Celta Editora.
- Freire, J. (2001c), *Projecto de Estudo sobre Inovação Empresarial. Relatório Final para o Observatório das Ciências e das Tecnologias*, Lisboa, CIES-ISCTE.
- Freire, J. (2002a), "Contributos para uma sociologia da vida económica em Portugal no final do século", em AA.VV., actas do IV Congresso Português de Sociologia, Abril de 2000, *Sociedade Portuguesa. Passados Recentes, Futuros Próximos*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 16 p.
- Freire, J. (2002b), *Sociologia do Trabalho. Uma Introdução*, Porto, Edições Afrontamento.
- Gadrey, J. (1990a), "Les systèmes d'emplois tertiaires au coeur des transformations du marché du travail", *Formation Emploi*, 29.
- Gadrey, J. (1990b), "Société des services ou société de serviteurs?", *Futuribles*, 147.
- Gadrey, J. (1992), *L'Économie des Services*, Paris, Éditions La Découverte.

- Gadrey, J. (1999), "Flexibilité et professionalisation du travail dans les services: des stratégies et des modèles distincts", *Économies et Sociétés*, Série Économie et Gestion des Services, 1.
- Gadrey, J. (2000a), "The characterization of goods and services: an alternative approach", *Review of Income and Wealth*, 3.
- Gadrey, J. (2000b), *Nouvelle Économie, Nouveau Mythe?*, Paris, Flammarion.
- Gadrey, Jean, e P. Zarifian (2002), *L'Émergence d'un Modèle du Service. Enjeux et Réalités*, Paris, Éditions Liaisons.
- Gallie, D. (1991), "Patterns of skill change: upskilling, deskilling or the polarisation of skills?", *Work, Employment and Society*, 5 (3).
- Gonçalves, C. (2002), "Emprego e desemprego: algumas notas de reflexão", em AAVV, actas do IV Congresso Português de Sociologia, Abril de 2000, *Sociedade Portuguesa. Passados Recentes, Futuros Próximos*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.
- Gorz, A. (1997), *Misères du Présent. Richesse du Possible*, Paris, Galilée.
- Iribarne, A. (1993), *La Compétitivité. Déficit Social, Enjeu Éducatif*, Paris, CNRS, Centre National de Recherche Scientifique.
- Lopes, H., e outros (2000), *Estratégias Empresariais e Competências-Chave*, Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- Margirier, G. (1993), "L'évolution des structures d'emploi: une analyse des comportements d'entreprise", *Formation Emploi*, 42.
- Mintzberg, H. (1993), *Structure in Fives. Designing Effective Organizations*, Nova Jérсия, Prentice-Hall.
- Mintzberg, H. (1995), *Estrutura e Dinâmica das Organizações*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Rebelo, G. (1999), *A (In)Adaptação no Trabalho. Uma Perspectiva Sócio-organizacional e Jurídica*, Oeiras, Celta Editora.
- Rebelo, G. (2003), *Emprego e Contratação Laboral em Portugal. Uma Análise Sócio-organizacional e Jurídica*, Lisboa, RH Editora.
- Rifkin, J. (2000), *The Age of Access. How the Shift from Ownership to Access is Transforming Capitalism*, Nova Iorque, G.P. Putnam's Sons.
- Rodrigues, M. J., e outros (orgs.) (2003), *Innovation, Competence Building and Social Cohesion in Europe. Towards a Learning Society*, Camberley, Edward Elgar.
- Roustang, G., e outros (2000), *Vers un Nouveau Contrat Social*, Paris, Desclée de Brouwer.
- Schilling, M., e E. Cassandra (2000), "Product and process technological change and the adoption of modular organizational forms", em R. Bresser (org.), *Winning Strategies in a Deconstructing World*, Chichester, John Wiley.
- Turner, I. (1999), "Strategy in the post-industrial society", *Manager Update*, 3.
- Turner, I. (2001), "Strategy and Internet", *Manager Update*, 4.
- Viegas, J.M.L., e A.F. da Costa (orgs.) (1998), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Zarifian, P. (1999a), "Productivité, logique de service et mutations du travail", *Revue Française de Gestion*, 126.

- Zarifian, P. (1999b), *Objectif Compétence. Pour une Nouvelle Logique*, Paris, Éditions Liaisons.
- Zarifian, P. (2001a), *Le Modèle de la Compétence. Trajectoire Historique, Enjeux Actuels et Propositions*, Paris, Éditions Liaisons.
- Zarifian, P. (2001b), *Temps et Modernité. Le Temps comme Enjeu du Monde Moderne*, Paris, L'Harmattan.
- Zarifian, P. (2003), *A Quoi Sert le Travail?*, Paris, La Dispute.

Estrutura, orientações sociais e projectos societais

José Luís Casanova

O conceito de orientações sociais

Em trabalho recente (Casanova, 2004) desenvolveu-se o conceito de orientações sociais, com o qual se pretende delimitar um princípio explicativo e compreensivo de comportamentos sociais centrado nos agentes.

Esta conceptualização tem como referência básica o conceito de *habitus*, mas pretende-se com as orientações sociais ultrapassar algumas das limitações recorrentemente imputadas ao trabalho de Pierre Bourdieu, mormente as que são apontadas por autores como Giddens (1989) e em diversas correntes na ciência social que sublinham a importância da capacidade de monitorização reflexiva da consciência como traço característico da espécie humana, como é o caso do interaccionismo simbólico, da etnometodologia, ou da fenomenologia.

Trata-se de explorar uma conceptualização em que se reforce o carácter relacional, interactivo e dinâmico do *habitus*, rejeitando concepções mais essencialistas, tal como é proposto na noção de *inter-habitus* introduzida por Pinto (1981 e 1985) e é sugerido por outros autores, como Costa quando fala em “reconfiguração do *habitus*” (1984: 31).

O *habitus*, tal como apontado por Bourdieu e como tem vindo a ser tratado por Lahire (1995, 2002), é um complexo cultural de disposições mais ou menos estruturais, disposições estas que têm referentes muito diversos aquando da sua interiorização. Com o conceito de orientações sociais aqui introduzido pretende-se circunscrever as disposições mais estruturais no *habitus*, ou seja, aquelas que serão mais duráveis e constituintes do mais amplo espectro da *praxis* social.

Se as condições sociais de vida representam o aspecto mais estrutural da vida em sociedade, e se as disposições tendem a ajustar-se a essas condições, como Bourdieu evidencia na sua obra, então é esperável que as disposições mais estruturais sejam precisamente as disposições relativas às condições

objectivas de existência. As orientações sociais são, portanto, definidas como orientações relativas às condições sociais de vida.

Pressupõe-se que é possível monitorizar estas orientações na consciência, pressuposto que é, de resto, promulgado pelo próprio Bourdieu quando define o *habitus* simultaneamente como princípio gerador de práticas sociais e sistema de classificação dessas práticas, e quando concebe a reflexividade como a capacidade de tornar conscientes categorias e classificações inconscientes. Isto permite uma abordagem operativa directa e formalizada às orientações sociais.

Registam-se globalmente duas grandes teses no que concerne à teorização sobre as condições de existência: numa destas teses estas condições, ou posições sociais, são compreendidas como estando associadas ao tipo de acção que os agentes sociais desenvolvem, enquanto na outra são entendidas como resultado de constrangimentos fundamentalmente inerentes à estrutura das desigualdades e funções sociais. Em sintonia estabelecem-se duas dimensões analíticas na operacionalização das orientações sociais: a orientação da acção e a orientação relativa à desigualdade social.

Estas duas dimensões foram operacionalizadas através de dois indicadores num questionário aplicado num inquérito nacional em 2000 no âmbito do Observa — Ambiente, Sociedade e Opinião Pública.¹ Cada um desses indicadores propunha duas afirmações, que envolvem crenças ontológicas, devendo o inquirido optar por escolher aquela na qual se revê mais claramente.

No caso da orientação relativa à desigualdade social as afirmações são as seguintes: “É certo que as pessoas são diferentes umas das outras. Mas é sempre possível diminuir as desigualdades sociais entre elas” ou “É certo que as pessoas são diferentes umas das outras. Mas as desigualdades sociais entre elas são inevitáveis”.²

Quanto à orientação da acção as afirmações foram: “A nossa posição na sociedade depende sobretudo de termos objectivos na vida e de nos esforçarmos por os atingir” ou “Por mais que façamos, a nossa posição na sociedade depende sobretudo de coisas que não podemos controlar”.³

1 A população-alvo são os portugueses com 15 ou mais anos, distribuídos pelas cinco regiões do Continente e pelas duas regiões autónomas (NUTS II). A dimensão total da amostra é de 1.844 indivíduos, seleccionados a partir da amostra-mãe do Instituto Nacional de Estatística, que também realizou a aplicação. A amostra tem representatividade estatística ao nível nacional com uma margem de erro de 5%.

2 Nesta segunda afirmação a conexão gramatical entre a primeira e a segunda parte não está muito clara, nem correcta. A transposição directa da forma da pergunta, com o objectivo de circunscrever as diferenças de conteúdo que se pretende captar, não resulta bem, mas não há razão para crer que essa incorrecção tenha introduzido enviesamentos expressivos nas respostas.

3 Para cada uma das perguntas foi ainda prevista uma terceira modalidade para os que não responderam à questão.

Pretende-se assim distinguir, por um lado, orientações de inconformidade e de conformidade relativamente à desigualdade social, ou igualitárias e não igualitárias, e por outro lado, orientações pró-activas e não pró-activas. Alguns resultados deste estudo mostram que a orientação aqui designada como igualitária não é sempre, necessariamente, uma orientação igualitarista, no sentido de defesa da primazia da igualdade na esfera ideológica. Mas a orientação igualitária constitui componente primordial de sustentação da integração social, já que a desigualdade social é considerada em geral como obstáculo fundamental a essa integração. As orientações pró-activa e não pró-activa correspondem globalmente à diferenciação sociológica tradicional entre acção racional e acção não racional.

Cruzando aqueles dois indicadores construiu-se um índice de orientação social que constitui uma variável nominal com as seguintes modalidades ideal-típicas: igualitária pró-activa, não igualitária pró-activa, igualitária não pró-activa, e não igualitária não pró-activa, a que se acrescentam as não respostas.⁴

No que concerne à dimensão destes conjuntos, o que tem maior peso proporcional é o dos igualitários pró-activos (37,1%), a que se seguem os não igualitários pró-activos (18,7%), os não igualitários não pró-activos (15,9%), e os igualitários não pró-activos (10,0%). Os que não responderam pelo menos a uma das perguntas são 18,3%.⁵ Note-se que apesar de os igualitários pró-activos serem, então, a categoria com maior peso proporcional na sociedade portuguesa, envolvem apenas uma minoria da amostra recolhida. Destes resultados retira-se ainda que a maior parte dos portugueses é socialmente pró-activa, ou seja, acredita na consequência da acção dirigida por objectivos, mas não partilha da crença na possibilidade de uma diminuição continuada das desigualdades sociais.

Verificou-se depois, através de teste empírico, que a orientação social, tal como o *habitus*, representa uma estrutura estruturada e estruturante. De facto, as orientações sociais variam significativamente com todas as características sociais dos inquiridos que foram consideradas nesse estudo, e introduzem variações igualmente significativas em todos os indicadores de valores, representações e práticas sociais incluídos no questionário.

Apresentam-se, de seguida, os principais resultados da primeira fase deste trabalho, na qual se avalia a medida em que as orientações sociais se formam em desiguais condições sociais de vida.

4 O enquadramento teórico e a sustentação metodológica deste modelo operativo são desenvolvidos em Casanova (2004).

5 Estes inquiridos que não responderam pelo menos a uma das perguntas do questionário correspondentes às duas dimensões das orientações sociais não podem ser rigorosamente considerados em nenhuma das outras modalidades e foram, por isso, agregados numa categoria particular. Os que não responderam às duas perguntas são apenas 9%.

Orientações sociais e estrutura social

Constata-se que as orientações sociais se estruturam de acordo com dimensões muito díspares de condições sociais de existência, tanto com diferenças de posição como de origem social, variando igualmente com tipos de trajectórias e de sociabilidades. Todas as variáveis de caracterização social que aqui foram consideradas nessas diferentes dimensões introduzem variações estatisticamente significativas na orientação social das pessoas inquiridas, tal como já foi referido (sendo apenas medianamente significativa no caso do sexo) (quadros 9.1 e 9.2).

Os valores do coeficiente de associação (V de Cramer) mostram, entretanto, que as associações mais elevadas com as orientações sociais são as que envolvem o grau de escolaridade, o sector de actividade e a categoria socio-profissional do inquirido, a que se seguem a escolaridade do pai e a idade do respondente. As associações mais elevadas referem-se, portanto, a diferenças em termos de posição social. A associação também relevante com a escolaridade do pai sublinha a importância da origem social na formação das orientações sociais. E a associação ainda expressiva com a idade permite levantar a questão do factor geracional na interiorização das orientações sociais, sobretudo quando se verifica que a condição perante o trabalho assume aqui uma associação pouco expressiva. A sociabilidade socioprofissional exhibe, ainda, uma associação com algum significado. Os resultados das associações com as trajectórias socioprofissionais têm menor alcance.

Feita esta síntese de aspectos estatísticos, importa agora analisar as relações que se estabelecem entre as características sociais das pessoas inquiridas e as orientações sociais.

O principal dado a registar é a transversalidade social da orientação igualitária pró-activa. Este tipo de orientação social é maioritário em muitas categorias de todas as variáveis de caracterização social aqui consideradas. Só perde a predominância para a não resposta quando se trata de inquiridos com 65 e mais anos, sem qualquer diploma escolar, residentes em meio rural, que se ocupam das tarefas do lar, reformados ou com actividade no sector primário. Ou seja, desde que nos afastemos de situações socialmente caracterizadas pela exclusão e vulnerabilidade sociais, a orientação igualitária pró-activa tende a predominar, e em situações sociais muito diversas. Esta orientação social está, portanto, indelevelmente vinculada a processos latos de autonomização sociocultural.

Apesar de ser crucial, a transversalidade referida não exclui, entretanto, variações relevantes nas orientações sociais com as características sociais das pessoas inquiridas.

As orientações sociais interiorizam-se num quadro amplo de desigualdades e diferenças sociais, em que predomina a diferenciação em termos de posição social, mas em que a origem social tem também uma importância

decisiva, como foi referido. A estruturação associada a diferentes sociabilidades socioprofissionais na amizade é igualmente relevante, o que significa que a rede de relacionamentos sociais actuais, além da posição social, tem também influência inequívoca na formação das orientações sociais.

As trajectórias socioprofissionais participam igualmente nos processos de estruturação das orientações sociais. A orientação igualitária pró-activa desenvolve-se principalmente ao longo de trajectórias intergeracionais ascendentes, ao passo que a não resposta e a orientação não igualitária e não pró-activa tendem a desenvolver-se em trajectórias de reprodução em baixo. É, portanto, plausível esperar que nos contextos sociais e históricos que sustentam processos de mobilidade social ascendente a orientação igualitária e pró-activa tenda a desenvolver-se, enquanto nos contextos que propiciam a reprodução social e a perpetuação da exclusão social são as orientações não igualitárias e não pró-activas que deverão expandir-se.

O quadro de desenvolvimento da orientação igualitária pró-activa e da não resposta é relativamente mais fechado no que se refere à sociabilidade socioprofissional. A primeira orientação é mais expressiva na sociabilidade que envolve pessoas com recursos elevados enquanto a não resposta e a orientação não igualitária e não pró-activa sobressaem na sociabilidade entre pessoas com poucos recursos. De acordo com estes dados, as formas de sociabilidade socialmente abertas não promovem orientações igualitárias e pró-activas de modo vincado.

No que se refere à influência da origem social, constata-se que as orientações igualitárias pró-activas se desenvolvem num quadro relativamente alargado de situações, que abarcam escolarizações de nível intermédio ou superior, e recursos socioprofissionais elevados ou intermédios. A não resposta e as orientações não igualitárias e não pró-activas variam em geral inversamente à origem escolar e sobressaem nas origens socioprofissionais associadas ao sector primário.

Todas as variáveis de posição social consideradas contribuem para a estruturação das orientações sociais.

Mas o sexo é claramente a variável com menor incidência na formação destas orientações. Isto repete uma tendência sistemática em muitos outros estudos que mostram a importância decrescente do sexo como variável explicativa de práticas e representações sociais nas sociedades modernas em que as mulheres participam crescentemente, ainda que persistam algumas desigualdades, nas diversas esferas económica, cultural e política, o que também se verifica no caso da sociedade portuguesa.

A situação na profissão, tal como o sexo, não diferencia orientações sociais, mas já introduz variações significativas nessas orientações.

As restantes variáveis de posição social além de produzirem variações estatisticamente significativas também diferenciam orientações, introduzem mais variabilidade na análise trivariada e apresentam valores mais elevados

Quadro 9.1 Características sociais e orientação social

		Orientação social					
		Igualitária pró-activa	Não igualitária pró-activa	Igualitária não pró-activa	Não igualitária e não pró-activa	NS/NR	
Sexo Qui-quadrado significativo $p \leq 0,05$; V de Cramer=0,079	Masculino	267	154	89	115	120	
	Feminino	35,8 417 37,9	20,7 191 17,4	11,9 95 8,6	15,4 179 16,3	16,1 217 19,7	
Escala etária Qui-quadrado significativo $p \leq 0,01$; V de Cramer=0,190	15-29	266	113	48	50	53	
	30-44	50,2 207	21,3 80	9,1 41	9,4 70	10,0 50	
	45-64	46,2 137	17,9 92	9,2 66	15,6 95	11,2 108	
	65 e mais	27,5 73 19,9	18,5 60 16,4	13,3 287,7	19,1 79 21,6	21,7 126 34,4	
Contexto residencial Qui-quadrado significativo $p \leq 0,01$; V de Cramer=0,143	Urbano	457	207	110	144	141	
	Semiurbano	43,2 170	19,5 92	10,4 55	13,6 116	13,3 134	
	Rural	30,0 57 26,3	16,2 45 20,7	9,7 19 8,8	20,5 34 15,7	23,6 62 28,6	
	Não sabe ler nem escrever	19	20	6	33	105	
Grau de escolaridade Qui-quadrado significativo $p \leq 0,01$; V de Cramer=0,258	Sabe ler mas nem tem 1.º ciclo	10,4 41	10,9 21	3,3 27	18,0 61	57,4 63	
	1.º ciclo do ensino básico	19,2 126	9,9 110	12,7 58	28,6 100	29,6 107	
	2.º ciclo do ensino básico	25,1 103	22,0 57	11,6 28	20,0 36	21,4 28	
	3.º ciclo do ensino básico	40,9 132 51,8	22,6 51 20,0	11,1 25 9,8	14,3 31 12,2	11,1 16 6,3	

	Ensino secundário	167	62	23	25	12
	Ensino superior não universitário	57,8	21,5	8,0	8,7	4,2
	Ensino superior universitário	31	10	6	3	—
		62,0	20,0	12,0	6,0	5
		65	14	11	5	5
		65,0	14,0	11,0	5,0	5,0
Condição perante o trabalho						
Qui-quadrado significativo $p \leq 0,01$;	Exerce profissão	409	201	95	136	124
V de Cramer=0,157	Ocupa-se das tarefas do lar	42,4	20,8	9,8	14,1	12,8
	Estudante	45	22	24	31	50
	Reformado(a)	26,2	12,8	14,0	18,0	29,1
	Desempregado(a)	118	41	16	15	19
		56,5	19,6	7,7	7,2	9,1
		82	66	33	89	126
		20,7	16,7	8,3	22,5	31,8
		20	10	91	16	12
		29,9	14,9	3,4	23,9	17,9
Grupo profissional						
Qui-quadrado significativo $p \leq 0,01$;	Membro dos corpos legislativos e quadros dirigentes	27	12	4	6	1
V de Cramer=0,183	Profissões intelectuais e científicas	54,0	24,0	8,0	12,0	2,0
	Profissões técnicas intermédias	49	11	6	6	2
	Empregados administrativos	66,2	14,9	8,1	8,1	2,7
	Pessoal dos serviços e trabalhadores similares	53	20	7	7	3
	Trabalhadores da agricultura e da pesca	58,9	22,2	7,8	7,8	3,3
	Operadores, condutores e montadores	74	28	18	20	7
	Trabalhadores não qualificados	50,3	19,0	12,2	13,6	4,8
	Forças armadas	58	43	22	30	42
		29,7	22,1	11,3	15,4	21,5
		14	18	6	22	54
		12,3	15,8	5,3	19,3	47,4
		68	48	24	36	50
		30,1	21,2	10,6	15,9	22,1
		19	12	11	14	13
		27,5	17,4	15,9	20,3	18,8
		152	93	46	101	110
		30,3	18,5	9,2	20,1	21,9
		8	4	1	2	1
		50,0	25,0	6,3	12,5	6,3

Nota: frequências absolutas e percentagens em linha. Fonte: Inquérito Nacional Observa, 2000.

Quadro 9.2 Características sociais e orientação social

	Orientação social				
	Igualitária pró-activa	Não igualitária pró-activa	Igualitária não pró-activa	Não igualitária e não pró-activa	NS/NR
Situação na profissão					
Qui-quadrado significativo $p \leq 0,01$; V de Cramer=0,114					
Patrão	21	18	4	8	—
Trabalhador por conta própria	41,2	35,3	7,8	15,7	—
Trabalhador por conta de outrem	30,4	17,9	6,1	18,6	27,0
	406	214	124	176	196
	36,4	19,2	11,1	15,8	17,6
Categoria socioprofissional					
Qui-quadrado significativo $p \leq 0,01$; V de Cramer=0,206					
Empresários, dirigentes e profissões liberais	21	6	4	3	—
Profissionais técnicos e de enquadramento	61,8	17,6	11,8	8,8	—
Trabalhadores independentes	62,1	17,4	9,3	8,1	5
Agricultores independentes	73	45	12	40	3,1
Empregados executantes	38,2	23,6	6,3	20,9	21
Operários	15	16	5	17	11,0
Assalariados agrícolas	13,8	14,7	4,6	15,6	56
	202	101	64	78	51,4
	39,1	19,5	12,4	15,1	72
	93	71	43	73	13,9
	26,0	19,8	12,0	20,4	18
	12	16	2	18	39
	13,8	18,4	2,3	20,7	44,8
Sector de actividade					
Qui-quadrado significativo $p \leq 0,01$; V de Cramer=0,243					
Primário	26	34	8	36	96
Secundário	13,0	17,0	4,0	18,0	48,0
Terciário	125	91	50	77	76
	29,8	21,7	11,9	18,4	18,1
	366	155	90	128	101
	43,6	18,5	10,7	15,2	12,0
Grau de escolaridade do pai					
Qui-quadrado significativo $p \leq 0,01$; V de Cramer=0,192					
Sem diploma	208	148	73	172	229
Ensino básico	25,1	17,8	8,8	20,7	27,6
	314	141	70	90	63
	46,3	20,8	10,3	13,3	9,3

Ensino secundário	83	23	11	8
	60,6	16,8	8,8	5,8
Ensino superior	37	12	4	5
	54,4	17,6	14,7	7,4
Categoria socioprofissional do pai				
Qui-quadrado significativo $p \leq 0,01$; V de Cramer=0,149				
Empresários, dirigentes e profissões liberais	19	5	5	1
	52,8	13,9	16,7	2,8
Profissionais técnicos e de enquadramento	62	31	11	7
	51,2	25,6	9,1	5,8
Trabalhadores independentes	116	44	18	34
	49,4	18,7	7,7	14,5
Agricultores independentes	91	57	33	65
	28,0	17,5	10,2	24,3
Empregados executantes	129	48	26	32
	48,9	18,2	9,8	12,1
Operários	144	87	37	64
	35,7	21,6	9,2	17,6
Assalariados agrícolas	53	48	25	57
	19,5	17,6	9,2	32,7
Trajectória socioprofissional				
Qui-quadrado significativo $p \leq 0,01$; V de Cramer=0,151				
Reprodução em cima	31	10	5	2
	55,4	17,9	14,3	3,6
Reprodução em baixo	339	213	101	201
	31,0	19,5	9,2	18,4
Ascendente	73	24	9	11
	61,9	20,3	7,6	9,3
Descendente	23	15	4	2
	46,9	30,6	8,2	4,1
Sociabilidade socioprofissional				
Qui-quadrado significativo $p \leq 0,01$; V de Cramer=0,164				
Intraclassista em cima	62	14	7	2
	70,5	15,9	8,0	2,3
Intraclassista em baixo	184	108	63	110
	30,5	17,9	10,4	18,2
Interclassista para cima	13	8	2	2
	44,8	27,6	6,9	13,8
Interclassista para baixo	13	5	4	4
	50,0	19,2	15,4	15,4
Interclassista repartida	55	27	18	13
	45,5	22,3	14,9	10,7

Nota: frequências absolutas e percentagens em linha. Fonte: Inquérito Nacional Observa, 2000.

do coeficiente de associação (V de Cramer), o que significa que são mais estruturantes das orientações sociais.⁶

O peso crescente da orientação igualitária pró-activa do meio rural para o urbano e do sector primário para o terciário mostram que o desenvolvimento deste tipo de orientações acompanha mudanças estruturais visíveis no plano territorial e nos sectores de actividade económica, mudanças estas associadas a processos globais de modernização.

A orientação social tem uma associação mais elevada com o escalão etário do que com a condição perante o trabalho, mas na análise trivariada ambos os indicadores produzem variações no outro. As diferenças entre gerações subsumidas nos escalões etários poderão, portanto, ser mais relevantes na formação das orientações sociais, mas as distintas fases do ciclo de vida patentes nas diversas condições perante o trabalho também terão alguma influência.

A categoria socioprofissional, ou seja, a classe social definida estruturalmente através de um índice em que se compõem a profissão e a situação na profissão, constitui uma das principais variáveis de posição social a considerar na estruturação das orientações sociais. Exibe uma das associações mais elevadas e sobressai na análise trivariada. A sua relevância teórica e capacidade explicativa é uma vez mais sublinhada quando se verifica que a profissão e, sobretudo, a situação na profissão, isoladamente, não têm o mesmo destaque na estruturação das orientações sociais.

Como o indicador do grau de escolaridade se aplica a todos os inquiridos e a categoria socioprofissional só abrange os que trabalham (ou trabalharam) não é seguro comparar a sua associação com a orientação social sem ter em conta esta diferença. Calculou-se, então, a associação com a orientação social da categoria socioprofissional e da escolaridade apenas dos respondentes com experiência de trabalho e observou-se que mesmo nestes inquiridos a escolarização apresenta uma associação mais elevada do que a categoria socioprofissional.⁷ Com o objectivo de controlar efeitos devidos ao número diferencial de modalidades das duas variáveis calculou-se ainda o coeficiente de associação com a categoria socioprofissional a dez modalidades e com a escolaridade a quatro modalidades. Em todos estes casos a escolarização exhibe associações mais elevadas do que a categoria socioprofissional, a que se deve acrescentar o leque mais amplo de variações introduzidas pela escolaridade na análise trivariada.

E as modalidades cuja orientação social nunca varia na análise trivariada sistemática são os estudantes e os profissionais técnicos e de enquadramento, ou

6 A análise trivariada permite avaliar variações significativas utilizando uma variável de controle. Os dados de base da análise trivariada, relativamente secundários e desmesuradamente volumosos, não serão aqui apresentados.

7 Os valores do V de Cramer são 0,275, no caso da escolaridade, e 0,06, no caso da categoria socioprofissional.

seja, as modalidades que circunscrevem mais directamente o investimento na escolarização, quer envolvam ou não experiência de trabalho.

Não restam dúvidas, portanto, de que, apesar da relevância da categoria socioprofissional para a estruturação das orientações sociais, é a escolarização que se destaca como principal factor.

O sector de actividade surge como o segundo indicador com associação mais elevada com a orientação social, a seguir à escolaridade e antes da categoria socioprofissional. O destaque do sector de actividade poderá resultar, em parte, do facto de envolver apenas três modalidades, e de isso inflacionar a medida de associação. Mas também deverá ficar a dever-se à convergência de efeitos da escolarização e da categoria socioprofissional. De facto, registou-se, na análise trivariada, que a escolaridade e a categoria socioprofissional, variáveis que têm associações elevadas com as orientações sociais, introduzem variações em todos os sectores de actividade, resultado sem equivalência nas variações que o sector produz nos graus escolares e categorias socioprofissionais.

O grau escolar correspondente à actual escolaridade obrigatória marca claramente a passagem da predominância da não resposta e da orientação não igualitária e não pró-activa para a da orientação igualitária pró-activa, mas é no ensino superior que as orientações igualitárias pró-activas têm a sua expressão mais elevada. Os sectores sociais caracterizados pela posse de um diploma de ensino superior podem, portanto, ser considerados o principal suporte social da orientação igualitária pró-activa, ou seja, da orientação que resulta da conjugação da inconformidade com a desigualdade social e da avaliação positiva da consequência social da acção dirigida por objectivos.

Por conseguinte, tão importante como a constatação da transversalidade social global das orientações igualitárias pró-activas é verificar que as diferentes orientações sociais variam significativamente com as características sociais, que algumas orientações são mais prováveis em determinados sectores sociais do que noutros, e que cada uma dessas orientações se associa a um conjunto relativamente bem definido de traços sociais.

Uma síntese dos resultados apurados na leitura em coluna das percentagens em linha relativas a diferentes posições sociais mostra bem a especificidade de tais associações.⁸

As orientações igualitárias e pró-activas estruturam-se num conjunto de traços sociais bastante consistente, em que se destacam os jovens e jovens adultos que estudam ou exercem uma profissão, a posse de um diploma de ensino superior, a residência em meio urbano, uma profissão intelectual e

8 A leitura em coluna das percentagens em linha permite avaliar em que características sociais é maior o peso relativo de cada uma das orientações sociais, minimizando enviesamentos causados pelas diferenças no efectivo total de inquiridos de cada modalidade da variável de caracterização social.

científica ou técnica intermédia, actividade no sector terciário, e o sexo feminino (neste último já com pouca expressão). Apesar de termos aqui quer jovens estudantes, quer adultos que trabalham, a consistência do conjunto advém da ligação de ambos ao desenvolvimento da escolaridade.

Os traços sociais predominantes na estruturação de orientações não igualitárias pró-activas já não parecem tão consistentes. Estas orientações sobressaem nos jovens, nos que exercem uma profissão e nos estudantes, nos que vivem nos meios rural e urbano, nos que têm o primeiro ou segundo ciclos de ensino, nos padrões de pequenas e médias empresas, bem como nos trabalhadores independentes do sector secundário, e no sexo masculino. A inconsistência deve-se sobretudo à elevada expressão destas orientações tanto em meio rural como em meio urbano, e tanto em jovens estudantes como em activos com algum poder socioeconómico. A análise trivariada revela que a preponderância dos jovens estudantes nestas orientações não varia muito com o contexto residencial, verificando-se apenas uma ligeira proeminência nos estudantes em meio urbano relativamente aos outros contextos. Os trabalhadores independentes sobressaem nestas orientações tanto em meio rural como em meio urbano. Isto aponta a existência de sectores sociais relativamente distintos na sustentação deste tipo de orientação social.

O conjunto dos igualitários não pró-activos também não é muito consistente em termos sociais, mas envolve em geral posições sociais de baixos recursos. Aqui predominam as idades entre os 45 e os 64 anos, a residência em meio urbano, os inquiridos que apenas sabem ler e escrever ou têm no máximo o 2.º ciclo do ensino básico, os que se ocupam das tarefas do lar ou os desempregados, e os operários industriais e empregados executantes, e os indivíduos do sexo masculino. Estas orientações tendem, pois, a desenvolver-se tanto na condição de doméstica, como na situação de desemprego, como ainda nas categorias socioprofissionais não agrícolas com menores recursos.

Os inquiridos não igualitários e não pró-activos sobressaem nos que têm 65 e mais anos (ou entre 45 e 64 anos), nos que apenas sabem ler e escrever, nos residentes em meio semiurbano, nos desempregados ou reformados, e nos trabalhadores independentes ou nos operários, sobretudo pouco qualificados, dos sectores secundário e primário, e no sexo feminino. As inconsistências sociais mais aparentes neste conjunto referem-se às diferenças entre trabalhadores independentes e operários, e entre os sectores secundário e primário. O que lhe confere alguma consistência é a reduzida qualificação escolar e profissional.

Finalmente, no conjunto dos que não responderam a pelo menos uma das duas perguntas com que operacionalizámos os indicadores das orientações sociais destacam-se os inquiridos com 65 e mais anos, os que vivem em meio rural, os que não sabem ler nem escrever, os reformados ou os que se ocupam das tarefas do lar, e os que trabalham (ou trabalharam) por conta própria ou por conta de outrem como executantes no sector primário, e as

mulheres. Este conjunto, que engloba inquiridos que habitualmente optam mais vezes por não responder aos inquéritos por questionário, tem uma grande consistência social, caracterizando-se por situações de exclusão e vulnerabilidade social.

O sector social que não respondeu às perguntas de cada um dos indicadores das orientações sociais não é, pois, o mesmo que sustenta orientações predominantemente não igualitárias e não pró-activas, apesar da contiguidade entre esses sectores em termos de volume de recursos. Este resultado contribui para sublinhar a ideia de que se está perante orientações sociais claramente diversas.

Em geral, apesar de alguns sectores sociais se dividirem entre orientações distintas, é visível que a cada tipo de orientação social corresponde uma base social particular, sobretudo em termos escolares e socioprofissionais.

Em suma, os dados não revelam somente uma ampla transversalidade social da orientação igualitária pró-activa. A especificidade dos sectores sociais em que predomina cada tipo de orientação social deixa entrever a possibilidade de esses sectores constituírem centralidades sociais no desenvolvimento de diferentes orientações sociais. As orientações sociais revelam aqui um sinal claro do seu aspecto relacional quando se verifica que a diferenciação destas orientações tem suporte em sectores sociais diversos, inscrevendo-se, pois, nas relações sociais. Graus mais desenvolvidos deste aspecto relacional só poderão ser fundamentados se observarmos que às distintas orientações sociais correspondem, ainda, diferentes projectos, ideologias e posições políticas. Tais correspondências serão abordadas mais à frente.

Os resultados até agora expostos sustentam adequadamente os objectivos que adoptámos na construção das orientações sociais enquanto conceito tipicamente sociocultural.

Isoladamente, nenhuma variável de caracterização social explica as orientações sociais. O que se observou foi que, pelo contrário, em geral todas essas variáveis introduzem variações estatisticamente significativas nas orientações sociais e diferenciam tais orientações. E, de modo mais ou menos marcante, todas as variáveis introduzem variações significativas nas orientações quando se procede à análise trivariada.

A distinção entre orientações sociais é, pois, explicada por um conjunto muito alargado de desigualdades e diferenças sociais, incluindo as variáveis tradicionalmente mais explicativas em sociologia, o que significa que a orientação social condensa incidências sociais múltiplas e constituirá, por isso, um bom índice sociocultural dessas desigualdades e diferenças sociais.

O carácter socialmente estruturado das orientações sociais está, pois, bem patente nos resultados até agora expostos. Justifica-se, entretanto, uma última referência à importância do grau escolar na formação destas orientações.

A primazia da escolaridade na estruturação das orientações sociais deverá ficar a dever-se ao facto de a escolarização constituir tipicamente um

investimento tanto social como cultural. Entre as variáveis de caracterização social mais usuais, a escolaridade emerge, portanto, como aquela que reflecte mais directamente diferenças culturais e desigualdades sociais, representando um indicador indispensável na análise de padrões culturais articulados a desigualdades de recursos. Esta primazia da escolaridade na formação da orientação social vem corroborar a insistência de diversos autores na importância da escolaridade e dos recursos culturais nas sociedades de capitalismo avançado, especialmente de Bourdieu, que promoveu as noções de capital cultural e escolar como investimentos sociais.

A diferenciação da orientação social com base na clivagem entre os que possuem e os que não possuem a escolaridade obrigatória representa outra observação do maior interesse sociológico. Este resultado deixa entrever a importância que os movimentos sociais e as instituições podem ter na formação das orientações sociais.

Não se pode avaliar aqui se a clivagem relativa à escolaridade obrigatória se deve fundamentalmente a diferenças de recursos culturais e de literacia conferidos por este grau escolar, à evidência social de que a escolaridade obrigatória constitui requisito relevante para aceder a muitos postos de trabalho, ou aos efeitos simbólicos associados ao facto de se completar ou não este grau escolar. Possivelmente a importância desta clivagem resultará em boa parte da sobreposição dos diversos factores.

Realizou-se um tratamento estatístico suplementar envolvendo apenas as pessoas inquiridas com idades até aos vinte e oito anos (registados na aplicação do inquérito em 2000), que são aqueles que tinham até catorze anos em 1986 e que, por isso, foram efectivamente sujeitos ao actual regime de escolaridade obrigatória instituído na Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986. O valor da associação (V de Cramer) entre grau de escolaridade e orientação social é, com estes dados, inferior ao grau de associação referente à amostra como um todo, mas isto pode ficar a dever-se, pelo menos em parte, ao facto de no cruzamento que se refere aos inquiridos com idades até aos vinte e oito anos algumas células não estarem preenchidas e outras terem frequências ínfimas, o que debilita o alcance dos resultados estatísticos.⁹ Já no que se reporta a valores percentuais, verifica-se que não há diferença palpável entre os resultados com a totalidade da amostra e com a selecção realizada. Isto significa que o facto de se estar sujeito a regimes institucionais diversos de escolarização obrigatória não afecta a relevância do grau escolar correspondente à actual escolaridade obrigatória na estruturação da orientação social.

A importância da origem social na interiorização da exterioridade está bem patente nos resultados apresentados, ilustrando a tese de Bourdieu neste

9 No caso da totalidade da amostra o V de Cramer é de 0,268 e, no caso da selecção que contempla apenas os inquiridos com idade até 28 anos, é de 0,182.

âmbito, que sustenta a dominância das fases originais de socialização e a tendência para a reprodução das orientações então formadas.

Mas a proeminência da posição social na estruturação da orientação social distancia-se dessa tese, estando mais próxima das ideias de Giddens, que salienta a pregnância da actualização na socialização e a reflexividade.

Apesar desta proeminência da posição relativamente à origem social, não se pode concluir daqui que as condições de vida actuais sejam mais estruturantes da orientação social do que as condições sociais de origem. Como exemplo dos problemas que se põem a esta interpretação basta referir que nas condições actuais de vida de grande parte da população se reproduzem condições sociais de origem (Bertaux, 1978; Bourdieu, 1979) e, portanto, que os resultados relativos à posição social não estão depurados de influências da origem social; pelo contrário, revelam, eventualmente reforçando, orientações interiorizadas no meio social de origem. A utilização que se fez aqui de técnicas estatísticas na análise de dados de tipo extensivo recolhidos sincronicamente apenas pode sugerir pistas a desenvolver em estudos que tenham por objectivo medir o impacto da posição e da origem social na estruturação das orientações sociais.

Ou seja, se os dados aqui analisados não permitem saber se os inquiridos herdaram as orientações dos seus progenitores, porque não conhecemos estas últimas, pode-se, contudo, asseverar que tanto a origem como a posição sociais contribuem para a formação das orientações sociais.

Orientações sociais: tendências e expressão em projectos societais

Como foi referido, numa segunda fase do teste empírico do conceito de orientações sociais, avaliou-se em que medida a orientação social é ainda estruturante de um conjunto alargado de valores, representações e práticas sociais. Verificou-se que as orientações sociais introduzem variações estatisticamente significativas em todos os indicadores deste tipo constantes do questionário.

Estes indicadores respeitantes a valores, representações e práticas sociais estruturadas pelas orientações sociais remetem para esferas tão diversas como representações de distinção social, posicionamentos relativamente à religião, orientações de vida, aspirações socioprofissionais, influência atribuída e reclamada para instituições, valorizações de modelos de desenvolvimento, posições políticas, práticas de consumo, prática de leitura de imprensa escrita, prática de opinião, e participação política e cívica.

Observa-se também que, num registo comparativo, cada orientação social tende a associar-se a um conjunto particular de valores e representações, o que reforça o aspecto relacional das orientações sociais já apontado quando se verificou que estas orientações têm suportes sociais distintos em termos de condições sociais de vida.

A este aspecto relacional acrescenta-se um aspecto progressivo, pois constata-se que à ordenação fixada das modalidades de orientação social

aqui consideradas se associam graus diferentes de reflexividade social e de envolvimento societal, quando se definem “reflexividade social” como o grau de informação e de expressão de opinião sobre a sociedade em que se vive, e “envolvimento societal” como o grau de acção sobre a sociedade, medido em termos de articulação da reflexividade social com a participação política e cívica.

Entre as orientações sociais analisadas é, então, possível definir claramente duas mais imediatamente compreensíveis.

A correspondente às não respostas, que se estrutura em condições sociais de vida marcadas pela privação de recursos e que mostra ser a orientação social menos informada, opinativa, reflexiva e participativa, designada como orientação da exclusão, e a orientação igualitária pró-activa, a que tem maior expressão na população portuguesa quando nos distanciamos da orientação da exclusão, e que é ainda a mais plural na esfera simbólico-ideológica, e a mais informada, opinativa, reflexiva e participativa, a que exhibe um grau mais elevado de acção sobre a estrutura, ou seja, também de acção sobre as próprias condições sociais de vida em que ela própria se produz, podendo, por isso, ser denominada como orientação da autonomia.

No questionário que aqui se utilizou não foram contemplados indicadores de pluralismo ou de atitudes relativas à democracia. Mas o facto de a orientação igualitária pró-activa, ou orientação da autonomia, ser a mais plural em termos simbólico-ideológicos permite sustentar, como hipótese plausível, a possibilidade de ser igualmente a mais pluralista e aquela em que mais se investe no desenvolvimento da democracia.

O estudo apresentado é de carácter sincrónico e inicial. Não se dispõe, então, de dados sobre a transformação das orientações sociais em Portugal.

Mas a verificação de que cada uma destas orientações tende a desenvolver-se mais em determinadas condições sociais do que noutras, e o conhecimento existente sobre a recomposição social da população portuguesa, permitem apontar algumas tendências que deverão caracterizar o nosso país nas últimas décadas dentro deste referencial.

Na sociedade portuguesa são claramente visíveis a partir dos anos 60 um crescimento progressivo da escolaridade, ainda que se mantenha num nível médio muito abaixo do europeu, a terciarização tendencial do trabalho, a emergência e alargamento das novas classes médias envolvendo um crescimento rápido dos profissionais técnicos e de enquadramento, e o envelhecimento da estrutura etária (Machado e Costa, 1998; Costa e outros, 2000).

Se nos reportarmos aos resultados anteriormente expostos, com o aumento da escolaridade, com a passagem do sector primário para o secundário e deste para o terciário, e na fracção das classes médias correspondente aos profissionais técnicos e de enquadramento, a orientação igualitária pró-activa, aqui designada por orientação da autonomia, tende a ser sempre mais expressiva, e a orientação da exclusão, bem como a orientação não igualitária e

não pró-activa perdem importância. Isto significa que a orientação da autonomia estará certamente em expansão no nosso país, enquanto a orientação da exclusão e a mais próxima em termos socioculturais estão em regressão.

A relação descortinada entre a idade e as orientações sociais pode levar-nos a pôr em causa esta tendência. Como se observou, com a idade diminui a orientação da autonomia e aumentam a orientação da exclusão e a orientação não igualitária e não pró-activa. Com o envelhecimento da população portuguesa estas últimas orientações devem, portanto, crescer. Mas sabe-se que o escalão etário constitui um factor meramente secundário na estruturação das orientações sociais. O facto de ser nos mais idosos que existem mais frágeis escolarizações, menos profissionais técnicos e de enquadramento em termos relativos, e maior presença do trabalho no sector primário também impõe maior reserva à ideia de que ao envelhecimento se associe necessariamente uma evolução unívoca das orientações sociais. O envelhecimento pode envolver tendências diversas destas orientações e não é possível fazer aqui uma estimativa da resultante. Isto poderá implicar uma suavização da tendência para a disseminação da orientação da autonomia, mas não a dissolução dessa tendência.

Parece, então, razoável admitir que na sociedade portuguesa a orientação da autonomia, ou seja, a crença sociocultural estrutural na possibilidade da diminuição continuada das desigualdades sociais e na consequência da acção dirigida por objectivos, está em crescimento, e que a orientação da exclusão tem vindo a decrescer.

Apesar de a orientação da autonomia estar em expansão e de ser aquela que tem maior peso percentual entre as orientações sociais aqui definidas, importa não esquecer que representa apenas cerca de 37% da população portuguesa. E a orientação da exclusão envolve perto de 18% dos portugueses.

Não existem dados sobre orientações sociais na União Europeia, mas se tivermos em conta os graus de escolaridade e terciarização, e o peso dos profissionais técnicos e de enquadramento neste conjunto de países (Costa e outros, 2000) é de esperar que Portugal esteja entre aqueles em que a orientação da autonomia é menos expressiva e a orientação da exclusão tem maior presença.

Para complementar a informação aqui presente, que tem uma componente sincrónica e agora uma extensão retrospectiva, é fundamental juntar alguns resultados apurados neste estudo que se referem à projecção da sociedade portuguesa no futuro. Trata-se de dados relativos a valores, mais precisamente a projectos societais, em dois âmbitos distintos: o das instituições e o do desenvolvimento.

Numa pergunta do questionário solicita-se aos inquiridos que identifiquem num conjunto alargado de instituições as que devem ter mais, menos ou a mesma influência do que têm actualmente no nosso país.

As instituições que os inquiridos desejariam que tivessem mais influência em Portugal são a ciência/investigação (59,4%), a universidade (55,8%),

Quadro 9.3 Orientação social e reclamação de mais influência para as instituições

Orientação social	Reclamação de mais influência para as instituições												
	Associações profissionais	Associações cívicas	Sindicatos	Comunicação social	Grupos económicos	Estado central	Igreja	Universidades	Ciência	Partidos	Autarquias	Militares	Associações secretas
Igualitária pró-activa	372 <u>54,4</u> 46,2	351 <u>51,3</u> 45,6	359 52,5 41,6	188 27,5 34,2	187 27,3 37,4	233 34,1 34,6	179 26,2 31,6	443 <u>64,8</u> 43,1	500 <u>73,1</u> 45,6	96 <u>14,0</u> 39,8	381 55,7 40,9	124 18,1 36,7	48 7,0 38,1
Não igualitária pró-activa	168 48,7 20,9	178 51,6 23,1	164 47,5 19,0	117 <u>33,9</u> 21,3	123 35,7 24,6	157 45,5 23,3	106 30,7 18,7	210 60,9 20,4	221 64,1 20,2	47 13,6 19,5	186 53,9 20,0	76 22,0 22,5	26 7,5 20,6
Igualitária não pró-activa	92 50,0 11,4	85 46,2 11,1	102 55,4 11,8	60 <u>32,6</u> 10,9	46 25,0 9,2	74 40,2 11,0	56 30,4 9,9	104 56,5 10,1	116 63,0 10,6	22 12,0 9,1	95 51,6 10,2	31 16,8 9,2	16 8,7 12,7
Não igualitária não pró-activa	108 36,7 13,4	100 34,0 13,0	148 50,3 17,2	99 <u>33,7</u> 18,0	90 30,6 18,0	130 <u>44,2</u> 19,3	128 <u>43,5</u> 22,6	169 57,5 16,4	177 60,2 16,1	43 <u>14,6</u> 17,8	170 <u>57,8</u> 18,2	68 <u>23,1</u> 20,1	20 6,8 15,9
NS/NR	65 19,3 8,1	55 16,3 7,2	89 26,4 10,3	86 25,5 15,6	54 16,0 10,8	79 23,4 11,7	98 29,1 17,3	103 30,6 10,0	82 24,3 7,5	33 9,8 13,7	100 29,7 10,7	39 11,6 11,5	16 4,7 12,7

Nota: frequências absolutas, percentagens em linha e percentagens em coluna.
Fonte: Inquérito Nacional Observa, 2000.

as autarquias (50,5%), os sindicatos (46,7%), as associações profissionais (43,7%), as associações cívicas (ONG) (41,7%) e o estado central (36,5%).¹⁰ Quanto às instituições militares (47,2%), à igreja (43,8%), aos partidos (38,1%), à comunicação social (33,9%), às associações secretas (32%) e aos grupos económicos/empresas (31,5%) a maioria dos respondentes acha que a sua influência na sociedade portuguesa não deve ser nem maior nem menor do que é actualmente.¹¹

De nenhuma instituição da lista se reclama maioritariamente menos influência, mas alguns portugueses, por vezes um número significativo, desejariam que algumas destas instituições tivessem deveras menor influência em Portugal (principalmente os partidos, a comunicação social e os grupos económicos).

Quando se conjugam estes com outros dados do inquérito realizado o que resulta de mais expressivo é o desejo colectivo de uma influência mais diversificada e equilibrada das diversas instituições em Portugal.

E quando se observa a variação entre a influência reclamada para as instituições e as características sociais dos respondentes, verifica-se que a reivindicação de mais influência para a ciência é a única que é totalmente consensual. Isto não quer dizer, naturalmente, que todas as pessoas inquiridas tenham respondido da mesma maneira. Significa, porém, que em todas as modalidades de todas as variáveis de caracterização social aqui utilizadas a resposta correspondente à reclamação de mais influência é sempre maioritária.

Passa-se praticamente o mesmo no que concerne à requisição de mais influência para a universidade, com a única excepção dos agricultores independentes, em que a maioria preconiza que a universidade mantenha a sua actual influência. Note-se que a actividade científica e de investigação está, em Portugal, muito associada às universidades. A maior consensualidade aqui registada diz, portanto, respeito ao conjunto integrado destas instituições.

Das instituições em causa a ciência e investigação, e a universidade constituem, então, aquelas de que se reclama maior influência de modo socialmente mais consensual. No que se refere às restantes instituições não se observa a mesma consensualidade social global.

Apresentados estes dados importa agora conhecer as relações que se estabelecem entre as diferentes orientações sociais e a influência preconizada para as instituições na sociedade portuguesa.

A análise descritiva das percentagens em coluna mostra que a orientação igualitária pró-activa é maioritária em todas as instituições.¹²

10 Estas são as instituições em que a percentagem correspondente à requisição de mais influência é mais elevada do que as restantes percentagens.

11 No caso das associações secretas a modalidade maioritária é, mais precisamente, a não-resposta, a que se segue então a reclamação de igual influência.

Descrever as percentagens em linha fornece a informação de que qualquer que seja a orientação social a ciência/investigação é sempre a instituição com maior percentagem na reclamação de mais influência. Esta invariabilidade é apenas quebrada no caso dos inquiridos que não respondem às perguntas correspondentes à orientação social, pois estes reivindicam mais influência sobretudo da universidade.

Isto significa que a prevalência da ciência e da universidade entre as instituições que os portugueses desejam que tenham mais influência na sociedade é comum às pessoas com diferentes orientações sociais, para além de serem também as que são socialmente mais consensuais, como se referiu.

Mas a comparação entre as diferentes orientações sociais no que toca aos pesos da reclamação de mais influência para as diversas instituições (leitura em linha das percentagens em coluna) evidencia algumas especificidades.¹³

À orientação igualitária pró-activa está sobretudo associada a reivindicação de influência para as associações profissionais, seguidas pelas associações cívicas (ONG) e pela ciência/investigação. A orientação não igualitária pró-activa associa-se principalmente à influência requerida para os grupos económicos/empresas, seguidos pelo estado central e pelas associações cívicas (ONG). À orientação igualitária não pró-activa parece associar-se mais a influência reclamada para as associações secretas, a que se seguem os sindicatos, as associações profissionais, as associações cívicas (ONG) e o estado central. A primazia das associações secretas neste resultado, entretanto, não poderá ser considerada extrapolável, dadas as baixas frequências absolutas envolvidas. A orientação não igualitária e não pró-activa e as não respostas associam-se à influência reivindicada para a igreja. Como não são contempladas as não respostas à questão sobre a influência das instituições não é possível aferir o peso da sua relação com as não-respostas às perguntas da orientação social.

A leitura em coluna das percentagens em linha permite reforçar as tendências anteriormente indicadas.¹⁴

Na ciência/investigação e na universidade, bem como nas associações profissionais destacam-se os igualitários pró-activos, nos sindicatos (e nas associações secretas) os igualitários não pró-activos, nos grupos económicos/empresas os não igualitários pró-activos, na igreja os não igualitários e não pró-activos.

12 No quadro 9.3 as percentagens em coluna são exaustivas, somando cem por cento, mas as percentagens em linha não são exaustivas. Os dados expostos mantêm a possibilidade de comparação dos pesos relativos das respostas em que se reclama mais influência, que é o principal requisito para análise que se pretende realizar. Cada instituição envolve um indicador independente e portanto não tem sentido o cálculo da significância e da associação relativos a esta tabela.

13 Valores a negrito no quadro.

14 Valores sublinhados no quadro.

A reclamação de mais influência para as restantes instituições divide-se mais claramente entre orientações sociais distintas.

Daqui resulta que, em geral, as associações mais características são a dos igualitários pró-activos com as associações profissionais e cívicas, e com a ciência, a dos não igualitários pró-activos com os grupos económicos, estado e associações cívicas, a dos igualitários não pró-activos com os sindicatos (e associações secretas), e a dos não igualitários e não pró-activos com a igreja.¹⁵ O facto de as não respostas à orientação social não observarem qualquer associação característica pode ficar a dever-se a não terem sido contempladas as não respostas sobre as instituições, como se referiu, já que noutros tratamentos estatísticos estas duas modalidades demonstram justaposição sistemática.

Ou seja, existe convergência entre a maioria das pessoas com orientações diferentes no que respeita às principais instituições a promover (fundamentalmente a ciência/investigação e a universidade), e a orientação da autonomia caracteriza-se relativamente por uma valorização particular das associações profissionais e cívicas, e da ciência.

Dado que a orientação da autonomia é igualmente maioritária na reclamação de mais influência de todas as instituições consideradas no questionário, isso quer dizer que a sua relação com a sociedade como um todo passa em boa parte pelo investimento nas instituições e na sua função normativa.

Outro conjunto de indicadores de preferências em termos de projecto público incide nos sectores em que se deve investir para se desenvolver o país. Pediu-se às pessoas inquiridas que escolhessem de uma listagem o primeiro, o segundo e o terceiro sectores em que elas votariam.

No primeiro lugar os portugueses elegem sobretudo a agricultura (26,7%) e a indústria (24,8%), seguidas pela educação/formação (18,1%). Em segundo lugar salienta-se ainda a agricultura (19,9%) a que se seguem a educação/formação (15,6%) e a indústria (12,4%). E em terceiro lugar destaca-se a educação/formação (21,8%), depois seguida pelo ambiente (13,8%), as novas tecnologias e investigação (10,4%), e a agricultura (10,1%). Pode dizer-se, portanto, que os sectores em que os portugueses mais votam com vista ao desenvolvimento do país são fundamentalmente cinco: a agricultura, a indústria, a educação/formação, o ambiente e as novas tecnologias e investigação.¹⁶

Observe-se agora em que medida as orientações sociais podem ser constituintes de diversos modelos de investimento no desenvolvimento.

15 Considera-se associação característica aquela que envolve os valores mais elevados na leitura em linha das percentagens em coluna e da leitura em coluna das percentagens em linha.

16 No cruzamento destas preferências com as características sociais dos inquiridos não se obtém, entretanto, nenhum resultado similar à consensualidade social evidenciada na reclamação de mais influência para a ciência e a universidade, até porque a formulação técnica desta pergunta impede a verificação de um eventual consenso.

Quadro 9.4 Orientação social e sectores em que se deve investir

Orientação social	Sectores em que se deve investir (1.º)											Outros	NS/NR
	Indústria	Agricultura	Novas tecnologias e investigação	Comércio	Eventos culturais	Turismo	Floresta	Ambiente	Educação				
Igualitária pró-activa	160 23,4 34,9	133 19,4 27,0	86 <u>12,6</u> 52,8	15 <u>2,2</u> 44,1	11 1,6 37,9	22 3,2 37,3	6 0,9 20,0	54 <u>7,9</u> 49,5	175 <u>25,6</u> 52,6	17 2,5 27,4	5 0,7 6,7		
Não igualitária pró-activa	98 28,4 21,4	88 25,5 17,9	37 10,7 22,7	6 1,7 17,6	9 <u>2,6</u> 31,0	11 3,2 18,6	5 1,4 16,7	20 5,8 18,3	59 17,1 17,7	12 3,5 19,4	- - -		
Igualitária não pró-activa	42 22,8 9,2	47 25,5 9,6	16 8,7 9,8	5 <u>2,7</u> 14,7	4 2,2 13,8	8 4,3 13,6	9 4,9 30,0	7 3,8 6,4	38 20,7 11,4	5 2,7 8,1	3 1,6 4,0		
Não igualitária não pró-activa	71 24,1 15,5	108 <u>36,7</u> 22,0	15 5,1 9,2	3 1,0 8,8	5 1,7 17,2	15 <u>5,1</u> 25,4	4 1,4 13,3	16 5,4 14,7	33 11,2 9,9	17 <u>5,8</u> 27,4	7 2,4 9,3		
NS/NR	87 25,8 19,0	116 34,4 23,6	9 2,7 5,5	5 1,5 14,7	- - -	3 0,9 5,1	6 1,8 20,0	12 3,6 11,0	28 8,3 8,4	11 3,3 17,7	60 <u>17,8</u> 80,0		

Nota: frequências absolutas, percentagens em linha e percentagens em coluna. Qui-quadrado significativo $p < 0,01$; V de Cramer = 0,221.
Fonte: Inquérito Nacional Observa, 2000.

A variação das respostas sobre os sectores em que se deve investir em primeiro lugar com as orientações sociais é estatisticamente significativa e as orientações diferenciam os sectores mais escolhidos.

Descritivamente, e observando os resultados das percentagens em linha, verifica-se que os igualitários pró-activos atribuem dominância à educação/formação, seguida pela indústria, agricultura e novas tecnologias e investigação, enquanto os não igualitários pró-activos concedem prioridade à indústria, e depois à agricultura, e nos restantes casos predomina o investimento na agricultura, a que se segue a indústria.

As percentagens em coluna exibem uma maioria sistemática das orientações igualitárias pró-activas nos diversos sectores de investimento, exceptuando-se os casos da floresta e das não respostas, e a ambiguidade dos resultados sobre os sectores que foram integrados na modalidade correspondente a “outras” respostas. A particularidade da distribuição das percentagens em coluna relativas à floresta pode ficar a dever-se ao seu reduzido efectivo total e às frequências residuais em cada célula.

A leitura em linha das percentagens em coluna mostra que os investimentos nas novas tecnologias e investigação e na educação/formação estão a par na orientação igualitária pró-activa.¹⁷ A aposta nas novas tecnologias, seguida pelo investimento na indústria, é relevada na orientação não igualitária pró-activa (se minimizarmos o caso dos grandes eventos culturais, que envolve frequências residuais e é um sector claramente minoritário nos resultados globais).¹⁸ A floresta, e depois o comércio, os grandes eventos culturais e o turismo parecem sobressair em termos relativos nos igualitários não pró-activos, mas os valores absolutos envolvidos são tão diminutos que não se pode encarar este resultado como seguro. Os sectores do turismo e da agricultura são os mais relevantes na orientação não igualitária e não pró-activa.¹⁹ A agricultura, a floresta e a indústria parecem constituir os sectores que predominam nas não respostas à orientação social (logo a seguir ao peso maioritário das não respostas à pergunta sobre os sectores em que se deve investir).

Se concentrarmos a atenção exclusivamente nos sectores mais votados e se fizer uma leitura em coluna das percentagens em linha, observa-se um maior peso relativo da agricultura nos não igualitários e não pró-activos (e nos que não respondem), enquanto a indústria sobressai nos não igualitários pró-activos, e a educação/formação, as novas tecnologias e investigação, e o ambiente são salientados nos igualitários pró-activos.²⁰

17 Valores a negrito no quadro.

18 Os grandes eventos culturais são exemplificados no questionário com os casos da Expo 98, as capitais da cultura, etc.

19 Se não contarmos com a modalidade “outras”, que agrega percentagens baixas de vários sectores.

20 Valores sublinhados no quadro.

Dos resultados globais decorre que as associações mais características são a dos igualitários pró-activos com a educação/formação e as novas tecnologias e investigação, a dos não igualitários pró-activos com os grandes eventos culturais, a dos igualitários não pró-activos com a floresta e a coincidência entre as não respostas. Mas, como já se referiu, estas associações com os grandes eventos culturais e com a floresta não podem ser consideradas inabaláveis já que se trata de valores absolutos diminutos.

Ou seja, a orientação igualitária pró-activa, ou orientação da autonomia, é aquela que mais investe nas instituições e a que apoia especialmente as associações profissionais e cívicas, e a ciência, bem como o investimento nos sectores da educação/formação e das novas tecnologias e investigação, quando comparada com as restantes orientações sociais.

O consenso social em torno da reivindicação de maior influência social para as instituições científicas e universitárias, e a associação característica da orientação da autonomia com esta reivindicação e com um modelo de desenvolvimento que aposte no ensino e na investigação, ao que acresce o peso já significativo e aparentemente crescente desta orientação na sociedade portuguesa, significam que o conhecimento é um objectivo com uma sustentação sociocultural estrutural, crescente, e que extravasa largamente o sector social que tem maior controle sobre a sua produção.

Esta ilação pode estender-se globalmente a muitos outros países, na medida em que a orientação da autonomia acompanha de perto a escolarização, a terciarização e o crescimento dos profissionais técnicos e de enquadramento na estrutura de classes.

Referências bibliográficas

- Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Anália Torres (2000), "A sociedade", em António Reis (org.), *Portugal, Anos 2000. Retrato de um País em Mudança*, Lisboa, Círculo de Leitores e Comissariado de Portugal para a Expo 2000 de Hannover.
- Bertaux, Daniel (1978), *Destinos Pessoais e Estrutura de Classes*, Lisboa, Moraes.
- Bourdieu, Pierre (1972), *Esquisse d'Une Théorie de la Pratique, Précédé de Trois Études d'Éthnologie Kabyle*, Genebra, Droz.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1992), *An Invitation to Reflexive Sociology*, Cambridge, Polity Press.
- Bourdieu, Pierre (2001), *As Estruturas Sociais da Economia*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Casanova, José Luís (2004), *Naturezas Sociais. Diversidade e Orientações Sociais na Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da (1984), "Alfama: entreposto de mobilidade social", *CADERNOS de Ciências Sociais*, 2.

- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34.
- Giddens, Anthony (1989), *A Constituição da Sociedade*, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, Lda.
- Giddens, Anthony (1995), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (2000), *Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta Editora.
- Lahire, Bernard (1995), *Tableaux de Familles. Heurs et Malheurs Scolaires em Milieux Populaires*, s/l, Seuil/Gallimard.
- Lahire, Bernard (2002), *Portraits Sociologiques. Dispositions et Variations Individuelles*, Paris, Nathan.
- Machado, Fernando Luís, e António Firmino da Costa (1998), "Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Pinto, José Madureira (1981) "Solidariedade de vizinhança e oposições de classe em colectividades rurais", *Análise Social*, XVII (66).
- Pinto, José Madureira (1985), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos. Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, Porto, Edições Afrontamento.

